DA VIOLÊNCIA AO CÁRCERE

DA EXTENSÃO À ESPERANÇA

Thayane Silva Campos
Cláudio Roberto de Jesus
Organizadores

SEDIS UFRN
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DA VIOLÊNCIA AO CÁRCERE, DA EXTENSÃO À ESPERANÇA

UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor
José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor
Henio Ferreira de Miranda

Diretoria Administrativa da EDUFRN
Maria da Penha Casado Alves (Diretora)
Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)
Bruno Francisco Xavier (Secretário)

Conselho Editorial
Maria da Penha Casado Alves (Presidente)
Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)
Adriana Rosa Carvalho
Alexandro Teixeira Gomes
Elaine Cristina Gavioli
Everton Rodrigues Barbosa
Fabrício Germano Alves
Francisco Wildson Confessor
Gilberto Corso
Gleydson Pinheiro Albano
Gustavo Zampier dos Santos Lima
Izabel Souza do Nascimento
Josenildo Soares Bezerra
Ligia Rejane Siqueira Garcia
Lucélio Dantas de Aquino
Marcelo de Sousa da Silva
Márcia Maria de Cruz Castro
Márcio Dias Pereira
Martin Pablo Cammarota
Nereida Soares Martins
Roberval Edson Pinheiro de Lima
Tatyana Mabel Nobre Barbosa
Tercia Maria Souza de Moura Marques

Secretária de Educação a Distância
Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Secretária Adjunta de Educação a Distância
Ione Rodrigues Diniz Morais

Coordenadora de Produção de Materiais Didáticos
Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Coordenadora de Revisão
Aline Pinho Dias

Coordenador Editorial
Kaline Sampaio

Gestão do Fluxo de Revisão
Edineide Marques

Gestão do Fluxo de Editoração
Rosilene Paiva

Conselho Técnico-Científico – SEDIS
Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo – SEDIS (Presidente)
Aline de Pinho Dias – SEDIS
André Morais Gurgel – CCSA
Antônio de Pádua dos Santos – CS
Célia Maria de Araújo – SEDIS
Eugênia Maria Dantas – CCHLA
Ione Rodrigues Diniz Morais – SEDIS
Isabel Dillmann Nunes – IMD
Ivan Max Freire de Lacerda – EAJ
Jefferson Fernandes Alves – SEDIS
José Querginaldo Bezerra – CCET
Lilian Giotto Zaros – CB
Marcos Aurélio Felipe – SEDIS
Maria Cristina Leandro de Paiva – CE
Maria da Penha Casado Alves – SEDIS
Nedja Suely Fernandes – CCET
Ricardo Alexsandro de Medeiros Valentim – SEDIS
Sulemi Fabiano Campos – CCHLA
Wicliffe de Andrade Costa – CCHLA

Revisão de Língua Portuguesa
Ana Paula da Motta Botelho Gadelha

Revisão de ABNT
Edineide Marques

Revisão Tipográfica
José Correia Torres Neto

Capa
Antonio de Oliveira

Diagramação
Nathália Nóbrega
Anderson Gomes do Nascimento

Thayane Silva Campos
Cláudio Roberto de Jesus
Organizadores

DA VIOLÊNCIA AO CÁRCERE, DA EXTENSÃO À ESPERANÇA

SEDISUFRN
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Natal, 2022

Catalogação da publicação na fonte. UFRN/Secretaria de Educação a Distância.

Da violência ao cárcere, da extensão à esperança [recurso eletrônico] / Organizado por Thayane Silva Campos e Cláudio Roberto de Jesus. – 1. ed. – Natal: SEDIS-UFRN, 2022.
10560 KB.; 1 PDF.

ISBN nº 978-65-5569-286-0

1. Política Social. 2. Política Social – Penitenciária. 3. Violência Estatal. 4. Criminalidade. I. Campos, Thayane Silva. II. Jesus, Cláudio Roberto de.

CDU 364:343
V796

Elaborada por Edineide da Silva Marques CRB-15/488.

Sumário

APRESENTAÇÃO 10

Parte 1 13

Criminalidade e Segurança Pública: a atuação de instituições não estatais 14

Camila Caldeira Nunes Dias

As políticas penitenciárias para as mulheres durante a pandemia da COVID-19 nos estados do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul 24

Tainá Porto Cotrim/ Jessica de Jesus Mota/ Anna Elisa Alves Marques

Relato de experiência em pesquisa com mulheres privadas de liberdade: uma mediação entre o planejamento e o campo 60

Greiceane Roza Vieira/ Laura Barcellos de Valls Machado/ Míriam Thais Guterres Dias/ Sofia Mainardi Baptista

Violência estatal e aprisionamento: negligência, omissão e desresponsabilização no âmbito das políticas sociais **91**

Míriam Thais Guterres Dias/ Laura Barcellos de Valls Machado/ Gabriele de Souza Netto/ Karina Santos Limeira

"O errado será cobrado": ciclos de vingança e disputas entre coletivos criminosos em Natal/RN após o "Massacre de Alcaçuz" **118**

Natália Firmino do Amarante/ Juliana Melo

Amor, Humilhação e Justiça **150**

Leonardo Alves dos Santos

Parte 2 - Texto por cada região do país **177**

Região Norte - Caminhar por entre palavras na prisão: leitura e escrita como possibilidade de encontros, movimentos e utopias **178**

Aline Campos/ Jhenissa da Silva Sousa

Região Nordeste - Reconstruindo Elos: uma experiência de extensão no espaço das prisões e nas unidades socioeducativas de Alagoas

Ademir Santos da Silva/ Elaine Pimentel/ Jéssica Baêta de Azevedo Carvalho/ Laura Fernandes da Silva/ Ruth Vasconcelos **204**

Região Centro-oeste - O ensino superior no sistema penitenciário de Mato Grosso do Sul: relatos, memórias e práticas **235**

Clayton da Silva Barcelos/ Cinthia Caldeira Nogueira

Região Sudeste -Leitura literária em unidades socioeducativas: algumas reflexões a partir de uma experiência **263**

Adriane Teresinha Sartori/ Mariotides Gomes Bezerra

Região Sul - Direito à Poesia - uma oficina literária epistolar durante a pandemia de Covid-19 ..... **291**

Cristiane Checchia/ Mario René Rodríguez Torres/ Layra Fabian Borba Rodrigues/ Jhenifer Rodrigues de Almeida/ Angélica Moreno Usaquin/ José David Rocha Nóbrega/ Anderson Alves dos Santos

Parte 3 – O Motyrum **319**

Educação popular em execução penal na APAC Macau **320**

Alisson Murilo Bezerra Martins/ Carlos Romero Bacurau de Brito/ Isabelly Thayse Araújo Alves/ Mayara Luana Marques de Lima

Curso de formação sobreDireitos Humanos na APAC Macau: um relato de experiência **344**

Alice Leonora de Sousa e Silva/ Lara Raquel Rodrigues e Souza/ Larissa Gianne Noberto Oliveira/ Paulo Cesar De Lima Nascimento

A formação de professores de espanhol para privados de liberdade: relatos de experiência na APAC Macau **360**

Thayane Silva Campos/ Ana Luiza Silveira/ Mika Hakinnen/ Yasmim Larissa F. da Silva

A história do Motyrum **381**

Heloisa Bezerra Lima/ Danilo de Andrade Barbosa/ Isabelly Thayse Araújo Alves/ Sabrina de Lima Silva/ Luisa Galvão Donati/ Anna Elisa Alves Marques

Posfácio - os presos estão na rua e a criminologia aberta! **435**

Fábio Ataíde

APRESENTAÇÃO

Em 2020 o projeto de extensão Motyrum Penitenciário completou 15 anos de existência. Um debute que veio justamente no primeiro ano da pandemia da Covid-19 e que nos obrigou a repensar toda a dinâmica de trabalho, com as limitações da atuação presencial no sistema carcerário. Em meio às dificuldades e percalços encontrados surgiu a ideia de publicar a história do Motyrum, os trabalhos realizados no período da pandemia e uma excelente oportunidade para reunir parceiros que nos são inspiração para um trabalho em prol dos direitos humanos para a população privada de liberdade.

O Motyrum Penitenciário tem como principal objetivo trabalhar com educação popular com apenados. No entanto, a dificuldade de manter as atuações de forma regular nos presídios fez com que diversificássemos nossas ações. Além do tradicional evento (In) Justiça Penal, realizado uma vez por semestre com temas diversos, passamos a acompanhar as audiências de custódia em Natal, fazer campanhas de doação de livros, matérias de higiene, dentre outas atividades. Cabe destacar que um dos objetivos do projeto é promover o protagonismo dos alunos. Nesse sentido, é importante sublinhar que nosso papel de coordenação se torna leve e prazeroso, visto que a colaboração dos bolsistas é decisiva para a execução do projeto. O livro retrata também tal protagonismo, não só através da descrição da forma como as ações foram executadas, mas pela própria pesquisa da história do Motyrum e o lugar de autores que assumem na produção dos textos.

Dividido em três partes, a primeira reúne capítulos que procuram contextualizar os principais problemas e desafios

na área de segurança pública no Brasil, bem como retratar o sistema penitenciário e suas mazelas. As soluções apresentadas para os problemas ligados à segurança pública em nosso país quase sempre se ancoraram no binômio controle e repressão. Em uma sociedade marcada por uma desigualdade social profunda e estrutural, onde os populares foram largados à própria sorte, os mecanismos de amortecimentos de conflitos atuam de forma eficiente, seja através do controle e repressão, ou por meio da mobilidade social e da vista grossa em relação aos ilegalismos, especialmente no caso da informalidade.

No ambiente acadêmico há um crescente número de pesquisas e debates sobre violência e criminalidade que apontam para a necessidade de um novo modelo de segurança pública. No entanto, na agenda pública dos governos locais, estaduais e federal, prevalece o mantra do controle e repressão, o que tem levado ao superencarceramento, o extermínio dos jovens negros e pobres e a criação e fortalecimento de organizações criminosas, como milícias e facções. Não é possível dizer o que é pior, as péssimas condições nos presídios, onde há inúmeros relatos de violações à dignidade humana, ou a indiferença da sociedade, que aceita e reafirma a ideia de que todos são bandidos e precisam pagar com sofrimento.

Já a segunda parte é a representação de trabalhos que envolvem extensão e ensino voltados para o cárcere ao longo do nosso Brasil. Desse modo, temos um capítulo para cada região: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Relatos que nos permitem compreender os êxitos e dificuldades em atividades de remição de pena pela leitura, na formação superior para pessoas privadas de liberdade e na atuação no socioeducativo.

A última parte desta obra apresenta nos três primeiros capítulos relatos de nossos extensionistas nos anos de 2020 e 2021,

com escritos que se destinam a contar as atividades de extensão realizadas na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Macau. E para finalizar nosso livro, apresentamos o capítulo que desenha a história do Motyrum Penitenciário a partir da escrita de membros e ex-membros do projeto, trazendo um pouco do que representaram esses quinze anos de trabalho e deixando em evidência a importância do nosso projeto.

Boa leitura.

Parte 1

CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA: A ATUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES NÃO ESTATAIS[1]

Camila Caldeira Nunes Dias - UFABC[2]

Quero agradecer ao convite do pessoal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, é um prazer participar mais uma vez dos eventos dessa Universidade que promove tanta coisa no âmbito da antropologia, do direito, da ciência política, obrigada ao pessoal do Motyrum que faz um trabalho muito bacana. E quero dizer que é um prazer reencontrar Jacqueline, Marcelle. Jacqueline eu tenho estado com mais frequência em outros fronts, Marcelle é um prazer enorme reencontrar, reencontrar as duas, nessa forma virtual. Fiquei refletindo sobre o que eu ia falar, sobre o tema do evento, sobre instituições não estatais, que exercem a regulação territórios, obviamente que eu me sinto confortável em abordar esse tema da perspectiva que eu tenho estudado nos últimos anos, que é sobre o PCC. Mas eu fiquei pensando de uma forma mais abrangente, para além do PCC, nessa dimensão de refletir sobre instituições não estatais, e sua atuação, seus efeitos, que

[1] Palestra proferida durante o evento "XVIII (IN) JUSTIÇA PENAL: criminalidade e segurança pública. A atuação de instituições não estatais", em 29/07/2020, promovido pelo projeto de extensão Motyrum Penitenciário da UFRN.

[2] Camila Dias é professora da UFABC, doutora em Sociologia pela USP, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Violência (NEV) da USP, membro do Conselho da Comunidade da Comarca de São Paulo e associada ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

produzem na regulação de territórios. Assim, parece-me que nós temos, no Brasil, uma conformação social, econômica e política, que faz com que muitos territórios tenham um déficit crônico de regulação estatal, obviamente os bairros mais pobres, os bairros mais afastados, no caso periféricos, com menos estrutura, a favela, essas localidades em geral acabam tendo por diversos motivos uma certa demanda sempre presente por regulação. Em decorrência da incapacidade, ou mesmo da falta de interesse, do Estado efetivar essa regulação de maneira forma, da maneira como ele efetiva essa regulação em outros territórios, dos centros urbanos por exemplo, acaba que grupos então não estatais exerce de maneira frequente este papel, mas por outro lado se esses grupos, muitas vezes, assumem esses papéis, e aí no caso quando a gente fala de grupos de traficantes, de facções, a gente está falando de grupos efetivamente não estatais.

Isso já se fala nas ciências sociais, no campo sempre se falou, todos os pesquisadores desde os anos 1970 na passagem dos anos 1980, muitos pesquisadores do Rio de Janeiro vêm abordando esse tema a muito mais tempo nesse campo produzido conhecimento, mais do que em São Paulo, o Rio de Janeiro tem um acúmulo gigantesco nessa área, e essa relação desses agentes não estatais com os estatais, ela é fundamental para que de fato se exerça esse controle sobre os territórios. A diferença é que os atores chamados atores criminais, aqueles que estão ligados ao tráfico de drogas e agora mais recentemente, por sua vez, tráfico de drogas vinculado às facções, então PCC, Comando Vermelho, esses atores eles têm uma relação com o Estado que ela se dá cheia de tensões. Então, você tem ao mesmo tempo relações de oposição sobretudo ideológico e discursiva, mas tem também relações de complementariedade relações que são contíguas, de proteção, de extorsão, relações das mais diversas. No caso das milícias é uma deformação do próprio Estado,

porque é o Estado ali, os milicianos eles são (uma paulista dando um palpite em algo que não conheço muito bem) mas os milicianos se caracterizam justamente pela sua relação com o Estado, por serem policiais, ex-policiais, ou por manterem relações bastante próximas de atores estatais, políticos, enfim.

Então acho que o Estado mesmo quando são atores não estatais que exercem essa regulação, o Estado está sempre presente. Seja de uma maneira deformada, é sempre de forma deformada, mesmo nessas relações mais pontuais, é sempre o Estado de forma deformada que se apresente naquele território. E aí entra a questão das prisões, que é um outro território, que há um déficit crônico por regulação, por governança, isso nas prisões em qualquer lugar do mundo, as prisões se caracterizam por essa partilha desse poder de regular relações sociais, isso é um paradoxo na medida que as prisões são instituições estatais, ou seja, são instituições estatais nas quais em geral atores não estatais têm um protagonismo na gestão interna dos conflitos e das relações neste território. Nesse sentido mais uma vez situando o lugar do Estado, qual o lugar do Estado?

Então nesse contexto que ele, digamos assim, cede parte das prerrogativas de gestão do território para atores privados. Então tudo isso, todo esse contexto que permite que esses atores exerçam essa regulação passa por uma aquiescência estatal, uma espécie de terceirização que o Estado promove em benefício de alguns grupos privados que, por questões que não dá para aprofundar porque tem toda uma discussão teórica por trás, mas esses atores privados, por exemplo no caso das prisões, acabam exercendo essa regulação é, portanto, uma gestão das prisões que implica numa construção de uma ordem prisional de uma maneira muito mais eficiente do que o próprio Estado o faz. Um dos elementos fundamentais desta situação aparentemente paradoxal, é o fato que

numa prisão estão todos ali contra a vontade. Então trata sempre desde o início de princípios de uma instituição de força, de coerção, de violência. Então, em um cenário em que estão todos imersos contra a sua vontade, numa situação de coerção, o Estado ele só consegue impor qualquer tipo de normativa, qualquer tipo de ordenamento, pela força e pela violência, e por mais coerção. E isso se torna insustentável na gestão do cotidiano prisional, porque é violência exacerbada, e quando isso ocorre você tem uma explosão de conflitos que acaba detonando a ordem prisional efetivamente.

Emerge então grupos internos de presos que em geral, claro que depende muito dos contextos, mas em geral esses grupos internamente conseguem construir uma ordem com uma capacidade de fazer essa gestão, uma capacidade maior de fazer essa gestão, e com menos violência. Bom, a questão da violência do quanto esses grupos usam da violência física para impor um ordenamento interno dos territórios, e aqui penso que isso vale para as prisões, mas também para outros territórios, ela vai variar muito. Claro que tem muitos elementos que implicam em um uso maior ou menor da violência física na gestão do território, mas um dos elementos fundamentais é a questão de um contexto de monopólio ou de fragmentação e disputa por território. Ou seja, basicamente em contexto em que o território está em disputa por grupos diferentes a tendência é que a gestão desse território tenha o componente de violência física explícita maior, que a coerção ela seja explícita. A própria dinâmica conflitiva, que eu penso que o Rio de Janeiro também apenas para comparar com São Paulo, o Rio de Janeiro de certa forma se a gente pensar em modelos típico ideais, talvez o Rio de Janeiro possa enquadrar como caso de uma dinâmica mais conflitiva em relação aos territórios, aos usos digamos do território, do ponto de vista dos mercados ilegais, alguma dinâmica de competição e conflitos, historicamente foi assim. Então, acho

que é acho que é característica da forma como esses mercados construíram no Rio de Janeiro.

São Paulo, por outro lado, tem como característica principal atual o cenário de um monopólio, não o monopólio organizacional no sentido que só o PCC vende droga, só o PCC participa do tráfico, mas é uma espécie de um monopólio moral. Então de fato, pode até existir outros grupos que também atuam nos mercados de ilícitos, mas esses outros grupos, esses outros atores, em geral atuam vinculados ao PCC. Debaixo desse grande guarda-chuva de princípios morais, diretrizes éticas, de normas, de comportamento, que o PCC traz. Então, este monopólio que ocorre em São Paulo, é claro também o fato de eu dizer que tem atores que não são PCC que atuam nos mercados ilícitos. O que eu quero dizer é que pode ter atores que não são membros do PCC e que atuam no tráfico de drogas, mas isso não significa dizer que há inimigos do PCC que atuam no tráfico de drogas e fica tudo bem. Não, nesse ponto pode não ser do PCC, mas eles são no mínimo, aliados, convivem digamos assim, nesse espectro bastante difuso dos mercados ilícitos e do mercado de drogas. Bom, isso faz, no meu entender, isso é um elemento muito importante que define que em São Paulo haja uma gestão de territórios bastante diferenciadas de outros espaços, no que diz respeito ao uso da violência física.

Na medida em que aqui em São Paulo, em geral, é óbvio que há conflitos pontuais em algum momento, mas de maneira geral não há território em disputas, e há uma certa consolidação PCC, e isso eu venho falando há muitos anos, e mesmo com algumas decisões estatais que mais recente havia uma expectativa que pudesse romper essa consolidação, pudesse gerar um desequilíbrio, portanto a emergência de conflitos, isso não ocorreu. Então o PCC mantém sua consolidação em São Paulo nos territórios, nas prisões e também fora das prisões. Quando a gente fala de

consolidação do PCC e essa gestão do território na verdade a gente vala, na minha concepção de dois elementos que são distintos, mas ao mesmo tempo complementares: um deles é relacionado ao mercado de ilícitos, principalmente o tráfico de drogas, mas também os mercados que envolvem os roubos e furtos, e de outro lado a regulação dos conflitos propriamente ditos dos territórios, o que envolve mais diretamente as pessoas que fazem parte do chamado "mundo do crime", mas também a comunidade local. Então essa gestão dos conflitos ela vai além dos integrantes do mundo do crime, mas que também estão debaixo dessa gestão e, em regra, também estão submetidas a este poder não estatal. Eu acho que quando se leu o editorial da revista falou das questões positivas e negativas da gestão dos territórios, eu fico aqui pensando, eu sempre me pergunto sobre o caso de São Paulo, se dá para falar se há alguma coisa positiva? Porque é sempre muito relativa essa questão, essa valoração, porque se a gente pode reconhecer que talvez seja melhor o PCC que a polícia militar, por exemplo, em alguns contextos, eu reconheço que sim.

Mas por outro lado eu não consigo ver positivo em si mesmo, porque de qualquer forma se trata de um poder arbitrário de pessoas que estão armadas, e que exercem ali e tem uma capacidade de coerção de imposição da violência física que está presente nesta gestão. E aí um outro elemento, voltando à questão da violência que eu estava falando dessa forma diferente do exercício da violência, então dizer que em São Paulo a gestão tem uma violência física menos visível não quer dizer que a violência não exista. O PCC é uma característica dele, uma peculiaridade, especialmente do PCC em São Paulo, por conta deste contexto de hegemonia, etc., o PCC ele tem uma necessidade recorrente de legitimação das suas próprias decisões na comunidade, e das decisões principalmente aqueles que envolvem o uso da violência física. Então para dar

legitimidade a esses mecanismos de gestão do território há todo um processo social que envolve debates, decisão coletiva enfim, você tem uma série de mecanismos que o PCC recorre em que isso busca essa legitimação diante da comunidade, reivindicando como eles dizem sempre e uma busca persistente por igualdade. Mas, por outro lado, na mesma medida em que há de fato esse discurso e uma série de práticas que buscam corroborar esse discurso há a possibilidade de uso da violência ela está sempre presente, ainda que ela não seja explicitada. Daí eu acho que essa é a diferença do contexto do Rio de Janeiro e de outros estados brasileiros. A violência nos bairros pobres de SP, eu conheço muitos bairros aqui, e até mesmo porque tenho familiares que moram em bairros assim, eu conheço esses bairros não como pesquisadora, mas como pessoa familiar, frequente, enfim, a violência não é algo visível, mas ela está no contexto.

Entendo que é um processo muito de São Paulo no sentido que não é preciso dizer, da mesma maneira que nas prisões ocorre um processo semelhante. Não é preciso falar que quem aqui manda é o PCC porque já está dado, todo mundo já sabe. EM muitos bairros de São Paulo, favelas e comunidades pobres, ocorre o mesmo. Não precisa ter ninguém armado com fuzil, nem com armas de fogo, para se saber ali quais as normas, procedimentos, condutas, que se esperam que as pessoas tenham. Então dá para dizer que isso é positivo, negativo? Não deixa de ser um contexto que revela a extrema vulnerabilidade de uma parcela muito grande da população e que fica diante de poderes privados, armados, e aí essa questão do grupo armado também acho bastante interessante. Em São Paulo a gente tem um cenário tão diferente, como exemplo, nas biqueiras que são os pontos de vendas de drogas aqui em São Paulo não se pode permanecer armado, trabalhar como se fala armado. As armas aqui em

São Paulo elas têm um objetivo muito específico, elas são usadas as armas de fogo para os roubos basicamente.

Então é uma dinâmica completamente diferente do RJ porque mesmo os confrontos com a polícia aqui em São Paulo eles, em regra, eles ocorrem, e a letalidade, as mortes provocadas pela polícia em São Paulo, raramente, quase nunca, ocorrem na repressão ao tráfico de drogas, é quase nulo isso. Os confrontos com a polícia não são exatamente confrontos, mas enfim a letalidade policial em São Paulo está vinculada aos roubos. Eu acho que isso, de certa forma, tem relação com a forma como o tráfico de drogas se estrutura nos territórios aqui, porque é uma maneira que não é que não é armada, é uma estruturação em que as armas não aparecem, então você tem, quando você entra numa favela aqui em São Paulo, já aconteceu comigo, de entrar com o carro com filme em todos os vidros, e no lugar que eu nunca tinha ido, enfim aquele carro, e perceber que tem duas motos me seguindo e vai até que eu percebi, estava cheio de criança no carro, percebi e para ninguém perceber e ficar em pânico, baixei todos os vidros e ai a moto desapareceu.

Então, assim talvez se fosse no RJ, a depender do lugar, o carro já seria fuzilado como a gente vê, mas a gente sabe que isso acontece, pelo menos a gente ouve na mídia. Ou seja, no RJ me parece que essa demarcação de território ela é mais acintosa no meu entendimento, você tem toda uma questão geográfica, mas também tem território em disputa. Acho que isso é fundamental. Então aqui em São Paulo o PCC consegue exercer o controle, vai ver quem tá entrando naquele carro com o vidro todo fechado, vamos ver quem é, mas a possibilidade de ser um inimigo é quase nulo então isso faz com que a violência deflagrada de maneira direta, explícita, ela seja menos provável que aconteça, embora também vai que eles estão achando uma policial infiltrada naquele

carro, com aquela cor, vai ser diferente a recepção, se você der azar de estar na hora errada, no lugar errado.

Mas, de qualquer maneira o fato de não ter diversos grupos disputando um determinado mercado e um mesmo território faz com que, portanto, o cenário de São Paulo no que diz respeito à gestão de territórios por grupos não estatais seja um cenário de menor visibilidade ou expressão de uma violência direta, física. Eu acho que é fundamental compreender como a letalidade aumenta, paradoxalmente a gente tem em São Paulo um cenário que recorrente e os homicídios vem caindo, mas a letalidade policial não cai, então é próprio de uma configuração bem específica que envolve um grupo hegemônico como o PCC hegemonia nas prisões e fora das prisões, e que também se constitui, se estrutura, a partir de uma relação de bastante conflito com as forças estatais e, ao mesmo tempo, obviamente, em muitos pontos de conexão, de cooperação, e de atuação, colaboração, através dos processos de corrupção. Para finalizar, eu queria comentar que o PCC eu diria que há algumas coisas específicas que decorrem da própria proposta de gestão do PCC produz que tem a ver com uma série de princípio ideológicos, morais, que se propõe a efetuar uma gestão onde a violência ela é justificada.

Contudo a gente só consegue, de fato, esse esforço do PCC em não ser violentos, digamos assim para simplificar minha fala, em São Paulo, nesse contexto de hegemonia. Fora de São Paulo, no nordeste que vivencia os efeitos bastante nefastos deste cenário de disputa entre grupos faccionais, nas prisões, se desdobra por todos os territórios, em lugares em que não há hegemonia que há em territórios em disputa, como é o caso do Rio Grande do Norte, Ceará, Amazonas, na verdade quase todos os estados da região norte e nordeste, você tem diversos grupos em disputa de territórios ou pelas prisões, o PCC é bem diferente. Então a gente tá

cansado de assistir a episódios de extrema violência, inclusive acho que no Ceará especificamente, não sei se no Rio Grande do Norte, que observa-se uma violência muito contundente sobre mulheres, especialmente meninas adolescentes que acabam vítimas dessa violência que deriva de uma masculinidade exacerbada que se expressa através da atuação desses grupos, enfim, em um cenário em que há disputas territoriais, o PCC também não consegue diria assim levar à cabo a maneira de gestão dos territórios que ele efetiva em São Paulo. Então desta forma a violência também é muito maior, e neste sentido não se distingue muito dos outros grupos com os quais ele está em competição, como o Comando Vermelho principalmente, em outros grupos como no Rio Grande do Norte, o Sindicato do Crime. Eu acho que nesse ponto é importante essa comparação e, ao mesmo tempo, essa compreensão de que a singularidade do PCC ela é bastante específica de um contexto também específico, porque em outros contextos ele deixa de ser tão singular, e atua na mesma forma que os outros, onde a violência física é uma forma bastante importante de expressão dessa disputa.

AS POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS PARA AS MULHERES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO NORTE E DO RIO GRANDE DO SUL

Tainá Porto Cotrim - UFRN
Jessica de Jesus Mota - UFRS
Anna Elisa Alves Marques - UFRN

Introdução

Desde 2020, a crise sanitária global, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, tem causado graves consequências na Administração Pública e na gestão das diferentes políticas. O colapso do sistema de saúde atravessou as diferentes populações, e atingiu significativamente o Sistema Penitenciário brasileiro, visto que escancara antigas mazelas dos presídios que já foram considerados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da ADPF nº 347, como "estado de coisa inconstitucional". Somado a isso, tem-se as peculiaridades dos presídios femininos, cujas violências e violações de direitos que atravessam os corpos das mulheres selecionadas pelo sistema penal são marcantes. Tais peculiaridades devem ser observadas a partir das lentes de gênero e dos estudos pautados na Criminologia Feminista (MENDES, 2017). Indo além, os debates sobre o

desencarceramento foram potencializados pela Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que suscitou medidas sanitárias estaduais para conter a proliferação do vírus no sistema carcerário e socioeducativo.

A presente investigação propõe-se a responder o seguinte questionamento: quais foram os impactos da pandemia do novo coronavírus na gestão dos presídios femininos do Rio Grande do Norte (RN) e do Rio Grande do Sul (RS)? E assim, entender quais as diferenças e similitudes das políticas adotadas pelos estados do RN e do RS em um contexto sanitário que as afetam. É imperioso pontuar que a escolha dos dois estados não se deu como uma forma de generalizar a análise para todo o Brasil, mas na busca por compreender como a pandemia impactou diferentes sistemas penitenciários brasileiros.

Para tanto, num primeiro momento, prioriza-se abordar os processos de criminalização dos corpos femininos, a fim de compreender as peculiaridades do encarceramento feminino por meio da Criminologia Feminista. Além disso, realiza-se análise documental da Recomendação nº 62 do CNJ e das normativas estaduais consoantes o Sistema Penitenciário. Após, debruça-se sobre as implicações decorrentes da pandemia da covid-19 no contexto prisional feminino nas gestões públicas das capitais dos estados do Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, por meio de entrevistas semiestruturadas com os gestores envolvidos na oferta das políticas penitenciárias de ambos.

A importância da pesquisa é verificada na medida em que se busca investigar os impactos da pandemia na gestão dos presídios brasileiros, que clamam rotineiramente por políticas públicas eficientes, clamor potencializado pela crise sanitária da covid-19. Outrossim, os presídios femininos possuem demandas específicas

que ensejam políticas desafiadoras, tornando-se manifestamente urgente tal investigação no cenário pandêmico.

Por fim, a partir do mapeamento das normativas federais e regionais elaboradas durante esse período, torna-se possível constatar diferenças e/ou semelhanças entre as políticas públicas dos estados do RN e do RS, embora a pesquisa se limite à capital de cada um deles. Cabe destacar que o estudo de caso das penitenciárias eleitas para essa investigação (Penitenciária Feminina João Chaves - Natal/RN e Penitenciária Madre Pelletier Porto Alegre/RS) acabam por representar as políticas estaduais durante a pandemia. Assim, este estudo também é relevante por apresentar as políticas públicas implementadas nos presídios femininos de duas importantes capitais de regiões diferentes do país, ressaltando as peculiaridades e imbricações de gênero no que tange à realidade do encarceramento de mulheres.

AS IMBRICAÇÕES DE GÊNERO NO CÁRCERE A LUZ DA CRIMINOLOGIA FEMINISTA

Preliminarmente, faz-se necessário compreender como os corpos femininos foram criminalizados no decorrer do tempo. Historicamente, as mulheres estavam sob o controle da igreja e da família, tendo em vista que não tinham ainda o status de cidadãs e por esse motivo eram sujeitas à margem do reconhecimento do Estado. Apesar disso, aos poucos o controle exercido foi tornando-se insuficiente, surgindo a necessidade de uma regulação para além do plano privado (BARATTA, 1999). De início, as mulheres que descumpriam as normas legais eram encaminhadas para hospícios, pois acreditavam que diferente dos homens que, na teoria, poderiam entender sua prática criminosa e se reformar

no cárcere, as mulheres que infringiam as regras eram seres não pensantes, patologizadas e irrecuperáveis (DAVIS, 2018).

Isso ocorre, pois as mulheres criminosas não descumpriam apenas as normas legais, mas, sobretudo, o papel de gênero de mães e esposas imposto a elas historicamente. Evidentemente, até mesmo nesse contexto de patologização de mulheres que infringiam as regras, percebe-se que as questões raciais são marcantes, uma vez que as mulheres negras além de serem mais criminalizadas foram encaminhadas para os presídios muito mais cedo do que as mulheres brancas (DAVIS, 2018).

Nos países latino-americanos, apenas na segunda metade do século XIX é que se implementou os presídios femininos. Tais presídios funcionavam à margem do sistema carcerário formal e tiveram origem em Congregações religiosas que visavam tratar as mulheres presas como se fossem "irmãs desgarradas", priorizando interiorizar nas detentas a domesticidade perdida. Para as mulheres negras, os presídios as preparavam também para trabalhar como empregadas domésticas. Apenas a partir de 1920 que o Estado passaria a exercer uma maior autoridade às mulheres presas, mas em geral o disciplinamento e punição dessas mulheres ainda estavam nas mãos de ordens religiosas (AGUIRRÉ, 2009).

Apesar das punições reservadas às mulheres ganhar mais forma nesse período, o movimento de reforma e de separação acontece, de modo mais incisivo no Brasil, muitos anos depois, a partir de 1990. Nesse período buscou-se uma igualdade prisional entre homens e mulheres, o que significou uma igualdade de repressão, desaguando em um agravamento de punição para as mulheres. Essas sujeitas possuíam outros marcadores da diferença como raça e classe, fatores que potencializavam também a violência a que estavam sujeitas no cárcere. O não reconhecimento das peculiaridades das mulheres com um tratamento igual ao

masculino intensificou o contexto de violência e violação dos direitos humanos nas unidades prisionais (BORGES, 2019).

No decorrer do tempo, tanto a Lei de Execução Penal como outros diplomas legislativos nacionais e internacionais foram responsáveis por garantir o respeito à dignidade humana das mulheres em situação de cárcere, como as Regras de Bangkok.[1] Contudo, na atualidade percebem-se uma série de violações que perpassam os corpos femininos encarcerados e que evidenciam a necessidade de compreender o gênero como fator que estrutura o sistema punitivo ao lado dos marcadores de raça e classe (BORGES, 2019).

Diversas são as violações presentes nos cárceres femininos, além de não terem acesso amplo à saúde, com consultas ginecológicas adequadas, acesso a produtos de higiene, vivenciam o estado de pobreza menstrual por não terem a disposição absorventes, muitas são obrigadas a vivenciar suas maternidades no cárcere (BRAGA, 2015). Há outras implicações na vida dessas mulheres para além da questão da maternidade e que são potencializadas pela pandemia como o próprio direito à saúde. Conforme estabelecido na Lei de Execução Penal, é direito da pessoa presa ter amplo acesso à saúde, assim devendo ser implementado nos estabelecimentos prisionais módulos de saúde[2].

Os estados do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul possuem módulos de saúde em quase todos os seus presídios, contudo esses ambientes fornecem apenas medidas básicas e não dão conta de lidar com a grave situação de pandemia (BRASIL, 2018). Nessa esteira, o relatório "Dar à Luz na Sombra" já

[1] 3 Em 2010, a Assembléia Geral da ONU aprovou as Regras para o Tratamento das Mulheres Presas (Regras de Bangkok).

[2] O termo é utilizado no Relatório do INFOPEN Mulheres (2018) e se refere ao espaço reservado ao atendimento de saúde dos apenados e apenadas dentro dos estabelecimentos prisionais.

denunciava as deficiências e precariedade dos serviços de saúde que envolvem os ambientes prisionais destinados às mulheres em diversas instituições prisionais do país (IPEA, 2015). Consoante, Braga (2015, p. 531) dispõe que:

> Longe da soberania da lei, o chão da prisão é feito de violações de direitos, que caracterizam o passado e o presente do sistema prisional brasileiro e se acentuam em relação às mulheres encarceradas. Há um déficit histórico em relação ao planejamento e à execução de políticas públicas voltadas ao coletivo feminino nas prisões, uma vez que a maioria das políticas penitenciárias (cuidados com a saúde, regime de visita, manutenção de vínculos, arquitetura prisional) foi pensada para a população masculina, tradicionalmente majoritária nos estabelecimentos prisionais.

Somado a tais violações, deve se considerar os outros marcadores da diferença que caracterizam o grupo de mulheres que foram selecionadas pelo Sistema de Justiça Criminal. Logo, ao debruçar-se sobre o perfil das mulheres encarceradas no território nacional, nota-se que se trata majoritariamente de mulheres negras, jovens, mães, com baixa escolaridade e sem condenação definitiva das suas condutas (BRASIL, 2018). Essas mulheres na maioria das vezes são chefes de família que praticam crimes relacionados às drogas, por conta, muitas vezes, dos seus companheiros. Em geral, elas não ocupam altas posições na cadeia do tráfico. Além disso, a traficância é uma prática que permite que elas possam ficar em casa cuidando dos filhos e da dinâmica do lar (BOITEUX, 2018).

Uma vez encarceradas, essas famílias se veem sem sua principal referência. Os companheiros muitas vezes ou estão encarcerados ou não ajudam com os cuidados com a prole (BRAGA, 2015). A consequência disso é um maior isolamento

dessas mulheres na prisão. Estudos apontam que enquanto os homens apenados são frequentemente visitados por seus familiares, tendo uma rede de apoio majoritariamente feminina, as mulheres presas não vivenciam a mesma realidade (BRAGA, 2015).

A solidão da mulher presa que só tem suas outras companheiras de cárcere e quando tem uma rede de apoio, essa, assim como a rede de apoio dos homens apenados, também é feminina (ITTC, 2019). No contexto da pandemia, em que as visitações foram limitadas, essas mulheres ficaram ainda mais sozinhas, vivenciando o isolamento dentro do isolamento. A partir do exposto, percebe-se as imbricações de gênero no contexto carcerário, em que se apresenta um maior isolamento das mulheres presas em detrimento dos homens encarcerados.

Desse modo, infere-se que a própria compreensão do processo de criminalização, encarceramento e vitimização de mulheres deve ser pautado na perspectiva de gênero, a partir de uma Criminologia Feminista. Sabe-se que o Direito e, por consequência, a criminologia foi historicamente construída para e por homens. As mulheres pouco ocupavam espaços de produção de conhecimento, bem como suas demandas na produção do conhecimento jurídico não eram consideradas (WEIGERT; CARVALHO, 2019). O Direito perpetuando uma falsa neutralidade acabou por ecoar a voz de um único interlocutor, desconsiderando outros corpos para além do corpo cis, branco e hétero.

Os estudos criminológicos quando voltados para as mulheres reproduziam, muitas vezes, estereótipos de gênero e diversas discriminações, como *La Donna Delinquente*, de Cesare Lombroso, que atribuía à mulher criminosa a amoralidade, afirmando que seriam frias, sedutoras e malévolas. A partir de um paradigma etiológico, tais características, suscitadas por Lombroso, eram responsáveis por impulsionar essas mulheres

para o delito ou para a prostituição (MENDES, 2017). Ocorre que, mediante estudos da epistemologia feminista foi possível a construção de um conhecimento jurídico e, por consequência, da criminologia que considere a perspectiva de gênero.

Tendo em vista as peculiaridades do processo de criminalização dessas mulheres, bem como as diversas violências e violações a que estão submetidas dentro do cárcere. Assim, é imperiosa a necessidade da produção de um conhecimento que reconheça a categoria de gênero também dentro do âmbito das políticas públicas penitenciárias que atingem diretamente essas mulheres.

NORMATIVAS FEDERAIS E REGIONAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO NORTE E DO RIO GRANDE DO SUL

Em 11 de março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a situação de pandemia do coronavírus, provocando, diante da sua gravidade, uma posição da Organização dos Estados Americanos (OEA) quanto à necessidade dos países membros adotarem políticas para o seu combate, que se atentem aos grupos historicamente discriminados, dentre eles os que estão em situação de privação de liberdade. Estudos demonstram que historicamente há uma alta incidência de doenças respiratórias, como a tuberculose, no ambiente prisional, o que o torna um espaço de alto risco para a covid-19 (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2020). Assim, tornou-se necessário que os Estados adotassem medidas para garantir condições sanitárias adequadas.

Os efeitos do coronavírus foram além do processo da doença, e acabaram por reproduzir as desigualdades já existentes

na sociedade. A reprodução de desigualdades de raça, gênero e classe, principalmente entre grupos de riscos, como quilombolas, indígenas, etc., resultou em condições que foram para além do adoecimento pelo vírus. Situação, igualmente, imposta à população privada de liberdade. Nas prisões esse cenário se evidencia, uma vez que o sistema carcerário brasileiro é considerado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347 como estando em "estado de coisa inconstitucional".

A insalubridade dos ambientes de custódia inviabilizou medidas de controle da circulação do vírus, não sendo, muito embora, o único inconveniente desses locais. Exemplos como, a ausência de equipe de saúde multidisciplinar e a baixa realização de testes que detectam a presença do vírus (IBCCRIM, 2020), além de impedir o controle da doença, impedem também a transparências das informações referentes ao contágio, gerando subnotificação nos números oficiais de infecção (FREITAS, 2021) e intensificando o risco que as pessoas privadas de liberdade estão submetidas.

É pela situação dos presídios brasileiros, que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ainda em março de 2020, redigiu a Recomendação nº 62, a fim de orientar a magistratura e gestores dos presídios sobre a necessidade de contenção da proliferação do vírus nos presídios e nos centros socioeducativos do território nacional. Os esforços do CNJ foram em destacar o alto índice de transmissibilidade do vírus, considerando também questões como a "insuficiência de equipes de saúde" (CNJ, 2020). Considerando 7dos ambientes penais. As penitenciárias, além de estarem em situação de aglomeração, contam com muitos casos de comorbidades e de pessoas com baixa imunidade, indicando condição de extrema vulnerabilidade ao contágio (IBCCRIM, 2020). A Recomendação nº 62 tratou de medidas de higiene necessárias

e indicou a "implementação de um plano de contingências pelo Poder Executivo" (CNJ, 2020). Diminuir a lotação dos presídios, concedendo prisões domiciliares ao grupo de risco ou progredindo o regime dos mesmos, foi caminho que o CNJ reconheceu como central e urgente para enfrentar o covid-19, as consequências e fragilidades do sistema. Desse mesmo modo, o Considerando nº 5 destacou a necessidade de controlar o contágio nos presídios sob o risco de prejuízo, inclusive, à saúde coletiva:

> a manutenção da saúde das pessoas privadas de liberdade é essencial à garantia da saúde coletiva e que um cenário de contaminação em grande escala nos sistemas prisional e socioeducativo produz impactos significativos para a segurança e a saúde pública de toda a população, extrapolando os limites internos dos estabelecimentos (CNJ, 2020).

A Recomendação nº 62, em relação às mulheres presas, dispôs sobre a necessidade de reavaliação das prisões provisórias e concessão de saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto, priorizando "as mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até 12 anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência e demais pessoas presas que se enquadrem no grupo de risco" (CNJ, 2020). Allotey; Stallings; Bonet (2020), em estudo para entender os riscos que as gestantes estão expostas durante a pandemia, calcularam que gestantes infectadas com covid-19 tinham 62% maior chance de internação em UTI e 88% mais probabilidade de necessitar de ventilação mecânica invasiva, justificando a prioridade dada às grávidas de se preservaram do contato com vírus. O perigo que as gestantes correm é, principalmente, da má evolução clínica, com a possibilidade de evolução para uma

forma crítica da covid-19, estando, consequentemente, as mulheres presas grávidas em perigo nas aglomerações penitenciárias.

O estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA, no entanto, revelou que mesmo com a intenção de preservar a vida e a integridade das pessoas presas pela Recomendação nº 62/2020, o Poder Judiciário é bastante resistente ao seu cumprimento. O estudo relata que o judiciário tem se recusado a aceitar os pedidos de prisão domiciliar para as pessoas com prioridades e encontra-se relutante a maioria dos pedidos de *habeas corpus* (FREITAS, 2021). Freitas (2021) indicou que entre 80,8% do habeas corpus foram negados pelo STF sobre a covid-19, para o autor:

> Segundo levantamento realizado pelo site de notícias jurídicas Jota, no painel do STF sobre a Covid-19, eram 4.058 processos sobre o tema até 7 de agosto. Desse total, mais da metade são habeas corpus (2.930), dos quais 80,8% (2.366) foram negados. Apenas 7,76% (315) foram registrados como liminar deferida ou procedente.19 Decidindo dessa forma, o STF legitima a manutenção do hiperencarceramento, que é o principal responsável pelo alastramento do vírus nas prisões. (FREITAS, 2021, p. 34)

Entre as decisões oficiais referentes ao Sistema Penitenciário, destaca-se a Portaria nº 22 de 26 de maio de 2020, pelo Departamento Penitenciário Nacional, que suspendeu as visitas, os atendimentos de advogados, as atividades educacionais, de trabalho e as assistências religiosas. A ausência de contato direto, com as pessoas presas pela comunidade externa, causa incertezas, em virtude da falta de retorno das gestões estaduais sobre as condições a elas impostas.

Com a suspensão da visitação presencial, a possibilidade de televisita significou um improviso. A, inevitável, presença de agentes penais no momento das videoconferências, pode acabar por coagir as conversas. Além disso, a ausência da visitação presencial das instituições e da comunidade afeta o controle externo do que vem ocorrendo no cárcere (FREITAS, 2021). Por mais cautelosa que pareça a decisão do DEPEN, há questionamento quanto à prioridade dessa medida, uma vez que a suspensão das visitas tende a reforçar a falta de transparência das penitenciárias. Estudo de Carvalho, Santos e Santos (2020), com o objetivo analisar como governos e sociedade civil têm se organizado a fim de reduzir as consequências da pandemia nas penitenciárias, identificou práticas no Brasil e no mundo, e concluiu que a superlotação, somada ao medo da doença e à suspensão de visitas causou rebeliões nas instituições penais, "para exemplificar: em Luxemburgo, houve relato de greve de fome. Na Itália, rebeliões foram relatadas em diversas áreas do país. Na Argentina, houve pelo menos uma morte e diversos feridos em decorrência de revoltas" (CARVALHO; SANTOS; SANTOS, 2020, p. 3497).

Essa situação agrava não só a vida das mulheres e homens presos, mas de todos os profissionais que trabalham nesses ambientes. Pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Burocracia da Fundação Getúlio Vargas (2020) pretendeu investigar as percepções dos agentes prisionais no decorrer da pandemia, onde colheu-se respostas de amostra que representam os agentes prisionais de todo Brasil. Dentre os diversos resultados, aponta-se a sensação de medo da covid-19, a falta de estrutura para isolamento dos contaminados, a falta de testagem entre os profissionais, a falta de treinamento e distribuição de EPIs, mas destaca-se, a percepção de 73,7% dos agentes prisionais de que a pandemia causou impactos negativos na saúde mental dos

mesmos. A partir dos relatos colhidos nesse estudo, sugere-se que os protocolos recomendados pela OMS não estão sendo cumpridos nos ambientes penais e os impactos são refletidos na vida desses profissionais (NEB, 2020).

Os problemas que estão sendo expostos, no Sistema Penitenciário pela covid-19, são denunciados diariamente por movimentos sociais, movimentos estudantis, movimento negro e coletivos organizados de direitos humanos, dentre outras organizações (FREITAS, 2021). A ausência de política do Governo Federal, por exemplo, para testagem das pessoas que estão presas, o baixo grau de transparência das informações referentes ao coronavírus, além do não cumprimento das recomendações da OMS e nem da Recomendação nº 62, incorporam o tamanho e a condição da crise sanitária nas penitenciárias brasileiras.

Sob os obstáculos de aplicação dos direcionamentos federais, segundo dados de 14 de julho de 2021, o Rio Grande do Sul possui uma população prisional de 33.852 apenados e apenadas, sendo confirmados cerca de 3.490 casos de coronavírus, 99 suspeitos e 25 óbitos (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021). O Rio Grande do Norte, por sua vez, cuja população prisional é menor, com 9.056 pessoas, foram 724 confirmados com a doença, 820 suspeitos e nenhum óbito (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021). Importa destacar a existência de uma cifra oculta, devido a falta de diagnóstico e assistência à saúde nos presídios do território nacional.

Ademais, as diferenças dos dados apresentados devem ser analisadas em conjunto com os indicadores do DEPEN sobre os grupos de riscos presentes nos sistemas femininos dos estados. O Rio Grande do Norte, segundo pesquisa realizada em 2020, possui: 04 gestantes; 04 apenadas com mais de 60 anos de idade e 27 portadoras de doença crônica ou respiratória.

Já no Rio Grande do Sul, são 09 gestantes; 07 apenadas com mais de 60 anos de idade e 19 portadoras de doença crônica ou respiratória (DEPEN, 2020). Isso evidencia que no Rio Grande do Norte há um maior número de assistidas do grupo de risco quando se trata de presídios femininos.

O estado do Rio Grande do Norte se antecipou às normativas federais e em março de 2020 suspendeu as visitas das famílias aos apenados, que representavam um fluxo de 30 mil pessoas por mês, e logo depois, foram suspensas as assistências presenciais de advogados nas unidades prisionais. Tais medidas foram respaldadas pelo Decreto Estadual de n° 29.512/20. A Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) do estado potiguar implementou uma série de medidas para o combate ao coronavírus: criação de protocolos para higienização do ambiente prisional; acompanhamento dos apenados pelas equipes de saúde; triagem sanitária dos ingressantes do sistema; identificação e isolamento dos apenados que fazem parte do grupo de risco e dos que apresentam sintomas; aumento do período de banho de sol.

As respostas institucionais encaminharam-se também pela Portaria Conjunta SEAP/DPE/OAB nº 01/2020 e da Portaria Conjunta SEAP/SEMJIDH nº02/2020, que determinou condições de teleatendimentos, de advogados(as) e defensores(as) públicos(as) às pessoas privadas de liberdade sob a custódia e regulamentou os procedimentos para a realização de tele visitas.

Em setembro de 2020, o estado do RN publicou um direcionamento mais completo para a contenção do coronavírus o Plano de Contingência Estadual para infecção Humana pelo coronavírus (RIO GRANDE DO NORTE, 2020), o qual aponta, dentre outras medidas, a adoção de uma série de procedimentos para identificação de sinais e sintomas respiratórios entre os custodiados, não apenas do coronavírus, mas de outros vírus circulantes,

como a gripe comum e a H1N1; a separação de pessoas do grupo de risco e o uso de cortinas ou biombos para delimitar a separação de no mínimo dois metros entres os confirmados, na ausência de casos confirmados ou suspeitos. Além disso, a realização de uma busca diária por possíveis casos sintomáticos; a limitação de movimentação dos policiais penais nos pavilhões e dos profissionais da equipe, principalmente na incidência de casos suspeitos, além da promoção de ações de educação em saúde para pessoas privadas de liberdade.

Na outra ponta do país, no estado do Rio Grande do Sul, a Secretaria da Administração Penitenciária (SEAPEN/SUSEPE) lançou nota técnica nº 04/2020, estabelecendo orientações para prevenção do contágio pelo novo coronavírus. Dentre tais medidas, estipulou-se critérios de higiene e isolamento de presos que apresentassem sintomas e também foram dispostos novos procedimentos de triagem para entrada de servidores e de advogados nos estabelecimentos prisionais. Esses deveriam responder um questionário, a fim de verificar a possibilidade de estarem contaminados ou não. As visitas dos familiares foram suspensas, inicialmente, até o dia 03/09/2020 e depois prorrogadas por mais 15 dias. Conforme o aumento do número de casos, houve a necessidade de se pensar outras formas de realizar as visitas aos presos(as). Desse modo, houve o recadastramento online para a visitação que começou a ser realizada de modo virtual.

Tais medidas foram respaldadas pelo Decreto nº 55.115/2020. Apesar das orientações dos órgãos mencionados, os documentos não fazem referência às especificidades das mulheres, para além da suspensão imediata de visitas às gestantes. Consonante, estudo realizado na Penitenciária de Ijuí no estado do Rio Grande do Sul expõe que a falta de posicionamento sobre as diretrizes específicas da Recomendação nº 62 do CNJ e dos documentos mencionados

acima, em relação ao encarceramento de mulheres, demonstra que "os presídios femininos reproduzem as desigualdades presentes nos diferentes espaços sociais" (OLIVEIRA; CARVALHO, 2020, p. 171).

Em outubro de 2020, foi elaborado pela SEAPEN e pela SUSEPE, o Plano de Retomada Gradual e Controlada das Visitas no Sistema Prisional nos estabelecimentos do Rio Grande do Sul. O retorno das visitas nas regiões em que estavam em bandeira laranja e amarela, uma vez por mês, sem abandonar as visitas virtuais já implementadas (SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, 2021).

Nessa situação foi permitida a entrada de um visitante por pessoa presa, e o tempo e duração da visita se deu através da bandeira que se encontrava a cidade, exemplo: preta e vermelha sem visitação presencial; bandeira laranja 1 hora de visita e bandeira amarela 2 horas. Foi vedado o contato físico, exceto na visita íntima. Além disso, foi proibido levar alimentos nas visitações. Ainda de acordo com o plano de retomada, o descumprimento das orientações implica em suspensão das visitas por 30 dias (SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS, 2021). Com o aumento do número de casos, novamente a visitação foi suspensa. Somente em julho de 2021 foram liberadas as chamadas visitas humanitárias, com os mesmos critérios estabelecidos no Plano de retomada (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

É possível extrair das normativas estaduais adotadas que nenhuma trata das especificidades do cárcere feminino desenvolvidas no tópico anterior, fato que expressa uma cultura política de invisibilidade das mulheres na gestão do sistema penitenciário brasileiro. Outro ponto relevante a ser extraído é a temporalidade das políticas penitenciárias sobre a covid-19 nos estados, não se encontrou nenhum plano de gestão pensado para

o ano de 2021. A importância de se renovar as reflexões sobre a condução da pandemia reside na possibilidade de criar políticas condizentes com o momento vivenciado. Assim, é preocupante que o último direcionamento legislativo significativo para o sistema dos estados tenha ocorrido ainda em 2020. Nessa seara, o próximo tópico nasce com o escopo de trazer a discussão para o nível de rua, entrevistando gestores que lidam diretamente com o sistema, a fim de estabelecer uma quadro amplo e profundo sobre a gestão dos sistemas penitenciários femininos dos estados do Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul na pandemia.

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA GESTÃO DOS PRESÍDIOS FEMININOS DO RIO GRANDE DO NORTE E DO RIO GRANDE DO SUL: METODOLOGIA E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Metodologia e percursos da investigação

Após a primeira parte desta pesquisa, que consistiu em uma revisão bibliográfica sobre encarceramento feminino e a análise documental das Normativas sobre a pandemia e o Sistema Prisional pelo Conselho Nacional de Justiça e pelos estados pesquisados, partiu-se para a segunda etapa que teve como objetivo entender, de fato, os impactos da pandemia nas penitenciárias femininas dos estados eleitos, a partir das narrativas dos seus gestores. Optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas, por estas permitirem uma sistematização do que se quer coletar com a pesquisa, a partir dos estudos teóricos, com a liberdade de desbravar inesperadas questões, trazidas pelos entrevistados (BATISTA, 2017). Assim, o roteiro foi esquematizado a partir de quatro questões

pilares: 1. Quais são as diferenças na gestão dos presídios femininos antes e depois da pandemia? 2. O que você acha que difere como a pandemia impacta os presídios femininos em relação aos masculinos? 3. Quais foram as principais políticas públicas construídas durante a pandemia? E qual o impacto da Recomendação nº 62? 4. Você acha que o RN/RS possui desafios específicos que impactam a gestão dos presídios durante a pandemia?

O roteiro foi então aplicado na gestão de duas penitenciárias: o pavilhão feminino do Complexo Penal Dr. João Chaves, localizado em Natal, capital do Rio Grande do Norte, e a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, construída em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. A escolha dos dois estados não se deu como uma forma de generalizar a análise para todo o Brasil, mas na busca por compreender como a pandemia impactou diferentes sistemas penitenciários brasileiros. Não se busca fazer comparativos, mas traçar paralelos e possíveis intersecções entre as realidades vivenciadas.

As entrevistas foram então realizadas pela plataforma de videoconferência *Google Meet,* após o envio da Carta Convite e aceite dos participantes. A modalidade virtual foi necessária em virtude da pandemia do coronavírus e a imprescindibilidade do distanciamento social. Imperioso ressaltar que por se tratar de dados públicos, a presente pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética das Universidades envolvidas, no entanto, todos os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento, o qual destrinchou os objetivos desta investigação, estando estes cientes do uso das informações obtidas para fins de pesquisa, bem como o sigilo dos dados pessoais. Dessa forma, o estudo só desbrava os dados consoantes ao sistema penitenciário, utilizando o termo "Entrevistada" ao se dirigir aos seus participantes.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DAS GESTORAS DO COMPLEXO PENAL DR. JOÃO CHAVES EM NATAL/RN E DO PRESÍDIO FEMINO MADRE PELLETIER EM PORTO ALEGRE/RS

Nessa subseção, a partir das narrativas das gestoras dos dois presídios eleitos, buscou-se compreender os principais desafios e implicações da pandemia no Sistema Penitenciário feminino dos dois estados.

O Complexo Penal Dr. João Chaves foi fundado em 1969 para abrigar o presídio masculino, mas apenas no início do século XXI, este passou a dividir espaço com a ala feminina. Apenas no ano de 2011 foi construído um berçário da unidade, que estava previsto no Plano Diretor Penitenciário do estado desde 2008 (MELO; ALVES; CAVALCANTE, 2015). O Presídio Feminino Madre Pelletier, por sua vez, localizado na cidade de Porto Alegre/RS, foi o primeiro presídio feminino do Brasil. A penitenciária foi administrada pela Congregação Bom Pastor D'Angers que administrou também outros presídios femininos do país durante grande parte do século XX (KARPOWICZ, 2017).

Ao questionar as gestoras sobre as diferenças dos presídios femininos antes e depois da pandemia, a Entrevistada da João Chaves afirmou: "[...] A visita passou a ser virtual que no começo foi difícil, porque os familiares e muita gente não domina a tecnologia" (ENTREVISTADA JOÃO CHAVES). Do mesmo modo, a Entrevistada da Madre Pelletier mencionou a realização de visitas virtuais, uma vez por semana, em diversas plataformas digitais como *skype, whatsapp* e até mesmo ligações, de acordo com a possibilidade de acesso dos familiares.

Nesse sentido, percebe-se que nas duas penitenciárias foram adotadas as visitas virtuais, com certa flexibilidade sobre

a plataforma a ser utilizada, para que os familiares conseguissem entrar em contato com aquelas apenadas. As dificuldades com as tecnologias foram suscitadas, porém as visitas virtuais, em geral, foram medidas adequadas para a manutenção do isolamento social. Ademais, no RS as normativas foram no sentido de proibir a entrada de menores de 18 anos e de idosos, permitindo apenas aqueles que já estavam com a imunização completa. As consequências disso foram o afastamento dessas mulheres de seus filhos menores de 18 anos. Esse afastamento das crianças foi fator marcante da narrativa da gestora do Madre Pelletier.

> [...] nossa grande diferença no pré-pandemia e no pós pandemia é em relação ao acesso que os familiares têm às detentas aqui dentro. Pois, nós sabemos que a mulher presa é muito mais negligenciada pela família. Então, hamm...no período durante a pandemia esse acesso a família, esse acesso aos filhos, principalmente, prejudicou muito, pois nós restringimos as visitas desde o dia 19 de março de 2020. Então, pra ti ter uma noção, hoje nós estamos no dia 19 de julho de 2021 e desde então as presas não tiveram nenhum tipo de acesso aos seus filhos menores. Elas não tiveram mais nenhum tipo de contato físico e nem mesmo contato visual, pois todos aqueles menores de 18 anos que devem ser acompanhados por responsáveis durante a visitação dos presídio, eles estão com acesso suspenso, devido à pandemia, e nós até o momento não temos como flexibilizar esse acesso (ENTREVISTADA MADRE PELLETIER, 2021).

Além disso, em relação à visitação humanitária liberada no estado do Rio Grande do Sul, a Entrevistada informou que as presas foram consultadas sobre o assunto e preferiram proteger seus familiares, mantendo a visitação de modo virtual.

Assim, foi realizada apenas uma visitação humanitária na Penitenciária Madre Pelletier:

> Agora, nós tivemos, no dia 17 de maio, uma visitação humanitária. Foi a única que aconteceu agora no ano de 2021, né. Essa visita foi realizada com distanciamento social. Então, a presa ficava de um lado do pátio e a visita dela do outro lado, separados com cordão de isolamento. Era uma visita que poderia durar no máximo uma hora e meia e sem qualquer tipo de contato físico [...] (ENTREVISTADA MADRE PELLETIER).

No tocante às diferenças de como a pandemia impacta os presídios femininos em relação aos masculinos, a Entrevistada da Penitenciária João Chaves apontou que:

> Elas praticamente não têm visita do companheiro, porque muitos estão presos, e com certeza o número de visitante é bem reduzido em relação ao masculino (ENTREVISTADA DA JOÃO CHAVES)

No mesmo sentido, a Entrevistada do Madre Pelletier apontou as diferenças com os presídios masculino tanto no âmbito da visitação das famílias, como da visitação dos companheiros e, por fim, sobre a diferença entre a demanda da visita íntima para homens e mulheres privados de liberdade.

> A grande demanda do preso é a visita íntima, tanto que o presidio masculino que eu trabalhava, assim como em vários outros aqui do estado, os presos não aceitaram nesse formato de visita humanitária com distanciamento social porque a demanda do preso já é quase que exclusivamente a visita íntima. Então se não existir a possibilidade de

> acontecer a visita íntima, eles preferem que não aconteça visita nenhuma. A mulher presa é diferente, porque a demanda da mulher presa é realmente ter algum contato com a família e, principalmente, com os filhos. Então, a mulher ela acaba sofrendo muito mais porque a relação da mulher presa ela enquanto mãe é uma relação muito mais forte [...] (ENTREVISTADA MADRE PELLETIER)

A partir das narrativas expostas acima, constata-se que, assim como foi abordado na seção dois deste artigo, as mulheres presas são menos visitadas. Isso ocorre em razão ao dever de cuidado atribuído às mulheres historicamente. Companheiros e filhos são visitados, mas não as visitam, pois não se veem na obrigação de cuidar de suas familiares encarceradas ou estão impossibilitados por estarem também encarcerados. Ademais, essa figura da mãe e esposa quando presa acaba por afetar toda a rede familiar. Tais fatos evidenciam que a mulher infratora além da punição do Estado pela prática criminosa, também é punida por não reproduzir os papéis de gênero de esposa e mãe atribuídos a elas, sendo totalmente isoladas.

A importância das atividades religiosas e laborais nas penitenciárias foi algo evidenciado por ambas Entrevistadas. Elas ressaltam que antes da pandemia recebiam presencialmente as igrejas, principalmente em eventos comemorativos, e também tinha acesso a oficinas de artesanato. Essas questões, segundo a Entrevistada da Madre Pelletier "tem o poder, tem a função...como se diz aqui dentro do sistema? De trazer, de acalmar a galera". Embora tais pontos estejam presentes em ambas as narrativas, como pontos positivos que eram desenvolvidos nas penitenciárias antes da pandemia, os sistemas lidaram de formas diferentes com os obstáculos promovidos pela pandemia.

A Entrevistada do Madre Pelletier narra:

> Então, eu acho que a grande diferença é essa: que antes, pré-pandemia, nós tínhamos uma rotina muito mais bem estabelecida. Nós tínhamos visitas semanais, nós tínhamos toda uma atividade laboral que funcionava, né.. normalmente, todos os dias da semana. Nós tínhamos assistência religiosa, que é uma coisa que faz muita diferença aqui dentro também para as apenadas, e com a pandemia tudo isso se acabou praticamente (ENTREVISTADA DO MADRE PELLETIER)

Assim, no Madre Pelletier essas atividades não se perpetuaram durante a pandemia, o que pode desencadear reflexos intensos para as apenadas, que além do afastamento dos familiares e o medo do contexto que é em si preocupante, estão privadas de atividades que serviam como válvula de escape para o clima de isolamento do sistema, potencializado pela pandemia.

A João Chaves, por sua vez, conseguiu desenvolver saídas para as questões:

> Tivemos que fazer algumas adaptações para que não houvesse tanto estresse dentro da unidade, passamos a desenvolver alguns projetos. Por exemplo, reforçamos a parte do artesanato, que é uma terapia ocupacional. Nesse período foi implantado um projeto da costura, as internas confeccionaram máscaras para serem distribuídas nas comunidades carentes. Essa questão da assistência religiosa é a gente que faz, procuramos colocar hino e música. Tivemos que nos reorganizar totalmente para que não parasse, dando continuidade ao trabalho de forma diferente. Até agora tem dado certo, não tivemos nenhum estresse, mesmo com a ausência da família (ENTREVISTADA DA JOÃO CHAVES)

A Entrevistada da João Chaves ressalta o quanto essas atividades diminuíram a tensão das assistidas, até mesmo uma festa junina foi organizada pela gestão, com apoio das apenadas, e mesmo sem a presença das famílias, foi um momento de alívio ao clima de tensão. Quanto aos impactos da Recomendação nº 62 do CNJ, esta não foi aplicada na Penitenciária João Chaves, com nenhum caso de autorização de prisão domiciliar, embora esta tenha sido solicitada no início da pandemia, contudo, todas foram negadas pelo Poder Judiciário. Esse quadro não se repetiu no Madre Pelletier, aliás, segundo a entrevistada, a Recomendação impactou bastante a Penitenciária, citando a questão da prisão domiciliar.

> Nesse ponto, a Resolução foi muito efetiva para nós. Não sei se vocês sabem, mas a Madre Pelletier é a única casa do estado do Rio Grande do Sul que possui uma unidade materna infantil em funcionamento. Então, a pandemia, desde março, todas as gestantes que nós tínhamos, elas foram mandadas para a prisão domiciliar. Durante todo esse tempo, nós não tivemos nenhum nascimento de bebê dentro do Madre, nós não ficamos como ficávamos antigamente né antes da pandemia era muito comum que a apenada gestante desse a luz e retornasse para a casa prisional e ficava alojada nas dependências da unidade materna infantil com o bebê. Até um ano de idade, depois com a pandemia elas realmente foram enviadas para a prisão domiciliar. (ENTREVISTADA DO MADRE PELLETIER)

A Entrevistada narra ainda que em junho de 2021 aconteceu o primeiro nascimento de bebê na Penitenciária durante a pandemia, mesmo assim, as duas mães foram encaminhadas à prisão domiciliar após dois dias do nascimento dos bebês.

As discussões de ambas as Entrevistadas sobre a Recomendação nº 62 do CNJ se atentam à mesma questão, a possibilidade de conversão para a prisão domiciliar dos grupos de risco, o que é uma demanda cara à população prisional, mas muito mais dependente do Poder Judiciário do que da administração penitenciária. Assim, a diferença de dinâmicas quanto à concessão diz respeito a uma política judiciária dos Estados.

Um ponto interessante das narrativas é que nenhuma trata dos vários direcionamentos da Recomendação quanto às medidas sanitárias, embora tenham adotado políticas similares às dispostas pelo CNJ, como será tratado adiante, evidenciando um parco conhecimento da normativa, adotando políticas autônomas, a partir das necessidades evidenciadas no cotidiano prisional na pandemia.

Ao serem questionadas sobre quais foram as principais políticas públicas construídas durante a pandemia, as entrevistadas deram enfoque a questões diferentes. Para a Entrevistada da João Chaves, as políticas foram voltadas a temáticas relativas à higienização e a necessidade de adoção de novos protocolos, com uma nova rotina de limpeza da unidade, principalmente quando ainda havia um público externo na unidade. A gestora do Madre Pelletier, por sua vez, é enfática ao mencionar que não houve políticas públicas específicas para as mulheres privadas de liberdade, mas políticas voltadas aos presídios em geral, quais sejam, isolamento, higienização e limpeza. A única política que foi pensada para as mulheres foi a doação e distribuição de cestas básicas aos familiares das apenadas.

> Em relação à política pública, o que que eu vou dizer assim nesse momento a SUSEPE, a Superintendência do Serviço Penitenciário tá organizando a distribuição de cestas básicas pra familiares de presas. Então nós fizemos

> um cadastro com todas as presas que recebem visita que a família vem realmente, pra né prestar alguma assistência e essas presas colocaram numa listagem o nome do familiar que irá retirar a cesta básica. Ela também coloca os dados dela. Coloca os dados de contato desse familiar então a partir dessa semana os familiares da ASBEM já poderão vir até aqui na sala de revista mesmo. Eles virão fazer a entrega da assistência material pras presas mesmo e já poderão retirar também uma cesta básica que é doada pela SUSEPE. Então, eu acho que essas foram as maiores ações que nós conseguimos tomar nesse tempo de pandemia, porque foi uma época em que o trabalho ficou muito restrito pra nós também né. Nós queríamos movimentar as presas na menor quantidade possível, nós queríamos reduzir os focos de contaminação ao máximo e ainda bem que tivemos sucesso porque não tivemos nenhum caso de Covid. Então, pra nós, isso já foi um grande sucesso (ENTREVISTADA MADRE PELLETIER, 2021)

Tal fato evidencia o quanto a produção de políticas públicas a partir da perspectiva de gênero são essenciais para atender a demanda específica das mulheres encarceradas. Como já mencionado, essas mulheres são em sua maioria jovens, negras, mães, com baixa escolaridade e que praticam crimes relacionados ao tráfico de drogas, sendo muitas vezes chefes de família. Logo, é necessário construir políticas que entendam as peculiaridades dessas mulheres e se estendam aos familiares que estão fora dos presídios, visto que a retirada da figura materna afeta toda a rede familiar. Além disso, o afastamento dos filhos impõe um sofrimento para as mães e para as crianças.

Por fim, quanto a existência de desafios enfrentados especificamente pelo Rio Grande do Norte na gestão da pandemia, a entrevistada aduz que:

> Sim, sim, existe sim. Por exemplo, aqui nessa unidade prisional a gente não dispõe de uma equipe médica, multidisciplinar, que deveria ter, deveria ter pela LEP. A gente não tem... a gente hoje só tem clínico geral para tudo, já faz algum tempo que a secretaria luta para ter essa equipe de saúde, mas até agora não conseguiram implementar. (ENTREVISTADA DA JOÃO CHAVES).

No Rio Grande do Sul, os fatores como limpeza, higienização e isolamento que foram mais bem resolvidos no Rio Grande do Norte são os principais desafios das penitenciárias gaúchas. A gestora aponta como um desafio a ser enfrentado em todo Estado do Rio Grande do Sul a questão do isolamento, por exemplo, tendo em vista que os banheiros da Penitenciária Madre Pelletier são coletivos e, por essa razão, as galerias ficam abertas. As presas circulam por todos os lugares, sendo o isolamento social e a quarentena de suspeitos da covid-19 praticamente impossível nos presídios.

Das análises das entrevistas foi possível aferir três questões principais que convergem sobre os impactos da pandemia nas penitenciárias femininas: 1) a promoção de visitas virtuais; 2) a questão das mulheres serem menos visitadas que os homens; 3) a importância da implementação das diretrizes da assistência penitenciária dispostas na LEP, como a religiosa e a laboral. Quanto aos pontos divergentes, é possível compreender que algumas políticas adotadas para a contenção do vírus divergem entre as gestões, inclusive a aplicação da Recomendação nº 62 do CNJ.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha dos estados analisados não foi uma forma de generalizar resultados para todo o Brasil, mas buscar compreender

como a pandemia impactou diferentes realidades penitenciárias brasileiras. A ausência de uma política federal refletiu em diferentes decisões tomadas pelos estados e, mesmo com a Recomendação nº 62 do CNJ, os sistemas judiciários estaduais demonstraram atuações distintas na sua execução.

Os efeitos positivos da Recomendação nº 62 do CNJ, sentidos em Madre Pelletier Porto Alegre/RS, justificam a importância de seu cumprimento. A maioria dos estados brasileiros, por não terem garantido sua implementação, somaram-se aos agentes públicos que, além do descumprimento de uma normativa, submeteram várias mulheres, em situação de risco, grávidas, lactantes, etc., à exposição ao coronavírus. Ademais, aponta-se que as políticas públicas realizadas em decorrência da crise sanitária não deram conta de abarcar as questões de gênero que perpassam o ambiente prisional. As mães de crianças de até 12 anos, reconhecidas pelo CNJ como prioridade, uma vez que as aulas e atividades educacionais para crianças também foram suspensas, tiveram sua condição ignorada. As mães, sejam em Madre ou em João Chaves, estão há mais de um ano sem encontrar seus filhos.

Outra oportunidade desperdiçada de promover o desencarceramento e proteger a vida — não somente das pessoas privadas de liberdade, mas dos agentes penitenciários, suas famílias e toda comunidade envolvida no universo do cárcere. A gestão da crise da pandemia nas penitenciárias e as suas implicações reforçam a indissolúvel relação entre a prisão e a sociedade civil, a correspondência desta relação demanda que o Estado tenha o cuidado com as vidas em risco e cumpra a lei, recomendações, resoluções e tratados.

As mulheres privadas de liberdades que antes já recebiam menos visitas do que os homens presos, durante a pandemia da covid-19, viram-se ainda mais isoladas, a partir das limitações impostas, vivenciando um "superisolamento". Para os gestores

penitenciários entrevistados, durante a pandemia, a suspensão das visitas presenciais (por familiares ou instituições) e as televisitas representaram uma mudança substancial na rotina dos presídios femininos.

Apesar da gravidade da doença, os dados demonstrados revelam que nos dois estados analisados existem poucas informações sobre a real situação dos presídios femininos durante a pandemia. A falta transparência penitenciária e o impedimento do controle externo — pelas famílias, pelo o movimento social, pelos os representantes dos direitos humanos e, inclusive, pelos pesquisadores — foram identificados como as principais resistências para a obtenção dos dados no sistema penitenciário. A ausência de informação penitenciária colabora para que a publicação dos números de mortes, de infectadas e de recuperadas passe por um crivo político e não priorize a responsabilização pública. Além de assim, abrir oportunidade para reforço das políticas ancoradas no negacionismo e na falta de evidências confirmadas pela OMS.

O cumprimento da LEP/1984 não está suspenso durante a pandemia. As pessoas que estão presas não podem ter seus direitos interrompidos. A assistência à saúde, assistência religiosa, assistência jurídica, educação, etc., precisam se adaptar à condição da pandemia, porque são essenciais para o devido enfrentamento à doença e de seus impactos. A resposta estatal à pandemia nas prisões, inclusive pelo poder judiciário, foi tímida, desarticulada e não priorizou a integridade da saúde das pessoas, sejam elas das mulheres presas ou dos profissionais que atuam nesses ambientes. Se, de um lado, improvisações e práticas pontuais tentaram reduzir as tensões intramuros, de outro, pessoas foram colocadas em risco a favor de decisões que resistiram à oportunidade de preservar vidas.

REFERÊNCIAS

AGUIRRÉ, C. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. *In*: MAIA, C. N., *et al*. **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco Ltda, 2009. v. 1. cap. 1. p. 35-77.

ALLOTEY, J.; STALLINGS, E.; BONET M. *et al*. PregCOV-19 Living Systematic Review Consortium. Clinical manifestations, risk factors, and maternal and perinatal outcomes of coronavirus disease 2019 in pregnancy: living systematic review and meta-analysis. **BMJ**. v. 370, p. m3320, 2020. DOI:10.1136/bmj.m3320

BARATTA, Alessandro. O paradigma do gênero: Da questão criminal à questão humana. *In*: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Criminologia e Feminismo**. Porto Alegre: Sulina,1999.

BATISTA, Eraldo Carlos; MATOS, Luís Alberto Lourenço; NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.11, n.3, p. 23-38, 2017.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. **Rev. direitoGV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 523-546, dez. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Nº 347/DF. **STF**, Relator: Min. Marco Aurélio, Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) Mulheres**. Brasília, DF. 2. ed. 2017. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em: 27 jun. 2020.

BOITEUX, Luciana. As cartas delas: gênero, drogas e as narrativas femininas do cárcere. *In*: PIRES, T.; FREITAS, F. **Vozes do cárcere:** ecos da resistência política. (org.). Rio de Janeiro: Kitabu, 2018. p. 356 -368.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Polén, 2019.

CARVALHO, S. G.; SANTOS, A. B. S.; SANTOS, I. M. A pandemia no cárcere: intervenções no superisolamento. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de janeiro, v. 25, n. 9, set. 2020.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Resolução nº 01/2020**: Pandemia e Direitos Humanos nas Américas. 1 ed. Oea, [*S.l.*], 2020. 19 p. Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucao-1-20-pt.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Recomendação N° 62, de 17 de março de 2020**. Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Brasília, DF,2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 22 maio 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Monitoramento Local Covid-19**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/07/Monitoramento-CNJ-GMFs-Covid-19-14.7.21.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

DAVIS, Angela. **Estarão Obsoletas as prisões**? Rio de Janeiro: DIFEL, 2018, p. 65-89.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). **Informação nº 63/2020/DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN**. Brasília, 2020. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1588195416_SEI_MJ11429916Informao_final.pdf. Acesso em: 22 jul. 2021.

FREITAS, F. Vidas Negras Encarceradas: a pandemia nas prisões brasileiras. **Boletim de Análise Político-Institucional- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada,** Rio de Janeiro, n. 1, 2021.

IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. **A Pandemia da Covid-19 no Sistema Prisional e Socioeducativo Brasileiros**: entre narrativas, recomendações e realidades. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.ibccrim.org.br/noticias/exibir/1016. Acesso em: 21 jun. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Dar à luz na sombra:** condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão**.** Brasília, 2015.

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA (ITTC). **Maternidade Sem Prisão**: diagnóstico da aplicação do Marco Legal da Primeira Infância para o desencarceramento de mulheres. São Paulo: ITTC, 2019. Disponível em: http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2019/10/maternidadesemprisao-diagnostico-aplicacao-marco-legal.pdf. Acesso em: 21 jun. 2020.

KARPOWICZ, Débora Soares. **Do convento ao Cárcere**: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D'angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1936-1981). 334fl. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História) PUCRS, Rio Grande do Sul, 2017.

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista novos paradigmas.** 2. ed. São Paulo, Saraiva. 2017. (Série IDP: Linha Pesquisa Acadêmica). ISBN 9788547221706.

MELO, Juliana; ALVES, Leonardo; CAVALCANTE, José. A partir de Perspectivas de Mulheres em situação de Prisão e na condição de visitantes. **Vivência**, [*S. l*], v. 1, n. 46, p. 113-130, fev. 2015.

NEB - NÚCLEO DE ESTUDOS DA BUROCRACIA. **Os agentes prisionais e a pandemia de Covid-19**. São Paulo: FGV, jun. 2020. (Nota Técnica).

OLIVEIRA, C. B. D.; CARVALHO, S. D. **Encarceramento de Mulheres no Contexto da Pandemia de Covid-19**. Criminologias e política criminal II**,** CONPEDI, Florianópolis, 2020. ISSN 978-65-5648-064-0. Disponível em: http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/olpbq8u9/7s8vua2z/ZN2551z2klv8E7VW.pdf. Acesso em 6 maio 2021.

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL. **A Pandemia da Tortura no cárcere**.[*S.l*], 2020. p. 25-44. (Relatório). Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Relato%CC%81rio-A-pandemia-da-tortura-no-ca%CC%81rcere-2020.pdf. Acesso em: 22 maio 2021.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Decreto nº 29512, de 13 de março de 2020. Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do Poder Executivo Estadual. **Diário oficial do Estado,** Rio Grande do Norte. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390672. Acesso em: 6 maio 2021.

SASEP- Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte. **Plano de Contingência Estadual para infecção Humana pelo Coronavírus**. Rio Grande do Norte, 2020. Disponível em: https://portalcovid19.saude.rn.gov.br/wpcontent/uploads/2020/04/PLANO_RN_COVID19_V.7_FINALIZADO.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

PORTAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Seguindo orientações de saúde deste período de pandemia, sistema prisional tem visita humanitária até 31 de maio**. Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: https://estado.rs.gov.br/seguindo-orientacoes-de-saude-deste-periodo-de-pandemia-sistema-prisional-tem-visita-humanitaria-ate-31-de-maio. Acesso em: 21 jul. 2021.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Portaria Conjunta SEAP/DPE/OAB nº 01/2020, de 15 de maio de 2020. Determina condições de tele atendimento, de advogados(as) e defensores(as) públicos(as) às pessoas privadas de liberdade sob a custódia do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio Grande do Norte, 19 maio 2020. Disponível em: https://www.defensoria.rn.def.br/sites/default/files/2020-05/PORTARIA%20CONJUNTA%20N%C2%BA%2001%20-%20SEAP%2C%20DPE%2C%20OAB.pdf. Acesso em: 6 maio 2021.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Portaria Conjunta SEAP/SEMJIDH nº02/2020, de 03 de junho de 2020. Regulamenta os procedimentos para a realização de tele visitas do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte e seus familiares.**Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio Grande do Norte, 24 nov. 2020. Disponível em: http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20200603&id_doc=685041. Acesso em: 6 maio 2021.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Nota Técnica 01/2020. **Orientações para a prevenção do contágio por coronavirus – covid-19**. Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1599143706_03103744-nota-te-cnica-publicada-v14.pdf Acesso em: 6 maio 2021.

RIO GRANDE DO SUL (Estado) Decreto Nº 55.129, de 19 de março de 2020. Institui Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Conselho de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Grupo Interinstitucional de Monitoramento das Ações de Prevenção e Mitigação dos efeitos do COVID-19 no Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul e Centro de Operação de Emergência - COVID 19 (COE COVID-19) do Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 2020**. Disponível em: https://saudeadmin.rs.gov.br/upload/arquivos/202003/20112207-decreto-55-129-20.pdf. Acesso em: 6 maio 2021.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. (Estado). **Seapen divulga Plano de Retomada gradual e controlada das visitas no Sistema Prisional**, Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: https://seapen.rs.gov.br/seapen-divulga-plano-de-retomada-gradual-e-controlada-das-visitas-no-sistema-prisional. Acesso em: 21 jul. 2021.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS. (Estado). Plano de retomada gradual e controlada das visitas no sistema prisional. Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: https://seapen.rs.gov.br/upload/arquivos/202011/22205119-adequacao-do-plano-de-retomada-das-visitas-seapen.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.

WEIGERT, Mariana de Assis Brasil; CARVALHO, Salo. Criminologia feminista com criminologia crítica. **Revista Direito e Práxis**, Ahead of Print, Rio de Janeiro, 2019. DOI: 10.1590/2179-8966/2019/38240

RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PESQUISA COM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: UMA MEDIAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO E O CAMPO

Greiceane Roza Vieira[1], Laura Barcellos de Valls[2], Míriam Thais Guterres Dias[3], Sofia Mainardi Baptista[4]

INTRODUÇÃO

O relato de experiência aqui caracterizado originou-se do projeto *Mulheres privadas de liberdade: necessidades decorrentes do uso de drogas e contextos de violências*, de autoria de DIAS et al. (2017) e apoiado pelo Ministério da Saúde (MS) por meio do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS). O projeto tem por objetivo investigar a saúde das mulheres privadas de liberdade no estado do Rio Grande do Sul, identificando além de suas características

[1] Mestranda no PPG Política Social e Serviço Social – UFRGS

[2] Graduanda em Serviço Social – UFRGS, bolsista de Iniciação Científica FAPERGS

[3] Doutora em Serviço Social (PUCRS). Docente do Departamento de Serviço Social e do PPG Política Social e Serviço Social – UFRGS. Coordenadora da pesquisa PPSUS/FAPERGS

[4] Graduanda em Psicologia – UFRGS, bolsista de Extensão UFRGS

socioeconômicas e demográficas, dimensões de adoecimento psíquico, uso problemático de álcool e outras drogas e também sua relação com a violência. Para coleta das variáveis de interesse ao estudo, o percurso metodológico previu a realização de entrevistas por meio de questionários fechados e escalas validadas, dispondo como campo de pesquisa dois estabelecimentos prisionais femininos do Rio Grande do Sul.

Considerando a linha tênue pesquisador-participante, quando imersos no campo da pesquisa, a categoria "mediação" despontou como categoria privilegiada para interpretação das profusas dimensões presentes nos estabelecimentos prisionais. Ao originar-se de uma metodologia com abordagem quantitativa, esse relato tem por objetivo sublinhar a implicação dos pesquisadores em campo e, portanto, suas formas de apreensão da realidade investigada. A experiência vivenciada pelo grupo compreendeu, além da extrapolação dos instrumentos metodologicamente previstos, a superação da noção simplista de campo e do estereótipo da mulher privada de liberdade sob a condição de "ameaça".

Relativa à realidade vivenciada, a categoria mediação explicitou os fenômenos investigados, articulando-os ao conjunto de suas relações com os demais fenômenos, de forma a superar sua aparência, em direção à sua essência. Assim, por intermédio do contato pesquisador-participante, confrontou-se a singularidade dos relatos trazidos oralmente, que se particularizam por sistemas de mediação e, que foram ainda incorporados ao plano da universalidade através de determinações gerais de maior magnitude, desvelando não somente a realidade presente *in loco*, mas o conjunto envolto à vida das mulheres em situação de privação de liberdade. Reconhecendo a importância da implicação dos pesquisadores em campo e dos desdobramentos de tal implicação na categoria da mediação, destaca-se o diário de campo como um instrumento

privilegiado para registro do movimento investigativo-crítico. A totalidade apreendida pela presença dos pesquisadores em campo e registrada por meio de seus diários, bem como a relevância da reflexão crítica que reconhece as contradições existentes entre o planejamento de pesquisa e a entrada em campo, são aqui relatadas, compreendendo-se a relevância para pesquisadores que atuam no contexto prisional, bem como daqueles que de modo geral possuem imbricação com pesquisa social.

REFERENCIAL TEÓRICO

A situação que acomete o sistema prisional brasileiro é reconhecidamente complexa, não somente pelo fato de congregar um número alarmante e crescente de pessoas privadas de liberdade em espaços com infraestrutura física insuficiente e precária, mas também porque sua composição populacional é constituída, praticamente na completude, por pessoas para quem a associação entre a ausência de políticas sociais ao longo de sua trajetória de vida e a seletividade penal são possíveis fatores que se desdobram no encarceramento.

O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN - Atualização 2016, apontava em junho do ano de 2016, um total de 726.712 pessoas privadas de liberdade no Brasil. Ainda segundo dados do levantamento, a população prisional brasileira ultrapassou, pela primeira vez na história, a marca de 700 mil pessoas privadas de liberdade, correspondendo a um aumento de aproximadamente 707% em relação ao total registrado no início da década de 90 (BRASIL, 2017).

No Brasil o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), subordinado ao Ministério da Justiça, responde pelo

planejamento e coordenação da Política Penitenciária Nacional. O DEPEN é responsável pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, definido como sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, atualizado pelos gestores dos estabelecimentos desde 2004, que sintetiza informações sobre os estabelecimentos penais e a população que cumpre pena privativa de liberdade. No ano de 2014, foi publicada a Portaria Interministerial do Ministério da Justiça SPM nº 210, de 16 de janeiro de 2014, que instituiu a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAMPE. No ano de criação da PNAMPE, mesmo ano em que segundo o Ministério da Justiça ocorreu reformulação metodológica do INFOPEN, foi possível a produção de uma análise centrada na inserção das mulheres no sistema prisional, contrapondo uma histórica perspectiva androcêntrica, que submetia as mulheres em situação de privação de liberdade a um segundo plano nas análises sobre o sistema de justiça criminal (BRASIL, 2015).

O INFOPEN Mulheres de 2017 apontou em junho do ano de 2016 uma população prisional feminina composta por 42.355 mulheres, das quais 41.087 estavam no Sistema Penitenciário e 1.268 em Secretarias de Segurança/Carceragens de delegacias, considerando ainda que a maior parte delas, 45%, não possuía condenação à época. O levantamento também destacou que entre os anos de 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou 525% no Brasil, passando de 6,5 mulheres encarceradas para cada grupo de 100 mil mulheres em 2000, para 40,6 mulheres encarceradas em 100 mil mulheres no ano de 2016.

De acordo com a quarta edição do *World Female Imprisonment*[5], mais de 714.000 mulheres e meninas estão presas em todo o mundo, ao que Walmsley (2016), responsável por compilar a listagem mundial de prisão feminina comenta que:

> O aumento surpreendentemente acentuado dos últimos anos no número de mulheres e meninas na prisão; as variações substanciais nos níveis de encarceramento feminino entre países vizinhos, entre diferentes regiões e entre diferentes continentes; e o fato de que os níveis de encarceramento feminino vêm aumentando muito mais rapidamente do que os níveis de encarceramento masculino; deve levar os formuladores de políticas em todos os países a considerar se é realmente necessário manter tantas mulheres e meninas sob custódia. A prisão feminina tem um alto custo financeiro e social e seu uso excessivo não contribui para a segurança pública. (WALMSLEY, 2016, tradução nossa)

O INFOPEN Mulheres utiliza dos dados do *World Female Imprisonment* para contextualização do Brasil no cenário mundial, no qual o Brasil desponta como o quarto país com maior população de mulheres presas em números absolutos, ficando abaixo apenas dos Estados Unidos, China e Rússia. Ao considerar a taxa de aprisionamento para cada grupo de 100 mil mulheres, o país assume a terceira posição dentre os países que mais encarceram, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Tailândia.

Por ocasião do INFOPEN Mulheres foram compilados e descritos os dados de cada estado brasileiro. O estado do Rio Grande do Sul (RS) contava à época com um total de 1.967

[5] O *World Female Imprisonment* é um relatório cujas informações são sintetizadas a partir do *World Prison Brief*, banco de dados online que oferece acesso gratuito a informações sobre os sistemas prisionais em todo o mundo.

mulheres privadas de liberdade, ocupando a 5ª posição em relação ao ranking nacional de encarceramento feminino no país. Considerando o tipo de regime, destaca-se que 39% da população prisional feminina do estado estava recolhida em estabelecimentos penais ainda sem condenação, contra 36% de mulheres sentenciadas em regime fechado.

Em relação à destinação dos estabelecimentos penais por gênero em território nacional, a maior parte destina-se originalmente para o público masculino, aproximadamente de 74% das unidades prisionais. Somente 7% das unidades destinam-se ao público feminino, sendo que os 16% restantes são caracterizados como mistos, desvelando assim iniquidades do sistema prisional sob a perspectiva de gênero. À época da coleta de dados realizada pelo INFOPEN, haviam no estado do RS quatro unidades destinadas exclusivamente para mulheres: Instituto Penal Feminino de Porto Alegre, Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, Presídio Estadual Feminino de Torres e o Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier. Ainda no ano de 2016 foi inaugurado no RS o Presídio Estadual de Lajeado, contudo a unidade não consta no relatório posto que sua inauguração possui data posterior à coleta de dados do INFOPEN.

Contextualizada a população feminina privada de liberdade, o *Projeto Mulheres privadas de liberdade: necessidades decorrentes do uso de drogas e contextos de violências,* de autoria de Dias *et al.* (2017), dialoga com essa população na medida que tem por objetivo analisar as condições de saúde mental, violência e uso problemático de álcool e outras drogas por mulheres privadas de liberdade no sistema prisional do Rio Grande do Sul. A saúde das pessoas privadas de liberdade e, em destaque a das mulheres, suas dimensões de adoecimento psíquico, uso prejudicial de álcool e outras drogas e relação com a violência, constituem temas de

estudo e pesquisa de um grupo de professores e pesquisadores, pertencentes a diferentes instituições com funções de formular e executar Políticas Públicas de Educação, Saúde e Proteção de Direitos. Este grupo de pesquisadores, acadêmicos e profissionais, vinculados a variados programas de Pós-Graduação do RS, desenvolveram um estudo inédito no estado junto ao programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o tema e fundamentar o avanço, ainda necessário, na Política de Saúde Prisional do estado Rio Grande do Sul, que é pioneira e referência no Brasil.

O projeto, que atualmente encontra-se na fase de análise dos dados coletados, é apoiado pelo Ministério da Saúde (MS) por meio do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS), desenvolvido em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e a Secretaria de Estado da Saúde do RS (SES-RS), conforme o edital FAPERGS/MS/CNPq/SESRS nº 03/2017. O projeto previu como campo de coleta o Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier e a Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, que juntas abrigam mais de 40% das mulheres que cumprem pena privativa de liberdade no Rio Grande do Sul. Tratou-se de um estudo quantitativo transversal, do tipo descritivo analítico e de abrangência regional. Seus objetivos específicos buscaram: (1) identificar as características socioeconômicas e demográficas das mulheres privadas de liberdade; (2) verificar a prevalência e a associação entre transtornos mentais, tipos de violência e o uso de álcool e outras drogas na população feminina privada de liberdade e; (3) caracterizar as tipologias da violência sofrida e/ou perpetrada pelas mulheres privadas de liberdade. Complementa-se ainda que o projeto de pesquisa foi submetido e

aprovado junto à Comissão de Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cadastrado na Plataforma Brasil e avaliado pelos dos Comitês de Ética em Pesquisa da UFRGS (ANEXO A) e da Escola de Serviços Penitenciários da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE) (ANEXO B). Correlacionando esses aspectos, o estudo baseia-se nos conceitos éticos propostos na Resolução 466/12, a qual incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

A etapa de coleta de dados adotou a tecnologia de entrevista auto assistida por computador, utilizando-se para isso do REDCap (*Research Electronic Data Capture*), um *software* que opera também em modo *off-line* e substitui a necessidade de questionários impressos em papel. Os dados coletados pela equipe de pesquisadores através da aplicação dos questionários e escalas são constituídos de variáveis socioeconômicas e demográficas, informações relativas à prisão, histórico de violência sofrida e/ou perpetrada anterior e durante a prisão, histórico de sintomas de ansiedade e depressão durante o aprisionamento, acesso a serviços de saúde na prisão, consumo de álcool e outras drogas e, perfil de consumo de substâncias psicoativas (por exemplo, maconha, cocaína, crack, álcool). Como resultados da análise quantitativa de tais variáveis espera-se obter os seguintes resultados:

- Padrões de consumo de substâncias psicoativas (substâncias utilizadas, frequência, motivações), por mulheres privadas de liberdade.

- Prevalência e associação entre transtornos mentais (ansiedade e depressão), violências sofridas (antes e durante a prisão) e uso de álcool e outras drogas;

- Conhecimento sobre o perfil socioeconômico e demográfico da população prisional feminina na região metropolitana do Rio Grande do Sul e associação com os agravos estudados;

- Aplicação dos resultados da pesquisa para os gestores e serviços de saúde e secretarias de justiça.

- Determinar o perfil das condições de saúde mental da população penitenciária feminina.

- Adquirir conhecimentos sobre as necessidades da população feminina prisional com respeito ao tratamento e prevenção da exposição dos diferentes tipos de violência em situações de violência doméstica/sexual/psicológica.

Considerando que o relato aqui exposto deriva de uma pesquisa com abordagem quantitativa, é importante sublinhar tanto suas limitações quanto potencialidades, não somente na perspectiva de seus resultados tangíveis, mas também quanto às formas de apreensão da realidade investigada. Parte-se aqui do pressuposto que os métodos de pesquisa deverão ser selecionados com vistas a exequibilidade da abordagem de determinada realidade em consonância ao interesse da pesquisa, bem como do problema de pesquisa aventado pelo pesquisador (MINAYO, 2014).

Ao tratar do dilema científico entre as abordagens quantitativas e qualitativas, Minayo (2014, p. 56) descreve os métodos quantitativos como portadores de uma importante incumbência,

que define como "[...] trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis ou produzir modelos teóricos de alta abstração com aplicabilidade prática". No contexto de uma pesquisa que porta como objetivo analisar as condições de saúde mental, violência e uso problemático de álcool e outras drogas por mulheres privadas de liberdade no sistema prisional, a abordagem quantitativa emerge como metodologia capaz de exprimir numericamente a realidade populacional e, posteriormente subsidiar a elaboração de diretrizes específicas para a implantação de uma Linha de Cuidado de Atenção Integral à Saúde da População Prisional Feminina no âmbito do SUS/RS

Satisfeitos os motivadores metodológicos da pesquisa, destacam-se aqui suas limitações, estimuladas em sua maioria pelo contexto no qual se encontram as mulheres privadas de liberdade em território nacional. Ao considerar o total de mulheres nesse contexto conforme dados apresentados no relatório do INFOPEN Mulheres, é possível observar que 62% dessa população no Brasil está vinculada ao tráfico de drogas e possui um perfil predominante:

> Jovem, de baixa renda, em geral mãe, presa provisória suspeita de crime relacionado ao tráfico de drogas ou contra o patrimônio; e, em menor proporção, condenadas por crimes dessa natureza – este é o perfil da maioria das mulheres em situação prisional no Brasil, inclusive das grávidas e puérperas que estão encarceradas nas unidades femininas (BRASIL, 2015, p. 15).

O perfil predominante de mulheres privadas de liberdade, aqui ocupantes da condição de sujeitos de pesquisa em contato com pesquisadores que adentram seu espaço de confinamento, para além de responder questões previamente estruturadas, manifestam também a necessidade de extrapolar as opções de resposta.

Dessa forma, as respostas são na maioria das vezes complementadas por narrativas acerca da trajetória anterior ao cárcere, diálogo por meio do qual emergem relatos de grandíssima magnitude social, ao passo que longe de experiências singulares e aleatórias, expressam particularidades, universalmente relacionadas e condicionadas por tendências materiais históricas. Nesse contexto, emerge uma das principais limitações dos instrumentos de pesquisa fechados: a impossibilidade de apreender os relatos desvelados por entre as respostas pré-determinadas dos questionários e escalas.

A limitação não se se refere estritamente ao método quantitativo, que na ocasião dialoga adequadamente com o objetivo de pesquisa posto, mas sim com a apreensão da realidade social em suas múltiplas determinações, ao que Minayo (2014, p. 56) sintetiza pela seguinte passagem:

> As restrições quanto ao quantitativismo voltado para a interpretação de informações sociais não se refere às técnicas que utiliza, uma vez que essas são instrumentos de trabalho indispensáveis. Dirige-se ao reducionismo na avaliação da realidade social.

Evitar o reducionismo na avaliação da realidade social, por sua vez suscita a implicação ao contexto por parte do pesquisador. Tradicionalmente, o método científico é baseado por pressupostos de neutralidade e objetividade em relação à um suposto objeto a ser desvelado ao longo da investigação. Mediante tal premissa, é importante questionar se uma postura firmada sob intransponível neutralidade, por parte de quem investiga, não pode mistificar as múltiplas determinações do objeto que pretende investigar, de forma que através de um contato meramente objetivo, revele somente sua aparência. É justamente nessa linha

tênue pesquisador-participante, imersos no campo da pesquisa, que a categoria da mediação desponta como categoria essencial no contexto da pesquisa social. Prates (2003, p. 136) destaca a importância da etapa em campo em consonância com as possibilidades que dela emergem: "é exatamente na etapa do processo do campo que vamos ter o contato direto com as expressões das condições e do modo de vida dos sujeitos, seja através da observação de sua atividade concreta, ou através das suas representações sobre ela".

O contato pesquisador-participante, que por sua vez evoca a mediação, definida por Pontes (1995) como uma categoria de natureza relacional e possui alto poder de dinamismo e articulação, sendo responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio históricas. Assim, a essa categoria e sua subsequente compreensão, deve-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva de totalidade, extrapolando os limites impostos metodologicamente.

No intuito de desvelar uma aparente objetividade, que por sua vez se demonstra caótica no plano da faticidade, é essencial captar as mediações que conduzem à apreensão da dinâmica oculta do "objeto", revelando assim seus determinantes e determinações. Transladando tal sentença ao contexto investigado, presume-se que, não obstante compreender as situações imediatamente expressas pelas mulheres presas no ato da coleta de dados, é essencial captar o conjunto de circunstâncias e determinações que culminaram na situação presente. Portanto, a apreensão das mediações é o fio condutor para o desmantelamento de um conhecimento parcial e mistificado relacionado ao objeto de análise, contemplando-o em suas contradições e assim, em sua totalidade, ao que Marx (1983, p. 271) complementa com o seguinte entendimento:

"Toda ciência seria supérflua se a forma de aparecimento e a essência das coisas coincidissem imediatamente".

Posta a definição da categoria mediação e sua função operativa no campo de pesquisa, evidencia-se o diário de campo como um instrumento privilegiado para registro do movimento investigativo-crítico, decorrente do processo de entrada em campo. A entrada em campo reclama ao pesquisador não somente a categoria de mediação como forma de apreensão do real, mas um movimento investigativo-crítico incitado por meio da implicação dos pesquisadores em relação ao objeto de pesquisa, que pode ser manifestada de acordo com (LÖWY *apud* PONTES, 1995, p. 48):

> [...] todo pensador necessariamente encontra-se em um 'mirante' ou 'observatório' cujo ponto mais alto é o mirante da classe proletária; — os limites estruturais do horizonte não dependem da boa ou má vontade do observador [cientista social] mas da altura e da posição em que se encontra; — **o 'mirante' não oferece senão a possibilidade objetiva de uma visão determinada da paisagem** (grifo nosso).

Por intermédio do contato pesquisador-participante, confrontou-se a singularidade dos relatos trazidos oralmente, que se particularizam por sistemas de mediação e que ainda, foram adicionados ao plano da universalidade através de grandes determinações gerais, aferindo-se a totalidade contraposta à autonomização das partes. Tal confronto só pôde realizar-se através da implicação dos pesquisadores, que não partiram dos pressupostos da intransponível neutralidade tradicionalmente postulada pelas Ciências Sociais, mas sim de uma investigação-crítica na qual se compreende, impreterivelmente, pertença à sociedade que se está investigando.

Mesmo quando baseada em contrato deliberado de não intervenção, a interação entre pesquisador e participante existe e produz interferências no processo investigativo. Dessa forma, se pode inferir que toda a pesquisa de campo é participante, uma vez que, afastado dos laboratórios e dos manuais, o investigador se depara com o inesperado, ainda que munido de todo arcabouço teórico.

No tocante do encontro com o inesperado, o pesquisador identifica dilemas metodológicos: os achados que extrapolam instrumentos pré-estruturados; o contato com interlocutores "carregados" de informações e que fazem transbordar as categorias pré-definidas pelo pesquisador no âmbito acadêmico; a conexão entre elementos que só ficaram nítidos em campo pelo contato com a dinâmica do objeto e, por fim, a mobilização engendrada pelo contato entre participante e pesquisador, onde se confrontam as singularidades e atuam os sistemas de mediação. Dessa maneira, destaca-se a relevância da discussão do preâmbulo existente entre o planejamento metodológico da pesquisa e a entrada em campo, além da implicação do pesquisador na dinâmica desse processo.

Considerando ainda a pesquisa originária deste relato, destacam-se as características dos estabelecimentos prisionais, que por sua natureza reclamam um planejamento integrado entre os pesquisadores e os dirigentes das casas prisionais, tanto para a obtenção de informações específicas necessárias para a viabilização da participação das mulheres privadas de liberdade, quanto para a organização da logística de acesso dos pesquisadores a estes estabelecimentos.

METODOLOGIA

Este relato de experiência constitui-se por uma investigação-crítica dos pesquisadores que participaram da coleta de dados da pesquisa Mulheres *privadas de liberdade: necessidades decorrentes do uso de drogas e contextos de violências*. Por experiência toma-se aqui o termo em sua literalidade, remetendo ao conhecimento ou aprendizado obtido através da prática ou da vivência, bem como ao conhecimento apreendido através da imersão em campo.

Considerando a pesquisa anteriormente explicitada como ponto de origem da experiência aqui relatada, é relevante retomar a metodologia da qual foi constituída, com vistas a atender seu objetivo geral e objetivos específicos. Assim, destaca-se que as entrevistas com as mulheres privadas de liberdade foram realizadas por meio de questionários fechados e escalas validadas, o que reclama consequentemente a utilização de estatística descritiva e inferencial como método de análise, além da apuração das escalas que aferem a prevalência de transtornos mentais e o uso de álcool e outras drogas por esse público. Agrega-se aqui a compreensão de Minayo (2014), por intermédio da qual relata que a interação humana, sendo a entrevista também uma forma de interação, não configura simplesmente uma recolha de dados, mas antes disso uma relação, na qual as informações fornecidas pelos entrevistados podem ser profundamente afetadas pela natureza do encontro entre entrevistador e entrevistado.

Além dos instrumentos metodologicamente previstos, compreendeu-se durante o planejamento para entrada em campo, a necessidade de utilização do diário de campo, instrumento definido por Minayo (2014, p. 295) como "um caderninho de notas, em que o investigador, dia por dia, vai anotando o que observa e que não é objeto de nenhuma modalidade de entrevista". Dessa forma,

o diário de campo objetiva registrar impressões, resultados de conversas informais, manifestações dos entrevistados quanto aos pontos investigados e todas outras contribuições que emanam do contato entre o pesquisador e o participante e, que se constituem como dimensões do campo e poderão integrar posteriormente a discussão dos dados. Minayo (2014, p. 295) adiciona ainda que "esse acervo de impressões e notas sobre as diferenciações entre falas, comportamentos e relações que podem tornar mais verdadeira a pesquisa de campo". A partir da entrada no campo de pesquisa, aqui correspondente ao ingresso nos estabelecimentos prisionais, é que os pesquisadores implicados no processo extrapolaram os instrumentos metodológicos vinculados aos objetivos, lançando mão do diário de campo como forma de registro complementar.

Uma vez apreendida as profusas dimensões presentes no contexto prisional feminino, a categoria mediação tornou-se latente ao longo das aproximações sucessivas ao objeto para a apreensão das dinâmicas contidas em tal contexto, de forma que os investigadores pudessem apreender a realidade para além de sua aparência, aproximando-se de sua essência em uma perspectiva de totalidade. Essa totalidade, apreendida pela presença dos pesquisadores em campo foi tensionada por diversos fatores, tanto metodológicos quanto empíricos. Uma vez registradas todas essas compreensões por meio de seus diários de campo, as mesmas são aqui discutidas e relatadas pela compreensão da relevância contida nessa experiência.

A EXPERIÊNCIA EM CAMPO

Desde o princípio do projeto, o grupo de pesquisadores estruturou um núcleo composto por professora, mestrandas e

bolsistas diretamente ligadas ao desenvolvimento da pesquisa e suas etapas operacionais, denominado por "Núcleo Operante" cuja finalidade previa uma movimentação integrada em prol da solução de eventuais percalços e da operacionalização da coleta de dados, realizando reuniões ordinárias e convocando reuniões extraordinárias sempre que necessário. Essa articulação se pôs necessária também pela dificuldade no processo de diálogo com as unidades prisionais nas quais a coleta estava prevista.

Em uma das reuniões extraordinárias que possuiu como mote o ingresso nas instituições prisionais, aventou-se a possibilidade de realizar uma campanha prévia à entrada em campo, com vistas a arrecadar materiais de higiene pessoal para as mulheres privadas de liberdade. Essa proposição, do ponto de vista de seus objetivos, possuía uma dupla finalidade. A primeira finalidade reconhece a ausência de recursos materiais básicos, fato decorrente da confessa ausência do estado no ambiente prisional, posta a infraestrutura precária dos estabelecimentos, a ausência de investimento em estrutura e manutenção, bem como a execução adequada das políticas públicas específicas para as pessoas privadas de liberdade, características comuns ao que Wacquant (2011) denomina de "Estado Penal[6]". A segunda finalidade emergiu como estratégia de interação com as mulheres em privação de liberdade, buscando prover a ruptura do suposto distanciamento entre pesquisadores e participantes, além de mobilizar a participação. Esse entendimento se afasta da posição radical da sociologia, na qual a pesquisa é apenas uma manifestação e reprodução do poder, reconhecimento

[6] Wacquant (2011) designa por intermédio do termo "Estado Penal" um modelo de atuação do Estado voltado à criminalização da pobreza e, consequentemente, o encarceramento em massa. Tendo como princípios a supressão do Estado social e o fortalecimento e glorificação do Estado Penal".

assim a dissimetria entre entrevistador e participante e a assumindo criticamente ao longo do processo de construção do saber, ao que Minayo (2014, p. 212) complementa:

> É preciso, no entanto, colocar com mais clareza para si mesmo o sentido das investigações, sobretudo os pesquisadores da área da saúde, voltando-as para a solução de problemas da população. Igualmente, é preciso enfatizar os meios e propostas, a partir dos quais as informações dadas, as situações criadas e os lastros de aliança reflitam interesses dos entrevistados também.

Ao longo do trabalho em campo, a estratégia adotada se demonstrou profícua quanto ao seu primeiro objetivo, posto que a realidade concreta dessas mulheres reconhecidamente demanda amparo material. Contudo, o distanciamento aventado como possível durante o planejamento, foi preterido por aspectos anteriormente latentes, como a relação ética decorrente da implicação por parte dos pesquisadores, fruto de largos debates e estudos sobre a realidade prisional que precederam a entrada nos estabelecimentos, bem como a posição dos mesmos em relação à defesa intransigente dos direitos humanos.

Conforme anteriormente explicitado, a proposição da mediação entre *planejamento metodológico da pesquisa e entrada em campo* não possui o intuito de apreender a aparência imediata e tomá-la pelo todo: ao contrário, se traduz no exercício de desvendar a aparência em face do todo. Dada a profusa dinâmica do contexto de aprisionamento feminino, faz-se necessário elencar elementos que constituem a aparência iminente que se revela aos que não estão submetidos a esse contexto. Violência, loucura, perigo, superlotação e alienação constituem elementos corriqueiramente relacionados à situação das pessoas privadas de liberdade,

de forma que aquele que investiga esse contexto é conclamado à sua verificação e validação, com a finalidade de articular respostas a esses *problemas*. Pondera-se ainda que a própria estratégia da equipe de pesquisadores, utilizando-se de materiais de higiene em contrapartida à participação da pesquisa, já se constituía em uma resposta ao esperado, depreendendo-se que a participação das mulheres em situação de privação de liberdade demandava contrapartida. O inesperado, manifesto em campo, evidencia a potência de uma investigação-crítica, bem como a autoreflexão do pesquisador. O relacional pesquisador-participante, quando esse sujeito está imbuído de uma perspectiva crítica, demanda que estratégias metodológicas possam ser readequadas de forma a adequarem-se a realidade dinâmica apresentada, validando esse participante enquanto sujeito, em contraposição à noção de objeto, uma vez que a vivência desses é considerada tão valiosa quanto os protocolos produzidos a partir de uma sólida fundamentação teórica.

A noção de campo, entendido de forma simplista, como o local onde dados são coletados através de métodos rígidos e técnicas bem delineadas é concomitantemente questionada: esse campo constitui o ambiente onde existe a reprodução da vida social, em que se inclui esse participante, na qual ele está implicado. A noção de campo, no contexto das mulheres privadas de liberdade, entendida de forma objetivada, compreende a violência, loucura, perigo, superlotação e alienação. Entretanto, é importante avaliar quais dinâmicas estão contidas nessas categorias. Zaffaroni (2007) elucida a construção genérica socialmente validada sobre as mulheres privadas de liberdade, sobre a qual discorre que a compreensão de "inimigo" decorre de uma construção social e política que há séculos alimenta a repressão e legitima a violência do sistema penal. A condição de "inimiga", historicamente, já foi imposta a diferentes figuras de mulheres, tidas como más e

perigosas e que já ocuparam o lugar de bruxa, feiticeira, prostituta, intelectualmente prejudicadas, as que negaram a natureza materna ou opostas aos símbolos de delicadeza, pureza e fidelidade.

Atravessando a noção simplista de campo e da própria noção simplista de singularidade dessas mulheres custodiadas pelo estado, apreendeu-se através do campo de mediações as dinâmicas imanentes da realidade ali expressa. Tal apreensão, resultado de uma investigação-crítica, teve como seu motor a implicação dos pesquisadores no determinado campo. Essa implicação, que consiste em um exercício crítico do pesquisador sobre si próprio no campo, sobre o posto jogo interacional em que se encontra envolvido durante a sua permanência na pesquisa de campo ao longo do processo de investigação suscita questões as seguintes questões: (1) é possível imergir em campo, e sair ileso do jogo que produzido pela intersubjetividade? (2) é possível, dado o jogo interacional, que a metodologia prévia à entrada nesse campo permaneça intacta?

A travessia para além da aparência simplista tanto de campo, quanto de singularidade das mulheres privadas de liberdade foi tangenciada pela implicação dos pesquisadores que, através do contato com essas mulheres, atravessaram os estereótipos da condição de inimiga, da figura de mulheres más e perigosas, que já foi a feiticeira, a prostituta, as "pouco" inteligentes, as que negaram a natureza materna ou opostas aos símbolos de delicadeza, pureza e fidelidade (ZAFFARONI, 2007) para ir ao encontro da dinâmica interna que constitui a essência do contexto das mulheres privadas de liberdade.

Para além de uma adesão formal à pesquisa em decorrência da necessidade por materiais de higiene, as participantes compareceram curiosas e questionadoras, verbalizando frases como: "*Quem são vocês? [...]"* e *"Pra que serve esse estudo? [...]",* comuns no contato inicial. Ao longo do percurso da entrevista

guiada por instrumento fechado contendo questionamentos relacionados ao seu perfil socioeconômico e demográfico, sua relação com álcool e outras drogas e, também sobre as possíveis violências que essas pudessem ter sofrido ao longo da vida, os itens fechados foram paulatinamente extrapolados, de forma a estabelecer um contato que abortou os pressupostos de neutralidade científica e objetividade: ali estavam dois humanos postos em diálogo, coincidindo em um mesmo plano de tempo e espaço, em um mesmo ponto histórico.

Da coexistência pesquisador-participante foi desmantelada não só a aparência simplista da singularidade das mulheres participantes, mas também foram apreendidas inúmeras particularidades inerentes ao contexto, verbalizadas como: "[...] *gostaria de ficar conversando contigo até o final do dia*"; "[...] *você parece tanto com a minha filha*"; "[...] *é muito bom conversar com alguém como tô conversando contigo*"; "[...] *tua mãe deve ficar orgulhosa de ter uma filha que nem você*"; "[...] *que deus te abençoe*", "[...] *muito obrigada. Tchau*" e "[...] *foi um prazer enorme te conhecer*". Essas frases verbalizadas no "fechamento" da entrevista elucidam não somente a quebra da aparência socialmente pré-concebida em relação àqueles que cumprem pena privativa de liberdade, como também quebram a própria noção anterior por parte do grupo de pesquisadores, que acreditavam que o acesso à essas mulheres seria facilitado por intermédio de uma troca material.

Expressos os relatos de fechamento das entrevistas, depreende-se a relação constituída entre pesquisador e participante ao longo das imersões em campo, revelando também particularidades do próprio campo: além de uma carência de materiais de higiene — articulada não apenas por uma política social particularizada nas instituições visitadas, mas também articulada à tendência histórica do "Estado Penal" — afere-se também a

inócua relação constituída entre os trabalhadores dessas instituições e as pessoas privadas de liberdade. Depreende-se que tal relação constitua-se pela própria característica do "Estado Penal" e da noção de singularidade socialmente aceita em relação a esse público, reproduzida também pelos trabalhadores das instituições implicando na realidade do campo.

Nas penitenciárias visitadas, as mulheres privadas de liberdade chamam as agentes penitenciárias não por seus nomes, mas por "*donas*", demarcando o binômio equipe-dirigente e internados (GOFFMAN, 2015), binômio necessariamente atravessado por relações de poder bastante demarcadas e estruturantes da vida social dentro da totalidade analisada. Assim, o contato entre as *donas* e as mulheres privadas de liberdade constitui-se numa relação demarcada pelo controle, ainda que o discurso racional expresso pelas instituições penais seja o de ressocialização dos indivíduos custodiados pelo Estado. Os pesquisadores que adentram nesse contexto possuem duas possibilidades: reproduzir as relações de controle instituídas através de uma prática baseada na "neutralidade", ou imbuir-se de uma *práxis* que busca aproximar-se da totalidade ali inscrita, para além da aparência do fenômeno. Conforme define Kosik (2010, p. 15):

> O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade.

O mesmo Kosik (2010) vem elucidar da práxis, algo incomensuravelmente importante, a unidade de teoria e prática tem o valor de postulado supremo. Portanto, explicita-se o fundamento

da crítica ao longo da investigação, de maneira que os dois movimentos sejam inseparáveis: violência, loucura, perigo, superlotação e alienação são elementos produzidos pelas pessoas privadas de liberdade, ou estão articuladas a uma tendência histórica, particularizada por essas instituições de controle?

Alheio a essa *práxis*, o investigador incorre na leitura da autonomização das partes em face da totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a experiência decorrente da entrada em campo, destaca-se centralmente a necessidade da adoção de uma postura crítica frente à investigação proposta, posto que mesmo munido de instrumentos metodológicos limitados do ponto de vista da captação de dados, a perspectiva crítica por si só se constitui como elemento possível para apreensão das múltiplas determinações presentes. Para além da simplista concepção de coleta de dados em campo, uma imersão munida da perspectiva crítica, permite o encontro com o inesperado e a apreensão de suas dinâmicas, de forma a aproximar-se da totalidade do contexto em que está imerso seu "objeto de pesquisa".

O pesquisador que identifica seus próprios dilemas metodológicos, bem como a mobilização engendrada pelo contato entre pesquisador e participante, no qual confrontam-se as singularidades e atuam os sistemas de mediação; reconhece a relevância de sua própria implicação e da implicação do participante com quem interage. Assim, é da sua própria implicação, e da validação da implicação do outro na produção da sua própria vida social, que o pesquisador se torna capaz de vislumbrar a

totalidade, privilegiando não a autonomização das partes, mas sim sua articulação em totalidade.

O relato de experiência aqui exposto não busca pormenorizar pesquisas quantitativas e/ou métodos de pesquisas fechados, mas sim destacar a postura do pesquisador em relação ao campo, principalmente em relação aos participantes envolvidos no estudo, de maneira que o investigador não privilegie o método academicamente pré-estabelecido face ao próprio articulador da vida social que investiga. O relato de experiência aqui apresentado formata-se em um convite à experiência do olhar sobre a totalidade, que além de contemplar os dados extraídos através de métodos fechados, pode (e deve) contemplar também o contato pesquisador-participante que extrapola a rigidez delineada no interior dos laboratórios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres**. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2017.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014**. Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. **Dar à luz na sombra**: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. Brasília: Ministério da Justiça, IPEA, 2015.

CORTINA, M. O. de C. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. **Revista Estudos Feministas**, Criciúma, v. 23, n. 3, p.761-778, dez. 2015.

DIAS, M. T. G. *et al*. **Mulheres privadas de liberdade**: necessidades decorrentes do uso de drogas e contextos de violências. Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde PPSUS, 2017.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983

MINAYO, M. C. S. de. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PRATES, J. C. O Planejamento da Pesquisa Social. **Temporalis**, Porto Alegre, v. 7, n. 7, p.123-143, jan/jul 2003.

PONTES, R. N. **Mediação e serviço social**. Cortez Editora. Edição do Kindle. 1995. E-book.

WALMSLEY, ROY. Institute For Criminal Policy Research At Birkbeck. **World Female Imprisonment List**. 2016. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_prison_4th_edn_v4_web.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ZAFFARONI, R. E. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ANEXO A – PROGRAMA PESQUISA PARA O SUS PPSUS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFRGS - INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mulheres privadas de liberdade: Contexto de violências e necessidades decorrentes do uso de drogas

Pesquisador: Míriam Thais Guterres Dias

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 89737018.6.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.832.322

Apresentação do Projeto:

A pesquisa tem como objetivo analisar as condições de saúde mental, violências e uso problemático de álcool e outras drogas em mulheres privadas de liberdade no sistema prisional da Região Metropolitana do estado Rio Grande do Sul. Engloba duas penitenciárias femininas, com um universo de 502 custodiadas em regime fechado.

Trata-se de um estudo quantitativo, transversal do tipo descritivo analítico, que adotará a tecnologia de autoentrevista assistida por computador (audio computerassisted selfinterviewing ACASI), que unificará variados instrumentos: Questionário sociodemográfico; Escala de AutoEstima de ROSENBERG; Inventário de depressão e ansiedade de Beck; Teste TWEAK para avaliar o uso e

abuso de álcool; Questionário sobre Uso e Abuso de Drogas Psicoativas; Escala de Vitimização de Violência Psicológica na infância e na fase adulta e Inventário de Maltrato Psicológico Feminino. Inicialmente será realizada análise univariada por estabelecimento prisional buscando associação com as diferentes variáveis (socioeconômico e demográficas, saúde mental, características da pena e infração cometidas, uso de drogas, violência,etc). Na próxima etapa do estudo aquelas variáveis que tiverem associação com os diferentes tipos de violência até o nível de p<0,25 serão levadas a um modelo multivariado de regressão logística para avaliar seu efeito independente na determinação das variáveis dependentes escolhidas.

Permanecerão as variáveis com nível de significância de 5%. Serão investigados possíveis fatores confundidores e interação. Os dados serão inseridos no programa Epi Info. Será adotado o

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

UFRGS - INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO

Continuação do Parecer: 2.832.322

processo de dupla entrada. Os dados serão analisados no programa STATA® 12.0. Serão calculados intervalos de confiança de 95% (IC 95%) nos parâmetros obtidos.

Quanto ao procedimento metodológico, trata-se de estudo quantitativo transversal, do tipo descritivo analítico de abrangência regional. Para tanto será escolhida uma amostra de sujeitos representativa da população de mulheres privadas de liberdade do Sistema Prisional da Região Metropolitana de Porto Alegre, que engloba duas Penitenciárias Femininas.

A população será de indivíduos do sexo feminino privados de liberdade no Sistema Prisional da Região Metropolitana de Porto Alegre. O universo compreende-se 502 mulheres privadas de liberdade, estando 263 delas nas Penitenciárias Femininas de Guaíba e 239 na Penitenciária Madre Pelletier. A estimativa de tamanho de amostra para o estudo apresentará os seguintes passos: (a) estimar a proporção de sujeitos com um desfecho dicotômico ou o desvio-padrão de um desfecho contínuo; (b) especificar a precisão desejada (amplitude do intervalo de confiança); e (c) especificar o nível de confiança (p. ex. 99%). De modo geral, na avaliação das morbidades, o estudo trabalhará com amostragem probabilística. O plano amostral será aleatório simples ou sistemático empregado em cada unidade penitenciária, tendo por base uma listagem das mulheres privadas de liberdade existentes em um determinado momento. Para o cálculo do tamanho da amostra da metodologia quantitativa considerada a menor prevalência esperada para as morbidades investigadas, nível de confiança de 95%, amplitude do intervalo de confiança de 0,01, e acréscimo de 25% para perdas/recusas.

O Recrutamento será iniciado com a lista de nome das detentas que foram sorteadas aleatoriamente através da listagem geral no Estabelecimento Prisional. O supervisor (pesquisador responsável) deverá solicitar que a agente prisional recrute o número de detentas igual ao número de entrevistadores disponíveis no local da pesquisa de acordo com a lista selecionada aleatoriamente, por cela, a cada ciclo de entrevistas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Este estudo tem por objetivo principal analisar as condições de saúde mental, violência e uso problemático de álcool e outras drogas por mulheres privadas de liberdade no sistema prisional.

Objetivo Secundário:

a) Identificar as características sociodemográficas das mulheres privadas de liberdade; b) Verificar a prevalência e a associação entre transtornos mentais, tipos de violência e o uso de álcool e outras drogas na população feminina privada de liberdade; c) Caracterizar as tipologias da violência sofrida e/ou perpetrada pelas mulheres privadas de liberdade.

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

UFRGS - INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO

Continuação do Parecer: 2.832.322

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Desconforto psicológico que a participante poderá sentir é o de compartilhar informações pessoais associado a condições de violências sofridas ou perpetradas ao longo da vida, ou em alguns tópicos que possa se sentir incômodo em falar ou registrar dados no instrumento.

O pesquisador deixará claro que a participante não precisa responder a qualquer pergunta (vide TCLE). Os profissionais da unidade de saúde da penitenciária estarão disponíveis para o acolhimento destas participantes, se necessário.

Benefícios:

1. Caso as informações obtidas por esta pesquisa possam beneficiar o tratamento de saúde das participantes, elas serão prontamente repassadas à unidade de saúde onde a participante está sendo acompanhada, mediante autorização da participante.

2. Subsidiar a elaboração de diretrizes específicas para a implantação de uma Linha de Cuidado de Atenção Integral à Saúde da População Prisional Feminina, vinculada a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Privada de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), e as Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) no âmbito do SUS/RS.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa está sendo analisada pela segunda vez por este comitê e contempla nesta versão as observações feitas em sua primeira versão. Trata-se de pesquisa relevante, com preocupação ética e social evidenciada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Página 3 de 04

UFRGS - INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO

Continuação do Parecer: 2.832.322

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1123866.pdf	04/07/2018 09:26:57		Aceito
Parecer Anterior	CARTAitenspendentes.pdf	04/07/2018 09:18:38	Aguida Luana Veriato Schultz	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TECLEalterado.pdf	04/07/2018 09:18:06	Aguida Luana Veriato Schultz	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoAssinadaPB.pdf	08/05/2018 11:11:40	Miriam Thais Guterres Dias	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CartaAnuenciaReitoria.pdf	07/05/2018 17:49:34	Aguida Luana Veriato Schultz	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoMulheresprivadasdeliberdade2.pdf	07/05/2018 17:46:34	Aguida Luana Veriato Schultz	Aceito
Outros	AutorizacaoSUSEPE.pdf	07/05/2018 17:38:05	Aguida Luana Veriato Schultz	Aceito
Outros	AprovacaoComissaodePesquisadePsicologia.pdf	07/05/2018 17:37:17	Aguida Luana Veriato Schultz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoStela.pdf	07/05/2018 17:35:03	Aguida Luana Veriato Schultz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoAguida.pdf	07/05/2018 17:34:51	Aguida Luana Veriato Schultz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoElson.pdf	07/05/2018 17:34:38	Aguida Luana Veriato Schultz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoLuciane.pdf	07/05/2018 17:34:23	Aguida Luana Veriato Schultz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoRenata.pdf	07/05/2018 17:34:04	Aguida Luana Veriato Schultz	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

PORTO ALEGRE, 20 de Agosto de 2018

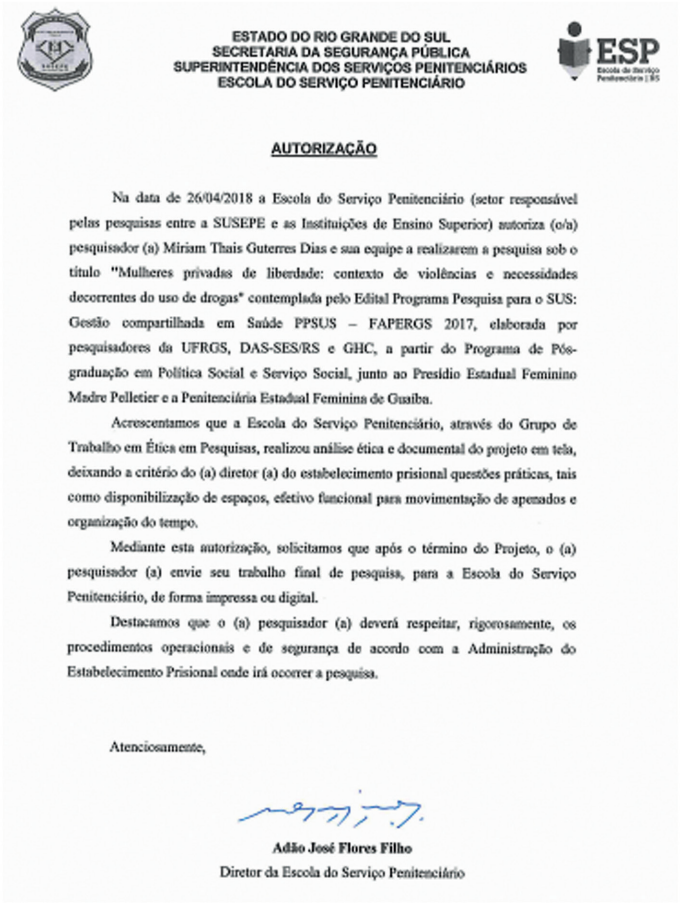
Assinado por:
Clarissa Marceli Trentini
(Coordenador)

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Página 4 de 04

ANEXO B – PROGRAMA PESQUISA PARA O SUS PPSUS

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA PESQUISA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
ESCOLA DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO

ESP
Escola do Serviço Penitenciário | RS

AUTORIZAÇÃO

Na data de 26/04/2018 a Escola do Serviço Penitenciário (setor responsável pelas pesquisas entre a SUSEPE e as Instituições de Ensino Superior) autoriza (o/a) pesquisador (a) Miriam Thais Guterres Dias e sua equipe a realizarem a pesquisa sob o título "Mulheres privadas de liberdade: contexto de violências e necessidades decorrentes do uso de drogas" contemplada pelo Edital Programa Pesquisa para o SUS: Gestão compartilhada em Saúde PPSUS – FAPERGS 2017, elaborada por pesquisadores da UFRGS, DAS-SES/RS e GHC, a partir do Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social, junto ao Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier e a Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba.

Acrescentamos que a Escola do Serviço Penitenciário, através do Grupo de Trabalho em Ética em Pesquisas, realizou análise ética e documental do projeto em tela, deixando a critério do (a) diretor (a) do estabelecimento prisional questões práticas, tais como disponibilização de espaços, efetivo funcional para movimentação de apenados e organização do tempo.

Mediante esta autorização, solicitamos que após o término do Projeto, o (a) pesquisador (a) envie seu trabalho final de pesquisa, para a Escola do Serviço Penitenciário, de forma impressa ou digital.

Destacamos que o (a) pesquisador (a) deverá respeitar, rigorosamente, os procedimentos operacionais e de segurança de acordo com a Administração do Estabelecimento Prisional onde irá ocorrer a pesquisa.

Atenciosamente,

Adão José Flores Filho
Diretor da Escola do Serviço Penitenciário

VIOLÊNCIA ESTATAL E APRISIONAMENTO: NEGLIGÊNCIA, OMISSÃO E DESRESPONSABILIZAÇÃO NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Míriam Thais Guterres Dias[1], Laura Barcellos de Valls Machado[2], Gabriele de Souza Netto[3], Karina Santos Limeira[4]

REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo verte do *Projeto Mulheres privadas de liberdade: necessidades decorrentes do uso de drogas e contextos de violências,* de autoria de Dias *et al*. (2017), financiado pelo PPSUS/FAPERGS. É um relato de experiência que decorre do confronto entre a entrada em campo e a pesquisa documental dos parâmetros normativos que garantem os direitos sociais de mulheres privadas de liberdade no contexto prisional brasileiro; São os parâmetros normativos: Lei de Execução Penal nº 7.210, de 1984;

[1] Doutora em Serviço Social (PUCRS). Docente do Departamento de Serviço Social e do PPG Política Social e Serviço Social – UFRGS. Coordenadora da pesquisa PPSUS/FAPERGS

[2] Graduanda em Serviço Social – UFRGS, bolsista de Iniciação Científica FAPERGS

[3] Graduanda em Serviço Social – UFRGS, bolsista de Iniciação Científica CNPq

[4] Graduanda em Serviço Social – UFRGS, bolsista de Iniciação Científica CNPq

Sistema Único de Saúde, de 1990, e Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), de 2014.

INTRODUÇÃO/METODOLOGIA

O *Projeto Mulheres privadas de liberdade: necessidades decorrentes do uso de drogas e contextos de violências,* de autoria de Dias *et al*. (2017), apoiado pelo Ministério da Saúde (MS) por meio do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS), tem por objetivo investigar a saúde das mulheres privadas de liberdade no estado do Rio Grande do Sul, identificando além de suas características socioeconômicas e demográficas, as dimensões de adoecimento psíquico, uso prejudicial de drogas e relação com a violência. Seu percurso metodológico previu a realização de entrevistas por meio de questionários fechados e escalas validadas, tendo como campo de pesquisa dois estabelecimentos prisionais femininos do RS. Sua metodologia é de natureza quantitativa transversal, tipo descritivo analítico de abrangência regional. *Mulheres privadas de liberdade* conta com uma equipe de pesquisadores de diferentes instituições de ensino do Rio Grande do Sul, que participaram da fase anterior à sua entrada em campo para a coleta de dados, bem como para a própria.

Tal imersão no campo foi elemento considerado privilegiado para a construção do trabalho *Violência estatal e aprisionamento: negligência, omissão e desresponsabilização no âmbito das políticas sociais* (DIAS *et al.,* 2019), de forma que a noção de campo aqui não seja tomada em sua forma simplista: mas dentro de sua totalidade e de suas contradições, de maneira que o investigador, munido de um olhar crítico, seja capaz de apreender para além

da coleta objetiva dos dados específicos do estudo fechado, aproximando-se portanto, da totalidade do objeto.

O privilégio do acesso ao campo possibilitou que os pesquisadores tivessem acesso à dinâmica da vida social ali se constitui, o que não se esgota nos relatos das mulheres privadas de liberdade, mas toma ênfase na própria organização do trabalho no contexto prisional, uma vez que é esse que dá vazão aos direitos sociais daqueles que estão sob custódia do Estado. Ao longo da imersão em campo, os pesquisadores fizeram uso de diários de campo, instrumento no qual o registro da dinâmica da vida social emergiu em suas particularidades e que, ao longo do período, foram adicionados ao plano da universalidade através de grandes determinações gerais. Tais particularidades foram qualificadas enquanto *violência estatal* de natureza direta ou indireta. Produzidas através de negligência, omissão e da desresponsabilização do Estado no âmbito dos direitos sociais das mulheres privadas de liberdade. Tanto nas entrevistas com as participantes e nos contatos com os trabalhadores das instituições visitadas, foi detectado o baixo efetivo de agentes penitenciários de segurança, categoria responsável por efetuar todas as movimentações no contexto prisional, inclusive as que se relacionam à saúde, educação, dias de visitas, área psicossocial; movimentações que implicam diretamente na efetivação dos direitos sociais das mulheres privadas de liberdade, articulados pelas políticas sociais projetadas para esse público especialmente vulnerável. Logo, tais violações de direito estão umbilicalmente articulados à categoria trabalho.

Para aproximar-se do objeto desse estudo, além das imersões em campo e dos relatos colhidos junto dos participantes, o grupo de pesquisadores produziu uma análise do tipo série histórica de 2008 a 2017 através dos dados disponibilizados pelo INFOPEN, a fim de verificar os eixos fundantes da análise. São eles: a população

privada de liberdade —segmentada em homens, mulheres e população total — os Agentes de Segurança Penitenciários, os demais trabalhadores do sistema prisional. Os três eixos foram analisados sob a realidade do Rio Grande do Sul, mas também do Brasil. Também foram consultadas as resoluções formuladas pelo Departamento Penitenciário Nacional (BRASIL, 2009) sobre o trabalho do Agente de Segurança Penitenciário (ASP), bem como da equipe técnica. Tais resoluções tangenciam tanto suas atribuições, quanto o contingente populacional sobre o qual ele será responsável em atividade.

ENTRE O LEGISLADO E O CONCRETO

Estando sob custódia do Estado, as pessoas privadas de liberdade têm suas necessidades básicas articuladas aos direitos sociais que são mediados pelas políticas sociais desenvolvidas para atender esse público. A LEP — Lei de Execução Penal —Lei nº 7.210, de 1984 — institui as regras para a execução penal e as medidas de segurança no Brasil e dispõe sobre os direitos dos sujeitos que cumprem penas privativas de liberdade decretada pela justiça pública. "A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado" (BRASIL, 1984). No entanto, para que isso ocorra é necessário que aqueles que se encontram em situação de privação de liberdade tenham acesso aos seus direitos, os quais são assegurados pela LEP através do seu Art. 3º "ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei" (BRASIL, 1984). Sobre este aspecto a LEP garante o acesso aos direitos através de seu Art. 10, segundo o qual "a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado,

objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso" (BRASIL, 1984). Sobre o tipo de assistência que o sujeito privado de liberdade tem direito a LEP dispõe no Art. 11: "A assistência será: I – material; – à saúde; III – jurídica; IV – educacional; V – social; VI – religiosa" (BRASIL, 1984).

No que tange especificamente às mulheres privadas de liberdade, as normativas legais são recentes: a PNAMPE - Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, é publicada em 2014, trinta anos após a promulgação da LEP, em 1984. A própria LEP recebe alterações em 1995, quando emerge pela primeira vez a figura da mulher privada de liberdade, no tocante das disposições gerais sobre os estabelecimentos penais: § 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam amamentar seus filhos. (BRASIL, 1995). No mesmo capítulo, em 2009, o texto é vedado e substituído por: § 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade (BRASIL, 2009). No mesmo capítulo, inclui-se: § 3o Os estabelecimentos de que trata o § 2o deste artigo deverão possuir, exclusivamente, agentes do sexo feminino na segurança de suas dependências internas (BRASIL, 2009). Ainda, o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, inciso XLVIII, impõe que a pena deverá ser cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo da pessoa privada de liberdade. Durante as últimas três décadas, muitos foram os avanços no sentido normativo em relação à legislação que garante os direitos das pessoas privadas de liberdade.

Segundo os dados levantados através do INFOPEN, detectou-se que, em relação à 2008, a população privada de liberdade aumentou em 60,98%, atingindo a marca das 726.354 (INFOPEN) pessoas privadas de liberdade no Brasil no ano de 2017. No Rio Grande do Sul, nesse período, a população de mulheres privadas de liberdade aumentou em 51,58%. No mesmo território, a população privada de liberdade masculina aumentou em 29,88%. Atualmente, a população privada de liberdade no Rio Grande do Sul é composta por 36.174 pessoas (INFOPEN).

Como já referido neste trabalho, as pessoas privadas de liberdade estão sob custódia do Estado, de forma que suas necessidades estão articuladas aos direitos sociais, mediados pelas políticas sociais desenvolvidas para atender esse público. Durante o percurso de investigação, foram levantados dados relacionados aos trabalhadores articulados ao contexto prisional; trabalhadores esses que são vitais para a efetivação de toda e qualquer política pública voltada para esse público, ou seja: trabalhadores que são vitais para a efetivação dos direitos sociais das pessoas que se encontram em privação de liberdade.

No sistema prisional, consideramos duas categorias para a efetivação do trabalho que está umbilicalmente articulado aos direitos sociais das pessoas privadas de liberdade. Categorias que não são excludentes, mas complementares: são os Agentes de Segurança Penitenciário (ASP) e a Equipe Técnica - composta pelos demais trabalhadores. Os ASP são trabalhadores *em trânsito*: possuem maior permeabilidade nas celas, pavilhões e galerias; a equipe de trabalho tem jornada de trabalho longitudinal: de forma a estar disposta nas casas prisionais vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. Essa longitunalidade, imanente das características do seu trabalho, dá ao agente ~~de~~ de segurança penitenciário caráter de centralidade no contexto prisional: é o

APS quem transita entre as pessoas privadas de liberdade diuturnamente, de forma a acessar e apreender esse contexto de maneira privilegiada. É o APS o trabalhador implicado em fazer toda e qualquer movimentação junto às pessoas em situação de privação de liberdade, sejam movimentações relacionadas às atividades vinculadas a sua saúde, aos dias de visita na casa prisional, a assistência psicológica, a assistência social, a nutrição e alimentação, ao acesso ao pátio, a assistência jurídica, a segurança *per si*.

No tocante da relação de agentes de segurança penitenciários e pessoas privadas de liberdade, é de suma importância destacar as resoluções formuladas pela Lei Complementar No 13.259, de 20 de outubro de 2009, que rege o trabalho dessa categoria profissional e estabelece as diretrizes da sua atuação:

> II – DOS CARGOS DE ATIVIDADE EM SEGURANÇA E TRATAMENTO PENAL
>
> Categoria Funcional: AGENTE PENITENCIÁRIO
>
> Descrição sintética das atribuições:
>
> Realizar atividades de média complexidade, envolvendo planejamento, organização e execução de serviços de vigilância, custódia e segurança de presos recolhidos nos estabelecimentos prisionais na execução das penas privativas de liberdade, das medidas de segurança e restritivas de direitos; executar programas e ações de apoio ao tratamento penal para socialização do preso. Trabalho realizado com risco de vida.
>
> 1.1. Realizar o deslocamento interno e externo dos presos;
>
> 3. Verificar e preservar as condições físicas e materiais dos estabelecimentos prisionais;

4. Verificar e zelar pelas condições de higiene e limpeza das galerias, alojamentos, celas, instalações sanitárias, pátios e outras dependências do estabelecimento prisional;

11. Verificar no recebimento do preso as condições físicas ao fazer a revista corporal obrigatória, conferir a documentação que o encaminha, registrar a entrada e disponibilizando-o para o levantamento do perfil (triagem);

13.1. Coordenar e fiscalizar as atividades sociais, educacionais e laborais dos presos;

16. Providenciar a assistência à saúde, jurídica, educacional, social e psicológica ao preso;

16.1. Assistir, orientar e acompanhar as ações de tratamento penal nos aspectos de atenção e preventivos para socialização do preso;

16.2. Orientar e realizar trabalhos em grupos e individualmente, para instruir os presos em hábitos de higiene, educação e de boas maneiras, despertando o senso de responsabilidade, de dedicação no cumprimento dos deveres familiares, profissionais e sociais;

17. Prestar orientação ao egresso quando do seu retorno ao convívio social, no âmbito de suas atribuições;

20. Propor medidas de prevenção aos efeitos dos fatores ambientais e situacionais, inerentes à instituição prisão; (RIO GRANDE DO SUL, 2009)

A partir da análise das atribuições previstas, conclui-se que o Agente de Segurança Penitenciário (ASP) adquire um papel central na implementação de políticas públicas e na garantia de direitos dentro das unidades prisionais. No desempenho de atividades que ultrapassam as medidas de vigilância, custódia, segurança e movimentação, ressalta-se a atribuição de "Providenciar a assistência à saúde, jurídica, educacional, social e psicológica ao preso" (RIO GRANDE DO SUL, 2009), que insere o profissional como intermediador de todas as atividades referentes às pessoas privadas de liberdade, atividades essas que podem ser consideradas a "coluna vertebral" dos direitos sociais daqueles que estão em situação de custódia. A partir da experiência de campo, verifica-se a centralidade do ASP, também expressão da própria ideologia do Estado Penal, visto que as relações entre pessoas privadas de liberdade e agentes de segurança penitenciários tornam-se determinantes no acesso aos direitos. Atuando como intermediador e prestador da assistência, também determinam a maneira como esses serviços serão acessados, ou não. Importante destacar também a atribuição de "instruir os presos em hábitos de higiene, educação e de boas maneiras, despertando o senso de responsabilidade, de dedicação no cumprimento dos deveres familiares, profissionais e sociais" (BRASIL, 2009). Assim, mesmo com a existência da legislação, as diferentes concepções de *hábitos de higiene, educação, boas maneiras, senso de responsabilidade e dedicação* irão determinar a qualidade da assistência prestada no contexto prisional, bem como a relação (interpessoal) entre as pessoas privadas de liberdade e os ASP, uma vez que tais concepções e tais dinâmicas relacionais podem verter em violação dos direitos das pessoas privadas de liberdade. Enfatiza-se, portanto, a inconsistência entre o tipo de formação dos ASP na Escola Superior Penitenciária/RS, voltada para execução de serviços de

segurança e não para prestação de serviços de assistência à saúde, jurídica, educacional, social e psicológica.

Segundo a Resolução Nº 1, de 09 de março de 2009 (DEPEN, 2009), do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, confere ao ASP acompanhar a proporção de cinco pessoas privadas de liberdade. Na Tabela 1, se expressa a dinâmica da execução da resolução ao longo da última década:

Percebe-se através da série histórica que a menor taxa de proporção entre ASP e pessoas privadas de liberdade, no Rio Grande do Sul, realiza-se em 2012, 2013 e 2015, quando a proporção se concentra em dez pessoas privadas de liberdade por ASP. Ou seja, a taxa de proporção mais baixa observada nesse período, foi o dobro do que é estipulado por lei. Conclui-se, portanto, que no estado do Rio Grande do Sul tal determinação nunca foi cumprida na última década. Ressalta-se a implicação da falta de efetivos de segurança e da desproporcionalidade histórica desses profissionais no cenário de violação de direitos das pessoas privadas de liberdade, na medida em que a presença desse profissional determina o restante das atividades dos demais profissionais, também responsáveis pela garantia de direitos.

Tabela 1. Relação proporcional entre agentes penitenciários e população privada de liberdade no Rio Grande do Sul (1xN)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Agente Penitenciário	11	12	12	11	10	10	12	10	11	11

(Sistematização das autoras, 2019)

Elucidada a relação entre os Agentes de Segurança Penitenciários e as pessoas privadas de liberdade previstas pela Lei No 13.259, faz-se necessário articular a categoria dos ASP e a categoria dos demais trabalhadores - equipe técnica — para

a compreensão do trabalho enquanto totalidade no contexto prisional, e como isso vai ao encontro dos direitos sociais das pessoas privadas de liberdade. São as atribuições da equipe técnica, previstas pela mesma Lei:

> III – DOS CARGOS DE ATIVIDADE DE TRATAMENTO PENAL, PERÍCIA E PESQUISA CRIMINOLÓGICA
>
> Categoria Funcional: TÉCNICO SUPERIOR PENITENCIÁRIO
>
> Descrição sintética das atribuições:
>
> Realizar atividade de nível superior, de alta complexidade, envolvendo atendimento, assistência e orientação a presos nos estabelecimentos prisionais na execução das penas privativas de liberdade, das medidas de segurança e restritivas de direitos, operacionalizando sua avaliação e o acompanhamento dos processos de socialização, bem como planejamento, coordenação, execução, estudos e pesquisas em matérias inerentes à área penitenciária e correlatas. Trabalho realizado com risco de vida. Descrição analítica das atribuições:
>
> 1. Realizar avaliação e acompanhamento técnico de atenção integral à saúde do preso e do internado conforme a especificidade de cada área, assegurando condições, procedimentos e assistência a problemas prevalentes e os métodos para sua prevenção, controle de doenças e demais intercorrências;
>
> 2. Realizar o desenvolvimento e a implantação de políticas de tratamento penal;
>
> 2.1. Planejar, executar e avaliar os programas de individualização da pena visando a ações de tratamento penal;
>
> 2.2. Promover o aprimoramento e a sistematização do exame criminológico com vistas à individualização da pena;

2.3. Produzir avaliações técnicas que identifiquem as condições psicossociais do preso com vistas aos benefícios legais;

3. Compor equipes interdisciplinares de tratamento penal nos estabelecimentos prisionais com o objetivo de propor e executar intervenções que reduzam a vulnerabilidade psicossocial do preso, auxiliando-o no seu processo de socialização;

4. Acessar as redes de políticas públicas;

5. Coordenar e desempenhar trabalhos de caráter técnico, na sua área, no âmbito da superintendência e em órgãos correlatos à execução penal;

5.1. Emitir pareceres e laudos sobre matéria de sua área;

5.2. Prestar assessoria e consultoria técnica à administração do órgão;

6. Desenvolver e propor projetos e ações de gestão da área de segurança e controle social;

7. Realizar a gerência de sistemas e métodos administrativos, dos recursos humanos, materiais e de serviços;

8. Zelar na prevenção de acidentes e na utilização de equipamentos, dispositivos de uso pessoal e de instrumentos voltados à saúde e proteção no ambiente de trabalho;

9. Desenvolver e implantar ações de atenção, prevenção e atendimento às questões de saúde mental e segurança do trabalho do servidor, na sua área;

10. Trabalhar o contexto organizacional e institucional, na perspectiva do desenvolvimento profissional nas áreas administrativa, operacional e técnica;

11. Prestar orientação ao egresso quando do seu retorno ao convívio social;

> 12. Desenvolver processos pedagógicos de capacitação, aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos profissionais aos servidores, junto às atividades funcionais nas áreas administrativa, operacional e técnica;
>
> 13. Supervisionar e orientar o estágio dos alunos da Escola do Serviço Penitenciário;
>
> 14. Viabilizar trabalhos para documentar e dar publicidade a estudos, pesquisas e levantamentos estatísticos no âmbito do sistema penitenciário, para a melhoria das condições técnicas, administrativas e operacionais do tratamento penal e da socialização do preso;
>
> 15. Participar do intercâmbio de ensino, estudos e cooperação técnica entre instituições e órgãos do sistema penal e criminal, e outras instituições de ensino;
>
> 16. Participar na elaboração e execução de parcerias e/ou convênios;
>
> 17. Participar da administração de estabelecimentos prisionais e unidades organizacionais da Susepe;
>
> 18. Executar outras tarefas correlatas ou que lhe forem atribuídas. (RIO GRANDE DO SUL, 2009, grifo nosso)

Dado o exposto pela Lei, avalia-se que as atribuições da equipe técnica no contexto prisional vão ao encontro da individualização da pena, em consonância com a Lei de Execução Penal, conforme explicitado em seu artigo Art. 6º "A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 2003)" (BRASIL, 2003), assim, esse grupo de trabalhadores têm como uma de suas diretrizes "Planejar, executar

e avaliar os programas de individualização da pena visando a ações de tratamento penal" (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

A individualização da pena não é fator abstrato: ela se materializa, inicialmente, através de uma concepção normativa, verte dessa concepção pela construção de políticas sociais que vão atingir o público usuário, além de ser materializada pelo trabalho dos envolvidos nessa política. Assim, a equipe técnica é uma das operadoras da concepção de individualização da pena, idealizada pela LEP, que será articulada pelo contato entre o conjunto de trabalhadores que compõem a equipe técnica e as pessoas privadas de liberdade à qual destinam-se as atividades realizadas pela mesma, o que se explicita nas diretrizes da Lei *"2.3. Produzir avaliações técnicas que identifiquem as condições psicossociais do preso com vistas aos benefícios legais; [...] 3. Compor equipes interdisciplinares de tratamento penal nos estabelecimentos prisionais com o objetivo de propor e executar intervenções que reduzam a vulnerabilidade psicossocial do preso, auxiliando-o no seu processo de socialização"* (RIO GRANDE DO SUL, 2009). Entretanto, a individualização da pena não se esgota no contato entre os trabalhadores da equipe técnica e as pessoas privadas de liberdade: já foi referido nesse trabalho a centralidade dos Agentes de Segurança Penitenciários no contexto prisional pelo caráter longitudinal de sua atuação: são os ASP aqueles agentes *em trânsito*, de maneira a penetrarem de forma privilegiada em celas, pavilhões e galerias. São esses mesmos APS os responsáveis e detentores do poder de fazer toda e qualquer movimentação junto às pessoas em situação de privação de liberdade, de forma que a relação pessoa privada de liberdade-ASP é um condicionante ao seu acesso à equipe técnica. Logo, a dinâmica do trabalho dessa equipe de trabalhadores constitui-se em relação de interdependência com a equipe de ASP, de forma que o acesso às políticas sociais e a própria efetivação dos

direitos sociais das pessoas privadas de liberdade esteja articulada com essa dinâmica.

Explicitada o nexo do trabalho dos ASP e da equipe técnica, faz-se necessário evidenciar a parametrização legal dos trabalhadores vinculados nesse último grupo no contexto prisional. Segundo Resolução Nº 1, de 09 de março de 2009 (DEPEN, 2009), do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, atribui-se a seguinte proporcionalidade de pessoas privadas de liberdade por profissional da equipe técnica.

> Artigo 2º - Estabelecer a proporção de profissionais da equipe técnica por 500 (quinhentos) detentos, obedecendo-se o seguinte:
>
> Médico Clínico – 1
> Enfermeiro – 1
> Auxiliar de Enfermagem – 1
> Odontólogo – 1
> Auxiliar de Consultório Dentário – 1
> Psicólogo – 1
> Assistente Social – 1
> Advogado – 3
> Estagiário de Direito – 6
> Terapeuta Ocupacional – 9
> Pedagogo - 1 (DEPEN, 2009)

Através da série histórica realizada pelas autoras, detectou-se que as únicas categorias profissionais que compõem a equipe técnica, que tem sua proporcionalidade de atendimento respeitada em todos os anos da série são os psicólogos e os advogados, conforme demonstrado na Tabela 2:

Importante destacar que na sistematização da tabela, está respeitada a proporcionalidade determinada à cada categoria estabelecida pela resolução e que, as células assinaladas com *x* correspondem à períodos onde não haviam profissionais alocados ao território. Estagiários de direito não são apontados pelo INFOPEN, em razão disso, não constam nas tabelas.

Tabela 2. Relação proporcional entre equipe técnica e população privada de liberdade no Rio Grande do Sul (ExN)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Médico Clínico	3.071	2.862	3.320	5.055	6.014	4.106	758	1.181	1.044	1.005
Auxiliar de Enfermagem	564	622	664	440	470	464	302	445	500	431
Odontólogo	1.535	1.590	1.660	1.685	1.879	1.916	1.039	1.181	1.183	1.064
Auxiliar de Consultório Dentário	x	x	x	x	x	x	x	2.048	2.367	2.261
Psicólogo	249	258	199	198	216	164	228	206	257	257
Assistente Social	512	561	249	261	289	190	265	203	215	193
Advogado	384	397	221	266	313	234	292	293	296	345
Terapeuta Ocupacional	3.071	3.180	3.320	674	668	639	208	x	1.315	4.019
Pedagogo	x	x	x	x	x	x	x	3.839	17.749	18.087

(Sistematização das autoras, 2019)

Para além dos achados em campo, através das imersões em que o grupo de pesquisadores se deparou com baixo efetivo tanto por parte da equipe de ASP, quanto por parte da equipe técnica, a série histórica sustenta a análise do baixo contingente de trabalhadores, inclusive desrespeitando a legislação proposta pelo próprio Estado. Portanto, sustenta a análise da violação de direitos sociais, uma vez que tais direitos sociais são articulados por políticas sociais, e tais políticas sociais são colocadas na ordem do dia através do trabalho dessas equipes, que, no contexto prisional, possuem interdependência.

Apesar dos notáveis avanços relacionados ao reconhecimento dos direitos das pessoas que estão cumprindo pena privativa de liberdade, não basta que a legislação garanta esses direitos. Dessa forma, é imprescindível que o poder público garanta o efetivo cumprimento dessas leis no cotidiano da vida social. Ainda que o grupo de pesquisadores tenha imerso em campo por dado limite de tempo e apreendido a existência de baixo efetivo

de agentes penitenciários em todas essas visitas, a série histórica sustenta tal particularidade em um sentido de universalidade, uma vez que o fenômeno observado se repete ao longo da última década, portanto, sendo parte de uma tendência histórica. Assim, depreende-se a *negligência, omissão e desresponsabilização no âmbito das políticas sociais* por parte do Estado, uma vez que a aproximação por parte dos pesquisadores dessa particularidade não se traduz em simples aparência: ao contrário, confirmada pela história, se traduz na dinâmica interna que rege o fenômeno. Tal negligência, omissão e desresponsabilização está umbilicalmente ligada à categoria trabalho, uma vez que esta é articuladora dos direitos sociais daqueles que estão custodiados pelo Estado, de forma que, ainda que racionalmente sejam expressas políticas sociais planejadas cuidadosamente para atender esse público, o mesmo Estado que as projeta se abstém da execução das mesmas conforme explicitado pela série histórica, em que se confirma a desresponsabilização em face do descumprimento das próprias leis, violando o direito das pessoas privadas de liberdade e também o dos trabalhadores que atuam no contexto prisional, uma vez que seu limite de atendimento proporcional é amplamente violado. Em uma análise generalista, tal tendência se aplica também à realidade brasileira na última década, conforme Tabela 3:

Explicita-se a existência de um Estado mínimo para o social e máximo para manutenção da ordem do capital, que reproduz desigualdades, e se omite ao se desresponsabilizar na garantia dos direitos sociais, uma vez que esses direitos são articulados através do trabalho. Assim, materializam-se privações que extrapolam a pena privativa de liberdade: a violação do direito à saúde, à educação, à visita, à assistência jurídica, que conformam violência de ordem institucional, ferindo o artigo 3º da LEP *"ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos*

pela sentença ou pela lei" (BRASIL, 1984) indo ao encontro do Estado Penal[5], que, ao se abster do social, promove o efeito de "porta-giratória" com índices de reincidência de 70% à 80% no Brasil, conforme a Unidade da Federação (CPI, 2008) e de 71,4% no estado do Rio Grande do Sul (SUSEPE, 2017).

Tabela 3. Relação proporcional entre equipe técnica e população privada de liberdade no Brasil (ExN)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Médico Clínico	1.064	1.079	1.144	1.189	1.575	1.468	1.363	1.155	1.273	1.074
Auxiliar de Enfermagem	273	282	269	254	231	213	381	294	322	284
Odontólogo	1.428	1.232	1.271	1.226	1.140	1.104	1.417	1.056	1.152	1.042
Auxiliar de Consultório Dentário	x	x	x	x	x	x	2.158	2.263	2.489	2.201
Psicólogo	510	500	497	473	434	404	740	520	573	587
Assistente Social	484	479	450	433	415	382	648	471	519	491
Advogado	318	428	397	416	332	306	375	304	335	462
Terapeuta Ocupacional	964	900	1.036	804	848	759	735	837	918	799
Pedagogo	4.604	4.230	5.258	2.544	4.012	2.496	2.092	2.403	2.614	2.299

(Sistematização das autoras, 2019)

> a penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com "mais Estado" policial e penitenciário o "menos Estado" econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada de insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto no Primeiro como no Segundo Mundo (WACQUANT, p. 9, 2011).

No que se refere ao contexto específico das mulheres privadas de liberdade no Rio Grande do Sul, a série histórica aponta outras agravantes para além do acima exposto: ao longo da década analisada, estão alocados no sistema prisional um total de zero ginecologistas em todos os anos, exceto em 2014, quando consta a contratação de dois desses profissionais para todo o território. Também, segundo um recente estudo de Bernardi (2019)

[5] Termo utilizado por Wacquant (2001) para designar o modelo de atuação do Estado voltado à criminalização da pobreza e, consequentemente, o encarceramento em massa. Tendo como princípios a "supressão do Estado social e o fortalecimento e glorificação do Estado penal" (p.18).

> Nota-se, portanto, que o Brasil descumpre a própria legislação, pois a maior parte dos estabelecimentos, três quartos, é voltada ao público masculino, totalizando 1.070 (75%), somente 103 (7%) são unidades prisionais femininas e 238 delas, ou seja, (17%) são 55 estabelecimentos mistos. Desse modo, pode-se notar que há menos unidades femininas que estabelecimentos mistos (DEPEN, 2014, p. 33). No Rio Grande do Sul essa realidade não é diferente, pois das 96 unidades prisionais do Estado, 74 estabelecimentos são masculinos, 17 são unidades mistas e somente 05 casas prisionais são femininas (DEPEN, 2016, p. 34).

> A este cenário, soma-se o fato de que até o ano de 2011 pouco se referenciava, no âmbito da execução penal, alusões explícitas às mulheres. O feminino estava subsumido em uma perspectiva androcêntrica, ou seja, aquela que referencia o homem como parâmetro de humanidade e modelo de encarceramento. Tais legislações, em suas enunciações discursivas, não poderiam ter sido pensadas pelo viés da neutralidade, pois, de fato, interpretações ambivalentes e ausências de marcações de gênero justificaram as particulares violações de direitos de mulheres em situação de prisão (*apud* JARDIM, 2017, p. 17).

Tais dinâmicas evidenciadas através da série histórica vão de encontro à última normativa publicada que tem o objetivo garantir os direitos sociais dessas, bem como reformular práticas direcionadas às mesmas. A PNAMPE (BRASIL, 2014) - Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional - emerge considerando os marcadores sociais da diferença, remetendo também às ações concernentes a tais indivíduos, como a prevenção aos diversos tipos de violência. Assim, são diretrizes da PNAMPE:

> I - prevenção de todos os tipos de violência contra mulheres em situação de privação de liberdade, em cumprimento aos instrumentos nacionais e internacionais ratificados pelo Estado Brasileiro relativos ao tema;
>
> IV - humanização das condições do cumprimento da pena, garantindo o direito à saúde, educação, alimentação, trabalho, segurança, proteção à maternidade e à infância, lazer, esportes, assistência jurídica, atendimento psicossocial e demais direitos humanos;
>
> V - fomento à adoção de normas e procedimentos adequados às especificidades das mulheres no que tange a gênero, idade, etnia, cor ou raça, sexualidade, orientação sexual, nacionalidade, escolaridade, maternidade, religiosidade, deficiências física e mental e outros aspectos relevantes;
>
> VII - incentivo à formação e capacitação de profissionais vinculados à justiça criminal e ao sistema prisional, por meio da inclusão da temática de gênero e encarceramento feminino na matriz curricular e cursos periódicos [...] (BRASIL, 2014, grifo nosso).

A normativa que estabelece a atenção à saúde da mulher privada de liberdade de forma que essa deve seguir os preceitos preconizados pelo SUS, estabelecendo também diretrizes para atenção às especificidades de gênero na prisão, de forma a coibir iniquidades em prisão.

Em consonância com a PNAISP (BRASIL, 2014) - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional - que prevê a inclusão da população privada de liberdade no SUS, a PNAMPE prevê que a garantia do direito à cidadania se efetive na perspectiva dos direitos humanos,

direcionado à integralidade do cuidado, e que devem compreender e respeitar especificidades dessa população. As duas normativas tratam-se de um esforço de aproximar o SUS da população privada de liberdade, de forma a inseri-lo no sistema prisional.

Ainda que a saúde, orientada pela PNAISP e pela PNAMPE demonstrem tais avanços, direcionando-se à integralidade da atenção, estando vinculados à defesa dos direitos humanos e promovendo uma histórica aproximação do SUS à essa população, tanto os "achados em campo" quanto as evidências trazidas através da série histórica, denotam uma *adesão formal* por parte do estado à sua própria legislação. Os avanços legislativos no reconhecimento das pessoas privadas de liberdade e também da quebra da perspectiva androcêntrica que referencia o homem como parâmetro de humanidade e modelo de encarceramento (JARDIM, 2017), em especial na última década, são inegáveis, em especial pela promulgação da PNAMPE. Entretanto, tais parâmetros somente são colocados na ordem do dia através da categoria trabalho: os direitos sociais das pessoas privadas de liberdade são indissociáveis das políticas sociais, que são articuladas através do exercício dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir posição privilegiada de acesso ao campo, os pesquisadores apreenderam uma série de particularidades imanentes desse campo, que ao longo do período, foram adicionados ao plano da universalidade através de grandes determinações gerais, estas foram registradas em diários de campo e confrontadas coletivamente durante o *Projeto Mulheres privadas de liberdade: necessidades decorrentes do uso de drogas e contextos de violências*

(DIAS *et al*., 2017). Estas foram articuladas aos parâmetros normativos que garantem os direitos sociais das pessoas privadas de liberdade no contexto prisional brasileiro (LEP nº 7.210/1984; SUS/1990; PNAMPE/2014). Tais particularidades encontradas em campo foram confrontadas também através da série histórica produzida pelos pesquisadores, série produzida através dos dados disponibilizados pelo INFOPEN sobre três eixos principais fundantes da análise: população privada de liberdade, Agentes de Segurança Penitenciários e os demais trabalhadores do sistema prisional. Articuladas as particularidades dos achados em campo, universalmente relacionadas por grandes determinações gerais à série histórica e confrontados os parâmetros normativos que orientam os direitos sociais das pessoas em situação de privação de liberdade, delineou-se o esboço da violência estatal e sua relação com o aprisionamento, pautado na negligência, omissão e desresponsabilização no âmbito das políticas sociais. Na análise das atribuições e normativas de duas categorias de trabalhadores do sistema prisional (ASP e Equipe Técnica), percebe-se que sua atuação de caráter interdependente possui um papel central na implementação das políticas sociais e na garantia de direitos da população privada de liberdade no contexto prisional. Tratam-se de *elos* entre o Estado e esse segmento populacional — entretanto, faz se necessário sublinhar que seu exercício profissional está condicionado aos recursos pressupostos para realização de um trabalho de efetivação de direitos. A centralidade e situação dos trabalhadores observada em campo, sobretudo dos ASP, corrobora com a análise das atribuições e condições destes profissionais, marcados pela desproporcionalidade e pela sobrecarga na proporção de pessoas assistidas por trabalhador, bem como a relevância das relações entre pessoas privadas de liberdade e Agentes de Segurança Penitenciários.

Considera-se tal configuração como uma das expressões do caráter do Estado em relação à materialização das normativas que garantem os direitos das pessoas privadas de liberdade. A negligência, omissão e desresponsabilização manifesta-se na desproporcionalidade dos agentes responsáveis por garantir os direitos dessa população. Atuando como intermediador e prestador da assistência em diferentes níveis, na última década, a quantidade de ASP no Estado do Rio Grande do Sul nunca acompanhou a proporção estipulada por lei necessária à confirmação de suas atribuições. No que concerne às especificidades da mulher no âmbito prisional, a situação mostra-se ainda mais alarmante: apesar de possuírem os direitos previstos na PNAMPE (2014), que garante o olhar específico às questões do sexo feminino nos estabelecimentos prisionais, analisou-se que a presença de trabalhadores ginecologistas ocorreu em apenas um ano (2014) dentro da série histórica de nove anos (2008 a 2017) no Rio Grande do Sul. No único ano onde havia profissionais específicos, foram alocados dois para todo o território do Estado, em uma conjuntura onde a população de mulheres privadas de liberdade aumenta à cada ano - durante o intervalo da série histórica, constatou-se o aumento de 51,58% na população de mulheres no sistema prisional.

Desta maneira, a falta de efetivos de ASP e equipe técnica, bem como a desproporcionalidade observada na série histórica influencia diretamente na violação de direitos das pessoas privadas de liberdade, pois são profissionais determinantes para a materialização destes e das leis que os garantem. Tratando-se de profissionais contratados sob responsabilidade do Estado, ratifica-se o caráter de violência, negligência e omissão deste no âmbito das políticas sociais no contexto prisional, visto que também expõe os trabalhadores à sobrecarga de trabalho, violando também os direitos desses trabalhadores ao trabalho *decente*. Não somente,

evidencia a existência de um modelo de Estado que suprime o social, indo ao encontro do Estado Penal (WACQUANT, 2001), voltado à criminalização da pobreza e à lógica neoliberal do Estado mínimo, que subordina os direitos sociais às definições orçamentárias, tornando-as parâmetro no âmbito de sua implementação.

Logo, fere-se o artigo 3º da LEP *"ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei"* (BRASIL, 1984) e promove-se o já referido efeito de "porta-giratória" no contexto prisional, pois, ainda que as instituições penais confessem racionalmente seus objetivos de ressocialização das pessoas privadas de liberdade, sob os princípios de individualização da pena (BRASIL, 1984), o que concretiza-se são contingentes de trabalhadores contratados pelo Estado que ferem a própria legislação promulgada por esse mesmo Estado, de maneira a impossibilitar a individualização da pena e a inviabilizar o tratamento penal e a própria individualização da pena, traduzindo-se em índices de reincidência de 70% à 80% no Brasil (CPI, 2008) e de 71,4% no estado do Rio Grande do Sul (SUSEPE, 2017). Assim, o legislado se omite em face do concreto, evidenciando o caráter de violência, negligência e omissão no âmbito das políticas sociais no contexto prisional.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, F. **A (Des) proteção social das pessoas privadas de liberdade**: um lugar chamado prisão. 2019. 166f. Dissertação (Pós-Graduação em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/883. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Lei Nº 7.210 - de 11 de julho de 1984. Dispõe sobre a Lei de Execução Penal. Brasília, DF, 13 jul. 1984. **Diário da Oficial da República Federativa do Brasil**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 08 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.046, de 18 de maio de 1995**. Acrescenta os parágrafos ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal. Brasília, DF, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9046.htm. Acesso em: 08 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009**. Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11942.htm#art2. Acesso em: 08 nov. 2019.

BRASIL. Portaria Interministerial Nº 1, de 2 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integralà Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF, 2014. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html. Acesso em: 08 nov. 2019.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. **Diário da Oficial da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_25232895_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_210_DE_16_DE_JANEIRO_DE_2014.aspx. Acesso em: 8 nov. 2019.

DEPEN. Resolução Nº 1, de 09 de março de 2009. do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Ministério da Segurança Pública Nacional**, Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/cnpcp/resolucoes/2009/resolucaono1de09demarcode2009.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

DIAS, M. T. G. *et al*. **Mulheres privadas de liberdade**: necessidades decorrentes do uso de drogas e contextos de violências. Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde PPSUS, 2017.

INFOPEN. **Relatórios analíticos.** Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/relatorios-analiticos. Acesso em: 8 nov. 2019.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Lei Complementar Nº 13.259, de 20 de Outubro de 2009. (atualizada até a Lei n.º 15.111, de 11 de janeiro de 2018). Dispõe sobre o Quadro Especial de Servidores Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul, da Superintendência dos Serviços Penitenciários – Susepe – criado pela Lei nº 9.228, de 1º de fevereiro de 1991. **Assembleia Legislativa.** Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lec%20n%C2%BA%2013.259.pdf Acesso em: 10 nov. 2019.

SUSEPE. Índice de Retorno ao Sistema Prisional do RS. Superintendência dos serviços penitenciários. Rio Grande do Sul. [2018?]. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=39. Acesso em: 19 nov. 2019.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

“O ERRADO SERÁ COBRADO”: CICLOS DE VINGANÇA E DISPUTAS ENTRE COLETIVOS CRIMINOSOS EM NATAL/RN APÓS O “MASSACRE DE ALCAÇUZ”

Natália Firmino do Amarante[1]
Juliana Melo[2]

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema e pelo Sindicato do Crime, especialmente, foi despertado a partir do Massacre ocorrido nas Prisões de Alcaçuz (composta pelos Pavilhões 1, 2, 3 e 4) e Rogério Coutinho Madruga (composta pelo Pavilhão 5) em janeiro de 2017 – duas unidades prisionais contíguas e inseridas nos arredores da cidade de Natal, Rio Grande do Norte e hoje conhecidas, simplesmente, como Complexo Prisional de Alcaçuz. Acompanhamos de perto todo o desfecho deste evento - enquanto pesquisadoras e ativistas de direitos humanos– e, a partir dele, compreendemos a fundamental importância de pensar o cenário político-criminal das facções no Nordeste.

[1] Dra. Antropóloga, professora adjunta 2, do Departamento de Antropologia Social e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN.

[2] Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Atualmente é doutoranda na Universitè Paris Saclay.

As informações presentes nesse artigo foram obtidas a partir de um intenso trabalho etnográfico junto dos familiares de pessoas encarceradas e de integrantes da facção Sindicato do Crime do RN. Diante do quadro, em termos estruturais, em um primeiro momento, abordamos como nos inserimos nesse campo e da nossa relação com o Massacre de Alcaçuz. Posteriormente, fazemos uma discussão sobre o cenário que une "quebradas[3]" e "cadeias" na grande Natal.

O MASSACRE E A COMPOSIÇÃO DO "*FRONT*"

No dia 14 de janeiro, após um dia aparentemente comum de visitas, detentos ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC) custodiados no Presídio Rogério Coutinho Madruga (conhecido como Pavilhão 5) invadiram o pavilhão 2 da Penitenciária de Alcaçuz, zona dominada pela *facção* rival Sindicato do Crime do RN (SDC). O objetivo dessa investida do PCC, de acordo com familiares de presos que conhecemos enquanto o Massacre acontecia, era assassinar o maior número possível de detentos ligados ao SDC e enfraquecer o grupo, que dominava a maior Penitenciária do Rio Grande do Norte, se opondo ao projeto expansionista do PCC como bem demonstra Dias (2008); Manso e Dias (2018).

Na manhã do dia seguinte, o Rio Grande do Norte entrou em evidência na mídia nacional e internacional chamando atenção para a questão da Segurança Pública e para o cenário de violência que tomava conta do presídio e que, como demonstraremos, afetaria a cidade de Natal como um todo. Depois disso, ônibus foram incendiados, houve um aumento do número de

[3] Isto é, periferias.

assassinatos nas periferias e o processo de recrutamento de jovens para integrarem-se em um dos dois grupos rivais foi intensificado. Já não era possível ficar neutro, isto é, não pertencer a uma ou outra facção, nesse contexto.

Assim que soubemos do ocorrido, acontecido em um sábado de férias e aparentemente calmo em Natal, decidimos ir para frente do Presídio. Éramos duas pesquisadoras do sistema prisional e, naquele contexto, nos juntamos aos curiosos que se concentravam na frente do presídio e aos jornalistas. Além deles, havia familiares de presos, que desesperados, buscavam saber se seus parentes estavam vivos ou não. A imagem de familiares, majoritariamente mulheres, desesperadas e desoladas nos marcou profundamente e criou um vínculo que perduraria até o momento atual. Também nos afetaria emocionalmente e nos incentivaria a denunciar situações de violações vivenciadas por elas e por seus parentes presos. Nos motivaria, posteriormente, a desenvolver um estudo etnográfico com familiares, ex-detentos e integrantes do SDC, do qual esse artigo é resultado.

Enquanto o Massacre acontecia - o que demorou seis dias - mães, esposas e irmãs dos detentos se avolumavam em frente ao Presídio aguardando notícias. Testemunhamos todo esse processo e tentamos acolhê-las minimamente em um contexto marcado pela omissão (de agentes públicos) e pelo sofrimento. Permanecemos junto delas e assistimos se desesperarem ao receber mensagens de *WhatsApp* provenientes do presídio e que mostravam cenas de decapitações, esquartejamentos e incinerações. Ouvimos seus gritos e anseios por saber sobre seus familiares e víamos a forma como eram tratadas – insultadas e criminalizadas. Esse foi o pano de fundo em que nossa pesquisa foi iniciada e foi a partir dele que nos envolvemos com o tema.

Quando chegamos em Alcaçuz, muitos policiais faziam a guarda dos muros prisionais e pareciam estar mais preocupados em evitar uma fuga em massa dos custodiados do que controlar a situação no interior do presídio. Havia repórteres e curiosos que observavam aquela movimentação atípica. Na cidade, por parte de alguns moradores, ouvíamos que era melhor que todos os presos de Alcaçuz fossem mortos de uma vez, já que, "bandidos", boa coisa não eram. Nenhum advogado ou defensor público se fez presente naquele contexto e o quadro se manteve igual durante os dias de vigília que os familiares realizaram. Desde então, são mais de três anos acompanhando algumas trajetórias dessas famílias e refletindo sobre as consequências desse evento, tanto nas prisões como nas *quebradas* de Natal.

Durante os quatro primeiros dias do Massacre, as luzes em Alcaçuz foram cortadas, assim como foi suspenso o abastecimento de água e de comida - ao contrário do que aconteceu no "Pavilhão 5", ocupado na época por membros do PCC e, atualmente, composto por integrantes das duas facções rivais.

No primeiro dia do conflito foi construída, pelos próprios presos, uma barricada artesanal que objetivava separar os coletivos rivais. No sexto dia, a barricada foi rompida e novas mortes aconteceram. Nesse dia teve churrasco de partes de corpos humanos, sendo que as mortes nunca foram computadas. Os feridos foram atendidos pelos próprios presos em uma tenda improvisada. O controle do presídio, por sua vez, foi parcialmente retomado, tendo sido construído um muro de container que separou os pavilhões 1, 2, 3 dos pavilhões 4 e o 5. Esse muro foi posteriormente substituído por um muro de concreto que é o que, hoje, separa os pavilhões 1, 2 e 3 dos pavilhões 5 e 4 (hoje desativado).

Devido a um quadro de omissão generalizado por parte das instituições oficiais, encaminhamos, junto com um grupo

de ativistas formado naquele contexto (*Front*), uma Petição para a Comissão Interamericana de Direitos em fevereiro de 2017, denunciando a situação e pedindo apoio. Enviamos cópias desse documento para o Ministério Público Estadual e Federal; para a Defensoria Pública Estadual; para Procuradoria Geral da União; para a Ouvidoria do DEPEN; para o Ministério da Justiça, especificamente, para a Secretaria de Direitos Humanos; e, meses depois, para o Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria Geral da República e Supremo Tribunal Federal. Nunca tivemos retorno adequado. Desde então, são três anos acompanhando algumas trajetórias dessas famílias e refletindo sobre as consequências desse evento.

As contradições sobre o "lugar" do pesquisador e do antropólogo apareceram desde o momento em que chegamos em Alcaçuz e ainda persistem, especialmente quando somos cobradas por "rigor científico" ou convidados a adotar uma posição de "neutralidade científica". O contexto que vivenciamos nos mudou profundamente, tanto em termos pessoais como acadêmicos, envolvendo sentimentos como afeto, solidariedade, dor, medo, impotência e nos deixamos, propositalmente, afetar por essas emoções. Nesse sentido, embora tenhamos iniciado uma pesquisa depois, não pretendemos, nunca, apenas realizar um estudo etnográfico sobre Alcaçuz ou o SDC. Nos importa ainda hoje manter os vínculos com as pessoas que conhecemos e denunciar os horrores por elas vivenciadas. Compreender esse contexto, portanto, é essencial para entender nosso posicionamento, o teor da pesquisa realizada e o tom do artigo presente.

Cabe notar que, ao longo desse período, acompanhando as famílias dos custodiados (daqueles que foram mortos e daqueles que continuam inseridos em Alcaçuz, particularmente), ainda pairam muitas dúvidas sobre o evento. Sequer é possível, ainda hoje, identificar o número real de mortos, desaparecidos e

custodiados, pois listas oficiais completas jamais foram publicadas e há, pelo menos, 16 pessoas desaparecidas e reconhecidas como tal pelo Estado. Há um quadro marcado pela falta de transparência em relação à publicidade desses dados e um processo de cerceamento da entrada de entidades estatais e civis para monitorar o sistema.

São ainda inúmeras as denúncias de violações de direitos humanos. Todavia, como de praxe, essas denúncias não são submetidas a uma investigação séria e rigorosa e os encaminhamentos subsequentes não são acionados. Pedidos para realização de exames de corpo e delito demoram meses para ser efetivados, assim como inspeções não são realizadas com a frequência merecida. Não há, tampouco, mecanismos autônomos para apurar as violações narradas por familiares e protegê-los - ao contrário.

Ademais, direitos assegurados na Lei de Execução Penal têm sido descumpridos e os presos têm sido submetidos a situações vexatórias diversas. Até o ano passado (2019), eram obrigados a ficar nus, a tomar banho com água sanitária; a ficar em posição de procedimento[4] por horas, etc. As visitas íntimas foram suspensas desde então e têm sido reivindicadas pelas mulheres sem que suas demandas sejam atendidas. São recorrentes ainda as denúncias sobre a prática da revista vexatória que incide sobre os corpos de familiares (e inclusive de crianças), o que aumenta as tensões locais. Podemos constatar, ainda, a intensificação de uma situação de sofrimento por parte dos custodiados e de suas famílias.

Paralelamente notamos também a expansão dos coletivos criminosos na cidade e um processo de disputa por territórios, dentro e fora das prisões, com fortalecimento notório do SDC que, em 2018, de acordo com o Atlas da Violência, contava com cerca

[4] Isto é, sentados no chão, com a cabeça baixa, entre as pernas e as mãos na cabeça.

de 4200 "irmãos". A pesquisa que realizamos, posteriormente ao Massacre, aliás, versa sobre esse processo. Passemos a ele.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Diversos autores vêm tentando explicar o surgimento das facções brasileiras e como elas operam na economia do crime e no comando das penitenciárias e ruas (RAMALHO, 1979; MARQUES, 2009; BIONDI, 2010; DIAS, 2011; FELTRAN, 2018). De modo geral, apesar de diferentes nuances, todos esses autores concordam que o encarceramento em massa, aliado à criminalização da pobreza e a política de guerra às drogas contribui para a sustentação do crime e para a formação de grupos organizados. Isto porque, quanto mais pessoas presas (e devido ao quadro de superlotação e falta de estrutura mínima em nossas prisões), maior a possibilidade/probabilidade de se criar grupos organizados de detentos, já que o Estado não tem o controle das prisões.

Aliás, não se pode pensar o fortalecimento das facções sem refletir sobre as políticas de segurança pública que viemos adotando há décadas no país, nas quais a maior parte dos inquéritos não é concluída e a política é orientada para a "guerra" (o que abre espaço para a multiplicação da vitimização e letalidade policial e para intermináveis ciclos de vingança). Não há um planejamento estratégico e inteligente e os recursos na área de segurança pública, especialmente no RN são escassos, assim como o efetivo policial. Culturalmente, a ideia de que "bandido bom é bandido morto" também tem impacto, favorecendo os casos de violações e a criminalização de familiares de presos como podemos observar no debate sobre o tema e empiricamente.

Pode-se afirmar que as facções/comandos funcionam para gerir o funcionamento das cadeias e, fora delas, os ilegalismos na rua (assaltos, tráfico, etc.) como pontua Hirata (2018). Há também um apelo financeiro (no sentido de que as facções podem oferecer oportunidades de vida para o "povo caído[5]") e emocional, já que se tornam parte de uma coletividade unida por um senso de união, honra e irmandade e isso pode ser observado de forma contumaz no RN.

Nesse sentido, a partir da criação de uma ética própria, na qual os "irmãos se unem" e agem "corretamente" (isto é, não roubando nas periferias, não denunciando seus comparsas; não aceitando estupros e punindo aqueles que o fazem com a morte, etc.), é perceptível que, depois da existência das facções, muitos autores afirmam que a realidade do cárcere melhorou, pois, se antes os detentos matavam uns aos outros por qualquer motivo, agora todas as decisões deveriam ser debatidas. Esse aspecto, igualmente, foi confirmado por nossos interlocutores em campo.

Aliás, quanto maior a rivalidade entre as facções, mais o Estado se omite de suas responsabilidades e ganha legitimidade para a reiteração de práticas degradantes que se atualizam nas prisões brasileiras e nas do RN, particularmente. Assim, o Estado é também criador dessa violência e se alimenta dela para manter o monopólio do uso da força. O caso de Alcaçuz, nesse sentido, é exemplar.

Diante desse panorama, que tem por trama central o próprio mundo prisional e que se expande a partir de suas redes, o sentimento que existe, para grande parte dos indivíduos que integram as facções ou o "mundo do crime" para usar a expressão de Ramalho (1979), é de rejeição e resistência ao Estado e a todas as

[5] Expressão local indicativa de pessoas vulneráveis em termos econômicos e sociais, isto é, pessoas geralmente sem recursos financeiros, com baixa escolaridade, negros e moradores das periferias.

suas leis e regras. Como observamos empiricamente, contudo, não há uma crítica fundamentada ao mercado e ao consumo, já que é preciso gerar dinheiro, seja para sobrevivência, seja para a ostentação (isto é, usar roupas e tênis de marca, cordões de ouro, etc.).

Cabe notar que, desde a implementação dos Presídios Federais em 2006 houve um processo de nacionalização do crime organizado como indicam Dias e Manso (2018). Isto deu possibilidades para novas formulações próprias, variáveis de região para região. Há, portanto, desde processos que envolvem faccionalismo à incorporação de grupos locais a grupos majoritários como o PCC e o CV (Comando Vermelho). O ano de 2016, inclusive, é um marco importante, pois é quando a aliança entre o Comando Vermelho e PCC foi rompida, abrindo precedentes para novas disputas pelo controle da produção, consumo e distribuição de drogas no país e internacionalmente como apontam Manso e Dias (2018) e Feltran (2018). O estabelecimento e fortalecimento de novos grupos locais, inclusive, pode ser interpretado como parte desse processo e, no caso de Natal, é uma reação ao projeto de expansão do PCC.

PEGA A VISÃO..." SINDICATO DO RN: UM PANORAMA SOBRE SUA FUNDAÇÃO & HISTÓRIA.

Conforme indicam os estudos etnográficos por nós realizados, o SDC foi fundado em 2013 e demorou quase um ano para que fosse reconhecido pela opinião pública e pelo Estado. Até 2014 o grupo foi se fortalecendo, *batizando* cada vez mais pessoas, estruturando a facção, definindo hierarquias, "*pacificando quebradas*[6]"

[6] Isto é, proibindo o roubo nas comunidades periféricas; combatendo a violência doméstica e, ao mesmo tempo, reagindo à inserção violenta de policiais nesses locais.

e disputando territórios nas ruas e cadeias. Nesse momento, conviviam pacificamente com o PCC, mas sem definir alianças ou tratados de paz e/ou tampouco declarar *guerra*.

Em agosto de 2014, contudo, o SDC já daria entrada nas suas atuações políticas no crime organizado, puxando e comandando um marco histórico dentro das cadeias do RN: uma manifestação pacífica através de uma greve de fome, conforme consta em uma investigação do Ministério Público por nós analisada. Vejamos um trecho:

> Prova da estruturação da organização criminosa ocorreu no dia 01 de setembro de 2014, quando os apenados de vários presídios do Estado, como Alcaçuz (Nísia Floresta), Raimundo Nonato (Natal), Cadeia Pública e Complexo Penal (Mossoró) e Presídio Estadual de Caicó fizeram greve de fome em busca de melhorias no Sistema Penitenciário Estadual. Segundo relatório do diretor do Presídio Rogério Coutinho Marinho (Pavilhão 5 de Alcaçuz), o movimento foi coordenado pela facção criminosa conhecida como "SINDICATO DO CRIME", conforme trechos abaixo: (..) Que a rotina dessa unidade prisional foi quebrada nas primeiras horas do dia 01 de agosto de 2014, no momento em que os referidos internos dos pavilhões A e B deixaram de receber os alimentos fornecidos pelo estado (café, almoço e janta), perdurando até o presente momento; Que no dia 02 de agosto de 2014, essa direção recebeu por parte dos referidos internos uma carta de reivindicações ao qual foi discutida incansavelmente [...]; Que essa direção reconhece que a greve está sendo capitaneada pelos internos Rodrigo Silva dos Santos[14] e Fábio Ferreira dos Santos[15] (todos moradores do pavilhão "A") membros ativos do sindicato do crime denominado como sindicato do RN; (…)

A greve durou dois dias, quando os apenados passaram a recusar a alimentação vinda do presídio, sem apresentar motivos claros inicialmente para isso, de acordo com a cobertura dos jornais locais. Essa primeira investida do SDC demonstrou que a facção estava em sintonia com a forma de reivindicação dos outros grupos prisionais como o CV e o PCC, que também adotaram estratégias semelhantes.

A princípio o intuito era alcançar as reivindicações apresentadas através de um método pacífico. Este movimento, aliás, mostra como os coletivos de detentos possuem estratégias políticas para alcançar suas reivindicações. Isto é, sabiam que, antes de utilizar a força, uma ação não-violenta poderia ser uma alternativa. A proposta apareceu, finalmente, através de cartas elaboradas pelos detentos, que pediam a exoneração de Osvaldo Júnior (então diretor do Pavilhão 5) e Dinorá Simas (administradora do Sistema Penitenciário naquela época), pois afirmavam que eles eram coniventes com a situação de opressão que vivenciavam.

No fim, as reivindicações não foram atendidas, o que fez com que os detentos cumprissem o que haviam prometido: "Caso essa reivindicação não seja atendida, o que é uma rebelião pacífica pode se tornar em um caos no Sistema Prisional, o que não queremos que aconteça". Em março de 2015, um motim generalizado se iniciou, com uma forte presença do SDC. Os detentos pediam "Fora Dinorá", que era diretora de Alcaçuz na época. O movimento se iniciou em Alcaçuz e se estendeu para pelo menos sete *cadeias* e Centros de Detenção Provisória ou CDP'S. A manifestação não era mais pacífica, como havia acontecido em 2014. Agora o esquema era *quebrar* todas as cadeias e atacar órgãos públicos. Ônibus e carros de policiais foram alvos dos ataques. Não se sabe exatamente quem deu início ao movimento: se foi o

SDC ou o PCC, mas ambas atuaram juntas pedindo a exoneração de Dinorá (AMARANTE, 2018).

As marcas das manifestações de 2015 foram as cadeias destruídas, principalmente Alcaçuz, que teve toda suas celas quebradas e grades arrancadas. Os detentos passaram a viver soltos dentro dos pavilhões. Um mês depois, 32 presos escaparam de Alcaçuz, o que foi considerado uma das maiores fugas no presídio. Após o acontecido, Dinorá Simas foi exonerada da direção de Alcaçuz e realocada para direção de outro presídio. A SEJUC (Secretaria de Justiça e Cidadania) negou que a mudança tivesse se dado em decorrência das rebeliões e fugas. Alcaçuz havia sido tomada pelos detentos, que agora circulavam livremente dentro dos pavilhões (AMARANTE, 2018).

Apesar de todos esses eventos, a presença do Sindicato só foi evidenciada amplamente para a sociedade em 2016, quando o governo decretou a instalação de bloqueadores de sinal telefônico no Presídio Estadual de Parnamirim (PEP). Antes disso as ações da facção ainda eram confundidas pela opinião pública como sendo vindas do PCC. Isso mudou quando o governo tentou cortar a comunicação entre os detentos gerando revolta dentro dos presídios. Ocasionou uma rebelião generalizada em todo o sistema prisional do estado e atravessou os muros da cadeia. Através de telefones, os detentos ordenaram que seus companheiros do "lado de fora" das grades agissem nas ruas para pressionar as autoridades, como mostra o seguinte *salve*:

> Então, família, um forte abraço do irmão 'Cabeça do Acre' pra essa grande família aí, maravilhosa aí do ()… *tô* mandando essas fotos aí, pros irmãos aí, pra ver essa torre de bloqueio aí que tão colocando aqui no PEP, tá entendendo?… e que os irmãos fiquem ciente aí que, qualquer bloqueio, qualquer 'pá' aí, vamos botar o 'bang'

> pra funcionar. Firmeza? E o estado todo geral, tremer geral. Firmeza? É nós aí na fita, mano. E tamo junto. (SIC)

Em poucas horas os ataques se iniciaram e foram assinados com o nome do SDC. Logo depois, áudios vazados de conversas entre os criminosos, circulavam por mensagens no *Whatsapp*: o pânico estava criado. Pela primeira vez o nome "Sindicato do Crime do RN" ganhava força na mídia, que, a cada hora, veiculava informações sobre explosões, assaltos e assassinatos de policiais ou agentes do Estado. Os ataques aconteciam em todo Rio Grande do Norte e ao todo 96 *alvos* foram identificados. O motim durou cinco dias e a consequência foi a transferência de detentos apontados como "líderes" para o Presídio Federal. Além disso, uma série de pavilhões foi destruída, como aconteceu, por exemplo, em Alcaçuz (idem).

Ainda que o grupo exercesse uma considerável atuação nas cadeias e *quebradas* do Rio Grande Norte, tendo, inclusive duas grandes investigações do Ministério Público para apurar sua organização (Operação Alcateia, 2016 e Operação Alcatraz, 2013), o SDC havia demonstrado sua força e capacidade de afrontar o governo a exemplo de ataques realizados por outros comandos ou coletivos criminosos organizados pelo país. Nos anos seguintes, a facção foi aparecendo cada vez mais e outros ataques aconteceram, transparecendo a sua grande rivalidade com o PCC. Como consequência, deixaram um rastro de sangue pelas ruas e cadeias do Rio Grande do Norte.

Conforme fontes de agentes da segurança pública, o sistema prisional do RN conta, atualmente, com 36 cadeias, sendo duas de domínio do PCC e o resto do SDC. A demonstração mais crítica da rivalidade entre as duas facções se concentrava no coração de Nísia Floresta, mais especificamente, em Alcaçuz.

Em janeiro de 2017, o espaço, que já era uma "bomba relógio" por ter duas facções distintas próximas umas das outras, foi palco de um dos maiores massacres do sistema penal do Brasil. Como dissemos antes, os detentos do pavilhão 5 conseguiram romper as grades do pavilhão e invadir o pavilhão 4 de Alcaçuz, onde estavam custodiados detentos ligados ao SDC. O confronto deixou, no mínimo, 26 mortos e 71 desaparecidos. Atraiu os olhares da mídia nacional e internacional para o Brasil, tendo em vista a grande brutalidade ocorrida na ocasião como afirmamos anteriormente.

O aparecimento de uma facção local que rivalizava com o PCC, antes dominante, gerou uma condição nunca vista antes no Rio Grande do Norte: a disputa de dois grupos de "crime organizado" pelas unidades prisionais e pelo controle do tráfico e de outras atividades ilícitas nos bairros da grande Natal. A rivalidade entre os dois "grupos" serviu como uma justificativa do Estado para o aumento das taxas de homicídio no RN e para a crescente onda de violência que marcou Natal e o interior do RN. Serviu também para a implementação de procedimentos cada vez mais rígidos nas prisões e que, de diversos modos, ferem o senso de dignidade dos presos e de suas famílias, com a prática de tortura; a transferência de presos para outras unidades prisionais sem o conhecimento das famílias; a proibição temporária de visitas e de visitas íntimas; e realização de revistas vexatórias, etc.

Entre o ano em que o SDC apareceu pela primeira vez para a população e o Massacre de Alcaçuz, vários episódios aconteceram dentro do sistema carcerário e nas *quebradas* de Natal. Além dos eventos que já destacamos, houve a imposição de novas regras nas comunidades (como a de não roubar, não caguetar, etc.), bem com o recrutamento de novos integrantes para o SDC. Paralelamente houve o aumento de roubos em Natal e maior controle das redes de tráfico de drogas.

Mesmo com pouco tempo de atuação, é notório que o SDC vem conseguindo uma grande adesão de criminosos em todo o Rio Grande do Norte, sendo que não parecem se intimidar em rivalizar com um dos maiores grupos de crime organizado nacional e, talvez, internacional: o PCC. A predominância do grupo, por outro lado, fortalece um sentimento de resistência à dominação do comando paulista e evidencia o interesse dos detentos se unirem para "gerir" o cotidiano das relações que perpassam o crime dentro das prisões e nas *quebradas*.

Como nossa pesquisa demonstrou o SDC, ao contrário do PCC em Natal, conseguiu reunir muitos adeptos, e mesmo sendo um grupo local, consegue ter mais *respeito* no universo do crime local. Aliás, as práticas realizadas pelo PCC são reconhecidas como sendo marcadas pela *covardia,* sendo que o SDC chama o PCC de "PCCÚ", numa clara demonstração de desprezo por esse grupo localmente (AMARANTE, 2018).

RIVALIDADE E DISPUTA POR TERRITÓRIOS

Depois do Massacre em Alcaçuz, e após a denúncia de uma série de violações de direitos humanos no sistema prisional, os olhares de jornais, instituições e pesquisadores se voltaram para a realidade local com o objetivo de compreender a dimensão da guerra entre as duas facções. É importante ressaltar que, as disputas no RN se acentuaram em 2015, quando integrantes do SDC mataram um integrante do PCC no pavilhão 5 do Rogério Coutinho. Isto foi considerado, por parte dos integrantes do SDC que entrevistamos, como o primeiro grande "racha" entre as facções que, apesar das divergências, mantinham um acordo de "paz" desde a fundação do SDC. Após esse primeiro

rompimento, aconteceu uma série de assassinatos nas cadeias e CDP'S, onde presos ligados ao PCC eram "suicidados" pelos do SDC (AMARANTE, 2019).

Posteriormente, na metade de 2016, novos conflitos envolvendo o SDC ocorreram com a instalação de bloqueadores de sinal de celular no PEP (Presídio Estadual de Parnamirim), atitude que não foi aceita pelos detentos. Com isso, os integrantes do SDC emitiram s*alves* para impedir que os bloqueadores fossem instalados. Os ataques direcionados pelo SDC deixaram todo o Estado sitiado: comércios, repartições públicas, escolas, etc. foram fechados. No contexto, pelo menos, 100 ataques a ônibus e órgãos públicos foram registrados. Ao final, as forças armadas foram acionadas e detentos ligados à facção foram transferidos (AMARANTE, 2019).

Alguns meses depois dos ataques de 2016, a rivalidade foi intensificada com o rompimento do acordo de paz entre o PCC e o CV, onde o PCC procurava conquistar todas as unidades prisionais do Brasil (MANSO; DIAS, 2018). As consequências foram sentidas no Rio Grande do Norte, resultando no Massacre de Alcaçuz, que pode ser compreendido como o ápice da *guerra*. Como observamos em campo, o conflito se espalhou pelas ruas de Natal, Mossoró e cidades interioranas do Estado e, desde então, há sempre a iminência de conflitos entre as duas facções nas unidades prisionais que permanecem superlotadas e em condições degradantes, a despeito da tentativa de ocultação desse quadro por parte das autoridades penitenciárias e judiciárias locais.

Nessa conjuntura, o conceito de honra também ganhou centralidade, pois, para os membros do SDC, o Massacre significou uma ruptura forte em suas formas de agir ou *proceder*. Afinal, esse evento trágico aconteceu em um dia de visita e com visitantes ainda presentes no Pavilhão 5, o que é inconcebível para a ética

deles. A noção de honra também é acionada quando, de acordo com os relatos dos parentes naquele contexto e de pessoas vinculadas ao SDC que entrevistamos, consideram que o PCC fez um "acordo" com o Estado, pois possuíam armas de fogo e teriam invadido o pavilhão dominado pelo SDC com coletes de segurança.

Todos esses fatos, acionados cotidianamente, têm fortalecido um sentimento forte de vingança, dando lugar a inúmeros assassinatos e a um processo que envolve, por um lado, o recrutamento de armas, de recursos e de "soldados", cada vez mais novos e sanguinários.

Há também um processo de reterritorialização da cidade e em 2017 e 2018 assistimos invasões e tomadas de bairros inteiros (como foi o caso do Bairros de Mosquito e Beira-rio em julho de 2018). A comunidade de Mãe Luiza (dominada pela SDC) e a Comunidade do Mosquito (dominada pelo PCC), em especial, carregam as marcas de como cada facção permitiu certa pacificação dentro de seu domínio territorial. Isso foi permitido através da aplicação de regras de conduta tanto para moradores quanto para os criminosos. Mas, se dentro desses domínios territoriais a paz é alcançada entre os que fazem parte das comunidades, o mesmo não se pode dizer sobre a relação de uma comunidade com a outra (idem).

Após o Massacre de Alcaçuz, os índices de violência na Grande Natal cresceram absurdamente e isso tem reflexos diretos da carnificina ocorrida na Penitenciária de Alcaçuz, como vimos antes e como comprovam os estudos etnográficos por nós realizados, assim como inúmeras reportagens em canais midiáticos locais.

Acreditamos que isto se deve ao fato de que os ciclos de vingança nas relações entre as facções ainda estão muito presentes na memória dos dois grupos. Ganham relevância quando se sabe que, de acordo com o *proceder* de ambos os grupos, cada integrante

morto de um grupo deve ser cobrado. Uma morte se compensa com outra morte e "sangue se paga com sangue", portanto. Ou seja, há um sentimento de que a honra do grupo é ferida quando perde algum de seus integrantes e no Massacre de Alcaçuz, o Sindicato do Crime do RN teria saído desmoralizado, cabendo ao SDC vingar-se desse processo e, desse modo, reestabelecer sua *honra*.

A *cobrança* dessas mortes passou, então, a ser nas ruas, e principalmente, nas *quebradas*. O ano de 2017, inclusive, foi o ano mais sangrento na história do Rio Grande do Norte, contabilizando 2.405 mortes violentas, conforme o *OBVIO* (Observatório da Violência Letal Intencional no RN). As mortes que lotavam as páginas policiais no *Facebook* causavam pânico na população, que teriam seus dias de paz cada vez mais abalados pela disputa pelo poder e honra entre o PCC e o SDC. Vejamos um quadro ilustrativo:

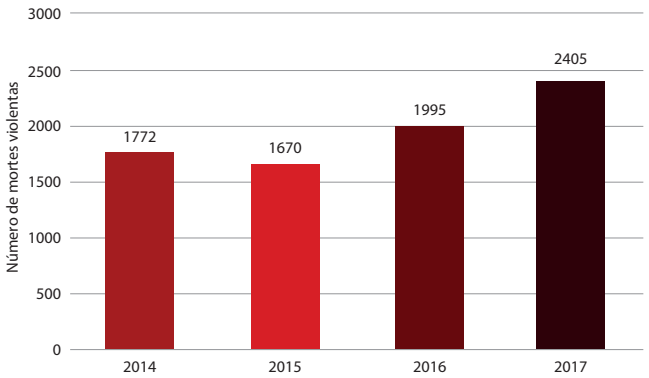


Gráfico 1: Mortes violentas
Fonte: https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/em-recorde-historico-rn-teve-2405-mortes-violentas-em-2017.ghtml)

A partir de junho de 2018 o SDC tomou uma iniciativa que nunca houvera antes, a de organizar uma estratégia para enfraquecer o PCC na Grande Natal. A "ressaca" do Massacre de Alcaçuz ainda estava latente e a estratégia não se centrava mais nas *cadeias*. A *cobrança* agora atingiria todas as *quebradas* da cidade e se expandiria para o interior do estado. Para compreender as disputas territoriais entre as duas facções é necessária ressaltar que dos 36 bairros e adjacências que integram a Grande Natal – apenas 10 eram de domínio do PCC ao passo que os demais eram domínio do SDC. Ainda que esses números não sejam tão exatos, já que em um bairro caracterizado como sendo de domínio do SDC pode existir ainda a presença silenciosa do PCC, é possível afirmar que o comando paulista era fraco numericamente dentro do RN.

Sabe-se, aliás, que o PCC não conseguiu predominar no Rio Grande do Norte. De acordo com familiares e integrantes do SDC com quem conversamos, muitos motivos são apontados para tanto. De um lado, dizem que os *bandidos* locais não eram bons "pagadores" no mercado de drogas e que por isso o PCC não tinha tanto interesse em persistir em relações comerciais no estado. Ainda, de acordo com esses relatos, os natalenses tinham a fama de matarem os entregadores de droga após receberem a mercadoria. De outro lado, acusam o PCC de ter práticas covardes e que por isso teriam "varrido" a presença do Comando paulista do Rio Grande do Norte de maneira geral. Diante desse quadro, o SDC conseguiu dominar quase que de maneira hegemônica o Rio Grande do Norte e, principalmente, a Grande Natal, como mostra o mapa:

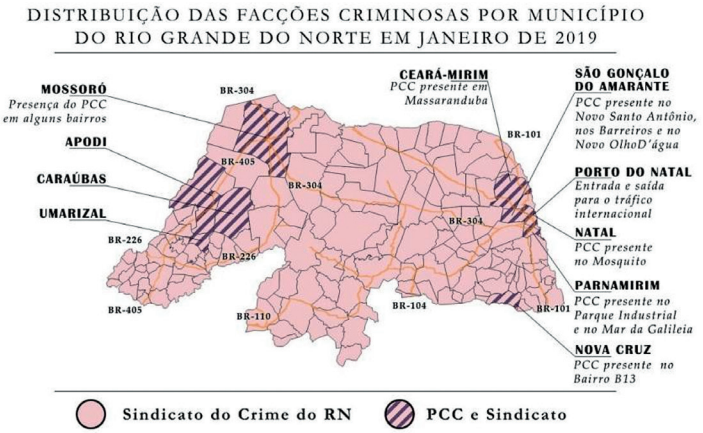


Figura 1: Distribuições das facções criminosas por município do Rio Grande do Norte em Janeiro de 2019.
Fonte: Amarante (2018).

Novamente, a distribuição não é tão exata, tendo em vista que em muitas regiões onde o SDC domina podem existir a presença do PCC. Entretanto, essa presença não chega a ser tão considerável. As principais *quebradas* de domínio até junho de 2018 na Grande Natal eram: Comunidade do Japão; Comunidade do Mosquito e Comunidade Beira-Rio. Quando o SDC arquitetou a investida em tomar territórios do PCC esses bairros eram o foco das invasões.

A ordem que vinha da *Final* e do *Conselho* exigia que os *irmãos* do Sindicato do Crime do RN ficassem disponíveis enquanto soldados para entrar na *guerra* armada contra o PCC. Para tanto, era necessário unir armas, munições e dinheiro. Afinal, era preciso financiar a *guerra*. Desse modo, diversos *salves* foram emitidos recrutando soldados de todos os bairros ligados ao SDC para a invasão, primeiramente, das comunidades Mosquito e Beira-Rio. As invasões aconteciam de duas maneiras: através de canoas

(*bandidos* se organizavam para invadir a comunidade pelas costas, ou seja, pelo Rio Potengi) e de carros (que entravam na comunidade pela Avenida Felizardo Felizardo Moura, como mostra o mapa:



Figura 2: Mapa de disputas territoriais.
Fonte: Amarante (2018)

Hoje, contudo, o movimento tem novas configurações e se nota um afastamento do PCC da cidade de Natal, onde, atualmente, o SDC é hegemônico. O PCC se deslocou para a região

metropolitana e interiorana do estado, ainda que existam "irmãos" dispersos pela cidade. É difícil, inclusive, prever os resultados desses processos a médio e longo prazo.

Desse modo, a prisão de Alcaçuz e o Massacre ali acontecido tem um papel central na compreensão do fortalecimento de facções no Estado e está atrelada ao aumento da violência nas ruas e às condições de degradação no sistema prisional. Afinal, Alcaçuz ainda hoje não somente detém a maior população prisional do Estado, como representa a "casa" do SDC e simboliza uma ferida aberta. Nesse sentido, se antes já existia um processo de fortalecimento e disputa entre os coletivos criminosos locais dentro e fora das prisões, o Massacre gerou a necessidade de uma união maior entre os "irmãos" nas prisões e quebradas.

CONSEQUÊNCIAS DAS DISPUTAS

O contexto observado em Natal demonstra que a lógica da "guerra contra as facções" permite ao governo fortalecer um discurso de guerra, que legitima um estado emergencial e dá autorização para praticar ações que não seriam possíveis dentro de um "estado normal". Legitima, por exemplo, a presença do exército nas ruas e a "carta branca" para matar dada aos policiais, como mostram Dias e Paes para outro contexto e também elucidativo para compreender o quadro do RN. Ou seja,

> Nos países em guerra, a figura de um inimigo ameaçador costuma aumentar a tolerância da população aos excessos dos governos. Não importa se comunista, terrorista, fundamentalista, essas imagens têm ajudado muitos governantes a conquistar apoio político, se aproveitando do medo dos seus eleitores, com um discurso de ódio em

> defesa da virulência. Nas cidades brasileiras, desde que os "bandidos" se tornaram o bode expiatório preferencial que impede as pessoas de viver em paz, inúmeros injustiças e violações foram praticadas em nome dessa guerra doméstica contra o crime. (DIAS; PAES; 2018, p.108)

Diga-se, de passagem, que falar nessa *guerra* entre facções é uma questão difícil, cabendo notar que há um grande aumento de homicídios cometidos também pela polícia e grupos milicianos locais. Neste sentido, existe uma *guerra* entre faccções ou um genocídio perpetuado por agentes do Estado? Aura Mazda, jornalista da Tribuna do Norte, por exemplo, observou que nos confrontos ocorridos na Comunidade do Mosquito, a maior parte das pessoas assassinadas apresentavam características bem definidas e semelhantes, quais sejam: eram jovens entre 19 – 26 anos, negros e moradores da periferia, sendo que a maior parte dos jovens que foram mortos foram vitimados pelas balas da polícia. Isto é, quando a polícia tentava intervir na *guerra* das duas facções para 'amenizar' a situação, acabava por intensificar o número de mortos, atirando e matando os que estavam no meio do conflito e, que muitas vezes, não tinham envolvimento com nenhum dos dois coletivos organizados. Isso evidencia que, apesar do conflito entre as duas facções deixar um rastro sangrento de mortos, o Estado – aqui representado por policiais - também tem agência dentro dessa *guerra*.

Outro dado observado dentro dos conflitos entre facções – contra si mesmos ou em contato com a polícia e forças armadas do Estado – é que para cada policial morto em torno de 10 a 15 pessoas eram assassinadas dentro das periferias de Natal, tal como atestamos acompanhando os jornais da cidade durante o ano de 2017 e 2018. De acordo com nossos interlocutores, por outro lado, a polícia costuma entrar dentro das periferias "com a sede de vingança"

castigando os moradores pelos crimes cometidos pelos integrantes das facções, quer estejam vinculados ou não a uma ou outra facção.

Todo esse contexto, que versa sobre o Massacre e atuação do Sindicato do Crime do RN, demonstra uma *guerra* onde os que estão dentro – PCC e SDC- guerreiam entre si pelo domínio de territórios, de hegemonia sobre o lucro dos mercados ilegais e também pelo discurso de quem está *correto*. Porém, ao final, o que se compreende é que, o Estado através de uma Política de guerra às drogas e aos pobres, permite que esse processo aconteça e o usa para legitimar um emaranhado de brutalidades. Isto demonstra, portanto, que a essência de nosso sistema de justiça criminal é a violência institucional.

Nesse sentido, embora não exista um determinismo entre pobreza e criminalidade, para aqueles que vivem nas zonas periféricas, as oportunidades de ter um futuro longe da criminalidade por vezes são escassas. A criminalidade, desse modo, pode ser uma opção para confrontar esse mundo e ganhar um lugar digno nele, já que, ao mesmo tempo em que incita todos a consumirem, nega as possibilidades de consumo para determinadas parcelas da sociedade. Essa recusa cria revolta e constrói os alicerces da base de uma falta de perspectiva sobre a realidade social, o que empurra muitos jovens para o crime, como observamos em Natal. Isto é, o estigma inscrito nos corpos de alguns faz com que busquem respeito através da força. Assim, "se não me respeitam pelo que sou, com uma arma nas mãos inspiro medo e tomo esse reconhecimento de assalto", como afirmou um de nossos interlocutores durante nossa pesquisa.

Ou seja, na escolha pelo crime como meio de sobrevivência, reconhecimento social ou de construção de identidade, se formula uma concepção particular sobre a realidade, que fundamenta ações violentas e que inspira certa revolta contra

a sociedade de forma geral. Para muitos, portar uma arma e atirar contra alguém parece não ser tão grave assim, pois para quem conviveu com a morte de perto – muitas vezes desde a infância vendo seus parentes sendo mortos por facções rivais ou pela própria polícia – a vida passa a não ser vista como algo tão valoroso. "Viver pouco como um rei ou muito como o zé?", questiona a letra de Racionais que ilustra bem a perspectiva de muitos jovens com quem dialogamos na *quebradas* de Natal.

Nesse sentido, para muitos jovens sem perspectivas de inserção digna no mercado de trabalho, possuindo um nível de escolaridade baixo, e sendo provenientes de lugares e de famílias vulneráveis econômica, social e racionalmente, a questão central que se coloca é a seguinte: Viver muito sendo humilhado e aceitando as opressões do sistema ou viver pouco conquistando pequenas vitórias através do crime e sendo reconhecido e valorizado enquanto *bandidos* pelos seus próprios pares?

No meio disso, as pessoas que nascem na "boca da miséria" – em sua maioria – entram em disputas e guerras com outras pessoas que também têm a mesma origem e trajetória de sofrimento, como diz a letra do grupo de RAP *NSC*: "O pior é saber que a favela contra favela". Isto é, enquanto os filhos das desigualdades do Brasil se matam entre si, o Estado se omite e constrói um discurso de "crise da segurança pública", onde o elemento responsável seria a existência das facções. Isto mascara, na verdade, a participação do Estado em todo esse processo, seja colaborando para que as desigualdades se proliferem, seja atuando diretamente no crime através de policiais corruptos, políticos traficantes e milícias.

O final dessa política se demonstra hoje no Brasil com o extermínio da juventude negra e periférica, que é o maior alvo das políticas repressivas e que, paradoxalmente, acabam se exterminando também entre si. Se demonstra também na eclosão de

Massacres, como aconteceu no RN e vem acontecendo, ciclicamente, em outras regiões do país (SP, PA, AM, etc.).

PARA NÃO CONCLUIR

Em quase três anos acompanhando as implicações do Massacre de Alcaçuz, a *guerra* entre facções e o fortalecimento do SDC, podemos avaliar alguns de seus desdobramentos. As famílias que perderam seus parentes nunca tiveram apoio efetivo do Estado e se sentiram desrespeitadas, entre outras coisas, pelo fato de não terem tido acesso ao corpo de seus mortos (só viram fotografias) e por não poderem decidir quando e como os desejariam enterrar (há pessoas que gostariam de ter esperado mais tempo para enterrar seus familiares devido à ausência de suas cabeças, por exemplo). O Estado também contribuiu para aumentar essa tragédia ao não fazer a identificação genética dos corpos e, essa prática, além de impedir o acesso de familiares a possíveis indenizações (já que era dever do Estado zelar pela vida de seus custodiados), dificulta o reconhecimento do número oficial de mortos e gera dúvidas entre os próprios familiares. "Será que aquele realmente era meu marido? Será que partes de outros corpos humanos podem ter sido enterradas junto?", perguntou-se uma de nossas interlocutoras que teve o marido decapitado no Massacre.

Aliás, por diversas vezes, familiares se organizaram e foram em reuniões com órgãos institucionais do governo do estado, como pudemos testemunhar e acompanhar. Também realizaram e realizam passeatas para chamar a atenção da sociedade em relação a esse quadro, mas continuam sendo frequentemente criminalizados e ameaçados de formas indiretas e diretas (inclusive com a prisão de algumas pessoas em situações arbitrárias).

Há, nesse sentido, um sentimento de abandono e uma queixa generalizada em relação à atuação, por exemplo, da Defensoria Pública local; do Ministério Público Estadual; do Fórum de Nísia Floresta, ao qual Alcaçuz está circunscrita e à Ouvidoria da Secretaria de Justiça e Cidadania –SEJUC, que parece ser, ainda hoje, um órgão sem autonomia e efetividade. Até hoje as visitas íntimas estão proibidas e, apesar da recente aquisição de *scanners* corporais que estão funcionando, as revistas vexatórias continuam sendo realizadas de modo que humilham os familiares de presos (cuja maioria é de mulheres).

Um momento importante foi a visita e realização da inspeção nos estabelecimentos prisionais realizada pelo Mecanismo de Combate à Tortura em março de 2017 e, posteriormente, em fevereiro de 2018. A equipe do Mecanismo foi a única instituição que teve acesso ao Presídio, retornando posteriormente para monitorar a situação e acompanhar a implementação (ou não) das recomendações apresentadas quando do primeiro relatório. Dessa primeira visita, resultou um Relatório do Mecanismo, publicado em abril de 2017, e que, entre outras questões, apresentou um quadro grave de violações de direitos humanos. As recomendações, contudo, não foram acatadas em sua maioria e continuam não sendo. As violações persistem e provavelmente foram intensificadas com a tentativa de desestruturação do Mecanismo Nacional de Combate à tortura por parte do governo atual.

Em termos de acompanhamento processual, são muitas as queixas, assim como são inúmeras e recorrentes as ações por parte dos agentes relativas à prática de maus tratos e tortura. Os presos são constantemente chamados de "vermes", "porcos", "bichinhas" e há uma tentativa constante de fazê-los desacreditar das instituições sociais e jurídicas – o que fortalece as facções e fomenta a adesão de pessoas cada vez mais jovens a elas.

Há, aliás, um sentimento de descrédito em relação ao "sistema de justiça" como um todo, já que, recorrentemente, os presos e seus familiares - transformados em "quase presos" inclusive - têm tentado, sistematicamente, denunciar práticas de tortura, que não são acatadas por "ausência de provas concretas" em termos jurídicos. Eles, por outro lado, não dispõem de meios para documentar as marcas em seus corpos deixados pela tortura, pois não possuem câmeras fotográficas e não há um canal de denúncia seguro para que suas denúncias sejam encaminhadas, verificadas e sua segurança (e de suas famílias) seja assegurada. Assim, aqueles que denunciam violações, se tornam ainda mais vulneráveis. Afinal, se a prática da tortura nunca é comprovada "oficialmente" - um exame de corpo e delito pode demorar até três meses para ser realizado e os agentes entram encapuzados nas celas de modo que é impossível identificá-los – quem tentou denunciar essa situação é facilmente identificado e punido. Essa situação, como um todo, só aumenta a sensação de descrédito, abandono e ódio por parte daqueles que se consideram as vítimas de um sistema de justiça desigual.

O quadro de superlotação, quando da ocorrência do Massacre, não foi resolvido, ao contrário. Hoje as facções ocupam o mesmo pavilhão (5) e familiares de ambos os grupos realizam visitas nos mesmos dias, o que gera uma situação de tensão e angústia profunda, sobretudo, para os familiares. Se em março de 2017, tínhamos cerca de 1150 custodiados em ambos os estabelecimentos, essa população foi mais do que duplicada com o fechamento de todos os Centros de Detenção Provisória (CDPs) do RN como observamos empiricamente em 2017 e 2018.

A questão alimentar é outro quesito importante a ser considerado. Em 2019, foram inúmeras as denúncias de restrições em relação à entrada de alimentos e os presos relatam situações de

privação alimentar grave, além da recorrência de doenças de pele, tuberculose e de adoecimento psíquico. A omissão por parte das entidades responsáveis pela averiguação dessa situação, assim como o modo indigno como as famílias têm sido tratadas; a transferência de presos sem a devida instrução judicial e a sujeição deles a um tratamento penal degradante corrobora para aumentar a apreensão. Os massacres acontecidos recentemente em Manaus (AM) e em Altamira (PA) em 2019, "acendem" sempre o sinal de alerta entre eles e o medo que esse acontecimento tenha replicações locais.

Em virtude desse processo inclusive, em 2017, Natal passou a ter uma das maiores taxas de homicídio no país, inclusive vitimando muitas mulheres, como observamos em campo e através de reportagens de jornais. Em 2019 esses números diminuíram, mas não devido a uma política pública de segurança melhor em termos de estratégia e inteligência. Talvez a retirada estratégica do PCC de Natal (com sua concentração no interior do Estado) possa explicar esse quadro. Não obstante, a *guerra* não terminou e ainda há um processo de disputa pela ocupação e do controle de territórios na prisão e fora dela, como tentamos demonstrar no decorrer do artigo. Ou seja, ainda estamos diante de um barril de pólvoras e que só fortalece as facções de modo geral e legitima ações arbitrárias por parte do próprio Estado. Nesse sentido, só nos resta aguardar a eclosão de novas (e velhas) tragédias.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Natália Firmino. **"O certo pelo certo e o errado será cobrado"**: narrativas políticas do Sindicato do Crime do RN. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

BARBOSA, Antônio Rafael. Grade de ferro? Corrente de ouro! – Circulação e relações no meio prisional. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 107-129, 2013.

BARBOSA, Antônio Rafael. **Prender e dar fuga**: Biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado**: Uma etnografia do Pcc. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BIONDI, Karina. **Etnografia no movimento**: território, hierarquia e lei no PCC. 2014. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Dossiê**: violência: outros olhares. Cadernos Pagu, 2011.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**: Uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HIRATA, Daniel. **Sobreviver na adversidade**: mercados e formas de vida. 1. ed. São Carlos: Edufscar, 2018.

LIMA, William da Silva. **400 contra 1**: História do Comando Vermelho. Petrópolis: Vozes, 1991.

MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio-seguro**: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. 2009. Dissertação (Mestrado área de Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2009.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A Guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia SA, 2018.

MELO, Juliana; RODRIGUES, Raul. Notícias de um massacre anunciado e em andamento: o poder de matar e deixar morrer à luz do Massacre no Presídio de Alcaçuz, RN. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 48-62, 2017.

MISSE, M. Sobre a construção social do crime no Brasil. Esboços de uma interpretação. *In*: MISSE, M. (org.). **Acusados & acusadores**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do Crime**: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

SALLA, Fernando. A rebeliões nas prisões: Novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 274-307, 2006.

SEGATO, R. El color de la cárcel en América Latina: apuntes sobre la colonialidad de la justicia en un continente em desconstrucción. **Revista Nueva Sociedad**, n. 208, p. 142-161, 2007.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**.
Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

AMOR, HUMILHAÇÃO E JUSTIÇA

Leonardo Alves dos Santos[1]

Este capítulo, é resultado de pesquisa de campo realizada entre os anos de 2013 e 2015 na prisão feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves – CPJC, e propõe analisar o papel das emoções nas trajetórias de vida de uma prisioneira e uma policial penal feminina, antes de seu ingresso na prisão, objetivando entender a forma e a motivação por trás do processo de deslocamento dos sujeitos de sua posição na sociedade mais ampla para a vida administrada de uma instituição prisional.

Os métodos utilizados na realização desse estudo foram inteiramente qualitativos e se basearam na observação participante (através da minha participação no Projeto BiblioSESC) e na gravação de conversas guiadas conduzidas de maneira privada em uma sala de atendimento da instituição[2]. As conversas guiadas são de grande utilidade pois nos permitem tratar de assuntos surgidos de problemas desenvolvidos pela própria interlocutora em seu próprio contexto, onde a intervenção e o desejo do pesquisador se

[1] Bacharel em Ciências Sociais pela UFRN, mestrado em Antropologia Social pela UFRN e doutorado em Antropologia Social pela UnB.

[2] O projeto Bibliosesc foi um projeto que atuou na prisão feminina do CPJC entre os anos de 2012 e 2013 e consistia na ida de uma biblioteca móvel (adaptada em um caminhão) até o estacionamento do presídio, aquelas internas que mais lessem livros eram incluídas em um grupo de leitura no qual eu e uma pedagoga desenvolvíamos dinâmicas sobre os temas dos livros.

tornam minimizados e esse passa a refletir sobre o que foi trazido por sua entrevistada[3].

Procurando atingir o objetivo proposto neste trabalho, em um primeiro momento, será colocado em comparação a carreira moral de policial penal e uma interna, em seguida qual o contexto do ponto de metamorfose de carreira que as levaram a ingressar no mesmo estabelecimento e assumir as suas respectivas posições atuais no campo. Ao final, desenvolvo minha análise a partir das emoções que se apresentam nesses fragmentos de histórias de vida e de suas reflexões sobre os pontos de mudança.

ESTUDANDO EMOÇÕES

Minha abordagem das emoções tem como marco fundador os trabalhos de Simmel (2006, 2013) e Mauss (2003, 2009), esse primeiro me influenciando com sua teoria da constituição da sociedade através da interação e sua noção de díade e tríade, assim como a distinção analítica de "forma" e "conteúdo". O segundo com sua reflexão sobe o "Dom", bem como com sua discussão acerca da expressão obrigatória dos sentimentos, aspecto bastante evidente em minha pesquisa. Afinal, ao focar as emoções, procuro trabalhar com o corpo, a consciência individual e sua coletividade, ou seja, com aquilo que Mauss (2009) chamou de "homem total":

> Não é somente tal ou tal expressão de sentimento, tal ou tal atividade intelectual que supõe a coordenação

[3] O uso das conversas guiadas nesse trabalho foi inspirado nos trabalhos de Lemgruber (1980 e 1999).

> destes três elementos: o corpo, a consciência individual e a coletividade; é a própria vida, é o homem todo, sua vontade, seu desejo de viver ele mesmo sua vida, que devem ser considerados do ponto de vista dessa trindade (MAUSS, 2009, p. 334).

Partindo do trabalho desenvolvido por Mauss (2009) em "A expressão obrigatória dos sentimentos", exploro a ideia das emoções enquanto linguagem a partir dos desenvolvimentos trazidos por autoras como Hochschild (2013), Lutz (1988), e Abu-Lughod e Lutz (1990) precursoras do campo da sociologia e antropologia das emoções[4]. As últimas fundamentam-se em Foucault, tomando como central a definição de discurso como "práticas que formam sistematicamente o objeto de que falam" (FOUCAULT, 2000, p.56). Complementam:

> O foco no discurso não só permite uma visão sobre como a emoção, como o discurso em que participa, é informada por temas e valores culturais, mas também como ela serve como um operador em um campo controverso da atividade social, como isso afeta o campo social e como ela pode servir como uma linguagem para se comunicar, nem mesmo necessariamente sobre sentimentos, mas sobre matérias tão diversas como o conflito social, os papéis de gênero, ou a natureza da pessoa ideal ou desviante (ABU-LUGHOD; LUTZ, 1990, p. 11).

[4] Ainda que as emoções estejam presentes na análise de autores clássicos como Simmel (2006), Durkheim (1989), Mauss (2009), Malinowski (1976), Radcliff-Brown (1922) e muitos outros, o estudo das emoções dentro da sociologia e antropologia não se constituía propriamente em uma área de estudos específica, muitas vezes sendo inclusive evitada enquanto objeto da psicologia ou biologia.

Abu-Lughod e Lutz (op. cit) propõem entender os discursos sobre emoção como atos pragmáticos e performances comunicativas. A partir dessa abordagem, assim como Foucault o fez com o poder, passo a estudar as emoções em níveis capilares e a perceber quais são as mudanças engendradas a nível macro a partir de um nível micro, ou do que chamei de "discursos emocionados", discursos situacionais que não tratam objetivamente de emoções, mas são carregados de sentimentos e significados que as comunicam e expõe um atravessamento com questões macro como indicam Rezende e Coelho (2010):

> É nesse sentido que se pode falar de uma "micropolítica da emoção", ou seja, de sua capacidade para dramatizar, reforçar ou alterar as macrorrelações sociais que emolduram as relações interpessoais nas quais emerge a experiência emocional individual. É assim, então, que as emoções surgem perpassadas por relações de moralidade e demarcações de fronteiras entre os grupos sociais (REZENDE; COELHO, 2010, p. 78).

Contudo, para não ficar limitado aos discursos e seus contextos, procuro traçar suas relações com o *self* através do trabalho de Arlie Hochschild (2013). Essa última responsável pelos conceitos de "regras do sentimento", "trabalho emocional", e "labor emocional", o primeiro refere-se à estruturação das regras sociais específicas do que devemos sentir e expressar; o segundo às tentativas que fazemos para suprimir ou evocar determinados sentimentos em situações sociais específicas e o último ao esforço

de gestão emocional, particularmente voltado para a vida profissional e o mercado de trabalho[5].

Resumindo, trato emoção como sensorial, evocada por associação simbólica à um elemento exterior, construída por um discurso social estruturante responsável pelas regras de como, quando e onde devemos sentir, expressar e representar (HOCHSCHILD, 2013). Essas regras, por sua vez, são incorporadas no processo de internalização das estruturas, inscrevem-se em uma natureza biológica e se tornam um *habitus* (BOURDIEU, 2001) e podem ser analisadas como formas de interpretação dos próprios sentimentos, de como falar sobre eles e compartilhá-los com os outros.

NARRATIVAS SOBRE AMOR E HUMILHAÇÃO

Em nossa sociedade, ocidental e individualista, as relações amorosas a nível macro são concebidas a partir do discurso romântico que, segundo Giddens (1993), começou a marcar a sua presença a partir do final do século XVIII, quando os ideais de amor intimamente relacionados aos valores morais da cristandade incorporam os elementos do *amour passion* e criam uma narrativa para uma vida individual. Na contemporaneidade esse discurso ganha centralidade no mundo Ocidental, bem como é representado em mídias como: filmes, novelas, peças, livros etc.

Contudo, a própria noção do que é o amor vem sendo modificada no seio das sociedades, como nos mostra Bauman (2004)

[5] Dos originais: *feeling rules*, *emotional work* e *emotional labor* (HOCHSCHILD, 2013).

ao falar sobre o "amor líquido" e a fragilização dos laços humanos que estaríamos vivenciando em nossa contemporaneidade por ele definida como "modernidade líquida". Por isso não podemos pensar somente em termos de um macro discurso sobre o amor e os relacionamentos neles pautados, sendo importante notar que diferentes grupos e sociedades desencadearam formas distintas de lidar com o sentimento do amor e suas formas de expressá-lo. É possível dizer ainda que existem diferentes formas de amar, de expressar e de interpretar o sentimento do amor a partir do grupo, sociedade e contexto em que é engendrado[6]. Como escreveu Mauss (2009) "os sentimentos expressos são como frases e palavras e se é preciso dizê-las é porque todo o grupo as compreende".

Em minha pesquisa na ala feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves, o amor está no discurso de grande parte das entrevistadas, articulado em sua forma de interpretação local e sua definição modificada de acordo com o contexto em que era invocado durante a entrevista. Desse modo, analiso os relatos da história de vida de duas mulheres entrevistadas no CPJC, uma interna e uma policial penal, demonstrando como a concepção romântica do amor[7], ainda hegemônica em nossa sociedade, influenciou a vida dessas mulheres e acabou atuando como um

[6] Mais sobre as formas de amar em uma prisão feminina ver Santos (2019).

[7] Onde se estabelece um relacionamento amoroso como projeto de longo prazo, baseado na crença de que aquela pessoa com quem se relaciona é única, que outro evento assim não se repetirá na vida. Desta maneira se cria uma narrativa própria do relacionamento, trazendo o outro para dentro dessa narrativa individual o que caracteriza o romance (GIDDENS, 1993). O amor romântico, contudo, favorece sentimentos como o ciúme, raiva e outros tantos, quando o outro envolvido se distancia do esperado pelos valores morais do primeiro.

"catalisador emocional" em eventos de grande importância que compuseram suas respectivas carreiras morais[8].
Compreender essas mudanças, a partir das próprias experiências de seus envolvidos, possibilita entender como se estrutura a ideia de possuir um determinado *self*:

> A carreira moral de uma pessoa de uma dada categoria social envolve uma sequência padrão de mudanças em seu modo de conceber os *selves*, principalmente, os seus. Essas linhas de desenvolvimento semienterradas podem ser seguidas pelo estudo de suas experiências morais (HUGHES, 1937, p. 168, tradução nossa).

Nas trajetórias de vida das minhas interlocutoras, como veremos adiante, existem experiências morais edificadoras lembradas e contadas seguindo um roteiro pessoal, esses roteiros são uma forma de apresentação de si, de se explicar a um interlocutor as "progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele" (GOFFMAN, 2008, p. 24). Em outras palavras, o que é relatado e sua cronologia pessoal são formas do indivíduo expor e organizar a própria carreira moral.

Vejamos então como minhas interlocutoras organizam suas narrativas e como elas nos contam essas histórias de como uma vez o amor se transformou em humilhação.

[8] Utilizo essa noção de catalisador para me referir a capacidade de estímulo, intensificado, das reações emocionais em situações sociais críticas, provocadas pelo amor.

Silvia

Silvia é brasileira, tem 29 anos e é mãe de dois filhos. Está cumprindo pena pela primeira vez pelo crime de homicídio qualificado (artigo 121 e 531 do código penal), recebeu uma pena de 14 anos em regime fechado. De acordo com a legislação vigente, se mantiver bom comportamento, poderá sair após 5 anos e 8 meses de cumprimento da pena em regime fechado.

É natural de Natal-RN e antes de ir presa já havia atuada como traficante, mas nunca havia sido presa. Seu primeiro contato com a prisão se deu através das visitas que realizava para os ex-companheiros.

Tinha um relacionamento fixo com um homem fazia algum tempo (de acordo com ela, eram "juntos", "vivia com ele"). Certo dia o homem foi preso e passou quase dois meses na prisão, ao sair, segundo ela:

> - Quando ele saiu estava quieto né tudo bem, depois começou a ir para festa... Arranjou uma jovem... Aí eu fiquei sabendo. Daí eu perguntava e ele não me dizia nada, dizia que era mentira.

Certo dia Silvia foi a um bar no bairro em que vivia e viu o seu companheiro com uma jovem. Passou por ele sem falar e se dirigiu a outro bar próximo, onde começou a beber. Depois, viu o companheiro passar com a jovem e se despedir dela. Uma vez que a moça havia ido embora ele se dirigiu para o bar em que nossa interlocutora estava e começou a beber também.

Segundo ela, depois de um tempo, ele foi embora. Foi quando já de dia decidiu ir para casa.

> - Quando foi umas oito horas da manhã, eu acho por aí, eu fui me embora para casa. No caminho encontrei ele num carro de cachorro-quente e falei que ia matar ele. Sempre dizia isso a ele... Aí, ele, com ar de deboche fez assim para mim... Um "tô ligado" [acena pra mim imitando o gesto de desprezo]. Aí eu fiquei com raiva. Ao invés de ir pra casa eu fui para o bar, peguei a faca e fiquei esperando ele... Quando ele veio, eu chamei ele... Aí eu não falei nada e fui logo dando uma [faz o gesto e o som com as mãos PAH!] punha... Não era um punhal não, era uma faca! Eu fui logo dando no peito dele... Aí ele pegou assim no sangue... Olhou e foi andando, deu vontade de eu dar outra...Aí a consciência pesou "Ai não vou fazer isso não..." Aí fiquei esperando ainda ele cair, aí quando ele caiu... Aí eu peguei... Quando eu olhei já tinha povo correndo atrás de mim para me espancar. E demorou muito não. Eu acho que eu não passei nem quinze minutos e a polícia chegou. Fui presa em flagrante.

Passado o momento do ataque ao companheiro, Silvia relata que não sabia direito o que tinha acontecido e que acreditava que não tinha matado ele até que já uma vez detida recebeu a notícia.

> -Eu não sabia que ele tinha morrido entendeu? Eu pensava que eu tinha só desmaiado ele, não sei, passava na minha mente que eu tinha desmaiado ele porque quando a viatura chegou, a ambulância já tinha levado ele. Pensava que ele estava vivo, aí quando a gente chegou na 1ª DP a ambulância estava lá, aí eu fiquei olhando assim... Ainda não tinha caído a ficha não que ele tinha morrido, aí eu fiquei olhando assim "Vissh! Uma ambulância!?". Aí o policial foi desceu foi lá quando voltou disse assim "É, o boy foi a óbito" desse jeito. Foi quando caiu a

> ficha que eu tinha feito isso, eu fiquei desesperada, mas não adiantou de nada. Aí eu dentro da delegacia sendo autuada, o senhor que vive com a avó dele dando depoimento contra mim, o padrasto. E fiquei autuada lá de umas 9 e pouco (da manhã) até 11 horas da noite sentada numa cadeira algemada.

Quando perguntei o porquê de ela ter reagido dessa forma à situação social apresentada, se havia sido por ciúme, ela respondeu:

> - Foi assim por ele duvidar da minha palavra, não foi nem tanto o ciúme, por que eu não passei falando para ele que ia matar ele? Por que ele ficou debochando da minha cara? Aí foi isso que me levou a fazer isso com ele, só que eu não pensava em matar ele, eu pensava que eu só tinha furado ele.

Carolina

A agente penitenciária Carolina, tem 32 anos, é natural de Natal-RN, antes de ocupar o seu atual cargo já havia trabalhado para o setor privado e para a prefeitura quando foi aprovada no concurso para agente penitenciária do estado do Rio Grande do Norte. Durante o período anterior ao trabalho no sistema penitenciário, tinha um relacionamento estável com um homem o qual está relacionado com sua motivação de ingresso no trabalho na área da segurança pública. Sobre esse processo, conta:

> - Eu queria me envolver na segurança porque eu passei 7 anos morando com uma pessoa que eu achava que eu amava, mas eu não amava e... Por incrível que pareça essa pessoa me batia... [começa a falar com a voz embargada e lágrimas nos olhos] então, esse sentimento.... Se transformou tipo numa

> revolta... Eu disse "Eu vou fazer parte da segurança!" e essa pessoa me jogava muito pra baixo. "Eu vou fazer parte da segurança [continua tentando segurar as lágrimas e falando pausadamente] porque um dia você vai cair na minha mão!" e como eu queria ser PM e ele dizia que eu nunca ia ser, eu mostrei para ele como eu ia entrar na área de segurança, e hoje em dia eu estou na área de segurança, apesar de eu não gostar de ser agente penitenciária.

Quando perguntado se esse homem tinha alguma relação com a área da segurança pública ou se ela havia tomada essa decisão objetivando algum tipo de vingança, ela responde:

> - Não, ele tinha ódio da área de segurança. Foi para mostrar que eu sou capaz de fazer tudo contra o que ele dizia! Ele me menosprezava muito! Muito! Baixava minha autoestima demais! Eu quis mostrar que eu conseguia!

Ao perguntar à nossa interlocutora se ela havia feito algum tipo de denúncia contra a violência doméstica que sofria, Carolina confidenciou que uma vez havia chegado a denunciar o ocorrido, mas que havia retirado a queixa quando perguntado o porquê, ela respondeu o seguinte:

> -Não botei o caso para a frente não. Porque eu fiquei com aquilo na cabeça, queria um dia ver ele cair no sistema e sofrer praticamente o que eu sofri.

Ambos os relatos de trajetórias de vida são marcados por pontos em comum e que em plano analítico separei em três etapas objetivando dar uma forma aos relacionamentos descritos e

observei que em ambos os casos as interlocutoras até então amavam alguém, depois sofreram com os "atos de desconsideração" logo após se sentiram humilhadas e por fim buscaram restabelecer a dignidade ofendida, através do reconhecimento de um outro enquanto pessoa digna. O que cabe agora fazer é, se utilizando das etapas traçadas a partir das narrativas destacadas, compreender como se deu a passagem através de cada uma delas culminando no ponto de mudança crítica de suas trajetórias de vida. Ou seja, compreender a influência das emoções nesse tipo de relação social, problematizando os sentimentos envolvidos na situação de ruptura do elo de consideração mútua, que possibilitava até então a interação social sob a forma do relacionamento amoroso.

EMOÇÕES EM PERSPECTIVA

Para compreender melhor o ponto de mudança em suas carreiras morais e consequentemente projetos de vida (VELHO, 1994) irei analisar a forma dos relacionamentos amorosos das minhas interlocutoras a partir das três etapas citadas anteriormente de acordo com as dinâmicas de reciprocidade que Mauss (2003) chamou de "dom" (também traduzido como dádiva) e da discussão feita por Bourdieu (1996) acerca da retribuição, desonra e a relação com o tempo de resposta nas trocas[9]. Como coloca Oliveira (2004, 2011), a dádiva não se restringe aos bens, mas também se estende ao simbólico e seu foco é no "elo social", ou seja, no vínculo formado pela manutenção das relações sociais. Ao longo da análise espero tornar claro a proposta

[9] Mais sobre a influência da dádiva na prisão feminina do CPJC ver Santos (2016).

anunciada. Para tanto, inicialmente, passo ao primeiro passo no ciclo da dádiva, o *opening gift*[10].

Primeira etapa: O dom de abertura

Conforme demonstrei anteriormente, ambas as interlocutoras estavam em um relacionamento com homens que acreditavam amar. O amor por elas expressado e compartilhado se configura como o dom oferecido ao outro (nesse caso como bem simbólico) com quem se quer estabelecer ou manter um vínculo (ou como diria Mauss, um "contrato"), assim também como um constante esforço emocional de fusão com um outro[11]. Sendo assim, a expressão do sentimento amoroso, quando recebido e retribuído, firma um contrato simbólico, não-consciente, entre as partes dando início a um ciclo de reciprocidade.

O dom inicial, para ser considerado como dom não pode parecer como tal, nem para quem o oferece e nem para quem o recebe, ou seja, ele:

> Encerra uma incerteza, logo, uma abertura temporal: pode-se sempre optar por não responder à interpelação, ao convite ou ao desafio, ou por não responder de imediato, por adiar, por deixar na expectativa (BOURDIEU, 1996, p. 14).

A expressão do amor como dádiva simbólica, antes de tudo, figura como um ato de consideração e reconhecimento do

[10] O dom inicial ou dom de abertura, como chamou Malinowski (1976).

[11] *Op. Cit.*

outro a nível emocional por quem o expressa[12]. Essa expressão do sentimento ao outro se configura como o primeiro dom no ciclo da dádiva, quando o outro o recebe e retribui de forma positiva, firma um contrato implícito a nível simbólico que concretiza o relacionamento, o que Malinowski (1976) chamou de *clinching gifts*[13].

Uma vez estabelecido o contrato simbólico entre os parceiros a relação passa a existir dentro dos padrões morais dos seus integrantes e esse padrão irá determinar a morfologia do relacionamento, dessa forma também o que é considerado insulto/elogio, consideração/desconsideração e assim sucessivamente. Desse modo, é possível pensar que o relacionamento funciona dentro de um sistema de trocas recíprocas em que:

> Em várias circunstâncias os atos de troca são ritualizados, onde a forma prescrita é prenhe de significados e sugere que o cumprimento da obrigação moral embutida nestes atos não se esgota na satisfação dos interesses das partes, nem na afirmação de um direito, mas requer a demonstração do reconhecimento do valor ou mérito do receptor da dádiva (OLIVEIRA, 2004).

Segunda etapa: Reconhecimento e retribuição

No plano analítico a segunda etapa dos relacionamentos examinados acompanha os dois últimos movimentos do ciclo da dádiva, o recebimento e a retribuição do dom ofertado.

[12] A expressão dos sentimentos como colocou Mauss (2009) constituem uma linguagem simbólica que pode ser expressa não só em palavras, mas através de ações distintas com significados próprios ao grupo que os partilha.

[13] "A "oferenda que aferrolha a transação" (MALINOWSKI *apud* MAUSS, 2003, p. 223).

O momento em que se recebe, é marcado pelo reconhecimento do outro enquanto pessoa através do que esse vem a oferecer enquanto bem simbólico. Porém, muitas vezes, aquele que é o destinatário da dádiva pode não perceber seu significado e por isso não o entender enquanto bem ofertado. Dessa forma, dificultando o estabelecimento do vínculo social pretendido, o que pode originar uma resposta discrepante do sentido pretendido ou mesmo a ausência de qualquer resposta, essa última que para Bourdieu (1996) é:

> Essencialmente ambígua e pode sempre ser interpretada, por quem tomou a iniciativa da troca ou por terceiros, como uma recusa a responder e uma espécie de gesto de desprezo, ou como uma evasiva provocada pela impotência ou covardia, que lança na desonra (BOURDIEU, 1996, p. 15).

No caso das interlocutoras citadas, aqueles a quem elas ofertaram seus sentimentos e sua consideração, eram parceiros de uma longa série de trocas cotidianas e responsáveis pela manutenção do relacionamento amoroso estabelecido. Dessa forma, os parceiros já haviam recebido e retribuído várias vezes antes, reconhecendo-as enquanto pessoas dignas de retribuição, concedendo-lhes o mérito do dom antes recebido. Quando a partir de determinado momento e por diferentes motivos, os parceiros passam a não conferir mais a elas essa qualidade — o primeiro agindo com indiferença e o segundo respondendo através do insulto — ocorre uma ruptura ou tensão nesse vínculo. Vejamos uma síntese dos dois casos:

Silvia se sentiu traída após tudo que fez por seu companheiro, de ter o visitado enquahnto estava preso e ter esperado por ele até sua libertação. Mas, finalmente, quando ele sai da prisão passa a ignorá-la e a sair com outra mulher, até que, na noite anterior ao crime, ela assiste o companheiro ao lado da "outra"

na rua em que moravam, no bar em que estava bebendo. Quando posteriormente se dirige ao companheiro para fazer ameaças de morte para que aquilo não se repetisse, ele age com indiferença à sua pessoa e zomba da capacidade da realização do ato, o que resulta no assassinato dele — quando ela tenta demonstrar que podia fazê-lo.

De outro modo, Carolina, em sete anos de convívio com o companheiro, além das agressões físicas, sofria com humilhações constantes que ficam evidentes quando ela relata: "*...essa pessoa me jogava muito pra baixo*"; "*Ele me menosprezava muito! Muito! Baixava minha autoestima de mais!*". Durante a interlocução se tornava claro que bem mais que a dor física, a humilhação sofrida pelos atos de desconsideração deixou marcas bem mais duradouras. Ela então desiste da ação legal que não a contemplava quanto ao dano moral sofrido e traça novos planos para recuperar a dignidade perdida[14]. A interpretação da ausência de resposta por indiferença (no caso de Silvia) e uma resposta negativa (no caso de Carolina), em um relacionamento com um longo histórico de trocas, é tomado como um insulto moral que carrega consigo não só o não reconhecimento do bem simbólico em si (os sentimentos), mas também daquele que oferta enquanto pessoa, pois o dom traz consigo, parte daquele que dá.

Terceira etapa: A busca por reparação

Ambas as entrevistadas sofreram atos de desconsideração que culminaram no rompimento definitivo dos relacionamentos amorosos e no sentimento de humilhação. O sentimento de humilhação, como aponta Coelho (2012), possui uma dimensão pública e relacional e que se expressa nos casos acima citados onde nossas

14 Ver Oliveira (2008) e Simião (2005).

interlocutoras se viam humilhadas diante dos parceiros ou/e diante de terceiros por causa deles. A humilhação é tomada pelas entrevistadas como um sentimento insuportável que parece não ter fim, como é possível ver na forma que elas descrevem o que sentiram. É um sentimento que vem de fora porque é impelido pelo outro ou pelos outros, nesse caso os parceiros. É holístico porque afeta o corpo como um só, chegando a criar reações psicossomáticas e acarreta uma perda de identidade pelo caráter da negação do *self* pelo outro, sendo assim, "o insulto moral que se faz presente quando a identidade do interlocutor é indisfarçavelmente, e por vezes incisivamente, não reconhecida" (OLIVEIRA, 2011, p. 93).

É importante destacarmos aqui que em ambos os casos vemos uma explícita falta de reconhecimento das nossas interlocutoras como sujeitos capazes de ação, o que agrava o insulto e subsequentemente o sentimento de ressentimento. A impotência perante o insulto moral sofrido dá lugar ao desejo de reparação, o qual muitas vezes pode ser exercido através do ódio. A reparação, procurada através ou independente do sentimento de ódio, visa restabelecer a identidade, ou seja, recuperar a dignidade perante os outros. O sentimento de humilhação tem não só uma dimensão pública e relacional entre os sujeitos, mas também um forte componente moral, pois ela só existe em relação aos papeis sociais e a postura moral que uma determinada sociedade projeta para seus indivíduos[15].

Com a identidade negada e tomadas por um sentimento de humilhação, as mulheres do nosso exemplo se veem impelidas a restituir a sua reputação enquanto pessoa digna de respeito. Silvia tenta através de um ato de agressão física - carregada de

[15] Entendemos moral aqui como "as regras que definem como um ator se comporta em jogo" (OLIVEIRA, 2011, p. 95)

um caráter pedagógico moral - passar a mensagem: "não duvide do que eu posso fazer, pois se eu quisesse mesmo te matar, eu já o teria feito"[16]. O que acontece é que ao não medir o impacto da agressão, ela acaba levando seu companheiro à morte. Essa atitude de agressão não é de caráter extraordinário para o contexto local, um bairro pobre de um interior do Rio Grande do Norte, onde a violência faz parte do cotidiano local,

> Portanto, uma arma mais ou menos aceita (ou pelo menos esperada) para a resolução dos conflitos e, nesse sentido, podemos dizer que a força física é um elemento importante na organização da vila. Contudo, estamos longe de sugerir que essa organização representa uma forma "menos civilizada" ou mais "natural" da vida social. Existem limites específicos ao exercício da violência, revelados pelas sanções coletivas contra pessoas que vão além de tais limites. Ao que tudo indica, o assassinato jamais é aprovado (FONSECA, 2004, p. 24).

Dessa forma, com o assassinato do parceiro, Silvia transgrediu não só a normativa legal da sociedade brasileira, mas também as normas morais locais o que quase ocasionou em seu linchamento, só sendo salva graças à chegada da polícia, 15 minutos depois. O ato que transcende a violência localmente legitimada e resulta no assassinato pode ser classificado de acordo com o que o sociólogo Jack Katz (2013) chamou de "massacre justo", onde o ato – na interpretação do autor - é emocionalmente justificado em função de uma reparação moral contra a vítima, transformando o assassinato em um ato sacrifical em defesa de

[16] Aqui é interessante reforçar que a ação tomada pela interlocutora não tinha como intenção a concretização do ato de assassinato, mas sim provar sua capacidade de fazê-lo se ela assim desejasse. [59]

um bem moral maior[17]. O ato não vem de uma intenção direta e premeditada, mas sim do resultado de um longo processo de atos de desconsideração sofridos que culmina em agressão como uma espécie de última defesa da respeitabilidade, não tendo o homicídio como objetivo, pois o sujeito

> Não mata até que, e a não ser que, consiga modelar a violência de forma a expressar o sentido situacional de defesa de seus direitos. Sem o artifício moral, a violência não funcionaria, nem mesmo momentaneamente, como uma fuga existencial" (KATZ, 2013, p. 246).

Carolina, por outro lado, retirou a queixa que havia dado na polícia referente às agressões físicas que sofria em casa, temendo acarretar mais problemas e não se sentindo contemplada com o possível desfecho, pois a resolução legal ao seu ver não daria conta da dimensão moral envolvida no caso. Pouco tempo depois, o relacionamento de Carolina terminou após mais uma agressão e ela passa a se dedicar aos concursos públicos e a obter uma vaga na universidade. Ela estava decidida a fazer tudo o que um dia foi dito que ela não teria capacidade de fazer, buscando dessa forma através do reconhecimento da sua agência, recuperar a dignidade ofendida.

Uma reação como a tomada por Carolina não é incomum entre as vítimas de violência doméstica, devido a uma deficiência do judiciário em lidar com o conteúdo moral envolvido na ofensa, segundo Oliveira (2008) isso ocorre porque:

> Além da alta incidência e reincidência de casos de mulheres que são repetidamente agredidas por seus companheiros

[17] Do original *righteous slaughter*.

> e não encontram nos tribunais uma proteção adequada, o modo pelo qual suas causas são equacionadas nos Juizados dirige-se exclusivamente à dimensão física da agressão, deixando inteiramente de lado o aspecto moral que, de certo modo, machuca mais e tem consequências mais graves. Refiro-me ao processo de desvalorização da identidade da vítima, levada a assumir a condição de total subordinação às idiossincrasias (agressivas) do companheiro. O discurso da perda da identidade é recorrente, e os direitos agredidos neste plano não encontram respaldo no processo de resolução de disputa no âmbito do Judiciário (OLIVEIRA, 2008, p. 139).

Desistindo do inquérito policial, nossa entrevistada opta por outros meios de obtenção do reconhecimento pretendido. Através das realizações pessoais, de tudo aquilo que lhe foi dito que era impossível, ela passa a mensagem "está vendo? Eu posso! Reconheça que você estava errado o tempo todo!". Contudo ao não obter a reparação pretendida do ex-companheiro, a busca parece continuar, já que mesmo tendo entrado para a área de segurança não houve reconhecimento e com isso uma reabilitação da identidade distorcida pelo dano moral e psicológico causado[18].

CONCLUSÃO

De acordo com o que foi apresentado anteriormente o amor está como ponto inicial da motivação que levou ambas as interlocutoras a ingressar no pavilhão feminino, uma voluntariamente

[18] Aqui talvez pelo fato do estigma negativo do cargo de agente penitenciário, o que estaria de acordo com o sentimento de Carolina a respeito da profissão.

e a outra compulsoriamente. Apesar de se encontrar no ponto de partida o amor neste caso ocupa mais um lugar de um catalisador de outras emoções que a ele se conectam. O ponto central aqui é a humilhação gerada por um processo de sucessivos atos de desconsideração que chegaram ao limite do insuportável para elas.

Contudo, se a humilhação aqui representa o papel de motor responsável por conduzir essas mulheres a uma busca por justiça na reparação de suas identidades, o amor foi o combustível responsável por abastecer esse sentimento. Se as entrevistadas não estivessem em um relacionamento amoroso com seus parceiros, onde a consideração pelo outro é central e mantida através de trocas afetivas constantes, a intensidade e duração do sentimento de humilhação e consequentemente do desejo de reparação moral seriam diferentes. Como por exemplo: Se um desconhecido se recusa a falar conosco na rua, ainda que cause o desconforto da negação, é bem provável que façamos piada da situação e depois podemos nem nos recordar do que aconteceu. Entretanto, se uma pessoa do nosso convívio a quem muito estimamos demostrasse a mesma atitude, haveria grande preocupação por nossa parte e, em se confirmado a indiferença, possivelmente poderia dar lugar a um sentido de insulto moral.

Cabe esclarecer que ambas não procuravam vingança, mas sim justiça, através do reconhecimento como pessoas dignas por aqueles que as ofenderam e a quem diziam amar. Mais do que vingança, portanto, o que pretendem é uma restituição moral. De acordo com o que foi apresentado nas três etapas estabelecidas para a análise dos casos entendo que durante a primeira etapa houve o estabelecimento e a manutenção de ambos os relacionamentos. Foi o sentimento do amor, pois sua expressão e reconhecimento enquanto dádiva era o que mantinha o elo social. Na segunda etapa em que analiso o recebimento e a retribuição

do amor e dos sentimentos a ele vinculados, percebi que houve um rompimento no elo que mantinha o relacionamento. É quando elas se sentem desrespeitadas através de atos carregados de desconsideração por parte de seus amados parceiros, desta forma anulando o contrato implícito de retribuição. Na terceira etapa as entrevistadas estão em uma busca por justiça, através da demanda pelo reconhecimento de sua identidade e capacidade de ação, perante seus companheiros e grupo local.

O término desses relacionamentos atuou como um divisor de águas nas trajetórias de vida das entrevistadas que tiveram que tomar ações significativas e definidoras de quem elas deveriam ser de agora em diante. Esse momento crítico é o que Hughes (1937) classificou de experiência moral, pois foram tomadas ações críticas que engendraram em uma metamorfose de projeto de vida (VELHO, 1994), que no caso de Silvia representou o ato criminoso e o advento – até então inesperado - de uma sentença em regime fechado, já no caso de Carolina o ponto de metamorfose de sua carreira com o fim do relacionamento amoro iniciou uma nova carreira moral.

Por fim, cabe concluir que ambas as nossas interlocutoras ingressaram no pavilhão feminino como consequência da busca por justiça em defesa dos seus direitos enquanto pessoa digna. O processo que levou a isso pode ser explicado através de três etapas e o sentimento que nelas preponderam: o amor do início, a humilhação do insulto que origina o rompimento, e a justiça que buscam em reparação ao dano moral sofrido. Sendo o rompimento uma situação social crítica que engendrou um novo projeto de vida na busca por justiça e reparação, para uma, iniciou-se a carreira institucional da prisioneira, para a outra a carreira institucional da policial pena. Essas carreiras geraram novas definições de si, novos *self*. Atualmente Silvia e Carolina

compartilham a mesma instituição, a prisão feminina do CPJC, uma hoje é a "dona agente", a outra a "interna".

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine (org.). **Language and the Politics of Emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOURDIEU, Pierre. "Marginalia. Algumas Notas Adicionais sobre o Dom". **Mana**, v. 2, n. 2, p. 7-20, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fortes, 1966/2000.

GIDDENS, A. **As transformações da intimidade**. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução Dante Moreira Leite. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 1961/2008.

HOCHSCHILD, A. R. **The managed heart**: commercialization of human feeling. 3. ed. Berkeley: University of California Press, 1983/2013.

HUGHES, Everett C. Institutional office and the person. **American journal of sociology**, v. 43, n. 3, p. 404-413, 1937.

KATZ, Jack. "Massacre Justo". *In*: KATZ, Jack. **Estudo sobre interação**: textos escolhidos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LEMGRUBER, Julita. "Pesquisando em Prisão Feminina". *In*: VELHO, Gilberto (org.). **O desafio da cidade**: Novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1980.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos**. Rio de Janeiro: Forense, 1983/1999.

LUTZ, Catherine. **Unnatural emotions**: everyday sentiments on a Micronesian atol and their challenge to western theory. The University of Chicago, Ltd., London; 1988.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Título original: Sociologie et anthropologie. Introdução: Claude Lévi-Strauss. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 1950/2003.

MAUSS, Marcel. **Ensaios de sociologia**. Tradução Luiz João Gaio e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1969/2009.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. "Honra, dignidade e reciprocidade". *In*: MARTINS, P. H.; NUNES, B. F (org.). **A nova ordem social**: perspectivas da solidariedade contemporânea. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. "Existe violência sem agressão moral?". **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** v. 23, n. 67, p. 135-146, 2008.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. **Direito Legal e Insulto moral**. Dilemas da Cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **The Andaman islanders**: a study in social anthropology. Cambridge, the University Press, 1922.

REZENDE, C. B. e COELHO, M. C. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

SANTOS, Leonardo Alves dos. A preponderância da troca de dádivas em uma prisão de mulheres. **Revista Transgressões**: Ciências Criminais em debate, Natal, v. 4, n. 2, p. 20-40, 9 nov. 2016.

SANTOS, Leonardo Alves dos. "E Agora, como a gente faz para pegar ?". **Revista Transgressões**, v. 7, n. 1, p. 37-60, jun. 2019.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. **As donas da palavra**: gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor-Leste. 2005. Tese (Doutorado apresentado ao Departamento de Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SIMMEL, Georg. **Filosofia do amor**. Tradução Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SIMMEL, Georg. "A Tríade". *In*: SIMMEL, Georg. **Estudo sobre interação**. Tradução Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Zahar, 1994.

Parte 2

Texto por cada região do país

REGIÃO NORTE - CAMINHAR POR ENTRE PALAVRAS NA PRISÃO: LEITURA E ESCRITA COMO POSSIBILIDADE DE ENCONTROS, MOVIMENTOS E UTOPIAS

Aline Campos[1]
Jhenissa da Silva Sousa[2]

FAZENDO CAMINHOS

"*Caminhante não há caminho, se faz o caminho ao caminhar*", escreveu o poeta espanhol Antonio Machado em seu poema "Cantares". E, nele, ele nos leva ainda mais longe na reflexão ao

[1] Professora no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordena projetos de extensão e pesquisa relacionados à educação e cultura em espaços prisionais.

[2] Especialista em Gestão e Organização do Trabalho Escolar pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), 2019. Graduada em licenciatura em Pedagogia, pela UFT. Possui experiência na Educação Básica, tendo atuado no Ensino Fundamental (primeira fase) e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com alfabetização de pessoas presas. Atualmente coordena o Programa Criança Feliz, vinculado à Assistência Social do Município de Tocantinópolis/TO.

dizer que "*ao andar se faz caminho/ e ao voltar a vistas atrás/ se vê a senda que nunca/ se há de voltar a pisar*". Reconhecemo-nos em suas palavras quando pensamos a trajetória do projeto "Clube dos Livres", desenvolvido por nós no intuito de promover ações de leitura e escrita na Cadeia Pública de Tocantinópolis, no Tocantins, desde junho de 2017. Somos esse caminhante com quem o diálogo é estabelecido no poema. Somos esse caminhante-aprendiz a escutar a sabedoria de alguém que parece já ter caminhado muito e sabe o que diz. Percorremos, nesses três anos e meio, um caminho que fomos construindo e descobrindo no próprio caminhar. Um caminho que não sabíamos previamente onde iria nos levar. E agora, ao olharmos para trás, vemos uma trajetória da qual nos orgulhamos, mas que temos consciência de que não voltaremos mais a trilhar, porque novos caminhos estão sempre sendo abertos em decorrência das mudanças com as quais inevitavelmente nos deparamos.

Comte-Sponville (1997, p.35), ao pensar sobre o que leva pessoas a se corresponderem por meio da escrita, sobretudo através de cartas, oferece-nos profundas e belas reflexões sobre características e a importância da escrita. Ele diz:

> Toda fala é contemporânea de quem a escuta, e morre com ele. Nenhuma escrita o é de sua leitura, sendo por isso que não morre. Entre o tempo da escrita e o da leitura, há como uma distância, da duração. É nessa duração que o leitor descobre, redescobre, habita. Isso faz como que um tempo redescoberto, no vácuo do cotidiano, um pouco de tempo no estado puro, como diria Proust, e é a isso a que chamam a eternidade: o tempo que passa sem se perder, o presente que muda e continua, o devir que permanece…

Mediante o exposto, todo caminho uma trajetória única e irreproduzível, registrá-lo pela escrita é uma forma de não esquecê-lo ou perdê-lo. Se "escrever é viver mais" (COMTE-SPONVILLE, 1997, p. 37) registrar nossa história é também uma forma de resistirmos na existência. Isso é fundamental no campo da educação em contexto de privação de liberdade, que é comumente alvo de descrédito, desmotivações e até ataques, sobretudo em conjunturas de retrocessos, como a que vivemos nos dias atuais. Por isso, temos nos empenhado em contar e analisar a nossa trajetória, de diversos modos e a partir de diferentes perspectivas (CAMPOS *et al.*, 2018a); (CAMPOS *et al.*, 2018b); (CAMPOS; IRELAND, 2020); (CAMPOS; SILVA, 2020); (CAMPOS; NASCIMENTO, 2020a); (CAMPOS; NASCIMENTO, 2020b); (MORAIS, 2018); (SILVA, 2019); (SILVA *et al.*, 2019; SOUSA, 2019).

Neste texto escrevemos como o caminhante que olha para trás e vê sua senda, seu caminho percorrido, e narra não só o que viu e vê, mas o que aprendeu e tem aprendido com esse caminhar.

A primeira coisa que percebemos ao olharmos para a trajetória que já percorremos é que o caminho das ações educativas na unidade prisional onde atuamos se constitui pela junção de distintas caminhadas que se encontram e passam a partilhar de um mesmo trilhar. Houve a confluência de muitos encontros profícuos, os quais, sem dúvida, foram imprescindíveis para o êxito das ações desenvolvidas. Inventamo-nos por meio desses tantos encontros, não existiríamos sem eles. Com isso, queremos evidenciar que, nós que escrevemos este texto, somos apenas duas das caminhantes desse amplo caminhar.

Chegamos na unidade, enquanto representantes da Universidade Federal do Tocantins (UFT), alinhadas à perspectiva da Educação Popular. Por isso, estávamos dispostas a

ouvir as demandas educativas da unidade e contribuir naquilo que estivesse ao nosso alcance, num movimento de construção de práticas educativas *com* a população carcerária e a equipe da unidade prisional e não *por* ou *para* eles. Não levamos propostas prontas, fomos abertas ao que pudesse ser construído no campo da educação. Ou seja, a dialogicidade (FREIRE, 2011) era um de nossos princípios fundamentais. Buscamos essa aproximação inicial com a unidade por meio da extensão universitária. Porém, a partir dela, outros campos foram posteriormente abertos tanto na pesquisa quanto no ensino.

É sabido que a extensão é um dos eixos que sustenta a universidade e seus fazeres. Entretanto, infelizmente, muitas vezes ela é sua parte menos desenvolvida e de menor prestígio. O artigo 3º da Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação, define que:

> A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 2018).

A definição é ampla, mas a dimensão de interação com a comunidade é uma marca característica da extensão universitária. Mesmo assim, existem muitas possibilidades de se buscar essa "interação transformadora" entre a universidade e outros setores da sociedade. Há, pois, "várias perspectivas extensionistas, orientadas por distintas teorias, metodologias e, portanto, ideologias"(CRUZ,

2017, p.45). Nós temos nos esforçado para alinhar nossas ações ao que vem sendo denominado como Extensão Popular. Trata-se de uma perspectiva que considera a extensão universitária como processo em movimento, que somente ocorre quando é compreendida como comunicação e trabalho social útil (CRUZ, 2018).

Paulo Freire fundamenta a extensão como comunicação ao refletir sobre o termo extensão a partir do contexto do extensionista agrícola, criticando a interação que se constrói no sentido de se estender algo a ou até a alguém. Para ele, parece que:

> a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a 'outra parte do mundo', considerada inferior, para à sua maneira, 'normalizá-la'. Para fazê-la mais ou menos semelhante ao seu mundo" (FREIRE, 1975, p.22)

Daí que pensar o fazer extensionista a partir da comunicação, no intuito de se efetivar um que-fazer educativo libertador, exija a presença constante do diálogo e o estabelecimento da horizontalidade nas relações. Esse é um movimento em que nos colocamos não só com as pessoas presas que participam do projeto, mas também com toda a equipe de segurança. É a partir desses diálogos e dessas relações que o projeto se reinventa permanentemente.

Em nossa primeira ida à Cadeia Pública de Tocantinópolis, encontramos uma unidade com ausência de atividades educativas, mas a receptividade sincera e generosa de seus servidores, em especial do diretor, possibilitou que nosso primeiro passo fosse firme e seguro: podíamos contar com o suporte da logística e segurança. Esse, possivelmente, foi nosso primeiro grande encontro com pessoas que almejavam percorrer um mesmo caminho em relação

à efetivação do direito de acesso à educação no contexto prisional. Nesse primeiro contato com a direção constatamos que havia um espaço físico no qual poderíamos desenvolver as atividades educativas no interior da unidade. Naquele momento, tratava-se de um espaço desprovido de qualquer estrutura. Era apenas o espaço físico, o que já é muito quando se analisa a realidade da maioria das unidades prisionais brasileiras. Assim, nossa meta inicial apresentou-se, quase que naturalmente, em transformá-lo num espaço educativo. Como? Não sabíamos.

Talvez por Tocantinópolis ser um município relativamente pequeno, rapidamente o promotor da cidade tomou conhecimento de nossas ações na Cadeia Pública. E, nesse ponto de nossa trajetória, acontece mais um encontro fundamental para nos fortalecermos em nossa caminhada. O Ministério Público passou a ser um grande parceiro, apoiando e incentivando as ações do projeto e articulando outras instituições para ampliar a oferta educativa. Com isso, juntaram-se a nós tanto a Secretaria Estadual de Educação, Juventude e Esportes (SEDUC), como a Prefeitura Municipal. Com a junção de esforços destas distintas instituições e pessoas foi possível criarmos um espaço educativo dentro da unidade, com carteiras, cadeiras, lousa, armário, computadores, livros e ar-condicionado.

Paralelo à estruturação do espaço, demos início a oficinas experimentais de leitura e escrita. Era tudo novo e desconhecido, por isso os primeiros passos foram dados com bastante cautela. Nos primeiros encontros sentávamos todos no chão, em roda, e os participantes vinham algemados. Assim como aos poucos o espaço foi se estruturando e se tornando acolhedor, também aos poucos as relações de confiança foram sendo estabelecidas. Adequações de segurança foram feitas no espaço e as algemas rapidamente deixaram de ser usadas.

Para o planejamento das oficinas, tínhamos como horizonte, além dos pressupostos da Educação Popular, a perspectiva de se pensar a leitura e escrita como experiência (LARROSA, 2011). Estávamos, pois, sempre abertas a (re)descobrir quem eram esses homens com quem compartilhávamos a experiência de ler e escrever e curiosas por ouvir seus saberes e visões de mundo. As oficinas foram assim conduzidas até o momento em que os participantes se mostraram interessados em prepararem-se para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Como sempre nos esforçamos para nos colocarmos a serviço dos interesses da comunidade com a qual dialogamos e trabalhamos, não fazia sentido ignorar seus anseios. Isso seria, inclusive, negar a dimensão da dialogicidade, horizontalidade e, sobretudo, a concepção da extensão como trabalho social útil (MELO NETO, 2014). Transformamos então as oficinas experimentais, que tinham formato mais livre, em momentos de aproximação com a produção de redações dissertativo-argumentativas, bem como na resolução de questões de múltipla-escolha. E, nesse contesto, encerramos o primeiro semestre de desenvolvimento do projeto.

No ano seguinte, em fevereiro de 2018, teve início a oferta da educação escolar (segundo ciclo do Ensino Fundamental e Ensino Médio). Com a chegada da escola tivemos que rever nosso papel enquanto projeto educativo. O que caberia a nós, enquanto extensão universitária, desenvolver? Além disso, a abertura das duas turmas, uma no turno matutino e outra no vespertino, fez com que o espaço educativo ficasse ocupado todos os dias da semana, restando apenas os sábados à tarde. Novamente recorremos ao diálogo com a direção da unidade e com os próprios participantes do projeto para nos reinventarmos. Coube a nós,

então, estruturar uma ação que viabilizasse a Remição de Pena por Leitura (RPL).

É nesse momento de nossa trajetória que surge o "Clube dos Livres" propriamente dito, ainda que inicialmente não com este nome. Tendo como base a Recomendação nº 44 do Conselho Nacional de Justiça, estruturamos um Clube de Leitura com encontros presenciais semanais, que teve seu início em fevereiro de 2018. O projeto era semestralmente avaliado através de roda de conversa com as pessoas nele envolvidas e reformulado buscando adequar-se às questões apresentadas, debatidas e/ou sugeridas.

Vale dizer que tanto para respeitar a logística de segurança quanto viabilizar um efetivo diálogo sobre as leituras, o Clube era composto por 15 pessoas. Num primeiro momento esse número era suficiente para atender às demandas da unidade que contava, na época, com uma média de 65 pessoas presas. Conforme o projeto foi se consolidando e dando frutos, o número de interessados em fazer parte dele foi aumentando, sendo necessário elaborarmos uma lista de espera, que contava com quase outras 15 pessoas. Em janeiro de 2020, já com um pouco mais de expertise nesse fazer, conseguimos abrir um segundo grupo, ficando então com dois Clubes de Leitura na unidade.

Além da ampliação do Clube de Leitura e da oferta da educação escolar pela SEDUC, como desdobramento da luta por garantia de acesso à educação dentro da unidade, movida pelo conjunto dessas pessoas e instituições, no final de 2018 conseguimos efetivar duas inscrições no Ensino Superior EaD, sendo ambas as pessoas aprovadas. Em 2020, outras quatro pessoas cumprindo pena na unidade ingressaram no Ensino Superior EaD e foi aberta uma turma do primeiro segmento do Ensino Fundamental, ofertado pela Secretaria Municipal de Educação.

No que tange às especificidades de se desenvolver atividades educativas no contexto prisional, destaca-se mais um encontro primordial: com o juiz da Vara de Execução Criminal. Nesse contexto, ações educativas têm um valor a mais, além dos que são a ela habitualmente atribuídos. Na prisão, educação gera remição de pena. A remição por estudos formais está regulamentada na Lei de Execução Penal. Contudo, a remição por leitura ainda depende da sensibilidade do juiz ou juíza da comarca a qual está vinculada a unidade prisional para que seja reconhecida e validada. Infelizmente, nem sempre há essa aceitação. Em nosso caso, entretanto, desde os primórdios de nossas ações o juiz esteve presente manifestando seu apoio e reconhecendo o valor e importância das remições de pena, tanto por estudo como por leitura e atividades educativas complementares.

Após esse percurso brevemente relatado, iniciamos o ano de 2020 nos constituindo como uma unidade prisional modelo no campo educacional. Estava garantida a oferta de todos os níveis da educação escolar, havia oferta de Ensino Superior à distância e dois Clubes de Leitura que davam conta de atender todas as pessoas interessadas em participar. Eis que, em março, somos então atravessadas pela pandemia de Covid-19 e tudo que foi gradualmente construído com tanto esforço é suspenso num piscar de olhos.

A situação era completamente inusitada e não havia o que ser questionado. A suspensão era inevitável e necessária. Ao mesmo tempo, vimos o cumprimento de pena ser acirrado não só com a suspensão das atividades educativas, mas também das visitas íntimas e dos familiares. Num primeiro momento aguardamos apreensivas os desdobramentos da situação sanitária mundial. Acompanhávamos as preocupações e discussões em relação ao contexto prisional. Concordávamos que a incomunicabilidade a que estavam submetidas as pessoas presas era algo

danoso e preocupante. Porém, ainda não sabíamos o que fazer. Até que recebemos uma mensagem da irmã de um dos participantes do projeto nos questionando se tínhamos algo em mente para desenvolver. Ela nos disse que as famílias ficam mais tranquilas quando há atividades educativas sendo desenvolvidas dentro da unidade. Nessa mensagem vimos a sociedade nos lembrando da importância de nossas ações, cobrado de nós nosso compromisso com as demandas sociais. Não podíamos mais esperar, tínhamos que pensar e fazer algo.

Como as medidas necessárias para contenção da propagação da Covid-19 impediam a manutenção de encontros presenciais, fomos forçadas a enxergar na educação não presencial e/ou educação à distância a possibilidade de continuidade das atividades de leitura e escrita. Nessa nova realidade, deparamo-nos com um chão árido, um lugar que ainda não havíamos caminhado e que, por isso, não sabíamos como caminhar.

A necessidade de nos reinventarmos nos colocou em movimento e fez nascer o projeto "Bibliotecas Ambulantes". Semanalmente enviávamos "textos disparadores" para estimular a leitura e escrita, os quais adentravam nas celas por meio de pequenas caixas por nós confeccionadas e batizadas de "Bibliotecas Ambulantes", sob inspiração de ações educativas propostas pelo educador argentino Carlos Rios. Junto com essas caixas iam "pastas-correios" que levavam folhas para o desenvolvimento das atividades e também para o estabelecimento da comunicação por meio da troca de cartas. Esse projeto foi desenvolvido entre maio e outubro de 2020 e possibilitou a remição de pena por atividades educativas complementares.

Sofremos uma outra interrupção em meados de outubro por conta de um movimento por direitos trabalhistas dos policiais penais do Estado do Tocantins. No final de novembro obtivemos

autorização para retomada das atividades, porém havíamos perdido o embalo de nossas ações. Era o fim de um ano duro e atípico e estávamos todas sobrecarregadas e cansadas. Não tínhamos fôlego para continuar na caminhada de elaborar e dar as devolutivas das atividades semanais, tampouco queríamos deixá-los sem nada.

Nesse limiar de reconhecer nossas limitações, mas não querer parar, surge o "Caderno-presente", nossa última ação no ano de 2020. Convidamos pessoas diversas para escreverem cartas aos participantes do projeto contando de si, de como foi viver em meio a uma pandemia, enfrentando angústias e aprendendo a lidar com o isolamento. A proposta era nos conectar enquanto humanidade e encerrar o ano de maneira afetuosa. Recebemos 64 cartas, com as quais confeccionamos um livreto que denominamos de "caderno-presente" e que se constituiu como o material de leitura do mês. Entregamos um exemplar deste conjunto de cartas para cada uma das 35 pessoas que estavam cumprindo pena na unidade no início de dezembro, juntamente com um outro livreto com folhas em branco para que eles pudessem fazer suas produções textuais a partir das leituras.

No fim, o "caderno-presente" nos transcendeu e se constituiu como um movimento de ampliação do projeto, envolvendo na promoção das atividades educativas pessoas de diversas regiões do país e algumas até de fora dele. E, mais uma vez, fazer parte deste projeto ensinou-nos que a saída coletiva para a resolução de nossos desafios é deveras potente.

E agora, nesse contexto de tantas incertezas, a pergunta que nos fica é: o que será do projeto em 2021?

NO MEIO DO CAMINHO, PEDRAS?

Os desafios são inerentes a qualquer caminhada. Há um famoso poema brasileiro que reflete o inevitável encontro com pedras durante o nosso caminhar. "*Nunca me esquecerei que no meio do caminho/ tinha uma pedra/ tinha uma pedra no meio do caminho/ no meio do caminho tinha uma pedra*", escreveu Carlos Drummond de Andrade em seu poema "No meio do caminho". A repetição da existência da pedra nos leva a refletir o quão presente elas se fazem em nossos caminhos. Porém, diante de insistente e inevitável existência somos levados também a pensar que tais pedras não são necessariamente um mal. É necessário considerar, assim, que talvez as pedras sejam também o próprio caminho, parte dele. Ou seja, não há como pensar o caminho percorrido sem lembrar das pedras com as quais nos deparamos e, mais, o que fizemos com elas.

O fato de termos obtido tantas conquistas em nosso projeto, pode fazer parecer que a nossa caminhada foi leve e tranquila. Às vezes sim, mas nem sempre. Existir enquanto projeto educativo no interior de uma unidade prisional, por mais favoráveis que sejam nossas condições, é sempre encontrar pedras no caminho. Existem demasiadas pedras porque as prisões não foram pensadas como instituições educativas. Elas são o lugar da punição, isolamento e vigilância. É extremamente comum nos depararmos com manifestações de desaprovação em relação a nossas ações. E vários de nós — senão todos — vivenciaram situações nas quais foi necessário argumentar em favor do projeto.

A sabedoria popular ensina que em qualquer lugar que queiramos chegar é necessário dar um passo de cada vez. Assim temos caminhado. De grosso modo, podemos agrupar os desafios que enfrentamos e temos enfrentado em três categorias:

pedagógicos, estruturais e culturais. Ainda que pedras no caminho sejam obstáculos, podemos nos mobilizar para retirá-las. Pedras pequenas são facilmente removidas, enquanto que quanto maiores são as pedras, também maiores são os esforços necessários para conseguirmos movê-las. Daí que a ação coletiva, as parcerias e a junção de distintas instituições tem se constituído como a nossa força motriz.

De início, a receptividade da gestão da unidade, o crescente estabelecimento de parcerias e a existência de um espaço físico no interior na unidade fez parecer que as pedras de nosso caminho seriam ínfimas. Nossos maiores desafios, a priori, concentraram-se na dimensão pedagógica. Éramos professora e graduandas em cursos de licenciatura, portanto a educação era nosso lugar. Porém, ao nos colocarmos neste movimento de promover atividades de leitura e escrita no contexto prisional vimos, na prática, como a alfabetização e a educação de Jovens e Adultos era frágil em nossas formações. Ao nos depararmos com um grupo adulto, heterogêneo em suas experiências e habilidades com a leitura e escrita, nos demos conta que não tínhamos um arsenal de estratégias para lidar com essa diversidade. Com a constituição do Clube de Leitura os desafios se complexificaram, pois adentramos também o universo da literatura e nenhuma de nós tinha formação nesta área e nem vasta leitura e entendimento de obras literárias.

Devemos reconhecer que nesse início sentimo-nos insegura e não sabíamos ao certo como proceder. Mas com essa experiência entendemos melhor o que Paulo Freire defendeu ao afirmar que:

> educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada

> sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 1975, p. 25)

E foi assim, sabendo que sabíamos algo sobre educação, porém que necessitávamos saber mais sobre literatura e o trabalho de leitura e escrita com homens adultos em situação de privação de liberdade, que seguimos caminhando e aprendendo. Essa experiência nos aproximou da figura do mestre ignorante emancipado. Ignorante, porque ignora aquilo que ensina. Emancipado, porque entende que há igualdade de inteligências entre todas as pessoas, as quais são capazes de instruir a si mesmas (RANCIÈRE, 2010). O papel do mestre é, então, manifestar sua curiosidade pelo processo de construção do conhecimento de quem aprende. A ação educativa desse mestre ignorante emancipado se assemelha, pois, à proposta de uma Pedagogia da Pergunta, porque a curiosidade é o que move a pergunta FREIRE; FAUNDEZ, 1985). Nessa lógica, mediar o processo de ensino-aprendizagem não consiste em dar resposta, mas sim fazer perguntas. Tal ação é o que mais temos feito em todas as atividades que propomos na unidade prisional onde atuamos.

Essa curiosidade genuína pela aprendizagem do outro tem a ver também com a importância do entusiasmo pelas ideias e com a capacidade de escutar verdadeiramente o outro (HOOKS, 2017). Essas foram outras concepções teóricas com as quais comungávamos e que delas pudemos nos aproximar em nossa prática. Juntos, em roda, lendo e dialogando sobre a leitura dos livros, não foram raros os momentos em que compartilhamos também o riso, o calor das polêmicas, a vivacidade das emoções. Nem sempre era fácil para nós estarmos lá, aos sábados. Sacrifícios invariavelmente eram necessários, sobretudo no âmbito pessoal

de nossas vidas. Mas valiam a pena, justamente por conta do entusiasmo da partilha que lá encontrávamos.

No fim, não éramos apenas promotoras das práticas de leitura e escrita, mas também aprendizes. Muitas de nós nunca tinham tido tamanho contato com a literatura antes. Por isso, a partir dos diálogos que foram estabelecidos por meio das obras literárias por nós lidas, entendemos a defesa de Antônio Cândido da literatura como Direito Humano. Ele tem razão ao dizer que ser humano algum pode viver sem literatura, entendida como "todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático" (CANDIDO, 2011, p. 173). Mas, além disso, vimos como a literatura é especialmente significativa no processo de compreensão de si, do outro e do mundo, uma vez que ela "confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas." (CANDIDO, 2011, p. 177). Em diversas situações durante as rodas de conversa sobre a leitura dos livros presenciamos e participamos de calorosas discussões e reflexões sobre inúmeras questões sobre a existência e a vida em sociedade, a partir da análise das escolhas e atitudes dos personagens. Diálogos sobre violência, gênero, racismo, ganância, intolerância, identidade, fé, eram recorrentes. E a diversidade de pessoas e opiniões que ali se encontravam faziam emergir a complexidade das questões, afastando-nos assim de visões maniqueístas.

Essa troca de impressões e interpretações ocorreriam em meio a um duplo movimento: aprender a falar/se expressar e aprender a escutar. Fazer a palavra circular, foi mais um de nossos desafios. Os aprendizes estão acostumados a ouvir a professora ou professor, porém muitas vezes não sabem ouvir uns aos outros (HOOKS, 2017). Pronunciar-se também não é habitual nas práticas educativas tradicionais. Daí que valorizar no diálogo

educativo as narrativas pessoais e leituras de mundo se configure como um caminho possível para que as pessoas encontrem suas próprias vozes. Desse encontro, a partir das próprias experiências, a voz encontrada passa então a "poder falar livremente sobre outros assuntos" (HOOKS, 2017, p. 199). Tivemos a oportunidade de acompanhar esse processo em diversos participantes, sobretudo nos que conosco estiveram por mais tempo.

Uma das maiores pedras da dimensão pedagógica com que nos deparamos foi não podermos mais nos encontrar presencialmente devido à pandemia de Covid-19. Vínhamos aprendendo muito sobre a importância de estarmos juntos, dialogando, olhando olho no olho. Estávamos entendendo o significado da presença de educadoras e educadores no interior das prisões, não só na promoção de atividades educativas, mas também no monitoramento da garantia de sua oferta (SCARFÒ, 2010) e na mobilização de transformações no ambiente prisional. A impossibilidade da presença fez com que déssemos passos para trás. Foi frustrante.

Para que conseguíssemos recolher todas essas pedras que estavam em nosso caminho e a partir delas edificar nosso castelo de aprendizagens, teve especial importância nossas rodas de conversa avaliativas, realizadas ao final de cada módulo semestral do projeto. Foram nesses momentos que pudemos pensar coletivamente na resolução das questões que se apresentavam como problemáticas e dar melhores encaminhamentos para as ações futuras.

Apesar de se constituírem como pedras menores em nossa realidade, questões estruturais também tiveram que ser enfrentadas. Como dissemos anteriormente, havia um espaço físico que foi estruturado para o desenvolvimento das atividades educativas por meio do estabelecimento da parceria entre diversas instituições e pessoas. Porém, algumas outras adequações na unidade foram necessárias para garantir a movimentação das pessoas presas,

porque movê-las é sempre fragilizar a segurança. Quanto mais trancafiadas nas celas, menores os riscos. Mas também menores as possibilidades de garantia de direitos e de construção de novas trajetórias de vida. Felizmente, com recursos disponibilizados pelo Poder Judiciário, oriundos da Vara Criminal de Tocantinópolis, foi possível viabilizar essas adequações e conciliar assim a oferta da educação com a segurança.

Com a ampliação da oferta educativa, teve origem a dificuldade para compatibilizar as diversas atividades com a existência de um único espaço educativo. Novamente adaptações nas instalações da unidade foram necessárias e um segundo espaço educativo foi organizado.

Além dos desafios em relação à estrutura física, também lidamos com desafios em relação aos recursos humanos para efetivar o desenvolvimento das ações educativas.

Os recursos financeiros que o projeto obteve sempre foram esporádicos, pontuais e direcionados para ações específicas. Nunca tivemos um recurso permanente para manutenção do projeto, para garantir que as pessoas pudessem se dedicar a ele, para além de suas ideologias. O avanço, nesse sentido, se dá no campo da educação escolar, que conta com professores contratados. No que compete às ações extensionistas, tivemos, em alguns momentos, bolsa de extensão, mas de curta duração e sempre para apenas uma das graduandas atuantes no projeto.

Apesar de todos os desafios anteriormente apontados e discutidos, acreditamos que as maiores pedras em relação à educação em contextos prisionais concentram-se na dimensão cultural, pois atravessam nossas ações, mas as transcendem. Por serem muito maiores e pesadas, para que possam ser movidas exigem esforços de um coletivo que não se limita ao nosso. É necessário romper com a cultura do punitivismo e do

encarceramento em massa e pensar em outras formas de resolução de nossos conflitos sociais. Não podemos ignorar que há um processo perverso, nutrido pelo racismo estrutural, que conduz um grupo muito seleto para as prisões. São pessoas historicamente marginalizadas: pobres, negros e com baixa escolaridade. Sim, como sabiamente denunciou os Panteras Negras, todo preso é político. Por isso, o movimento de desconstrução dessa cultura precisa ser nacional - quiçá planetário. Além disso, concordamos com Santos (2010, p. 46-47) que:

> A sociedade brasileira e suas instituições não dão demonstração pública de que estejam dispostos a substituir o conceito de crime contra o patrimônio pelos conceitos mais consentâneos com a contemporaneidade, como *crime de lesa pátria* e *crime contra a humanidade*, mesmo sabendo que menos de 10% das pessoas atualmente presas precisariam efetivamente estar atrás das grades e que a impunidade nos crimes de corrupção, de apropriação do patrimônio público, de malversação de verbas e uso do poder em benefício próprio é mais danosa ao conjunto da sociedade do que todo o volume de roubos e furtos cometidos ao longo dos nossos 500 anos de história.

As resistências com as quais nos deparamos, seja por parte da população tocantinopolina ou mesmo de alguns dos próprios servidores da unidade, que desacreditam e, às vezes, dificultam a execução e desenvolvimento de nossas ações educativas tem a ver com essa cultura que forma mentalidades preconceituosas em relação à população carcerária e que não reconhece a oferta de educação nesses contextos como um direito. A resolução do problema não está, portanto, no enfrentamento direto a estas pessoas ou grupos, mas sim da cultura que forma essas mentalidades e rege esses comportamentos. Exige, dessa forma, uma

ampla mobilização social que agregue diversas estratégias de luta. Mas, claro, dialogar com estas pessoas e grupos é importante e necessário e, a partir de nossa realidade concreta, temos buscado fazer isso sempre que possível.

Pedras não faltam, mas seguimos caminhando apesar delas. Aqui, então, vale retomar a pergunta: o que será do projeto em 2021? Não sabemos. Mas, tendo nós já encontrado e recolhido tantas pedras pelo caminho e aprendido que a caminhada se faz dando um passo de cada vez e que, inclusive, às vezes é necessário dar uma pausa para retomar o fôlego e conseguir continuar caminhando, sabemos de algo: a caminhada não termina para quem deseja transformar da realidade injusta e não se conforma com a imobilidade.

NOSSAS PEGADAS

Há um provérbio atribuído aos Dakotas, povos originários do centro-norte dos Estados Unidos, que diz que "*seremos conhecidos para sempre pelas pegadas que deixamos*". Em reflexão análoga e complementar, Freire (1975, p. 28) afirma que:

> O homem é um ser da "práxis", da ação e da reflexão. Nestas relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação. Atuando, transforma; transformando, cria uma realidade que, por sua vez, "envolvendo-o", condiciona sua forma de atuar.

Os caminhos não estão, pois, dados para serem meramente percorridos. Eles precisam ser feitos por nós, como

disse o poeta. E ao fazermos o caminho, nele imprimimos nossas marcas, deixamos nossas pegadas. Assim como somos transformados pelo que encontramos, vemos, sentimos e aprendemos ao longo desse caminhar.

No aspecto objetivo podemos afirmar que entre as nossas pegadas estão a estruturação de dois espaços educativos no interior da unidade, a concretização da oferta de educação não-formal e formal, em todos os seus níveis de ensino; a aprovação de seis pessoas em processos seletivos de Ensino Superior à distância; a aprovação crescente em exames como ENCCEJA e ENEM; a viabilização da remição de pena por estudos, leitura e atividades educativas complementares; a conclusão e defesa de três trabalhos de conclusão de curso de graduação e um de especialização; o desenvolvimento de uma pesquisa de iniciação científica, uma de mestrado e outra de doutorado; a apresentação de diversos trabalhos em eventos acadêmicos; publicação de artigos e relatos de experiências em livros e periódicos e a publicação de dois livros sobre o projeto, escritos coletivamente pelas pessoas que, direta e indiretamente, o fazem acontecer.

De maneira menos quantitativa, observamos também o desenvolvimento da habilidade de leitura e escrita e do próprio raciocínio; a ampliação do capital cultural; o fortalecimento da autoestima; a minimização dos efeitos da prisionização (SÁ, 2010) e o reencontro com identidades apagadas/esquecidas ou descoberta de novas identidades. Contudo, uma porção significativa das contribuições das ações educativas em nossas vidas não são mensuráveis e, muitas vezes, só se revelam ao longo do tempo. O que cada um de nós leva da experiência de ter feito parte do projeto? O que fica em nós desse coletivo com o qual partilhamos tantos momentos? Essas são questões que pairam em nossas reflexões.

Somos como uma máquina, cujas engrenagens são interdependentes e, por isso, igualmente importantes para o bom funcionamento e manutenção do movimento. Existimos enquanto força do coletivo, que é dinâmico e ainda instável. Falar do projeto é falar, antes, das pessoas que o compõe, que o sustentam, que possibilitam sua existência. Ele está longe de ser parte integrante de uma política pública consolidada de oferta de educação em contextos prisionais, pois depende sobremaneira dessas tantas pessoas que o constroem. E é justamente por existir essa dependência que em diversos momentos a manutenção do projeto foi posta em xeque. Nos esforçamos para caminhar juntos, mas ainda assim às vezes fomos atravessados por encruzilhadas que nos levaram a mudar nossos caminhos. Graduandas extensionistas se formaram e partiram da cidade ou deixaram o projeto por precisarem trabalhar, a coordenadora teve de se afastar por um ano para cursar as disciplinas de seu doutorado e o promotor foi, recentemente, transferido para outro município. Além disso, o diretor da unidade pode ser retirado de sua função a qualquer momento por não ser Policial Penal e sim Civil. A cada mudança novos esforços são necessários para que o projeto não deixe de existir. Como então consolidar práticas educativas no interior da prisão, tais como as que propomos e desenvolvemos?

A rigor, se observarmos nosso atual momento social e político e a história dos Direitos Humanos, perceberemos que estamos diante de uma luta que não tem fim, que caminha entre avanços e retrocessos. E pensar a prisão como instituição educativa é uma contradição. Ainda assim, temos a utopia de que atividades educativas que contribuam com o desencarceramento e o abolicionismo penal, ao propiciar um cumprimento de pena mais

digno sem reforçar o sistema prisional (DAVIS, 2018), estejam cada vez mais presentes e consolidadas dentro das prisões. Seguimos nessa utopia porque, como escreveu Eduardo Galeano em seu texto "Ventana sobre la Utopía":

> "Ela está lá no horizonte" - disse Fernando Birre -. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

E nós não podemos deixar de caminhar!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação.**Resolução nº7, de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para Extensão da Educação Superior Brasileira.Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 1 dez. 2021.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CAMPOS, Aline *et al.* Cadeia Pública e Universidade: articulação entre ensino, pesquisa e extensão. **Revista Capim Dourado**: diálogos em extensão, Palmas, v. 1, n. 1. p. 13-18, jan. 2018a.

CAMPOS, Aline *et al*. Remição de pena por leitura: o sistema prisional e a extensão universitária. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas, v.4, n. 1, jan./dez., 2018b.

CAMPOS, Aline; IRELAND, Timothy Denis. Ensino Superior em prisões da América Latina: um diálogo com uma experiência piloto no Tocantins/Brasil. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 17, n. 48, p. 124-145, 2020.

CAMPOS, Aline; SILVA, Vinícius Lima. Extensão universitária e Cadeia Pública: uma experiência no Tocantins. **Revista Brasileira de Execução Penal**, Brasília, v.1, n. 1, p. 103 - 121, jan./jun. 2020.

CAMPOS, Aline; NASCIMENTO, Rafael Caetano do (org.). **Ler e escrever na prisão**: experimentações em Tocantinópolis. São Carlos: Pedro & João editores, 2020a.

CAMPOS, Aline; NASCIMENTO, Rafael Caetano do (org.). **Andorinhas reinventam a prisão**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020b.

COMTE-SPOVILLE, André. **Bom dia, angústia!** Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira, São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Extensão popular: um jeito diferente de conduzir o trabalho social da universidade. *In*: PRADO, Ernande Valentim do, *et al*. (org.). **Caderno de extensão popular:** textos de referência para a extensão universitária. João Pessoa, CCTA, 2017.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Extensão Popular: um movimento, um mosaico diverso de práticas e uma concepção para reorientação do fazer universitário tradicional. *In*: CRUZ, Pedro José Santos Carneiro, *et al*. (org.). **Vivências de extensão em educação popular no Brasil**: extensão e formação universitária: caminhos, desafios e aprendizagens. João Pessoa: CCTA, 2018.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. Tradução Marina Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 04-27, jul./dez. 2011.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão Popular**. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2014.

MORAIS, Thátila Ferreira. **Educação nas prisões:** as vozes das pessoas em situação de privação de liberdade no Estado da Arte. 2018. 91f. Monografia graduação (Curso de Pedagogia) – Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante:** cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução Lílian do Valle. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia clínica e psicologia criminal.** 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SCARFÓ, Francisco. O papel (ou responsabilidade) da sociedade civil na garantia dos direitos educativos das pessoas encarceradas. *In*: YAMAMOTO, Aline *et al.* (org.). **Cereja discute:** educação em prisões. São Paulo: AlfaSol, 2010. p. 24-27.

SILVA, Roberto da. Há perspectiva de humanização das prisões? *In*: YAMAMOTO, Aline *et al.* (org.). **Cereja discute:** educação em prisões. São Paulo: AlfaSol, 2010. p. 45-47.

SILVA, Darlene Ribeiro da. **Prisão como espaço de atuação para pedagogos/as.** 2019. 85f. Monografia graduação (Curso de Pedagogia) – Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, 2019.

SILVA, Darlene Ribeiro da *et al*. Formação compartilhada de professores: atrelando formação inicial e continuada. **Revista Capim Dourado**: diálogos em extensão, Palmas, v. 2, n. 3. p. 22-32, set./dez. 2019.

SOUSA, Jhenissa da Silva. **Educação e cadeia pública**: o que dizem os agentes penitenciários? 2019. 86f. Monografia graduação (Curso de Pedagogia) – Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, 2019.

REGIÃO NORDESTE - RECONSTRUINDO ELOS: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NO ESPAÇO DAS PRISÕES E NAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS DE ALAGOAS

Ademir Santos da Silva[1]
Elaine Pimentel[2]
Jéssica Baêta de Azevedo Carvalho[3]
Laura Fernandes da Silva[4]
Ruth Vasconcelos[5]

[1] Graduando em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Pesquisador do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Alagoas (PIBIC/UFAL) e integrante do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Políticas Penitenciárias (NEPP), registrado no CNPq. Agente penitenciário.

[2] Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Professora dos Cursos de Graduação e Mestrado em Direito da Universidade Federal de Alagoas. Líder do Grupo de Pesquisa "Núcleo de Estudos e Políticas Penitenciárias", Vice-líder do Grupo de Pesquisa "Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas", Vice-líder do Grupo de Pesquisa Educação em Prisões, no CNPq.

[3] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas.

[4] Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Monitora da Disciplina de Direito Penal Especial I. Estagiária na Defensoria Pública da União em Alagoas. Pesquisadora no Laboratório de Ciências Criminais IBCCrim/CESMAC 2016. Pesquisadora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Alagoas (PIBIC/UFAL) e integrante do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Políticas Penitenciárias (NEPP), registrado no CNPq.

[5] Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-doutoranda no campo de estudos da Psicanálise. Professora Emérita do

INTRODUÇÃO

A extensão universitária constitui-se num importante caminho de formação acadêmica, através da qual os estudantes praticam intervenções em diferentes contextos sociais, possibilitando-lhes conhecer realidades extramuros e vivenciar trocas de saberes com os sujeitos sociais inseridos em diferentes realidades. No caso específico, trazemos o relato de uma experiência extensionista, ocorrida no âmbito do sistema prisional e nas unidades sócio educativas no Estado de Alagoas, envolvendo estudantes dos cursos de Direito, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

As dinâmicas prisionais, que são marcadas por estruturas arquitetônicas e práticas mortificantes (GOFFMAN, 2003), numa conjuntura de encarceramento em massa (GARLAND, 2010), ensejam um conjunto de reflexões sobre os sentidos da1 Graduando em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Pesquisador do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Alagoas (PIBIC/UFAL) e integrante do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Políticas Penitenciárias (NEPP), registrado no CNPq. Agente penitenciário.

pena privativa de liberdade, bem como sobre a relação entre as experiências subjetivas vivenciadas no cárcere e o retorno ao convívio social pleno. São urgentes e necessárias reflexões em torno das concepções de ressocialização, reintegração, reeducação e outras, sobretudo diante das sistemáticas violações à dignidade humana, verificadas no cotidiano carcerário e no sistema de internação, que minam a capacidade de os sujeitos aprisionados vivenciarem sua condição de sujeitos de direitos. Por isso,

Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas. Líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas e Vice-Líder do Núcleo de Estudos e Políticas Penitenciárias, no CNPq.

uma ação extensionista que trabalha a dimensão da cidadania e dos direitos fundamentais e sociais, através de uma intervenção nos espaços de segregação (prisões e unidades de internação), tem sido uma experiência bastante frutífera, tanto para os estudantes, como para os sujeitos encarcerados e os/as adolescentes interno/as, considerando que se trata de uma prática que acontece sob o código do respeito e responsabilidade, imprescindíveis para a troca de saberes que constitui o cerne da extensão universitária.

Foram essas reflexões que motivaram a elaboração e execução deste projeto de extensão denominado Reconstruindo Elos, idealizado por estudantes de Direito da Universidade Federal de Alagoas. Iniciado em 2014, o projeto tem proporcionado a presos, presas, adolescentes internos e estudantes universitários vivências importantes e a produção de um conhecimento em torno dos temas abordados, de forma horizontalizada, inspirada nas lições de Paulo Freire (1985).O presente texto reúne relatos das equipes de extensionistas vinculados ao projeto Reconstruindo Elos, que atuaram nas unidades prisionais e no sistema socioeducativo de Maceió, na etapa do projeto referente ao ano de 2015[6], apresentando as dinâmicas da extensão, os métodos, materiais e as experiências vivenciadas no contexto de suas práticas de extensão.

[6] O Projeto Reconstruindo Elos já está em sua 4ª edição, e, a partir do segundo ano, ampliou sua equipe integrando, além dos estudantes do Curso de Direito, estudantes dos cursos de Psicologia e Ciências Sociais.

EXPERIÊNCIA EM GRUPO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL FEMININO SANTA LUZIA

O presídio Santa Luzia é a única unidade no Estado que abriga mulheres. A capacidade total da referida unidade, na época de desenvolvimento das atividades, era de 74 vagas, apresentando, entretanto, aproximadamente 230 mulheres sob custódia estatal. As mulheres que estavam reclusas provinham de todas as regiões do Estado; eram de idades e níveis de escolaridade variados. Não obstante a diversidade na composição das apenadas, prevaleciam as que possuíam os níveis mais baixos de escolaridade, negras e pardas, domésticas, desempregadas e estudantes.

O objetivo maior do Projeto Reconstruindo Elos, no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia, foi possibilitar a troca de conhecimentos sobre cidadania e direitos entre as custodiadas e estudantes de Direito, da Universidade Federal de Alagoas, buscando a minimização do processo de dessocialização e deterioração da identidade causada pela prisão. O valor do projeto está no fato de se estabelecer, entre presas e os estudantes, uma troca de saberes com viés construtivista, que tem a potencialidade de oferecer alguma minimização dos fenômenos negativos da prisão, tais como a solidão, a perda da autonomia e a capacidade para ter iniciativa, a rotina, a monotonia e a massificação de atividades e relações (RODRIGUES, 2001).

Para cada intervenção no presídio feminino, a equipe planejava com antecedência as atividades que seriam realizadas. Foram pensadas intervenções baseadas na mútua aprendizagem e troca de saberes e competências sociais. A equipe evitava o modelo clássico de imposição de conhecimento já fabricado e optava pela construção e troca de conhecimentos em conjunto. A ênfase não estava em desenhar programas com grande rigor

metodológico, mas sim na utilização de uma variedade de exercícios, atividades em grupo e de experiência de contato pessoal, visando maximizar o papel dos indivíduos na sua adaptação à sociedade e a importância de cada uma delas para a sociedade, bem como desenvolver as suas competências de relacionamento e de adequação social (RODRIGUES, 2001).

Foram planejados debates com temas que despertassem o interesse de todas, por meio de atividades dinâmicas que proporcionavam a troca de saberes através do uso de materiais diversos, como cartolinas, canetas, lápis, pincéis coloridos, lápis de cor, recortes de revistas e jornais, folhas de papel A4, vídeos e fita adesiva. Também foram utilizados equipamentos midiáticos como retroprojetor, caixa de som, computador, além de uma sala ampla disponível para as apresentações. O espaço de tempo era preenchido com discussões, atividades dinâmicas, produções artísticas e momentos para sanar as dúvidas.

A execução das atividades escolhidas ocorria semanalmente, às sextas-feiras, a partir das 14 horas, com um grupo de trinta custodiadas, de módulos prisionais diversos, na sala de estudos, espaço este ofertado para a realização do projeto. Nesse espaço era montada a estrutura que fosse mais conveniente para a discussão. A equipe primava pela disposição das participantes em círculo ou pequenos grupos, o que permitia uma maior interação. Os encontros eram de frequências voluntárias e as reeducandas se faziam bastante assíduas.

Foram abordados temas multidisciplinares ligados à ética, aos direitos humanos, à cidadania, à cultura e à saúde, com amparo numa concepção construtivista (FREIRE, 1985), ou seja, fundamentado na aprendizagem de competências sociais e no estabelecimento de relações interpessoais. A equipe fomentava atividades destinadas a maximizar o papel das reeducandas na

sociedade, considerando o exercício das liberdades e a desenvolver as suas competências de relacionamento e de adequação sociais.

No decorrer dos encontros foi percebida a maior aceitação e o surgimento de laços de confiança por parte das custodiadas para com a equipe. A equipe seguia abordando a cidadania como eixo principal, e através de uma dinâmica, travava um debate a partir da perspectiva das participantes.

Nesse sentido, foram abordados temas como o papel dos advogados e os aspectos éticos do exercício da profissão, tema de extremo interesse para as presas, diante da insatisfação delas para com a organização da justiça e os trabalhos realizados por alguns operadores do Direito. Outra atividade muito interessante foi a "oficinas de cartas", escritas dias antes do dia das mães, para suas mães e seus filhos/as. A equipe também foi homenageada com cartas através das quais recebeu muitas mensagens de agradecimento.

Também foram abordados temas relacionados aos direitos do preso, constantes da Lei 7.210/90, a Lei de Execuções Penais (BRASIL, 1990), o "maio amarelo", relacionado ao trânsito e à mobilidade nas cidades, as conquistas das mulheres no contexto histórico do Brasil e desde séculos passados até os dias atuais. Nessa oportunidade, foi debatida a cartilha da mulher encarcerada e seus principais aspectos, com a explicação detalhada dos direitos e deveres da mulher presa, as especificidades que elas possuem, tanto pela sua natureza física quanto psicológica. Em todas essas atividades foram exibidos documentário sobre os temas, com debates posteriores.

A equipe também levou à discussão temas que possuem relevância e apresentam bastante divergência na sociedade: casamento homossexual, aborto, legalização da maconha e redução da maioridade penal. Em cartolinas e com lápis de cor,

elas puderam escrevessem suas opiniões, explicitando se eram a favor ou contra, primando pelo respeito à opinião de cada uma.

Esses momentos permitiram à equipe vivenciar, como graduandos de Direito, uma ampliação das perspectivas, para além do formalismo no campo jurídico, dimensionando o quanto é importante, na formação acadêmica, o despertar para uma sensibilidade social, em favor da justiça e de uma cidadania plena.

EXPERIÊNCIA EM GRUPO NO CENTRO PSIQUIÁTRICO JUDICIÁRIO PEDRO MARINHO SURUAGY

No contexto dos indivíduos privados de liberdade no sistema prisional, público-alvo do Reconstruindo Elos, há um grupo diferenciado: os pacientes em cumprimento de medida de segurança. Esse público específico é constituído por sujeitos considerados inimputáveis, de acordo com o Art. 26, Código Penal (BRASIL,1940), pessoas que, em decorrência de doença mental, eram incapazes de compreender o caráter ilícito do fato praticado no momento da ação ou omissão, não podendo, por essa razão, responder penalmente. Assim, são submetidos à medida de segurança, segundo o Art.96, do Código Penal, (BRASIL, 1940). Tal medida se concretiza por meio de tratamento ambulatorial ou internação em hospital psiquiátrico, sendo o Centro Psiquiátrico Judiciário Pedro Marinho Suruagy (CPJ) o único estabelecimento prisional em Alagoas com esse fim.

O CPJ foi inaugurado no dia 02 de maio de 1978 e, dois anos após sua inauguração, já era referência internacional no tratamento

e custódia de pacientes em cumprimento da medida de segurança. Acontece que o tempo passou e a realidade mudou: hoje o CPJ é detentor de diversos problemas estruturais, problemas esses que vão desde o uso inadequado de celas, que podem ser vistas como depósitos, até a falta de produtos básicos de higiene, dificuldades que refletem uma realidade de abandono e desamparo, com urgente necessidade de acurada atenção.

A estrutura física do prédio é relativamente ampla: há um pátio, com algumas árvores ao redor do qual, em disposição circular, estão localizadas dez alas identificadas de "A" a "J", cada uma delas contendo em média de 13 quartos individuais. No período de desenvolvimento desta etapa do projeto, havia 104 pacientes, sendo 100 homens e quatro mulheres. O hospital tem capacidade para 200 pacientes. Além do pátio, entre as áreas a que os internos têm acesso, o hospital ainda conta com uma Sala de Praxiterapia e um anfiteatro, sendo estes últimos os ambientes mais utilizados para a realização de atividades trazidas pelo projeto.

A Praxiterapia, mais comumente utilizada, assemelha-se a uma espécie de galeria, contando com mesas, cadeiras, um quadro branco, alguns suportes com telas pintadas por pacientes e uma pia, sendo, dessa forma, um espaço propício à execução de atividades artesanais; já o anfiteatro proporciona maior sensação de liberdade e autonomia, devido ao fato de ser um local mais aberto. Ele foi o palco da primeira intervenção do Reconstruindo Elos no Centro Psiquiátrico Judiciário.

A atuação do Reconstruindo Elos no CPJ foi bastante diferenciada das demais, tendo em vista a peculiaridade do público que a integra. Foi um grande desafio trabalhar com pacientes em cumprimento de Medida de Segurança, principalmente porque os alunos facilitadores eram estudantes do curso de Direito, sem formação alguma na área da saúde mental. Todavia,

por menor que seja a formação nesta área específica, é sabido que o inimputável em decorrência de doença mental é, acima de tudo, um sujeito de direitos, um cidadão que deve ter acesso a cultura, lazer, dignidade, respeito, educação e a uma série de outras garantias essenciais à vida de qualquer pessoa.

Foi justamente nesse sentido que o grupo do projeto Reconstruindo Elos atuou no CPJ. Os encontros entre extensionistas e pacientes, no CPJ, que foram precedidos por reuniões para leitura e discussão acerca da temática trabalhada (cidadania e direitos humanos no contexto da aplicação da medida de segurança), ocorreram semanalmente, no período de março a outubro de 2015, no próprio CPJ, sempre às terças-feiras, entre as 14h e 15h30, com uma média de 25 pacientes/participantes em cada um desses encontros.

O horário em que os encontros aconteciam era o que melhor permitia a integração do grupo de facilitadores na rotina do estabelecimento, no entanto, ao mesmo tempo, consistia em um ponto de dificuldade para a execução das atividades, visto que os pacientes tinham acabado de ser medicados e, por isso, muitos ficavam um pouco debilitados e com o raciocínio mais lento, o que interferia negativamente no seu processo criativo e na interação com a equipe, tendo cada um deles uma maneira muito peculiar de reagir aos estímulos dos facilitadores.

Nessa perspectiva, os extensionistas procuravam ser muito zelosos tanto ao planejar quanto ao executar as atividades, de forma a conseguir que todos os pacientes inseridos na dinâmica do projeto pudessem, dentro de suas limitações, participar ativamente das atividades elaboradas. Assim, uma das preocupações centrais era fazer com que os próprios pacientes se sentissem à vontade para participar voluntariamente dos encontros semanais, o que, com base na assiduidade dos participantes, deu certo.

A escolha dos materiais utilizados na execução de cada atividade semanal do projeto dependia diretamente do tema do dia e de qual a finalidade buscada com aquela temática. Dessa forma, eram utilizados recursos multimídia (projetor, caixa de som, computador, instrumentos musicais, aparelho de som e microfones) ou mesmo materiais artísticos (cartolinas, canetas, lápis, pincel colorido, lápis de cor, giz de cera, recortes de figuras de revistas e jornais, folha de papel A4, vídeos, quadro branco, pincel para quadro branco, fita adesiva e marcadores).

Em se tratando dos encontros, o primeiro foi certamente um dos mais marcantes, visto que não havia conhecimento prévio sobre o cotidiano do Centro Psiquiátrico. A atividade escolhida para o referido dia teve como objetivo conhecer os pacientes para, a partir daí, pensar em atividades que lhes fossem atrativas. Foi utilizada, então, uma "cartomante de papel" contendo em cada aba ilustrações que remetiam a temas que envolviam cidadania e Direitos Humanos, como esporte, educação, saúde, cultura. O objetivo era que cada paciente chegasse a uma ilustração e manifestasse em uma folha de papel distribuída pelos facilitadores ou oralmente tudo o que conheciam sobre o referido tema.

Alguns pacientes, de tão debilitados, mal conseguiram manusear o brinquedo, o que inicialmente causou espanto na equipe facilitadora. Além disso, a timidez e os olhares desconfiados de muitos pacientes também fizeram nascer certo temor entre os membros da equipe de extensionistas. No entanto, no decorrer da atividade, a desconfiança inicial foi dando lugar a uma conversa interessante acerca dos temas suscitados. Alguns pacientes participaram mais ativamente, outros, de forma singela, mas todos, a partir daquele momento, perceberam que tinham espaço de fala, o que foi crucial para a relação de confiança e afeto criada entre facilitadores e pacientes.

Para as atividades seguintes, a equipe buscou tratar a cada encontro de temas que pudessem ser desenvolvidos por todos. Em um dos encontros, por exemplo, foi exposta a canção "Asa Branca" com o intuito de que os pacientes expusessem, oralmente, por meio de texto ou de desenho, sua visão sobre o Nordeste. O objetivo era identificar se a visão do Nordeste que eles tinham correspondia ao Nordeste cantado por Luiz Gonzaga. Foram produzidas lindas imagens, cada uma abordando diferentes aspectos da região.

A visão dos pacientes quanto à cidade de Maceió também foi explorada em um dos encontros, tendo aparecido tanto o problema das desigualdades como as belezas do seu povo e da natureza desta terra. Os pacientes demonstraram, apesar de naquele momento estarem restritos aos muros do hospital, grande amor por este lugar.

Em outro dia, o tema tratado foi "A importância da comunicação"; para isso, realizou-se a brincadeira popularmente conhecida como mímica, com a intenção de estimular a interação entre todos os presentes. A dinâmica era simples: alguém se disponibilizava para ir à frente, receber uma palavra e tentar fazer com que os demais adivinhassem apenas por meio de gesticulação. Alguns, mais desenvoltos em suas performances, outros, um pouco mais tímidos, mas todos os presentes acabaram participando. Nesse dia a resposta foi tão positiva que, após sugestão dos pacientes, até os facilitadores entraram na brincadeira. Foi curioso e gratificante perceber que algo tão trivial pode trazer alguns sorrisos e tanto entusiasmo.

O trânsito foi outra temática trabalhada em um dos encontros. Para isso, os facilitadores utilizaram a música "Rua de Passagem", cantada por Lenine, como a base do diálogo acerca do respeito nas vias de circulação de pessoas, veículos e animais. Após interessante

debate, os pacientes produziram belíssimas pinturas em cartolina sobre o tema e as apresentaram para todos os presentes.

Houve também um dia dedicado ao folclore, cujo objetivo foi a exposição, por parte dos pacientes, de lendas, contos e brincadeiras da cultura popular que conheceram em algum momento da vida. Esta atividade foi muito rica, sobretudo porque permitiu que, através das lembranças, os pacientes revivessem episódios que lhes marcaram a infância.

Em outro encontro foi realizada a atividade "Eu Hoje. Eu no Futuro", na qual, fazendo uso de cartolina, cola, folhas de árvore secas, grãos de arroz e feijão e tinta, os pacientes produziram ilustrações mostrando como estavam hoje e como projetavam seu futuro. Um dos pacientes produziu um helicóptero todo em grãos de arroz e feijão, alçando voo de dentro para fora do CPJ, explicando que a representação retratava a sua ânsia em sair daquele ambiente.

Houve também exposição de três filmes, acompanhados de pipoca e refrigerante, alimentos que não são comumente consumidos naquele hospital. A sala da praxiterapia ganhou ares de cinema. Neste tipo de atividade, os condutores tinham bastante cuidado com o conteúdo transmitido, visto que não era objetivo do projeto despertar comportamentos que pudessem causar algum tipo de constrangimento para os presentes.

Não raro, as atividades planejadas para alguns encontros eram frequentemente modificadas no momento de sua execução, de forma a melhor atender aos objetivos perseguidos pelo projeto, uma vez que era preciso fomentar a expressão dos pacientes através de todas as formas de comunicação para que, assim, pudesse haver uma verdadeira troca de conhecimentos entre todos os interlocutores.

A cada atividade, buscava-se materializar a comunicação com base na ideia trazida por Paulo Freire, que via a comunicação no processo educacional como um ato de reciprocidade, de intercomunicação entre os participantes de determinada atividade pedagógica, fazendo com que os interlocutores conhecessem e exprimissem mutuamente o objeto do processo comunicativo, transferindo o conhecimento uns aos outros.

A anulação e o esquecimento dos quais são vítimas as pessoas internadas em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) ficam muito evidentes quando se integram à sua rotina, onde o tempo parece não passar. A partir do momento que iniciam o tratamento, os pacientes perdem autonomia e passam a ser vistos como meros destinatários dos procedimentos ditos "padrão", que geralmente ignoram especificidades dos indivíduos e da medicalização. Assim:

> Em hospitais psiquiátricos, no seu tempo morto, presente enorme e vazio, tem-se ainda o agravante do esgar da loucura, o estigma/cristalização da patologia na pessoa com sofrimento psíquico, favorecendo a sua classificação e consequente reducionismo da pessoa a um depósito de sinais e sintomas do diagnóstico aferido (GUIMARÃES; SAEKI, 2006, p. 535).

Naquele cenário permeado por privações de todas as ordens, foi possível perceber a necessidade que os pacientes tinham de se expressar e de ser ouvidos. Os encontros eram, portanto, um refúgio onde não havia espaço para a monotonia, tão característica daquele ambiente. Lia Junqueira sabiamente observa que "quando tiramos a esperança do ser humano, nada podemos acrescentar para revivê-lo" (JUNQUEIRA, 1984, p. 56). Experiências vividas foram compartilhadas, e ideias e percepções acerca dos

temas abordados foram construídas e externadas, o que auxiliou para minimizar o isolamento no período de execução do projeto Reconstruindo Elos.

O abatimento psíquico causado por tal isolamento em um espaço tão assemelhado ao cárcere é uma das consequências da dupla estigmatização sofrida pelos pacientes e que, certamente, ficou muito evidente durante as intervenções. Para Omar Alejandro Bravo, é a "dupla identidade do segurado, como preso e como louco, que contribui para a sua cronificação" (BRAVO, 2007, p. 40), o que é extremamente deletério para a vida do sujeito, visto que o doente crônico tem menos possibilidades de ver declarada a cessação da periculosidade.

Além disso, vale ressaltar que a universidade, principalmente quando pública, tem a responsabilidade de, aliando ensino, pesquisa e extensão, contribuir com a comunidade externa através de ações que ajudem a melhorar a vida das pessoas, pois "o fortalecimento da relação universidade/sociedade prioriza a superação das condições de desigualdades e exclusão existentes" (NUNES; SILVA, 2011, p. 121).

Dessa forma, o Reconstruindo Elos é uma expressão da integração entre academia e sociedade, já que os conhecimentos produzidos nos bancos da Faculdade de Direito de Alagoas, através não só das aulas regulares, mas também das reuniões semanais do projeto, cujas práticas envolveram não só a extensão, mas também pesquisa, que teve por base leituras de textos, reflexões e debates acerca, neste caso, da medida de segurança e suas implicações jurídicas e sociais, foram ferramentas que, a cada visita ao CPJ, fomentaram a inclusão social daqueles sujeitos estigmatizados e socialmente invisíveis.

EXPERIÊNCIA EM GRUPO NO PRESÍDIO DE SEGURANÇA MÉDIA PROFESSOR CYRIDIÃO DURVAL E SILVA

O Cyridião Durval, presídio masculino inaugurado em 26 de setembro de 2002, abriga reeducandos que aguardam julgamento da justiça, e tem capacidade de acolher 379 presos. Como a maioria dos presídios brasileiros, este também sofre o problema de superlotação, chegando a um total de 689 presos[7], no período em que este projeto estava sendo executado, no ano de 2015.

Essa unidade prisional é dividida em módulos, contando com uma enfermaria para atendimento médico e primeiros socorros. A equipe desenvolveu as atividades no Módulo VII, denominado do Módulo Cristão por unir presos que partilham de mesma orientação religiosa, com lotação aproximada de 36 (trinta e seis) detentos. Esse módulo tem uma população variável, em razão da dinâmica de transferência inerente ao sistema, por se tratar de uma unidade prisional voltada para a população sub judice, com tempo de permanência relativamente curto.

O primeiro contato dos reeducandos com os integrantes do projeto Reconstruindo Elos aconteceu com a presença da Prof.ª Dra.ª Elaine Pimentel, coordenadora do Projeto; neste momento, tanto os estudantes como os reeducandos se apresentaram, e foram explicitados os objetivos do projeto de extensão. Considerando que se tratava de um projeto que iria discutir com os reeducando temas relativos aos direitos e à cidadania, foi solicitado que eles mesmos sugerissem os temas de maior interesse para

[7] Dados fornecidos pelo setor de estatística da Secretaria de Estado da Ressocialização e Inclusão Social.

serem desenvolvidos durante os encontros semanais que passariam a ocorrer naquela unidade prisional. Além da definição dos temas, neste primeiro encontro foi estabelecido o compromisso de que a participação dos reeducandos nas reuniões seria necessariamente voluntária. Apesar da timidez e da participação discreta de alguns, foi possível estabelecer um diálogo em que ficaram delimitados alguns interesses do grupo que se formava naquele momento. Dessa forma, a equipe passou a trabalhar os temas de acordo com o que foi sugerido pelo grupo, com apenas algumas adaptações que visaram a uma melhor adequação aos objetivos do projeto.

Importa destacar que desde o princípio, apesar da timidez dos reeducandos, a equipe foi recebida com entusiasmo por eles, havendo assídua participação nas discussões. Essa aproximação enriqueceu o debate acerca de temáticas relacionadas aos direitos humanos, propiciando a troca de experiências, coerente com a finalidade do projeto. Alguns participantes destacaram-se pela maior participação, contribuindo com os debates, expondo suas opiniões e, em alguns momentos, repassando a opinião de colegas que não "se sentiam à vontade" para se expressar em público. Nota-se que esse comportamento demonstra um intenso senso de comunidade e integração; sem dúvida, há um processo grupal em que os indivíduos estabelecem lideranças, mas a espontaneidade do processo foi nítida e enriqueceu bastante o trabalho desenvolvido.

A cada encontro foi possível estabelecer vínculos e laços de confiança com o grupo, enquanto se esclarecia a metodologia e os objetivos do projeto, que foram absorvidos satisfatoriamente por todos os participantes no processo de execução das atividades. A partir de então, a integração entre os custodiados e os facilitadores

aumentou, e o receio de falar[8] foi sendo desconstruído. Para que essa aproximação ocorresse, foi preciso desassociar a imagem da equipe daquela que eles possuem do Estado e seus representantes, como agentes da repressão e da violência institucionalizada.

A dinâmica adotada para o debate acerca dos temas propostos garantia a abertura para todos se posicionarem, com exposição livre e espontânea. Os temas que eles demandaram para discussão possibilitaram ampla reflexão e diálogo em que tanto os reeducandos como os estudantes expressavam suas ideias e opiniões. Dessa forma, foi possível vivenciar, na prática, uma troca de saberes problematizadora, estabelecendo um movimento dialógico em que todos foram convidados a falar e a ser ouvidos. A equipe esteve referenciada nos ensinamentos do mestre Paulo Freire (1981) que aborda o saber popular e as possibilidades da prática da liberdade no processo de construção do conhecimento. Para este educador, o saber popular é constituído pelos conteúdos, reflexões, perguntas e descobertas do povo, formando-se a partir da empiria cotidiana de determinada sociedade, especialmente em comunidades e/ou grupos.

O conhecimento empírico do povo, no caso em foco, dos apenados, tornou- se material imprescindível de estudo e debate. Para Freire (1981), os indivíduos podem aderir ao exercício dialético, de modo que consigam se perceber e atuar no mundo, tornando-se capazes de criticar o contexto social e criar perspectivas, além de novas soluções. O projeto de extensão tomou como referência o pensamento freiriano, por acreditar que sua proposta educacional promove a autonomia na construção do saber, ampliando as possibilidades de tomada de consciência

[8] Alguns expressaram o medo de falar com receio de serem perseguidos na unidade.

dos sujeitos envolvidos, no caso em questão, os custodiados. Nessa perspectiva, entende-se que a construção deste projeto não é algo que pertence tão somente à equipe, mas a todos os envolvidos, enquanto sociedade. Pode-se dizer que por meio de iniciativas como esta é que deve ser traçada a ressocialização. A dinâmica do projeto proporcionou um encontro entre pessoas (estudantes e pessoas encarceradas) que, apesar de viverem realidades diferentes, foram tratadas como iguais em sua condição humana. Ter essa visão é uma das respostas a que se pode almejar num projeto como este, primordialmente por parte dos estudantes, que serão multiplicadores de novos modos de olhar a condição dos encarcerados.

EXPERIÊNCIA EM GRUPO NA UNIDADE DE SEMILIBERDADE MASCULINA

O projeto também teve uma importante inserção na Unidade de Semiliberdade Masculina para adolescentes infratores, resguardando suas especificidades, por se tratar de uma unidade que põe em prática as medidas socioeducativas regidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90), em seu art. 90, inciso VII.[9]

Como o próprio nome sugere, este regime indica o processo final da medida socioeducativa, em que é possibilitada ao jovem uma maior interação com a sociedade, haja vista que ele

[9] Lei 8.069/90, Art. 90. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de: VII - semiliberdade;

pode sair durante o dia – sem monitoramento – para trabalhar, estudar, enviar currículos para empresas e tirar documentos, por exemplo. É, de fato, um caminho que permite uma gama maior de possibilidades para os jovens se prepararem para quando estiverem quites com a Justiça.

O legislador infraconstitucional incluiu um dever de extrema importância em benefício dos jovens infratores: a obrigatoriedade, por parte do Estado, de escolarizá-los e profissionalizá-los a fim de oferecer meios, para aqueles que não têm qualificação, de conseguir um emprego ou continuar seus estudos depois de cumprida a medida socioeducativa. Além de estabelecer que, sempre que possível, devem-se buscar os recursos existentes na comunidade para a escolarização e profissionalização dos jovens sujeitos a esse regime (Art. 120, § 1º, da Lei 8.069/90).[10]

Nesse contexto é que entra em cena o Projeto Reconstruindo Elos, que procurou se inserir na rotina da unidade, trazendo elementos da realidade social para discussão com os internos. Os horários matutino e vespertino eram quase todos preenchidos com aulas – não obrigatórias – de música, religião, educação física e artes, mas conseguimos uma vaga nas quartas-feiras, das 14h às 16h. Portanto, os encontros acontecia semanalmente, na sede da Unidade, uma casa antiga adaptada para acomodar os adolescentes, localizada no bairro Farol, na cidade de Maceió. Muro frontal azul, um portão de ferro com trilhos; ultrapassando-os se vê um caminho comprido que certamente servia de garagem em outros

[10] Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. § 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade. § 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

tempos, e que leva até a casa propriamente dita, ora utilizada para os tratos administrativos. Antes de chegar a esse espaço, há no lado direito desse caminho-garagem um campinho de futebol de areia batida, utilizado para fins recreativos, e, no lado esquerdo, um bloco construído para ser o dormitório dos garotos-internos, conjuntamente a uma piscina de fibra, quase sempre vazia.

Entre os meses de fevereiro e setembro de 2015, a equipe trabalhou com esses jovens noções básicas de cidadania, ética, desenvolvimento sustentável e de direitos humanos, por meio de atividades lúdicas e esportivas, tendo em mente o objetivo de fomentar uma criticidade e uma troca de ideias e opiniões em nossos encontros. Nem sempre foi fácil; na verdade, foi um exercício constante de superação em grupo, para identificar o que poderia atrair a atenção de adolescentes tão inquietos.

Procurou-se estabelecer uma comunicação horizontal, numa concepção freiriana (FREIRE, 1979) sobre extensão, comunicação e linguagem para que a troca de informações e o aprendizado fossem mútuos, e que o objeto cognoscível pudesse ser alcançado por todos. Logo no primeiro dia, entre um misto de desconfiança e curiosidade, vieram todos os garotos ao encontro da equipe, que pediu que se sentassem em formato de círculo, para que a equipe e os internos pudessem olhar bem uns aos outros, criar uma identidade, um reconhecimento. Nesse primeiro encontro, houve a presença da psicóloga e de uma assistente social trazida pela Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão do Estado (SERIS).

Em seguida todos se apresentaram e a equipe explicou sobre o que tratava o projeto, pedindo que dissessem seus nomes e idades. Posteriormente, foi introduzido o tema "A ética no dia a dia", mostrando seu papel social e levantando exemplos no afã de obter deles uma reação de identificação ou de repúdio em relação

à temática posta em discussão. Passada a palavra a eles, o que sucedeu foi um silêncio sepulcral, interrompido pela intervenção da psicóloga, que tentava, ao que parece, quebrar o gelo e fazê-los interagir com a equipe.

Foi sugerida, então, uma dinâmica que consistia em distribuir um pedaço de papel para cada um deles, contendo uma frase que descrevia uma atitude; o leitor teria de dizer se tal exemplo representava a falta de ética ou não. De início alguns se recusaram a pegar o papel, outros se recusaram a ler. Percebeu-se que poucos eram os que sabiam ler; os alfabetizados pegaram os papéis e liam em voz alta, para que o seu colega apresentasse sua opinião. Assim deveria ter sido, no entanto, os reeducandos ficaram constrangidos ao perguntarmos sobre a frase, viravam o olhar para o outro, como forma de delegar a resposta. Um dos rapazes, o mais velho do grupo – tinha em torno de vinte anos –, foi o primeiro a se expressar; começou a expor sua opinião, falar de experiências de vida em sua comunidade etc. Claro restava, ali, que ele possuía certo poder de influência sobre os demais, quiçá de liderança, tendo em vista que ele às vezes repreendia os demais quando havia alguma brincadeira indevida.

A primeira impressão que a equipe teve dos internos foi bastante agradável, apesar de ter ficado claro que haveria certa dificuldade e seria necessário desenvolver métodos para que eles interagissem mais nos próximos encontros. Foram, então, levados temas que, a nosso ver, seriam de grande relevância para eles, como a redução da maioridade penal, o mercado de trabalho, "maio amarelo" (vale dizer, segurança no trânsito), cultura japonesa, por conta dos origamis que eles produziam, esportes, entre outros.

Discutir ética, política e educação parecia causar certo desconforto entre eles, pois muitos tinham certo receio em falar, e, quando falavam, eram basicamente monossilábicos. Desse modo,

causava-lhes muito mais empolgação falar de esportes, trânsito, profissões. Mas, ainda quando expressavam alguma opinião a respeito, muitas vezes não sabiam fundamentar bem e explicar o porquê de sua convicção. Num desses episódios, quando das colocações individuais sobre os projetos de lei que visam reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos, a ideia foi instantaneamente rechaçada. Quando indagados por que tais projetos não deveriam ser aprovados, a grande maioria não sabia responder; e os poucos que chegaram a emitir algumas palavras restringiram-se a justificar que assim achavam porque não desejavam "subir" – gíria comumente utilizada para referir-se ao deslocamento para o presídio quando os adolescentes tornam-se "de maior".

A equipe percebeu que, em geral, os jovens ali possuíam um baixo nível de escolaridade, e que mesmo tendo algumas oportunidades que a medida socioeducativa lhes oferecia de estudo, isso não lhes parecia uma prioridade. A prioridade era arrumar um trabalho para ganhar logo o dinheiro e manter a si e a família que constituíam. Alguns deles eram pais, tendo, com isso, a responsabilidade de sustentar filhos e esposas.

Para além desse distanciamento com o universo estudantil, a situação se agravava pelo fato de adolescentes em geral apresentarem um receio natural de se expressar em público. Junte-se a isso o fator cultural comum a essas Unidades de internação quanto à existência de líderes e seguidores. Como mencionado anteriormente, o líder desses grupos tende a ditar as regras e a emitir opiniões; os demais tendem a acolhê-las, sob o risco de sofrer retaliações. Em decorrência desses motivos, surgem a insegurança e a inabilidade de se colocar enquanto indivíduo.

Para contornar esse problema de comunicação, a equipe convidou os garotos para uma tarde de brincadeiras no campinho adjacente. Jogaram queimado, sete cortes e futebol. Com a

interação corporal que uma brincadeira de bola proporciona, todos ficaram muito mais à vontade. Esse foi um marco interessante para o relacionamento com a equipe; após esse episódio foi, como se a equipe tivesse conquistado certa confiança para com eles, como se por jogar bola com eles houvessem demonstrado que não eram diferentes e que estavam dispostos a criar um elo com eles.

O Reconstruindo Elos mostra que há meios para alavancar uma maior reflexão sobre a dignidade da pessoa humana e promover uma participação direta da sociedade na preparação e reinserção de indivíduos aprisionados, sendo esta interação baseada no respeito mútuo, de modo que a distância entre os internos/detentos e a sociedade venha a ser minimizada.

Propostas como estas demonstram que, na execução das medidas socioeducativas, é possível atender a paradigmas estabelecidos pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), acerca de garantias e direitos fundamentais, a exemplo da dignidade humana e sua valoração na reintegração social de pessoas privadas de liberdade.

EXPERIÊNCIA EM GRUPO NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA

O projeto Reconstruindo Elos também vivenciou a experiência de atuar na dinâmica da Unidade de Internação Feminina da Capital, em Maceió. Tratava-se de uma casa azul de muro alto. Na entrada, os alunos apresentavam seus documentos de identificação para, só então, adentrar o recinto. Havia uma pequena área de barro logo após a entrada. Depois, uma porta de grade

para ingressar numa espécie de varanda, onde algumas reclusas se encontravam geralmente sentadas, bordando.

Após essa minúscula "varanda", havia o espaço em que eram realizadas as atividades do projeto, que também era onde elas assistiam às aulas e exerciam outros afazeres. À esquerda, uma prateleira fixa com alguns livros didáticos. À frente, uma televisão, e à direita, um quadro branco para ensino. Os quartos ficavam ao redor desse espaço; cada um deles continha quatro camas-beliches.

Todas as adolescentes que ali viviam estavam em cumprimento de uma medida socioeducativa. De acordo com o artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são aplicáveis medidas protetivas à criança e ao adolescente sempre que os direitos reconhecidos na lei forem ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; ou em razão da conduta do menor. Em face desta última, aos adolescentes – aqueles de 12 a 17 anos de idade – que praticarem ato infracional, são aplicadas determinadas medidas socioeducativas, constantes no artigo 112 do ECA, quais sejam: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; e internação em estabelecimento educacional.

No primeiro semestre de 2015, haviam 17 meninas internas, portanto, sentenciadas em medida privativa de liberdade, para o que o Estatuto prevê o período máximo de três anos, no Art. 121, § 3º do ECA (BRASIL, 1990). Dessas 17, quatro eram provisórias (o art. 108 do ECA determina o prazo máximo de 45 dias de internação antes da sentença), e quatro inseridas em semiliberdade, que pode ser determinada desde o início como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização

de atividades externas, independentemente de autorização judicial, segundo o artigo 120 da referida lei.

Durante quase um ano de convivência, o trabalho foi executado com até 29 internas para uma casa que contava apenas com dois dormitórios e podia comportar no máximo 16 adolescentes. A estrutura física da Unidade de Internação Feminina de Alagoas, até outubro de 2016, tratava-se, pois, de uma estrutura que favorecia a superlotação e o confinamento das adolescentes, impedindo-as de ter acesso ao ar livre.

Contudo, a internação, mesmo constituindo medida privativa de liberdade, não poderia dispensar o contato com o mundo externo, pois a internação que privilegia o isolamento se mostra inadequada (JESUS, 2006, p. 102). Conforme esclarece GOFFMAN (2015, p. 16), é um caráter total de "fechamento", simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo: portas fechadas, paredes altas, arame farpado.

Portanto, é necessário entender que:

> A questão dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa é muito mais complexa do que se permite alcançar. Somente uma visão sistêmica, humanizada e que deixe de lado as fracassadas estratégias coercitivas poderá garantir outros lugares e oportunidades a estes jovens. Devemos reconhecer que estes adolescentes necessitam de atenção, em alguns casos de tratamento e, no geral, de perspectivas concretas de inclusão social, sob a marca dos direitos humanos (DANTAS *et al.*, 2016, p. 16).

Além disso, "quando se trata da prisionalização feminina, nota-se a ausência de reflexão do Poder Judiciário acerca das especificidades da mulher, das questões de gênero que envolvem

o fenômeno da criminalização" (YSHIY, 2016, p. 7). Desse modo, a inclusão do Reconstruindo Elos na unidade pautou-se igualmente pela ressocialização, auxiliando no processo social e educativo da medida socioeducativa, para que o retorno das adolescentes ao convívio social pudesse permitir mudança em seu seio familiar e em suas novas condutas na sociedade civil.

As atividades desenvolvidas na UIF possibilitaram abordar um amplo leque de temas com as internas, abarcando desde questões relativas à ética, direitos humanos, cidadania, cultura, arte até questões relativas a comportamento social e correlacionados. A metodologia foi embasada nos textos de Paulo Freire (1985), os quais abordam a forma pedagógica da interferência pela extensão como um pilar do tripé acadêmico (ensino, pesquisa e extensão), que versa sobre a não imposição de conhecimento por parte do extensionista, mas, sim, como um convite educacional em que haja uma troca, um diálogo, uma transmissão mútua de conteúdo, experiência e aprendizado.

Os extensionistas lançavam mão de atividades com aspectos lúdicos, que as estimulassem a participar, e contavam com materiais diversos, como cartolina, caneta, lápis, pincel colorido, lápis de cor, giz de cera, recortes de figuras de revistas e jornais, folha de papel A4, vídeos, quadro branco, pincel para quadro branco e fitas adesivas transparentes e coloridas. Eram utilizados também equipamentos eletrônicos, como projetor de imagem (disponibilizado pela Ufal), caixa de som, notebook, instrumentos musicais e televisão (esta pertencia à própria unidade).

A escolha do tema a ser trabalhado dava-se alguns dias antes da realização, a partir de reuniões da equipe. Por vezes, o critério utilizado era o da repercussão; eram escolhidas temáticas que estavam em alta no momento para gerar um debate mais atual. Além disso, sempre se pesquisavam, em sites pedagógicos, ideias

de dinâmica educativa própria para jovens, o que ajudava bastante na construção do itinerário dos encontros.

À guisa de exemplo, seguem alguns encontros específicos, com suas respectivas temáticas: 1. A mulher na sociedade; 2. Profissões e mercado de trabalho; 3. O que é cidadania (confecção de cartazes); 4. Júri simulado sobre a redução da maioridade penal; 5. O caso de Miguel (dinâmica sobre preconceito); 6. Dinâmica dos segredos em anônimo – neste, teve-se como foco a solidariedade, a capacidade de colocar-se no lugar do outro; 7. Poesia no varal, música e pintura – neste, com música de fundo, cada interna escolhia uma das poesias penduradas no varal para interpretá-la através de pinturas e desenhos feitos em cartolina; 8. Maio Amarelo: em defesa da vida no trânsito; 9. Carta de Direitos: os direitos e deveres dos menores em cumprimento de medida socioeducativa; 10. As consequências do uso de drogas; 11. Homofobia; 12. AIDS/HIV – Formas de contágio, proteção e preconceitos; 13. Direitos básicos do consumidor; 14. Assédio moral no trabalho e violência psicológica contra a mulher; 15. Confecção de jornais acerca dos assuntos da Unidade; 16. Mímica educativa; entre outros. Alguns deles serão abordados com mais detalhes a seguir.

Por trabalhar em diversas unidades, a execução do projeto Reconstruindo Elos, em cada uma delas, tem suas particularidades. Na Unidade de Internação Feminina, a equipe, de início, teve um longo papel de observação, pois era imprescindível analisar com minúcia as especificidades deste público-alvo, a fim de que as atividades prestadas atingissem ao objetivo proposto pelo projeto de extensão. Após determinados acertos e alguns encontros frustrantes, os estudantes perceberam que a melhor forma de abordagem era a que prezasse pela dinâmica, pois só assim a participação seria mais positiva e satisfatória.

O ciclo do Reconstruindo Elos na Unidade de Internação Feminina foi uma grande oportunidade para o projeto alcançar resultados cruciais. Afinal, quando o objetivo é auxiliar na ressocialização, atingir as menores infratoras é de alta importância, visto que elas têm ânsias e pretensões geralmente maiores do que aqueles(as) que efetivamente cumprem pena. Perceptivelmente, na UIF existem sonhos púberes, que clamam para não se dissipar, como tantos outros, no mundo do crime.

CONCLUSÃO

Os relatos aqui apresentados demonstram a importância da extensão universitária para uma aproximação entre a comunidade acadêmica e as pessoas privadas de liberdade. São experiências que revelam não só o potencial das atividades de extensão, mas, principalmente, o potencial dos estudantes para desenvolver, criativa e respeitosamente, atividades e discussões com universos de pessoas e contextos sociais completamente diferentes da realidade universitária. Por isso, diz-se que são aprendizados que não podem ser encontrados nos livros, mas tão somente com a disposição de viver a experiência concreta em interação com outros sujeitos.

Despertar o interesse pela extensão constitui-se num dos maiores desafios para o mundo acadêmico; mas, quando se concretiza esse tipo de experiência, pode- se dizer que o mundo se agiganta e o conhecimento passa a ter um aspecto muito mais instigante pela concretude da realidade que os estudantes passam a lidar, particularmente em se tratando de temas tão difíceis como a pena privativa de liberdade. O confronto com a realidade do cárcere com a realidade dos estudantes constitui-se

também em um aprendizado para além de sua formação acadêmica: é um aprendizado para a vida inteira, pois, põem os estudantes em contato com a condição humana em sua mais absoluta precariedade e vulnerabilidade. Por isso, afirma-se que o conhecimento produzido a partir de experiência de extensão apresenta a peculiaridade de ser um conhecimento vivido, um conhecimento prático, adquirido no calor das ruas, dos contatos, das trocas, das prisões e do inesperado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Institui o Código Penal, 1940. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 2 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Dispõe sobre a Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 10 set. 2021.

BRAVO, O. A. As prisões da loucura, a loucura das prisões. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 34-41, ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102- 71822007000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 17 maio 2016.

DANTAS, H. S.; SILVEIRA, C. M.; ROVARON, M. Adolescências inscritas na ilegalidade: A Lei 11.343/2006 e os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. **Boletim IBCCRIM.** n. 286, p. 15-17, set. 2016. Disponível em: http://www.ibccrim.org.br/site/boletim/pdfs/Boletim286.pdf. Acesso em: 20 jan. 2017.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GARLAND, David. **Mass imprisionment**: social causes and consequences. London: Sage Publications, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 9. ed. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2015.

JESUS, Maurício Neves de. **Adolescente em Conflito com a Lei**: Prevenção e Proteção Integral. Campinas: Servanda, 2006.

JUNQUEIRA, Lia. A loucura condenada. **Lua Nova**, São Paulo, v.1, n. 3, p. 52-56, dez. 1984. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451984000300013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 maio 2016.

NUNES, A. L. P. F; SILVA, M. B. C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, v. 4, n. 7, p. 119-133, jun/dez. 2011. Disponível em: http://www.uemg.br/openjournal/index.php/malestar/article/view/60/89. Acesso em: 17 maio 2016.

RODRIGUES, Anabela Miranda. **Novo olhar sobre a questão penitenciária**: estatuto jurídico do recluso e socialização, jurisdicionalização, consensualismo e prisão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

REGIÃO CENTRO-OESTE – O ENSINO SUPERIOR NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL: relatos, memórias e práticas.

Clayton da Silva Barcelos[1]
Cinthia Caldeira Nogueira[2]

O sistema penitenciário brasileiro é responsabilidade da União e dos estados. A União, por meio do Depen, órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), administra o Sistema Penitenciário Federal (SPF); e os estados, por meio de Agências ou Departamentos, são responsáveis pelos Sistemas Penitenciários Estaduais (SPEs) (BARCELOS, 2020). O campo deste relato se dá dentro do Sistema Penitenciário Estadual de Mato Grosso do Sul, no ano de 2019.

A Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen/MS) é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), responsável pelas penitenciárias no estado de Mato Grosso do Sul. Em 2019 a Agência completou 40 anos, com 43 estabelecimentos penais sob

[1] Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais e do curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

[2] Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Agente Penitenciária Estadual da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul (Agepen/MS).

sua égide, tendo como principal responsabilidade, custodiar os privados de liberdade condenados e provisórios nos três regimes de cumprimento de pena (aberto, semiaberto e fechado), tudo em consonância com a Lei de Execuções Penais (LEP – Lei 7.210/84).

Para gerir os estabelecimentos, a Agência possui estrutura administrativa formada por três diretorias: Diretoria de Assistência e Perícia (DAP), Diretoria de Operações (DOP) e Diretoria de Administração e Finanças (DAF), que contam com servidores, denominados Agentes Penitenciários Estaduais[3], nas três áreas de atuação. De acordo com o *site*[4] oficial, os profissionais da área de Segurança e Custódia, são profissionais de nível superior selecionados em variadas áreas do conhecimento, cujo objetivo é realizar atividades que envolvam segurança, vigilância e disciplina, conforme descrito na Lei de nº 4.490/2014, que reorganizou a carreira de Segurança Penitenciária na Agepen/MS:

> I - Segurança e Custódia: serviços diretamente relacionados com: **a)** o planejamento, a supervisão e a execução da vigilância, da disciplina e do controle social dos presos; **b)** o desenvolvimento, a coordenação e o acompanhamento de programas que operacionalizam trabalhos produtivos na prisão e em estabelecimentos públicos ou privados, e incentivam mudanças comportamentais para a efetiva e adequada integração do indivíduo preso à sociedade. (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

[3] No momento da escrita do presente artigo, a Emenda Constitucional nº 104/2019 que altera a nomenclatura dos Agentes Penitenciários para Policiais Penais já havia sido promulgada, contudo, como o estado de Mato Grosso do Sul ainda não regulamentou e aperfeiçoou seus normativos, será utilizado o termo constante nos documentos oficiais estaduais, qual seja: Agente Penitenciário Estadual.

[4] Fonte: Agepen/MS. Disponível em: http://www.agepen.ms.gov.br/. Acesso em: 10 jan. 2021.

A área de Administração e Finanças conta com profissionais com formações em Administração, Análise de Sistemas, Ciências Contábeis, Direito e Estatística, voltados ao cumprimento de serviços administrativos das Unidades Penais (UPs), conforme descrito:

> III - Administração e Finanças: serviços diretamente relacionados com: **a)** o planejamento, a coordenação e a administração de materiais, patrimônio, orçamento e finanças; **b)** a administração, a formação e a capacitação de recursos humanos, destinados à efetiva e adequada integração do indivíduo preso à sociedade. (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

Já a área de Assistência e Perícia possui profissionais com formações específicas de Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, Direito e Ciências Sociais, com habilitação para exames gerais, criminológicos, acompanhamento de tratamentos e assistências em suas áreas de atuação. Compete à Assistência e Perícia:

> II - Assistência e Perícia: serviços diretamente relacionados com: **a)** o planejamento, a supervisão e a execução de perícia; **b)** a reabilitação, a valorização humana no ambiente prisional e a compreensão do homem criminoso como pessoa, para torná-lo apto a descobrir e a preservar o que lhe resta de positivo, em face dos infortúnios da prisão; **c)** o estímulo a mudanças comportamentais do preso, para sua efetiva e adequada integração à sociedade, e à identificação de suas potencialidades naturais, visando ao seu reingresso social e familiar. (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

Também incumbe ao profissional da Assistência e Perícia, dentre várias atribuições:

> 1.2.1.3. realizar a inclusão do preso, através da entrevista inicial, anamnese psicológica e aplicação de testes psicológicos, com vistas à classificação penal;
> [...]
> 1.2.1.7. acompanhar o desenvolvimento dos presos incluídos nos programas de educação, de qualificação profissional, de trabalho prisional interno e externo; verificar os resultados daqueles encaminhados para a assistência à saúde, por meio dos profissionais de assistência social, psicológica e pedagógica; realizar o atendimento individual ou em grupos, quando forem evidenciadas dificuldades de desenvolvimento pessoal do indivíduo;
> [...]
> 1.2.2.5. executar entrevista de inclusão inicial dos presos no estabelecimento penal, visando à assistência social, à saúde mental e à educação dos presos no estabelecimento penal e nos patronatos. (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

Nota-se que a educação foi contemplada entre as atribuições da área de Assistência e Perícia, mas a redação da Lei de n. 4.490, não é específica sobre qual o profissional deve executar cada ação designada. Isto é, em uma área com cinco profissionais distintos (psicólogo, assistente social, pedagogo, advogado e cientista social) não foi possível identificar a quem cabe a função de apresentar ao privado de liberdade a educação dentro das UPs, seja ela básica ou superior.

A Assistência e Perícia é tratada em todo documento como uma área que todos devem desenvolver as ações de educação, sem designação de profissionais com formação específica. Vale ressaltar, que embora o *site* da instituição inclua os profissionais das áreas de Pedagogia e Ciências Sociais, a Divisão de Recursos Humanos (DRH) da Agepen/MS informou que na área de

Assistência e Perícia constam apenas profissionais graduados em Psicologia, Serviço Social e Direito.

A Divisão de Assistência a Educação (DAE) da Agepen/MS foi criada em 2009, subordinada à DAP, com a responsabilidade de realizar interlocução, planejamento e facilitação dos processos logísticos destinados à oferta da educação básica e superior nas UPs. "A Divisão de Educação da Agepen/MS equaciona os princípios da Sejusp junto com os princípios da Secretaria de Educação (SED), fazendo uma ponte entre a Escola Polo Betine e as UPs onde ocorre a educação escolar" (BARCELOS, 2017, p. 49). Os cursos de nível superior acontecem em convênio com universidades particulares, pelo sistema de Ensino a Distância (EaD).

O ENSINO SUPERIOR COMO CONTINUIDADE EDUCACIONAL E O ACESSO AO PRIVADO DE LIBERDADE

No ano de 2019, na busca de ofertar continuidade educacional de nível superior para os privados de liberdades, a Agepen/MS firmou termo de cooperação com a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), com a Faculdade Educacional da Lapa (FAEL), o Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) e o Centro Universitário Anhanguera, sendo a UCDB Virtual a primeira a ofertar a graduação dentro das UPs da Capital.

O Centro de Triagem (CT) foi a primeira UP a ofertar educação de nível superior, iniciando as aulas em fevereiro de 2012, o Instituto Penal de Campo Grande (IPCG) em agosto do mesmo ano. Todo privado de liberdade que cursava a graduação

em uma dessas Instituições de Ensino Superior (IES) pagava pelos seus estudos, porque não existia convênio firmado entre Agepen/MS e IES públicas (NOGUEIRA, 2020).

Conforme informações da DAE da Agepen/MS, em 2014 houve uma tentativa de proposta de parceria com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) para a criação de um polo Universidade Aberta do Brasil (UAB) dentro da Penitenciária Estadual de Dourados (PED), porém, em resposta, a CAPES informou que a UAB tem como objetivo o atendimento à comunidade do entorno, o que não ocorreria se esse polo fosse criado dentro da PED. Foi sugerido pela Agepen/MS que se criasse o polo dentro da UFGD, com uma extensão dentro da PED, mas a UFGD afirmou não ter recursos financeiros para essa demanda.

Em entrevista, o Juiz da 1ª Vara de Execução Penal de Campo Grande, Mário José Esbalqueiro Júnior, pontuou a falta de interação entre Universidades e Agepen/MS e afirmou já tê-la solicitado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), tanto para estudo quanto para projetos de extensão, principalmente nas áreas de Psicologia, Medicina e Serviço Social. "Teve faculdade, dentro dessas universidades, que não deu resposta, outras disseram que não tinham interesse, que não querem mexer com preso. [...] Há uma falta de dedicação para isso dentro das universidades, não há boa vontade", afirmou.

A execução penal está regulamentada na LEP, e aplicada ao privado de liberdade provisório e ao condenado. Nela foram instituídas as orientações para o cumprimento de penas, garantias e direitos do custodiado, assim como a determinação de suas assistências. Um de seus objetivos é promover a "harmônica integração social do condenado" e, por meio de suas assistências, "prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade"

(BRASIL, 1984), independente do regime de prisão. Para essa pesquisa, o recorte foi feito junto aos privados de liberdade que cumprem pena em regime fechado.

Desde 2011 a LEP oportuniza remição também aos privados de liberdade que estudam, estabelecendo que:

> Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.
> **§ 1o** A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:
> I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de Ensino Fundamental, Médio, inclusive Profissionalizante, ou Superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;
> II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.
> **§ 2o** As atividades de estudo a que se refere o§ 1o deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de Ensino a Distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados
> **§ 3o** Para fins de cumulação dos casos de remição, as horas diárias de trabalho e de estudo serão definidas de forma a se compatibilizarem.
> **§ 4o** O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição
> **§ 5o** O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do Ensino Fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.
> **§ 6o** O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de Ensino Regular ou de educação profissional, parte do

> tempo de execução da pena ou do período de prova, observado o disposto no inciso I do § 1o deste artigo. [...] Art. 128. O tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos. (BRASIL, 2011).

Aos custodiados que cumprem pena no regime aberto e semiaberto, a saída temporária para a frequência educacional é permitida mediante autorização do juiz da execução e tem seus dias de remição contabilizados mediante a apresentação da declaração do estabelecimento de ensino, com a comprovação da frequência escolar. Mas ao recluso em regime fechado esse benefício não é previsto em Lei, devendo ser ofertada dentro das UPs.

Nos normativos estaduais, o ensino superior dentro das UPs foi previsto no Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), instituído pelo Decreto n. 7.626, de 24 de novembro de 2011, que contempla a educação superior em seu art. 2º, com a seguinte redação: "O PEESP contemplará a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica e a educação superior". Estabelecia como um de seus objetivos: "II - incentivar a elaboração de planos estaduais de educação para o sistema prisional, abrangendo metas e estratégias de formação educacional da população carcerária e dos profissionais envolvidos em sua implementação" (BRASIL, 2011).

O PEEPEMS contabilizou em seu relatório de 2014 os privados de liberdade que cursavam o ensino superior nas UPs de Mato Grosso do Sul, apresentando que a Agepen/MS possuía uma demanda de 200 custodiados para essa etapa de ensino e que apenas 13 estavam matriculados – 7 cumpriam o regime fechado e 6 o regime semiaberto. ~~O PEEPEMS~~, referente ao ensino superior, era um conjunto de ações propostas, mas ainda a serem executadas. Ou seja, não possuia as características cabíveis a um plano compreendido como um modelo sistemático para a realização de

uma ação. Consideramos que isso se deve ao fato de não explicitar uma diretriz para o ensino superior, mas, ao contrário, elencar uma série de fatores positivos à oferta da graduação. Também não apresentavam ações para atingir os objetivos, só uma cobrança de que tal assunto fosse regulamentado pela Sejusp.

Mesmo não existindo, de maneira clara, uma redação oficial sobre a oferta do ensino superior nas UPs, nem tampouco diretrizes e normatizações, a Agepen/MS permitiu desde o ano de 2012, por meio de termos de cooperação com universidades privadas, que seus custodiados tivessem acesso à graduação dentro das UPs de regime fechado. Entretanto, como também não possuía uma normatização interna a respeito de como ofertar a graduação dentro de seus estabelecimentos, esta ficou a cargo do responsável pela educação de cada UP, que deveria se adaptar à realidade de sua unidade.

Das 43 UPs que são administradas pela Agepen/MS, cinco oportunizam a oferta de graduação na modalidade EaD no regime fechado para os privados de liberdade. Na capital do Estado, o município de Campo Grande, tal oferta ocorre no IPCG e no CT; e no interior no Estabelecimento Penal Feminino de Rio Brilhante (UPFRB), no Estabelecimento Pena de Cassilândia (EPCAS) e no Estabelecimento Penal de Corumbá (EPC).

No início do ano de 2019 ocorreu um vestibular realizado pela Faculdade Estácio de Sá com 61 vestibulandos, sendo 48 do IPCG e 13 do CT. A prova, uma redação com o tema preconceito, foi aplicada nas UPs em dias diferentes e quem obtivesse a nota mais alta era presenteado com uma bolsa de 100%, podendo escolher um entre os 14 cursos disponibilizados pela instituição. O ganhador foi um custodiado do IPCG, que começou o curso de Marketing no primeiro semestre de 2019, dando início a mais um termo de cooperação, agora entre Faculdade

Estácio de Sá e Agepen/MS. Essa foi a primeira iniciativa de bolsa para custeio integral da graduação de privados de liberdade em Mato Grosso do Sul. As UPs da Agepen/MS não possuem salas de aula específicas para a graduação em EaD, e sua oferta ocorre apenas em estabelecimentos que dispõe de computadores em salas de informática ou de computadores disponibilizados pelos diretores, com programação de horário para o uso, para que o aluno possa realizar suas atividades.

No segundo semestre de 2018, as 5 UPs mantinham 11 alunos em graduação e 3 em pós-graduação. Já no primeiro semestre de 2019, apenas os presídios da Capital (IPCG e CT), Cassilândia e Corumbá oportunizavam a oferta de ensino superior, com um total de 9 alunos na graduação e 4 na pós-graduação.

Desde o início da oferta de ensino superior em 2012, de acordo com informações do setor de educação do CT, 4 alunos concluíram seus estudos dentro da UP, nos cursos de Mercado Internacional, Gestão Ambiental, e 2 alunos em Negócios Imobiliários. No segundo semestre de 2018, o aluno que cursava Negócios Imobiliários concluiu o curso e iniciou uma pós-graduação em Empreendedorismo e Novos Negócios, também na UCDB Virtual.

O IPCG foi a UP com o maior número de alunos concluintes, desistentes e matriculados do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul. Foram 5 alunos que se graduaram nos cursos de Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Cooperativas, Processos Gerenciais, Administração e Comércio Exterior; 6 não deram continuidade aos estudos, por motivos diversos; 7 foram matriculados para o primeiro semestre de 2019, nos cursos de Técnico em Gestão Comercial, Serviço Social e Filosofia; 2 em Processos Gerenciais; e 2 em Marketing.

O acadêmico em Gestão Comercial já havia concluído todas as disciplinas, restando pendente apenas a realização de dois

cursos de extensão para a conclusão. A UP conta ainda com dois pós-graduandos cursando Cultura Teológica, em fase de conclusão de curso, e outro em Gestão de Projetos, que havia iniciado os estudos no segundo semestre do ano de 2018.

Foi no IPCG também que o primeiro privado de liberdade em Mato Grosso do Sul se matriculou para cursar pós-graduação pela UCDB Virtual. Este mesmo aluno, em 2008 concluiu o ensino médio dentro da UP e em 2015 também na UP concluiu a graduação em Processos Gerenciais, quando então iniciou pós-graduação em Coaching e Liderança, mas com sua progressão de regime não foi possível apurar se houve ou não a conclusão do curso.

Na UP do município de Corumbá-MS, o Estabelecimento Penal de Corumbá (EPC), 1 aluno está cursando pós-graduação em Direito Ambiental, curso iniciado após a conclusão de Gestão Ambiental, realizado também dentro da UP. A UP iniciou a oferta de graduação após uma parceria com a FAEL, em julho de 2016, e já ofertou graduação a outros 4 alunos. Por conta da progressão de regime para a semiliberdade, os alunos continuam a frequentar os cursos na sede da FAEL.

No município de Rio Brilhante, no Estabelecimento Penal Feminino de Rio Brilhante (EPFRB), duas alunas iniciaram a graduação dentro da UP, uma cursando Letras e a outra Recursos Humanos, na Universidade Anhanguera. A primeira iniciou o curso em 2015 e a segunda no ano de 2018, e ambas tiveram progressão de regime, o que não permite apurar se houve ou não a conclusão do curso. Em de Cassilândia-MS, no Estabelecimento Penal de Cassilândia (EPCAS), também não houve concluintes desde que a UP oportunizou a oferta da graduação, tendo matriculado em Ciências Contábeis apenas 1 aluno no primeiro semestre de 2019.

No total, 10 alunos concluíram a graduação até o ano de 2019, dentro das UPs de regime fechado em Mato Grosso do Sul, como pode-se observar nas informações que seguem no quadro a seguir:

Tabela 1: Total de concluintes dentro do regime fechado nas unidades prisionais de Mato Grosso do Sul até o ano de 2019

UP	Universidade	Cursos	Total de graduados
IPCG	UCDB Virtual	Gestão de Recursos Humanos Gestão de Cooperativas Processos Gerenciais Administração Comércio Exterior Mercado Internacional	5
CT	UCDB Virtual	Gestão Ambiental 2 em Negócios Imobiliários	4
PC	FAEL	Gestão Ambiental	1
			10

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dos alunos graduados no IPCG, 2 ainda cumprem pena na UP. Já no CT, o único concluinte que permanece na UP está cursando pós-graduação, os demais já progrediram de regime, assim como os do IPCG.

MEMÓRIAS E RELATOS: DOS AGENTES AOS ALUNOS

Como parte do método de pesquisa, foi utilizada a entrevista qualitativa, com vistas a atingir uma compreensão de vida dos entrevistados, pois pode "ser empregada como uma base para construir um referencial para pesquisas futuras e fornecer dados para testar expectativas e hipóteses desenvolvidas fora de uma perspectiva teórica específica" (GASKELL; BAUER, 2002, p. 65). Assim, elaborou-se questões pré-definidas, por meio de roteiros não engessados, que foram adaptáveis de acordo com o desenrolar do diálogo entre pesquisadores e entrevistados.

O CT está situado no complexo penitenciário da Capital Sul-mato-grossense, composto por este e mais três UPs — o Estabelecimento Penal Jair Ferreira de Carvalho, (EPJFC), o IPCG e o Presídio de Trânsito de Campo Grande (Ptran). Das quatro UPs que compõem o complexo, é o menor presídio em área construída e o que abriga a menor quantidade de privados de liberdade (NOGUEIRA, 2020).

Quem recordou como se deu o início da oferta de graduação dentro das UPs de regime fechado em MS foi um servidor da área de segurança e custódia, com 28 anos de carreira. Por se tratar de um presídio pequeno, ele contou que se envolve em várias atividades e por esse motivo, coordenava a parte operacional da oferta de graduação a distância pela UCDB Virtual na UP. Sobre a ação relembrou:

> A ideia surgiu lá para 2010, 2011, do atual diretor à época, o Fernandes. Nós tínhamos alguns presos aqui que tinham vontade de estudar, fazer uma faculdade. E ele me perguntou na ocasião: "Você

que trabalha com isso, nessa área (se referindo ao fato do servidor ser professor universitário além de servidor público), o que você sugere de educação a distância?" Por coincidência, eu estava orientando dois alunos meus lá da Federal na época e estavam mexendo com isso também, com a implantação... Na verdade, a ideia nossa lá, na época, era a implantação de um polo universitário em um presídio... Eu comecei a pesquisar na cidade alguma universidade que fornecesse um ensino totalmente a distância, que não tivesse que o preso ir lá para fazer uma prova, para não ter todo esse dispêndio, né? E nem trazer inicialmente a universidade para cá. Aí, eu descobri a UCDB, a UCDB Virtual. Que ela trabalha por módulos, de forma que é um encontro presencial por módulo.

Aí, eu pensei na época... Nós fizemos um trabalho meio abusado, né? Nós matriculamos os presos, como se fossem pessoas comuns, sem saber que era preso. Pedimos para a família matricular e... com o consentimento do juiz, nós não fizemos nada sem o conhecimento das autoridades competentes, e arrumamos um computador. Eu fiz os bloqueios devidos na época para *sites* pornográficos, para *sites* da justiça, né? E deixava o preso usar uma hora por dia. Eram dois presos na ocasião. E quando eles terminaram o primeiro módulo e foram fazer a prova presencial, nós arrumamos uma escolta policial para levar eles na universidade, os dois para fazer prova (risos). Inclusive, foi um transtorno muito grande, porque era um sábado e chegaram lá dois presos. Acho que eram sequestradores, não me recordo o crime deles, mas era um crime pesado. Tudo isso com o juiz sabendo. O juiz, à época, foi ousado. Mas ele gostava. Ele queria ver o ensino a distância, a sorte nossa foi essa. Aí, me chega lá, em um sábado de manhã, uma escolta policial com dois presos na universidade. Parou a universidade!

> A universidade, a princípio, não sabia direito o que estava acontecendo. Aí eu entrei em contato com o Reitor da universidade, o Pró-Reitor da graduação a distância e agendei uma reunião com ele, para explicar a situação. Aí eu fui lá e conversei... "Já que vocês não querem passar por isso...". A UCDB é uma universidade que não tem fins lucrativos, ela visa todo um trabalho social, né? Joguei nesse lado com eles. E falei assim: "O que vocês acham de levar a UCDB lá para o presídio?" Ah, mas onde? Nós temos uma sala. Até então nós construímos uma sala de informática no presídio através de doação. Eu fiz um projeto, na época. Conseguimos doação, com o conselho da comunidade, de dez computadores, sendo três novos e sete usados. Construímos a sala, que hoje é a sala jurídica, devo ter foto dessa sala na época, no meu computador, e trouxe a UCDB para cá. Então, veio a Pró-Reitora, pessoas bem graduadas para conhecer a unidade. Aí eu falei que o acesso era sem contato (se referindo ao contato com a carceragem) e realmente não tinha, né? Porque a sala é logo aqui e o preso tá lá. Eles adoraram o espaço. Começou assim! [...] Nós não conseguimos a implantação do polo, mas conseguimos que eles viessem aplicar a prova aqui todo final de módulo. A princípio era aqui no CT, aí, como o Penal começou a ter uma estrutura melhor que a nossa e mais presos, passou para o Penal a aplicação da prova. Então foi assim que começou, foi um trabalho bem ousado. Eu não tenho coragem de fazer isso, se fosse eu. O nosso diretor, o Fernandes, ele que teve coragem. Eu abracei a ideia, e assim começou. (2019)

A ideia se deu entre os anos 2010 e 2011, mas a matrícula dos alunos aconteceu no primeiro semestre de 2012. A inciativa em ofertar o ensino de graduação EaD dentro de uma UP foi recebida de outra forma pela UCDB Virtual, como contou o diretor desta modalidade da Universidade:

> Não foi uma iniciativa, foi um problema a ser solucionado. A Agepen/MS encaminhou um ofício dizendo que a polícia levaria os alunos, e foi nesse momento que tomamos ciência que existiam presos estudando, até aquele momento era desconhecido. [...] A princípio não sabíamos como lidar com a situação, se o correto seria colocá-los na mesma sala ou em salas diferentes, enfim... Eles fizeram prova em um sábado e depois disso fizemos reuniões para solucionar o caso. [...] Verificamos com o jurídico como seria levar um profissional para dentro da unidade e fomos nos adaptando. Muita coisa ainda não temos respostas, ainda é uma novidade.

Quase oito anos se passaram da data do primeiro contato entre as duas instituições e, apesar da dificuldade, tudo acabou por se adequar. Contudo, alguns entraves ainda são solucionados à medida em que as coisas acontecem, como é o caso do estágio obrigatório em Serviço Social, por exemplo. Pela primeira vez se depararam com um privado de liberdade matriculado no curso, então essa situação será tratada quando chegar o momento.

De acordo com declaração do Diretor da UCDB Virtual em entrevista, "Nossa intenção é que tudo dê certo e que ele não tenha que parar o curso por causa do estágio. Mas vamos aguardar ele chegar a essa fase primeiro". Essa precaução de aguardo, tomada pela UCDB Virtual, se torna compreensível por infinitos fatores aos quais o aluno privado de liberdade está exposto diariamente – desistência por falta de recurso financeiro ou por motivo alheio, sua morte, progressão de regime ou punição por falta disciplinar, este último presenciado pelos pesquisadores durante a pesquisa.

Um dos alunos matriculados em Serviço Social, no IPCG, no segundo semestre de 2018, cometeu falta disciplinar grave no início de 2019, portando drogas e celular dentro de

sua cela. Como punição, foi transferido para EPJFC, não sendo possível continuar o curso. Primeiro, por responder sanção disciplinar, que suspende alguns benefícios que poderia vir a ter (remições), e, segundo, por ter sido transferido para uma UP que não oferta a graduação.

Caso algum dos alunos matriculados em cursos de graduação necessitem de estágio obrigatório para a conclusão, o Juiz da 1ª Vara de Execução Penal afirmou em entrevista que ainda não sabe como isso acontecerá: "A lei não trata do assunto e a gente não teve nenhum caso nesse sentido. Vai ter que se decidir no caso concreto".

Até 2018 a UCDB Virtual a era a única instituição que atendia aos privados de liberdade interessados na graduação dentro do IPCG. O setor de educação EaD, ao ser procurado pelo privado de liberdade para iniciar atividades na graduação, tinha como primeira medida realizar uma triagem de análise da ficha disciplinar do interessado, além de ir ao *site* do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) para obter informações contidas nos autos de seu processo.

Montava-se então uma comissão para decidir se o custodiado poderia estudar no semestre solicitado ou no seguinte. A matrícula era realizada somente após a autorização do setor e pela família do futuro aluno, como relatou-nos o responsável pela educação EaD no IPCG:

> Até hoje nós temos apenas uma universidade que oferece o curso de graduação através do ensino a distância. É certo que a partir de abril teremos novas universidades, o que vai oferecer uma ampla concorrência, o que acaba ajudando na questão financeira do preso. É certo também que essa parte financeira, tanto a unidade como a própria Agepen/MS, não se envolvem, fica a cargo da família. Então, no momento

> em que eu faço a solicitação da matrícula, eu informo às chefias dos setores de segurança, disciplina e perícia, informo à direção que o preso tem esse interesse em fazer o curso e informo também à própria universidade através de ofício, e fico aguardando a família do preso entrar em contato comigo já dizendo que fez a matrícula ou não. Eu dou um *feedback* para a própria universidade.

Após realizada a matrícula, o material impresso é enviado pela UCDB Virtual para o IPCG, via correio. Iniciado o semestre, o setor de educação EaD entrega uma listagem com nomes e horários em que os alunos podem permanecer em estudo dentro da sala de informática/biblioteca, e estes são liberados pelo agente da segurança e custódia responsável pelo pavilhão no qual estão instalados. Por causa da quantidade de computadores, as liberações para estudo são restritas — acontecem de manhã e à tarde, com tempo limite de 2 horas, podendo ser estendida.

A esse respeito, o aluno do segundo semestre em Serviço Social, comentou que cumpre pena em regime fechado há três anos, com previsão para deixar a prisão em 2031:

> Eu já trabalho aqui, né? Sou cela livre e trabalho na manutenção do solar, pago alimentação, limpo solar... e aí eu venho três vezes por semana, das 8h30 até às 11h da manhã, e o restante estudo na cela, pela apostila. A UCDB manda apostila. O que a gente precisa de fazer pesquisa a gente faz aqui (se referindo ao laboratório de informática), e o que a gente pode fazer pela apostila a gente faz na cela.

Dos 6 alunos que faziam graduação no IPCG no primeiro semestre de 2019, esse foi o único que relatou ter um pouco de

dificuldade com os estudos, e que, por se considerar leigo em algumas matérias, acreditava que o acesso à internet, para pesquisa externa, facilitava seu aprendizado.O acesso ao conteúdo da internet é limitado para o privado de liberdade acadêmico, com páginas bloqueadas e entrada apenas no *site* da Universidade. A princípio, quando iniciada a oferta de graduação, o *site* da UCDB Virtual necessitava de ferramentas *online* para apresentar suas videoaulas, contudo, após uma solicitação informal do setor de educação do IPCG ao coordenador de EaD da Universidade, foi desenvolvida uma plataforma independente, sem a necessidade de nada além do *site* oficial para estudo.

Em entrevista, o coordenador enfatizou que:

> Os cursos são *e-learning*, 100% *online*. Dentro da plataforma é possível assistir as videoaulas, ter acesso a material didático, participar de fórum, tirar dúvidas em chat com o tutor, finalizar o curso por meio de banca *online* para apresentação de trabalhos, ter acesso à biblioteca digital, e muitas outras funcionalidades.

Os semestres da graduação EaD da UCDB Virtual se dividem em dois módulos e, ao final de cada módulo, para concluir as disciplinas cursadas, são aplicadas provas que contêm questões discursivas e de múltipla escolha. No IPCG o dia escolhido para aplicação é a sexta-feira e ocorre na sala de aula do ensino básico. Caso o acadêmico fique em recuperação, mais um dia de prova é agendado.

Usualmente, as provas são realizadas no polo presencial da UCDB Virtual, aos sábados, porém, como os finais de semana são dias de visita nas UPs, os dias foram adequados. Um colaborador da UCDB Virtual vai ao IPCG e aplica a prova no período

da manhã. Os acadêmicos do CT são escoltados por um agente penitenciário até o IPCG (um portão liga as duas UPs) e todos realizam a prova em mesmo tempo e local.

Há quem não sinta dificuldade alguma e consiga realizar as atividades em menos de duas horas, como relatou o Acadêmico 1, que cursa o 6° semestre de Filosofia e afirmou ter cursado Direito na UCDB, em modalidade presencial, até o 8° semestre, enquanto estava em semiliberdade:

> Eu faço meu horário segunda, quarta e sexta, sendo uma hora e meia por dia. Nesse tempo eu estudo também a apostila e faço os meus trabalhos. Inclusive, semestre passado eu até adiantei algumas matérias. Já estou preparando para terminar essa graduação antes de ir embora para o semiaberto. E quando eu voltar para o semiaberto vou terminar meu curso de Direito. Já estou me planejando para a retomada. Quando eu estava no semiaberto eu fazia Direito com autorização do Juiz, ordem judicial, todo dia de manhã eu ia pra faculdade, na UCDB.
>
> **E** - Você tem alguma dificuldade com o sistema EaD?
>
> **Acadêmico 1** - Não, porque quando eu comecei a fazer Direito na UCDB, lá foi pioneiro, eles apresentaram o sistema EaD para todos os acadêmicos. Eles têm um plano em graduação, mestrado e doutorado, todos usam o EaD. Tem uma disciplina que chama Estudo dos Clássicos, com todas as obras clássicas mais importantes do Direito, são vários segmentos, foi aí que eu conheci o sistema EaD. Tive facilidade.

O Acadêmico 1 contou ainda que não havia solicitado aproveitamento de disciplinas do curso de Direito para o curso de Filosofia, porque aproveitaria o tempo recluso para concluir o curso dentro do IPCG. Perguntado sobre existir algum incentivo

à educação por parte dos agentes penitenciários, relatou que "o contato que a gente tem é mais de disciplina, mas, com certeza, para eles é melhor que a gente estude".

Sobre fala do entrevistado, ao dizer que para os agentes é melhor que o privado de liberdade estude, cabe a reflexão sobre o ócio e a disciplina. O interno que estuda seria disciplinado duas vezes, pela segurança e também pela educação, facilitando o trabalho do agente, porque é a instituição (escola) dentro da instituição (prisão). O privado de liberdade que se ocupa com a educação, ou qualquer outra atividade, pode vir a diminuir as chances de atentar contra a segurança.

Durante a observação *in loco*, foi possível observar quando um aluno da graduação foi liberado para estudar, após o almoço, e revistado por um dos agentes de segurança e custódia. Ao questionar ao agente se aquela ação é um ato corriqueiro, ele informou que não costumavam realizar revista em todas as liberações ou retornos dos privados de liberdade às celas, porque procuravam manter de forma esporádica, para que fossem surpreendidos.

O aluno que concluiu o curso de Processos Gerenciais no primeiro semestre de 2018 e aguarda a finalização de dois cursos de extensão para receber o diploma, contou que não tinha dificuldades com as matérias, mas que o fato de ter horários limitados de estudo dificultava a tiragem de dúvidas com os tutores, porque a resposta não acontecia em tempo real.

O Acadêmico 2 lembrou, em entrevista que sua maior dificuldade era outra:

> Como a gente está dentro de um presídio, tem algumas situações atípicas do presídio que muitas vezes interferem, mas aí é a parte de segurança e a gente tem que se moldar aos processos da cadeia.

E - Existe incentivo por parte dos agentes?

Acadêmico 2 - Mais pelo pessoal da assistência, na parte de educação e eu sempre trabalhei também, então estava sempre em contato e tinha o incentivo. Mas, alguns agentes da segurança também incentivam e outros não... Dizem: na rua você não queria faculdade, aqui quer fazer?

Sobre essa falta de incentivo dos agentes da segurança e custódia, a assistente social responsável pela educação no IPCG lamentou:

E - Você acha que a custódia que está direto com o preso faz o trabalho de incentivá-lo a estudar?

Assistente Social - Não (risos). De jeito e de forma alguma.

E - Você acha que, se fizesse, melhoraria a parte do ensino...? (interrompida pela resposta da entrevistada)

Assistente Social - Muito, muito!

E - E a recuperação dessa pessoa...? (interrompida pela resposta da entrevistada)

Assistente Social - Se mudasse a visão deles em relação à escola... pelo contrário, né? Eles não são muito a favor que tenha uma escola aqui dentro, não estou falando nem do ensino a distância

E - Por conta da dificuldade de tirar o aluno?

Assistente Social – É.

(Interrompidos por uma chamada telefônica).

E - Você acredita que se a custódia colaborasse seria um papel ressocializador?

Assistente Social - Sim! (enfática)

Ao ser questionada se a dificuldade em tirar o privado de liberdade da cela para a educação se dava pelo fato de haver falta de servidores, a assistente afirmou que sim. O efetivo da segurança e custódia do IPCG trabalhava, normalmente, com nove agentes por plantão, para custodiar mais de 1400 privados de liberdade.

Um dos acadêmicos chegou a dizer que compreendia que a falta de funcionários na Agepen/MS era um fator para a sobrecarga de trabalho nos setores de chefia, e que seria o ideal haver alguém exclusivo para a parte de educação, visto que em alguns momentos eles possuíam pequenos contratempos como a demora da entrega do material impresso da UCDB Virtual. Ele questionava, mas não tinha retorno na UP.

Dos 6 alunos entrevistados, apenas dois são egressos de escola pública, os demais são oriundos de escolas particulares e um deles está realizando sua segunda graduação. Apenas 1 está em uma cela grande, dividindo espaço com mais 47 pessoas, e ao ser questionado se isso dificulta o estudo dentro da cela, ele afirmou que não. Os demais estão lotados em celas com 10 a 15 pessoas.

O aluno que cursa pós-graduação em Cultura Teológica está em fase de conclusão, escrevendo o artigo com o tema Graça. Pode ser considerado um privilegiado em relação aos demais, já que se encontra em uma cela com apenas 8 pessoas. "Dificulta bastante. Não tem silêncio. Eu levantava para estudar na madrugada porque não tem como", relata. Em caso de aprovação, este será o primeiro aluno a cursar e concluir uma pós-graduação dentro de uma UP de regime fechado em Mato Grosso do Sul.

Segundo informações da assessoria de comunicação da Agepen/MS, em dezembro de 2014, dois anos após o início das atividades de graduação dentro do IPCG, o primeiro aluno havia se graduado em Processos Gerenciais. Em dezembro do mesmo ano, dois outros acadêmicos concluíram os cursos de Comércio

Exterior e Tecnologia de Gestão Cooperativa enquanto cumpriam pena no regime fechado no IPCG. A solenidade de colação de grau dos alunos ocorreu dentro da UP.

CONSIDERAÇÕES

Embora a assistência educacional do ensino básico ao privado de liberdade seja dever do Estado, nota-se uma falta de estrutura para ampliação e atendimento de todos os interessados em frequentar o ambiente escolar na prisão. A realidade da Agepen/MS apresenta relação discrepante entre número de privados de liberdade, alunos matriculados e capacidade de suas "salas de aula", mas ainda assim, mesmo que fragilmente, a educação básica se desenvolve no ambiente de privação de liberdade.

A fragilidade fica escancarada, quando compreendido a não obrigatoriedade de oferta de educação de nível superior em ambientes de privação de liberdade pela União e Estados, o que dificulta a efetivação da oferta de graduação em UPs no estado de Mato Grosso do Sul, visto que as práticas divergem dos anseios dos alunos e do previstos nos poucos normativos que tratam sobre o tema, o que dificulta a condução desta pauta pela Agepen/MS. Desta forma, cada UP de regime fechado oferece graduação à sua maneira e da forma possível.

Aparentemente a estrutura física disponível para a educação dentro das UPs, não foi priorizada pela Agepen/MS de forma a assegurar, ou ao menos aproximar a educação de todos aqueles que lá se encontram e tenham interesse. Com a educação superior não seria diferente. Com a falta de normatizações e diretrizes, a Agepen/MS, acabou por permitir, desde 2012, por meio de termos

de cooperação com universidades privadas, que seus custodiados tenham acesso à graduação na modalidade EaD dentro das UPs de regime fechado, ficando a cargo do responsável pela educação de cada UP se adaptar à realidade de sua unidade, quando possível. Somente o espaço para sala de aula não é suficiente para o processo de ensino e aprendizagem, mas é o início para assegurar a educação como um dos direitos da pessoa privada de liberdade. Quando pensado na modalidade EaD, (necessária para o ensino superior na prisão), a falta de espaço e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) inviabilizam ainda mais a expansão de sua oferta.

Não existem salas de aula específicas para oferecer a graduação e a oferta ocorre apenas em UPs que dispõem de computadores em salas de informática ou de computadores utilizados no trabalho administrativo da UP, disponibilizados pelos diretores, com programação de horário para o uso, para que o aluno possa realizar suas atividades.

Foi dessa forma precária que 10 alunos concluíram graduação dentro das UPs de regime fechado em Mato Grosso do Sul, entre os anos 2012 e 2019. Da mesma forma que se mantem outros 9 alunos matriculados no primeiro semestre de 2019, sendo 4 realizando pós-graduação.

Durante as entrevistas e observação, foram identificados outros entraves para a efetivação da educação superior dentro das UPs da Agepen/MS, como: o desconhecimento de suas funções dentro da instituição, por parte dos servidores responsáveis pela educação superior; profissionais em desvio de função e sem formação pedagógica ocupando cargo de gestão da oferta de educação superior; baixo efetivo de servidores em todas as áreas da Agepen/MS frente o aumento da população privada de liberdade; falta de parcerias entre Agepen/MS e universidades públicas;

e o desconhecimento dos direitos, pelo privado de liberdade que ingressa nas UPs de Mato Grosso do Sul.

Tais dificuldades, mesmo que superadas, não asseguram que os poucos normativos sobre o tema sejam aplicados e cumpridos dentro da prisão, por isso, para além da estruturação física e de pessoal da Agepen/MS, é necessário aperfeiçoar a legislação para tentar assegurar os direitos daqueles que se encontram em privação de liberdade e desejam ingressar no ensino superior.

Nesta rede de relações alguns aspectos merecerem destaque, como os quase oito anos das negociações entre o estado e as instituições para oferta os cursos de graduação, visto que algumas dificuldades permanecem, exigindo adequações constantes, se distanciando muitas vezes dos propósitos da formação acadêmica, provocados pelos entraves que surgem na medida em que as práticas avançam e escancaram a precarização das condições de ensino e aprendizagem, como no caso dos estágios obrigatórios, comprometendo em parte as exigências legais em vigor.

Com isto são infinitos fatores aos quais, o privado de liberdade está exposto diariamente não só em sua formação graduada, mas em diversas frentes e com perigos de todas as ordens. Cada dia é um dia, da sobrevivência a morte, da desistência, por falta disciplinar grave, da transferência para outro presídio sem oferta do curso superior, da falta de recurso financeiro para dar continuidade aos seus estudos, da precariedade da oferta do ensino, da vulnerabilidade que causa invisibilidade a uma população tão marginalizada e tão necessitada de iluminação junto as políticas públicas penitenciárias.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Clayton da Silva. **Educação escolar na prisão**: os significados e sentidos das professoras que atuam em unidades penais de Corumbá, Mato Grosso do Sul. 2017. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá, 2017.

BARCELOS, Clayton da Silva. **Sistema Penitenciário Federal**: o encelamento do ensino. 2020. 135f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Educação, Campo Grande, 2020.

BRASIL. **Lei nº. 7210, de 11 de julho de 1984**. Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 7 jan. 2021.

BRASIL. Decreto n. 7.626, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. **Diário Oficial**, 24 nov. 2011, Brasília, DF, 2011.

GASKELL, G.; BAUER, M. W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). AGEPEN. **Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul.** Disponível em: www.agepen.ms.gov.br. Acesso em: 15 jan. 2021.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). **Lei n. 4.490, de 3 de abril de 2014**. Lei de Reorganização da Carreira Segurança Penitenciária. Campo Grande: Sejusp, 2014.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). **Plano Estadual de Educação nas Prisões do Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, MS. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/dirpp/cgpc/acoes-de-educacao/planoestadualdeeducaonasprisesdoms.pdf. Acesso em: 7 jan. 2021.

NOGUEIRA, Cinthia Caldeira. **O ensino de graduação em unidades prisionais de regime fechado no estado de Mato Grosso do Sul.** 2020. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Educação, Campo Grande, 2020.

REGIÃO SUDESTE - LEITURA LITERÁRIA EM UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS: algumas reflexões a partir de uma experiência

Adriane Teresinha Sartori (UFMG)[1]
Mariotides Gomes Bezerra (CSE Lindeia/BH)[2]

INTRODUÇÃO

O atual sistema político-econômico sustenta-se na desigualdade social, atribuindo um papel definido para o Estado: ser mínimo em relação à garantia de direitos humanos e máximo em relação a controle social. Em outras palavras, temos um Estado que se desobriga, por escolha política, de assumir saúde, educação, cultura, emprego, moradia, gerando uma massa de trabalhadores desempregados ou subempregados, sem garantias

[1] Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atuando no Mestrado Profissional em Letras (Profletras) e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (Poslin). Doutora em Linguística Aplicada pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL-Unicamp).

[2] Professora de Educação Básica no Centro Socioeducativo Lindeia (CSL)/BH. Mestra em Letras pelo Programa Profletras-UFMG.

mínimas de qualidade de vida e, paralelamente, um Estado que cria um requintado aparato policial e penal para lidar com essa mesma massa. Nas palavras de Wancquant (2011), passamos de um pretenso Estado de bem-estar social para um Estado penal. Para o autor, o hiperencarceramento vivido na atualidade é, então, uma "política": "à violência da exclusão econômica, ele [o Estado] oporá a violência carcerária." (WACQUANT, 2011, p. 82).

No Brasil, segundo Borges (2019), um fator que legitima o encarceramento é a aprovação da Lei n. 11.343 de 2006, a chamada Lei das Drogas, que aumenta a pena por tráfico de drogas. A aplicação dessa lei provoca um superencarceramento:

> Em 1990, a população prisional no Brasil tinha pouco mais de 90 mil pessoas. Na análise histórica, chegando aos mais de 726 mil, hoje, temos um aumento em 707% de pessoas encarceradas. O crescimento abrupto acontece, exatamente, após 2006 e a aprovação da Lei de Drogas. De 1990 a 2005, o crescimento da população prisional era de cerca de 270 mil em 15 anos. De 2006 até 2016, pela fonte de dados que tenho utilizado, ou seja, oito anos, o aumento foi de 300 mil pessoas (BORGES, 2019, p. 24).

Outro dado citado pela autora que comprova a influência da Lei de Drogas no fenômeno da superlotação dos ambientes de privação de liberdade é o tempo de funcionamento das unidades prisionais: quatro em cada dez tem menos de dez anos de existência.

O delito que mais encarcera jovens – cada vez mais jovens –, em Minas Gerais, é justamente o tráfico de drogas "[...] que possui o índice mais alto, seguido pelo uso de drogas e pelo roubo. Esses atos infracionais somam quase metade do total (48,40%)" (BELO HORIZONTE, 2020), segundo registros

realizados em 2019 no Centro Integrado de Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte.

O autor de ato infracional é passível de receber, de autoridade competente, advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação, conforme o Artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), dependendo da capacidade de o adolescente cumpri-la e da gravidade da infração. A internação, que não poderá exceder a três anos, ainda de acordo com o mesmo artigo, deverá ser cumprida em estabelecimento educacional. Devemos observar que não há a palavra "prisional" no Estatuto. Também no artigo 123, parágrafo único, há a previsão de obrigatoriedade de atividades pedagógicas, durante o período de internação.

Em unidades socioeducativas, estão jovens com menos de 18 anos em privação de liberdade, cumprindo medida de internação. Embora o nome pomposo, unidades socioeducativas funcionam como prisões juvenis. As atividades pedagógicas concretizam-se em salas de aula presentes nas unidades como extensões de escolas cujos prédios estão em outro lugar, muitas vezes distantes da "prisão".

Sobre as salas de aula das unidades socioeducativas pouco se sabe. A invisibilidade da educação nesses ambientes é ainda mais evidente devido ao fato de o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) não abarcar dados sobre o sistema socioeducativo (JULIÃO; GODINHO, 2019).

Os autores apontam, ainda, problemas para a efetivação de uma proposta de educação no ambiente prisional:

> [...] falta de infraestrutura; falta de material didático, problemas na formação docente; a falta de articulação entre as diferentes Secretarias de Estado envolvidas

> no processo; a relação entre os diferentes agentes da execução penal, dentre eles os professores; além de problemas que podem dificultar e até impossibilitar a efetiva implementação das propostas apresentadas. (JULIÃO; GODINHO, 2019, p. 66).

De acordo com esses autores, então, há problemas na formação do docente que atua em contexto prisional. Poucos tiveram a oportunidade de discutir o que significa ensinar jovens em contextos de privação de liberdade. Na outra ponta desse raciocínio, podemos nos perguntar quem forma o professor para trabalhar em prisões e qual o papel das universidades nesse ofício, já que a realidade demonstra que raramente os cursos de graduação e, igualmente, os cursos de formação continuada refletem sobre a diversidade de contextos em que um futuro professor poderá vir a atuar. Como afirma Julião (2013, p. 40), "é imprescindível que as universidades reconheçam e assumam o seu papel como protagonista na condução da política de formação inicial e continuada dos educadores, considerando-as como prioridade na sua proposta político-pedagógica [...]."

A percepção dessa lacuna nos levou a propor, em 2019, um projeto de extensão universitária na Universidade Federal de Minas Gerais, visando discutir com o professor de língua portuguesa em atuação em unidades socioeducativas de Belo Horizonte pressupostos de um trabalho significativo tanto para ele, docente, quanto para o(s) grupo(s) por ele atendido(s). Criou-se, assim, o "Ensinar Língua Portuguesa a Adolescentes em Unidades Socioeducativas", embasado em princípios da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2007), cujos participantes se encontraram periodicamente durante o ano. Nove professores de língua portuguesa atuavam em unidades socioeducativas em 2019 — um em cada unidade de Belo Horizonte — e três professoras atuando em duas unidades masculinas e uma

feminina —, engajaram-se e participaram efetivamente do que foi discutido e colocado em prática.

O objetivo deste trabalho é analisar alguns elementos que emergiram durante o primeiro ano do "Ensinar Língua a Adolescentes em Unidades Socioeducativas". No primeiro semestre de 2019, realizamos algumas reuniões na universidade e algumas em unidades socioeducativas; no segundo, priorizamos o desenvolvimento de um projeto de leitura literária em três unidades socioeducativas de Belo Horizonte. Como o projeto de leitura foi a principal ação realizada, vamos nos debruçar sobre ele. Mais especificamente, trata-se de análise dos registros escritos em diários de pesquisa, gerados durante as reuniões e durante ou após a estada em uma unidade. Opiniões de professores, agentes socioeducativos e adolescentes se misturam neste texto, a fim de dar visibilidade ao interior da escola, consequentemente da unidade socioeducativa, revelando o seu cotidiano e as concepções que guiam as ações de cada integrante, para que possamos revelar um pouco da realidade desse ambiente de privação de liberdade. É imprescindível que se entenda que há aqui o olhar singular de apenas alguns elementos, o qual jamais abarcará a totalidade e a complexidade do que ali se faz e do que ali se diz.

EDUCAÇÃO EM UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

Aprendemos o tempo todo ao longo de uma vida nas nossas mais variadas experiências. Esse princípio determinante da vida humana deveria ser melhor discutido nas unidades socioeducativas, para que todas as pessoas em contato com o adolescente acautelado pudessem compreender que são também educadores.

Todos ensinam, o pessoal da limpeza, o da segurança, os técnicos das diferentes áreas, a direção, os professores, os outros meninos, todos ensinam um modo de ser e de estar no mundo.

Os adolescentes internados em unidades socioeducativas têm pouca escolaridade, raramente completaram o ensino fundamental e mais raramente ainda o ensino médio. Em Belo Horizonte, conforme dados do Relatório Estatístico publicado em 2020, 20,43% dos jovens presos concluíram ou cursavam o primeiro ano do ensino médio; 16,16%, a oitava série; 14,33%, a sétima série; outros 14,33%, a sexta série; 11,59%, Educação de Jovens e Adultos de ensino fundamental; 11,28%, o nono ano do ensino fundamental e todas as outras séries (do fundamental ou do médio) não ultrapassavam 5% do total de 4.022 adolescentes infratores, conforme dados Centro Integrado de Adolescente Autor de Ato Infracional (BELO HORIZONTE, 2020). Como jovens pobres, frequentavam obviamente uma escola pública: 94,51%.

Dias e Onofre (2013), ao buscarem compreender o significado da escola para jovens autores de ato infracional em medida de Liberdade Assistida, percebem que o tema "escola" precisava ser provocado, não surgia espontaneamente nos relatos dos jovens. Quando desafiados a falar, os jovens mencionavam especialmente "[...] as dificuldades encontradas na escola, sobretudo, a desorganização, o desrespeito por parte de alguns educadores, as dificuldades de aprendizagem, a falta de interesse, o uso e a venda de drogas no ambiente escolar." (DIAS; ONOFRE, 2013, p. 250). As autoras destacam, ainda, que observaram respostas muito evasivas dos alunos em relação a "conteúdo" visto/aprendido na escola. Nas suas palavras: "[...] pouca clareza com relação aos conteúdos formais ensinados na escola e uma dificuldade em descrevê-los [...] até mesmo, uma carência de significado desses conteúdos para a vida cotidiana." (DIAS; ONOFRE, 2013, p. 251).

Em pesquisa de Bezerra (2018), de sete alunos internos em uma unidade socioeducativa de Belo horizonte, apenas um afirmava gostar de ler "para não sê enganado na vida", enquanto os outros seis diziam não gostar ou odiar ler, por não conseguirem aprender, por não entenderem o que leem, ou por terem sido expulsos da escola antes mesmo de terem se apropriado do código escrito. Esses dados são muito significativos para refletirmos sobre o papel da escola pública no processo de aprendizagem das classes desfavorecidas economicamente. Essa instituição foi criada para atender aos interesses da elite dominante do país, embora tenha mudado de público a partir de meados do século passado, ao receber os filhos de trabalhadores. O acesso para todos, contudo, não tardou a revelar a exclusão das classes pobres, através da reprovação e evasão. Nesse período, era muito "natural" termos dez turmas de crianças ingressando na primeira série do ensino fundamental e apenas uma terminando esse mesmo nível de ensino. Apenas os "melhores" passavam pelo "funil" seletivo.

As reformas efetivadas, a partir de então para resolver esse grave problema, apenas mascararam os resultados, a exclusão agora tomava outra forma, era "exclusão no interior" (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2001). A avaliação externa, a aprovação automática, as tradicionais disciplinas fragmentadas transmitidas aos alunos — a educação bancária, tão bem caracterizada e combatida por Paulo Freire (2011) — mantêm milhares de alunos nos bancos escolares, sem que, no entanto, se apropriem de conhecimentos essenciais à vida.

As pesquisas sucintamente aqui apresentadas comprovam a exclusão promovida pela escola pública do jovem autor de ato infracional, exclusão no seu interior, conforme abordagem de Bourdieu e Champagne (2001), autores que analisam a violência como um índice de evidência das contradições que se manifestam

nos estabelecimentos escolares e que se aplica aos que não se adaptam a eles. Um dado relevante a esse respeito diz respeito à inclusão, a partir de 2016, do item "Atos infracionais na escola de Belo Horizonte" nos relatórios do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, nos quais figuram lesão corporal e ameaça como os atos mais cometidos por adolescentes em escolas públicas.

Essas pesquisas indiciam que a escola nas unidades socioeducativas não se configura como espaço em que ameaças e lesões corporais ocorrerão entre alunos e professores, afinal estamos nos referindo a uma "cela de aula" (LEME, 2007), entretanto estamos supondo que a mesma escola vazia de sentido para o aluno do mundo "de fora" esteja se (re)produzindo no seu interior, situação agravada pelas tensões entre as questões de segurança e as questões educacionais, dois campos que ganham configurações e lógicas próprias no sistema prisional. A sala gradeada, a presença de agentes socioeducativos em cada aula para garantir a "ordem e a segurança", materiais escolares básicos distribuídos e recolhidos no final de cada aula, a "vigilância" sobre o discurso do professor e das perguntas de cada aluno nos impele a questionar o que, afinal, ensinamos aos alunos em privação de liberdade.

Parece-nos consensual que as unidades devem ser o lugar por excelência em que se pratique uma proposta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) significativa, a ponto de garantir que não seja uma simples redução de conteúdos previstos para o ensino formal regular, conforme apontada por Julião (2016). Nesse quadro, emerge a formação dos docentes para atuar na educação de jovens e adultos em unidades socioeducativas, conforme apontamos na introdução deste trabalho. Para confirmar a atual situação, Julião (2013, p.37) constata: "muitos sequer foram capacitados para atuarem com jovens e adultos, quiçá com os que se encontram em situação de privação de liberdade." . Além disso, de acordo com o

autor, a grande maioria é contratado, não concursado, justificando a rotatividade dos profissionais nas escolas.

São muitos os problemas da educação "ofertada" nas prisões. O projeto que implementamos em unidades socioeducativas de Belo Horizonte durante o ano de 2019 visava contribuir para a formação de professores de língua portuguesa e, para isso, realizamos encontros colaborativos periódicos para decidir ações que pudessem ser significativas para os adolescentes em privação de liberdade. Como dissemos, o foco do trabalho pedagógico foi o desenvolvimento de um projeto de leitura literária.

LEITURA (LITERÁRIA)

Leitura é um *diálogo* (BAKHTIN, 1986, p. 132). Nesse sentido, a significação não está na cabeça do locutor ou do interlocutor, está na interação, ela só se realiza no processo de "compreensão ativa e responsiva". Nas palavras de Bakhtin (1986, p.132, grifo do autor), "compreender é opor à palavra do locutor uma *contrapalavra*". Esse processo dinâmico se faz presente na leitura de qualquer texto porque todo sujeito é um ser social, portador, portanto, de muitas vozes sociais que constituem o seu próprio dizer. Para o autor, ninguém é um Adão mítico, o primeiro falante; nossas palavras não foram nossas, tornaram-se nossas porque "recebidas" dos diversos grupos sociais com os quais interagimos. Nessa sinfonia universal de vozes, cada palavra dita de um locutor a um interlocutor carregará um acento de valor ou *acento apreciativo* (BAKHTIN, 1986), (re)velando nossa apreciação sobre a palavra e sobre o mundo. Essas ideias do autor russo são essenciais para que percebamos, por um lado, o papel ativo do

sujeito que lê e, por outro, o quanto nossas leituras são sempre individuais e sociais concomitantemente.

A leitura literária é, portanto, antes de mais nada, uma leitura, ou seja, um diálogo que se estabelecerá entre o sujeito leitor e o autor, tendo o texto como elo. O autor, mobilizando suas experiências e conhecimentos, registrou uma proposta de compreensão no texto produzido, o leitor o compreenderá também mobilizando suas experiências e conhecimentos. É por isso que se diz que não há uma única leitura de um texto ou, mais diretamente, não há a leitura certa. Da mesma forma, a leitura é sempre de um sujeito, igualmente de um — ou de mais de um — grupo social.

A leitura literária remete-nos a concepções de literatura. Cândido (2011) declara:

> Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. (CÂNDIDO, 2011, p. 176).

Essa perspectiva ampla de literatura a insere como direito humano, na concepção do autor, justamente porque "não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação." (CÂNDIDO, 2011, p. 176). A anedota, o causo, a história em quadrinho, a canção popular, o noticiário policial, todas são modalidades literárias, porque formas de ficção/fabulação da realidade. Se "não há homem que possa viver sem ela", a literatura é direito humano, defende o estudioso.

O caráter artístico, lúdico e prazeroso das artes em geral, incluída a literatura, excluiu-a da vida e da escola, para consagrar atividades "racionais" e "produtivas", aos moldes de uma sociedade pragmática, voltada para o consumo e o lucro. O não utilitarismo da literatura a restringiu às classes dominantes que possuem tempo e dinheiro para o deleite das artes em geral.

Sob o ponto de vista da escola, a literatura também quase desapareceu de seus bancos, foi substituída por teoria literária. Não é o texto o centro do trabalho, é o período literário, as características, as datas e os nomes dos autores que se "encaixam" em determinado período – definidos previamente fora da escola. Esse é o conteúdo que deve ser "estudado" pelos alunos e repetidos em avaliações. Assim, adolescentes devem ser, ao final do ensino médio, especialistas em teoria literária, mesmo sem terem lido uma única obra literária, no máximo o seu resumo ou algum extrato.

Propostas de alteração do atual estado em que se encontra o ensino de literatura na escola mobilizam especialistas de várias instituições do país, dentre eles, Cosson (2014), especialista que defende que o ensino de literatura deva favorecer o "letramento literário", isto é, "o processo de apropriação da literatura enquanto linguagem." (COSSON, 2014, p. 185). De acordo com o autor, "processo" remete a algo que está em movimento, que não se acaba; que começa "com as cantigas de ninar e continua por toda a nossa vida a cada romance lido, a cada novela ou filme assistido." (COSSON, 2014, p. 185). "Apropriação", por sua vez, implica tomar algo para si, torná-lo pertencente à pessoa. Nesse sentido, não há letramento literário sem o contato direto do leitor com a obra. Leitura literária pressupõe cada sujeito interagindo com o texto, em atividade individual.

Na prática pedagógica, no entanto, não é possível contribuir para o processo de letramento literário sem a construção de uma

comunidade de leitores, isto é, "[...] um espaço de compartilhamento de leituras no qual há circulação de textos e respeito pelo interesse e pelo grau de dificuldade que o aluno possa ter em relação à leitura das obras." (COSSON, 2014, p. 185).

A tentativa de formulação de propostas pedagógicas para o professor levou Cosson (2006) a definir um conjunto de estratégias que poderiam ser colocadas em prática para garantir a leitura de obras em sala de aula. O estudioso sugere, então, que textos longos sejam divididos em capítulos e sejam estabelecidos "intervalos", para que a leitura possa ser realizada fora da escola. No retorno do intervalo, professores e alunos discutirão os textos, estabelecendo relações com escritos de outros autores, identificando dificuldades para superá-las, analisando extratos significativos do que está sendo lido.

Essa "metodologia" de trabalho criaria a possibilidade de formação de leitores, justamente por permitir a leitura da obra pelo aluno e a discussão coletiva dos "achados" e das dificuldades oferecidos por ela, segundo o grupo que a lê.

Cosson (2006) destaca, ainda, como característica do processo de letramento literário efetivado na prática pedagógica, a necessidade de o professor acolher, no espaço escolar, as mais diversas manifestações culturais, já que a literatura não se faz presente apenas em textos escritos, e oferecer atividades sistematizadas, deliberada e conscientemente desenvolvidas com a finalidade de ampliação do repertório literário.

Baseados nessas ideias, destacaremos alguns aspectos da experiência realizada em três unidades socioeducativas de Belo Horizonte durante o ano de 2019. Trata-se de uma reflexão a respeito de acertos e dificuldades de um trabalho que foi desenvolvido de forma colaborativa, visando, em última instância, contribuir para o avanço das discussões da área.

LEITURA LITERÁRIA NO COTIDIANO DAS UNIDADES

Em março de 2019, realizamos uma primeira reunião com professores de língua portuguesa. Nesse encontro, o relato da experiência bem-sucedida de leitura literária desenvolvida por Bezerra (2019) em uma unidade socioeducativa, pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, desencadeou o interesse em "repetir" a experiência em outras unidades. Surgiu, então, a questão central: de que forma viabilizar um trabalho significativo com livros literários em um contexto de privação de liberdade?

Garantir o direito à literatura em unidades socioeducativas torna-se uma tarefa bastante complexa pelas características do contexto. Inicialmente, seguindo a proposta dos autores que defendem ideias de letramento literário (COSSON, 2006), havia a necessidade de convencer as equipes diretivas de que os livros deveriam ficar com os leitores, ou seja, um exemplar para cada menino ou menina, de maneira a garantir o "encontro" entre autor-texto-leitor, evitando a tradição de uma professora que discursasse sobre o livro para o aluno ouvir a história lida por ela. Disponibilizar um livro para cada jovem significa ter um acervo significativo, no nosso caso, vários exemplares de um mesmo livro. Esses dois fatores podem se tornar duas grandes barreiras para o desenvolvimento de um trabalho com leitura literária em unidades, pela quase sempre ausência de uma biblioteca, um acervo, mesmo que mínimo, e pela significação que o objeto "livro" pode adquirir, se considerarmos que pode ser considerado uma "arma", no sentido literal do termo, ou seja, um objeto utilizado para atentar contra a vida de alguém, por isso não disponibilizado aos adolescentes.

Imaginando a superação dessas barreiras concretas e simbólicas, através do convencimento das direções das unidades quanto à adesão ao trabalho, novas perguntas se colocaram: qual(is) livro(s) poderão chegar às mãos dos adolescentes? Quem os escolherá? Serão lidos? Que discussões desencadearão?

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, publicada em 2020, apresenta a indicação da escola ou do professor(a), seguida de lançamento de filmes baseados em obras literárias e a indicação de amigos como os três principais fatores que incitam o jovem a se interessar por literatura. Almeida (2018), ao investigar os principais "influenciadores" da leitura de jovens da periferia de Belo Horizonte, constata que os amigos, professores e parentes são os atores mais citados pelos adolescentes. Em contexto de privação de liberdade, é fácil compreender por que essas não são as referências dos adolescentes. Ao analisar suas histórias de leitura, emerge a constatação de que tiveram pouquíssimo contato com textos literários, sobretudo com o objeto livro, inclusive em idade escolar. A decisão das professoras, então, foi a de que deveriam fazer chegar aos alunos os livros que seriam lidos. A experiência de Bezerra (2019) com o roteiro do filme "O Contador de Histórias", publicado em livro, foi a possibilidade considerada mais viável pelas três professoras que participavam do projeto em 2019, também pela quantidade de exemplares à disposição de cada escola (até 10 para cada uma).

Embora fosse o desejo das docentes, nem todos os estudantes internados puderam participar do projeto de leitura, visto ter sido tomado como "piloto" pelas direções das unidades. Além disso, a posse de um exemplar do livro escolhido para cada participante é fundamental, e a sua presença no internato poderia gerar uma série de problemas, sobretudo às equipes de segurança do local. Assim, foi-nos autorizado um número reduzido de participantes e cada

professor deveria escolhê-los dentre seus alunos, respeitando um critério: "ter bom comportamento". A opção das docentes seguiu essencialmente a seguinte lógica: dar oportunidade aos mais velhos em idade. Os participantes foram, então, quatro meninos do ensino médio e dois do 8º ano, na Unidade A, masculina; quatro meninas do 9º ano e duas do ensino médio, na Unidade B, feminina; quatro alunos do ensino médio, Unidade C, masculina.

Pensamos, igualmente, após discussões "teóricas" com as professoras, em realizar três intervalos de leitura, dividindo o livro em três grandes divisões. Cada professora realizaria as rodas de conversa, após os intervalos, com seu grupo e, ao final, realizaríamos um encontro com todos os participantes das três unidades, para a socialização das leituras construídas ao longo do trabalho.

Não foram poucos os entraves ocorridos durante o desenvolvimento do projeto. Se o acordo com as direções das unidades foi cumprido quanto ao fato de cada integrante do grupo poder ficar com o seu exemplar em mãos, essa atitude não foi compreendida por todos naquele momento:

Esse caminho de vocês (a leitura) não é para eles. Eles são do crime. (Agente Socioeducativo da Unidade C).

A possibilidade de ler é considerada "lazer", privilégio totalmente dispensável a quem está privado de liberdade, visto que está ali para "expiar" seus crimes. A reclusão e o isolamento pressupõem silêncio e sofrimento, conjugados a visões religiosas de "pagamento a Deus" pelos "pecados" cometidos. Lazer pode ser sinônimo de prazer. Alegria é um sentimento interditado em uma unidade socioeducativa. Qualquer projeto desenvolvido nesse ambiente não pode desconsiderar essas representações que circulam, muitas vezes, nas ações e nas palavras do que é dito (e do que não é dito ali).

Como dissemos, O Contador de Histórias foi o livro escolhido para a realização do projeto de leitura nas três unidades. Na verdade, o livro é o roteiro do filme produzido no início dos anos 2000. A abundância de exemplares, assegurando um para cada participante, e o fato de retratar um personagem bem conhecido em Belo Horizonte foram determinantes na escolha. Realmente não houve necessidade de esforço para motivar os estudantes das unidades a lerem o texto: com um exemplar em punho, uma simples conversa apresentando a ideia do projeto já motivou os jovens para a leitura.

No primeiro encontro, após a entrega do livro, cada professora explicou a dinâmica do trabalho: intervalos para a leitura e, na sequência, encontros/rodas de conversa para discutir o livro. Foram marcados, então, os três períodos de intervalo (mais ou menos quinze dias para que fossem lidas 50 páginas em cada um).

Após a entrega dos livros, incrédulos, meninos e meninas perguntaram: *Podemos ficar com os livros, tem certeza? Eles são novos, quem trouxe? Quem dá livro novo pra bandido?*

Desfeita a surpresa, um "passeio" pelo exemplar, com paradas em imagens do filme presentes nele, foi motivo de muita conversa entre os participantes. A maioria dos comentários revela uma identificação do internado com a criança negra que se destaca em cenas de algumas páginas.

Alguns adolescentes reclamaram do "tamanho", mas, diante da possibilidade de ter um objeto novo no seu alojamento e, principalmente, a expectativa de encontrar outros colegas com quem conversar (sobre o livro) logo após o intervalo, operou um esquecimento quanto à extensão do livro. A leitura transcorreu dentro do esperado, com algumas intercorrências – a exemplo da licença médica de uma das professoras participantes do projeto,

prontamente substituída por uma colega de outra área, não de língua portuguesa.

A leitura coletiva do mesmo livro "empoderou" o grupo de adolescentes do projeto e o qualificou diante dos demais e dos agentes socioeducativos. Ao se encontrarem em momentos coletivos, durante as atividades comuns, como as refeições, os adolescentes do grupo de leitura, nas três unidades, tinham um assunto realmente importante para conversar, orgulhar-se, dizer a página em que estavam. E, assim, ganhar "licença", o consentimento silencioso por parte das equipes de segurança para poder falar. Esse diálogo também dito alto, pois muitas vezes ocorria, como um grito, nos momentos do aguardo entre as diversas batidas, isto é, revistas, nos corredores, nas dependências comuns das unidades sempre vigiadas, mas na informalidade, entre uma atividade e outra, gerava visibilidade, na linguagem própria dos adolescentes: "ostentação". Ora, gritar para o(a) companheiro(a): "você chegou na página da praia?" causava, no mínimo, estranheza, num ambiente em que a leitura não é prática. Não significa, entretanto, que a leitura de todos esses sujeitos estivesse numa fase autônoma. Os meninos participantes do grupo, nas duas unidades masculinas, precisaram da mediação das professoras em muitos momentos, inclusive com a leitura modelo em voz alta de algumas páginas, observando, sobretudo, entonação e emprego da pontuação para o entendimento do texto. Já as adolescentes, mesmo com menos escolaridade, apresentaram mais apropriação da leitura, solicitando a mediação das professoras mais vezes na interpretação, no entendimento dos contextos e nas inferências já pensadas, do que no avanço no processo de alfabetização, propriamente dito, como no caso dos meninos.

O ponto alto do trabalho foram os encontros coletivos para a partilha das leituras realizadas após os intervalos. Foram muito

significativos nas diferentes unidades. Foi possível perceber que o livro foi realmente lido. Nas rodas de conversa, as "semelhanças" entre a vida do protagonista e a vida de cada adolescente acabaram por emergir, embora o fato de as rodas terem a presença de agentes socioeducativos tenha desmotivado a verbalização de episódios relevantes. Na nossa análise, muitas questões poderiam ser trazidas à tona, caso fosse possível a realização da socialização da leitura com a presença de professores, somente.

No entanto, problemas também foram enfrentados para a realização das rodas de conversa. Em uma unidade, por exemplo, a fuga de um jovem em dia anterior ao encontro impossibilitou a presença do livro no círculo. Tal fato estimulou reações agressivas na unidade, conforme registro da docente em seu diário:

> Anteontem à noite houve fuga e ontem de novo! Naturalmente, pelo nosso olhar e no olhar das meninas, os dois episódios compreensíveis! Mas, quando é assim a equipe de segurança se sente ferida e fica mais agressiva com todo mundo! As meninas de manhã não podiam ir nem ao banheiro com a autorização escrita da professora! Precisavam pedir e aguardar a decisão dos agentes que retornavam se era "necessidade" ou "frescura". E, elas, para testar a fé ou simplesmente "honrar" àquelas que conseguiram "a liberdade", propositalmente "aperreavam"!

Saber da realidade expressa no registro da professora é evidenciar a necessidade de ações que viabilizem diálogo nos processos formativos e educativos que devem ser oferecidos em unidades socioeducativas. Numa metodologia, focada na ressignificação dos valores, com base no diálogo e no processo de desenvolvimento integral do ser humano em suas possibilidades de humanização, os adolescentes teriam a oportunidade da opção

pela aprendizagem do que chamamos de protagonismo juvenil. As equipes, por exemplo a equipe de segurança, citada no relato, não se sentiria responsabilizada isoladamente nas ocorrências geradas pela situação social de privação de liberdade de adolescentes. Provavelmente as fugas continuariam acontecendo, mas não motivariam ações pessoais, por parte dos trabalhadores, embasadas no senso comum e na descrença sobre os processos de superação individuais e coletivos dos educandos socioeducativos. Educação, leitura, cultura acontecem nas práticas das relações humanas e representam mais que escolarização. Nessa perspectiva, rodas de conversa, rodas de leitura são atividades fundamentais e poderiam envolver todas as equipes educativas que compõem o corpo formativo de uma unidade socioeducativa.

Outros problemas "externos" ao projeto igualmente interferiram diretamente nos encontros realizados. Ao relatar sua visita à casa dos pais, uma jovem comoveu a todos os presentes, causando um longo silêncio antes da partilha das leituras. O clima da roda de conversa manteve-se tenso durante todo o horário previsto, conforme registro da professora:

> Uma delas, havia visitado sua família e estava muito triste, porque não pôde permanecer em casa: havia a saudade, mas também a realidade de pobreza — o pessoal da Unidade havia arrecadado uma cesta básica para ela levar, e ela contou que a comida lá era tão pouca que todo mundo da casa ficou mais alegre com a cesta ganhada que com sua visita. Pesarosa ela concluiu e falou que quando for desligada, que está próximo, vai ter que se prostituir para ajudar a manter a casa, como fazia antes...

A roda de conversa alcança o grau da confiança de situações particulares, mas de razões sociais. A adolescente é consciente de sua remição, mas compreende que o meio, as condições de vulnerabilidade e desigualdade social continuarão marcando sua história e até determinando seus passos. Num caso assim, a leitura do livro proposto fica mais importante ainda: ela proporciona a conversa sobre a própria vida, constitui-se em um espaço de reflexão e de ressignificação, em um espaço de escuta, de fala, de diálogo – bases para quaisquer aprendizagens democráticas.

Em uma reunião de docentes, realizada na sequência de um primeiro encontro pós-intervalo, um fato chamou a atenção do grupo: as leituras realizadas por meninos e por meninas diante de ato praticado pelo protagonista do livro, qual seja, suas diversas tentativas de fuga da FEBEM. Para as meninas, "ele não deveria ter feito isso"; para os meninos, "bem que fez". Essa avaliação diferenciada de um mesmo ato pode nos ajudar a refletir sobre a leitura realizada por cada gênero e, mais do que isso, revelar concepções e representações do ser feminino e do ser masculino na sociedade brasileira. Tradicionalmente a mulher é educada para se conformar diante de situações adversas, e o homem a revelar sua discordância a regras consideradas inadequadas. Parece importante pensarmos sobre as leituras que homens e mulheres realizam, porque mais do que representar uma "individualidade", acabam por fazer emergir padrões culturais de um determinado tempo sócio-histórico. Como afirma Louro (2008, p. 18), a construção dos gêneros é um processo complexo e infindável, inscrito em determinada cultura:

> A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto

> inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo.

A autora destaca, na sequência, o papel da mídia nesse processo de construção das nossas múltiplas identidades. E continua: "as proposições e os contornos delineados por essas múltiplas instâncias nem sempre são coerentes ou igualmente autorizados, mas estão, inegavelmente, espalhados por toda a parte e acabam por constituir-se como potentes pedagogias culturais." (LOURO, 2008, p. 18)

O discurso de papéis sociais assumidos por meninas e meninos veio à tona em vários momentos. Transcrevemos um extrato de diário de uma das professoras que registrou o que sua colega lhe disse:

> (Nome da professora) conhece muito da leitura das meninas: ela me disse da maturidade delas ao relacionar os textos com a vida e o quanto é recorrente em seus relatos as situações de humilhação devido à condição feminina nas comunidades de poder paralelo onde a maioria cresceu e vive, do trabalho doméstico nas "casas de família" desde muito cedo – praticamente uma exploração infantil - , da lei da força, dos abusos sexuais, das drogas, da maternidade precoce... Uma vida muito mais exigente, desde muito cedo, que a vida dos meninos pobres infratores! Aos meninos ainda se dá o lugar do aliciamento, às meninas nem isso!

Emerge desse registro muito mais do que a vida no interior da unidade. Constituir-se mulher pobre, negra, da periferia significa lidar com violências permanentes desde a infância.

Por sua vez, ser professora em uma unidade socioeducativa feminina é compreender a exclusão sofrida pela mulher ao longo de toda a sua existência.

A discussão final, quando os integrantes do projeto de leitura de duas unidades socioeducativas reuniram-se para partilhar suas leituras, foi muito significativa, um "evento" para os participantes. Ao final, o registro honesto de uma das professoras participantes:

Aceitaram os livros, mas é evidente que o prazer do encontro com os colegas e a possibilidade de uma hora de liberdade, fora do alojamento e da sala de aula, supera muitíssimo a prática da leitura (eu compreendo!).

A possibilidade de encontro com outros leitores em formação na realidade socioeducativa se sobrepõe ao objetivo da tarefa de socialização de leituras. Ou seja, o entendimento do livro, a identificação com o personagem principal são fatores importantes no processo de constituição de um leitor, mas, para um adolescente internado, nada se compara aos minutos de "liberdade" propiciados pelo estar em outro espaço e com outras pessoas.

De modo geral, o projeto foi avaliado como muito positivo tanto pelas professoras quanto pelas/pelos adolescentes. Por elas/eles, a continuidade seria necessária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto desenvolvido nos obrigou a refletir sobre várias questões complexas — todas interligadas — que emergiram do contexto de privação de liberdade. Mais de que analisar a relação livro e leitor, houve a possibilidade de conhecer o dia a dia das unidades socioeducativas, seus atores e as relações que

se constituem nesse mesmo espaço. Destacamos alguns aspectos que se sobressaíram:

I. a formação de professores precisa se assentar em práticas colaborativas, visto que a universidade tem muito a aprender com os professores das unidades socioeducativas. São estes últimos que devem dirigir o processo, já que têm a vivência "de dentro", não a quase sempre idealização (inoperante) das instituições de ensino superior;

II. a ideia de todos os integrantes de uma unidade serem "educadores" está desenraizada da realidade atual. As concepções de agentes socioeducativos e professores, especialmente, não são convergentes: para os primeiros, há um cenário de "segurança", repleto de regras rígidas, que se sobrepõe às concepções mobilizadas por professores, para quem o processo educativo exige que se entenda o adolescente como um sujeito de direitos;

III. a garantia do direito ao livro precisa ser assegurada à totalidade dos jovens das unidades — a todos eles e não a uma "elite" de "bom comportamento" — direito é de todos, não de alguns;

IV. a leitura literária precisa ser realizada a partir de estudos científicos que "revisam" práticas tradicionais. Nesse sentido, garantir o encontro autor-texto-leitor pela possibilidade de o jovem ler individualmente o livro nos momentos em que estiver no seu alojamento e discutir sua leitura em rodas de conversa parecem se constituir em estratégias significativas. A obra lida "refaz-se" a cada leitura de cada jovem, por isso há muitas leituras possíveis, pois cada adolescente "tonaliza" a obra de acordo com suas concepções, internalizadas a partir de vozes

de diferentes grupos sociais dos quais participa ao longo da vida. Discutir as leituras coletivamente é fundamental para que outras compreensões de um fato possam ser trazidas à tona. Esse processo permite refletir sobre a vida, ampliar os pontos de vista sobre os mesmos fenômenos e, assim, permitir ressignificações mais críticas da realidade social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA. Eliana Guimarães. **Literatura juvenil sob a ótica de leitores adolescentes de meios populares**. Literatura juvenil sob a ótica de leitores adolescentes de meios populares. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

BAKHTIN. MIKHAIL (Volochinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986.

BELO HORIZONTE (Estado). **Relatório Estatístico – Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte.** Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Vara Infracional da Infância e da Juventude – Comissariado Infracional de Belo Horizonte. Maio de 2020.

BEZERRA. Mariotides Gomes de. Histórias de leitura na escola socioeducativa Lindeia/BH. *In*: CONGRESSO UNIVERSIDADE, EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SOFTWARE LIVRE (UEADSL). 2018. **Anais** [...], 2018. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueadsl. Acesso em: 15 jan. 2020.

BEZERRA. Mariotides Gomes de. **Leitura e liberdade**: o texto literário na escola socioeducativa. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

BORGES. Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BOURDIEUR. Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. *In*: BOURDIEUR, Pierre *et al*. **A miséria do mundo**. 4. ed. Tradução Mateus S. Soares Azevedo *et al*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (org.). **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019.

CÂNDIDO. Antônio. O direito à literatura. *In*: CÂNDIDO, Antônio. **Vários escritos**. 4. ed. reorg. São Paulo: Duas cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

COSSON. Rildo. **Letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

COSSON. Rildo. Letramento literário. *In*: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; VAL, Maria da Graça Costa; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (org.). **Glossário CEALE**: termos de alfabetização, leitura e escrita. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014.

DIAS. Aline Fávaro; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. O significado da escola para jovens autores de ato infracional. *In*: JULIÃO, Elionaldo Fernandes (org.). **Educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade:** questões, avanços e perspectivas. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

FAILLA. Zoara (coord.). **Retratos da leitura no Brasil.** 5. ed. 2020. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/. Acesso em: 15 jan. 2020.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

JULIÃO. Elionaldo Fernandes. Educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil. *In*: JULIÃO, Elionaldo Fernandes (org.). **Educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade**: questões, avanços e perspectivas. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A escola na ou da prisão?. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25-42, 2016.

JULIÃO. Elionaldo Fernandes; GODINHO, Ana Cláudia Ferreira. A educação popular em contextos de privação de liberdade no Brasil: possibilidades e desafios para uma proposta curricular. *In*: JULIÃO, Elionaldo Fernandes; RODRIGUES, Fabiana (org.). **Reflexões curriculares para a educação de jovens e adultos nas prisões.** Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2019.

LEME. José Antônio Gonçalves. A cela de aula: tirando a pena com letras: uma reflexão sobre o sentido da educação nos presídios. *In*: ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EduFSCar, 2007.

LOURO. Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 56, maio/ago. 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Temas Básicos de Pesquisa-Ação).

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. 2. ed. ampl. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Região Sul - *Direito à Poesia* - uma oficina literária epistolar durante a pandemia da Covid-19

Cristiane Checchia[1]
Mario René Rodríguez Torres[2]
Layra Fabian Borba Rodrigues[3]
Jhenifer Rodrigues de Almeida[4]
Angélica Moreno Usaquin[5]
José David Rocha Nóbrega[6]
Anderson Alves dos Santos[7]

[1] Docente de Literatura da Universidade de Integração Latino-Americana (UNILA)

[2] Docente de Letras da Universidade de Integração Latino-Americana (UNILA)

[3] Estudante de Ciência Política e Sociologia da Universidade de Integração Latino-Americana (UNILA)

[4] Estudante de Ciência Política e Sociologia da Universidade de Integração Latino-Americana (UNILA)

[5] Estudante de Letras, Artes e Mediação Cultural da Universidade de Integração Latino-Americana (UNILA)

[6] Estudante de Serviço Social da Universidade de Integração Latino-Americana (UNILA)

[7] Estudante de Filosofia da Universidade de Integração Latino-Americana (UNILA)

CARTAS

Escrever cartas é coisa de outro tempo, como as antenas de televisão que Rômulo fabrica com tampas de panelas para as rádios e televisões de seus companheiros de cela, na ala de idosos de uma galeria da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçú (PEF-II). Ser privado de liberdade é, de certa forma, ser deixado para trás e, portanto, ser obrigado a fazer coisas que, se supõe, ninguém mais faz. Fabricar antenas e escrever cartas no presídio são atividades que se fazem devido às limitações, à exclusão e à precariedade que se enfrenta. Mas também são formas criativas e vitais de habitar o contratempo. A carta impõe outro ritmo, um ritmo mais lento, obriga a pausas. Parar, se deter, pode gerar dificuldades, ansiedades e desconfortos, mas é também uma brecha no acelerado tempo atual e, por isso, a possibilidade de outro tempo. Nesse sentido, a carta pode ser intempestiva (NIETZSCHE 2003) e contemporânea (AGAMBEN 2009).

Viver em outro ritmo, escrever cartas. Quando em 2020 tudo parava devido ao confinamento pela pandemia de Covid-19, foram as cartas as que permitiram que déssemos continuidade às ~~nossas~~ atividades na penitenciária masculina PEF-II.

Nosso objetivo neste texto é justamente compartilhar como se deu esta experiência e algumas das reflexões que nos acompanharam ao longo do processo. O trabalho aqui exposto é fruto do projeto de extensão universitária *Direito à Poesia*, desenvolvido por docentes e estudantes da UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), localizada em Foz do Iguaçu, região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

O texto apresenta brevemente alguns dos pressupostos e o contexto do desenvolvimento do projeto em 2020 para, em seguida, expor tematicamente questões que emergiram dessa experiência

epistolar: a velhice na condição de encarceramento; as questões de gênero, a literatura e as prisões; o choro masculino; a escrita e as artes enquanto exercício de liberdade no contexto prisional e de pandemia. Por fim, expomos o resultado editorial das oficinas deste ano: uma antologia de textos reunidos em uma minibiblioteca perambulante.

Para manter a diversidade das vozes que compõem o grupo, cujos/as componentes têm formações em áreas bastante variadas (literatura, sociologia, serviço social, filosofia, mediação cultural), decidimos que cada um dos/das autoras, docentes e discentes, escrevesse uma parte do trabalho, sem pretender homogeneizar completamente o tom geral do texto. Lamentavelmente, as vozes das pessoas privadas de liberdade só estão presentes de forma indireta, a partir de citações de suas cartas, que elas nos autorizaram expressamente a publicar. Só mencionaremos seus primeiros nomes, a fim de preservarmos suas identidades.

O DIREITO À POESIA

O *Direito à poesia* começou a ser desenvolvido no ano de 2015 e desde então organiza-se fundamentalmente a partir de dois núcleos de trabalho articulados: um deles constitui-se da formação dos estudantes e docentes em um grupo de estudos, no qual discutimos textos de fundamentação teórica e crítica sobre a questão carcerária e sobre a mediação de leitura e escritura em contextos adversos; o outro núcleo configura-se da prática da mediação de leitura e escritura dentro de ambientes prisionais, ou seja, da realização de Oficinas literárias nas prisões de Foz do Iguaçu,

a Penitenciária Estadual II (PEF-II) e a Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu (PFF-UP).

Tais oficinas literárias são organizadas a partir de diversos momentos que vão sendo alternados na dinâmica dos encontros: a leitura em voz alta; a conversa livre mobilizada pelos textos; a proposição de exercícios de escritura a partir da leitura; o compartilhamento dos textos produzidos por cada participante e o diálogo a partir dessa produção.

A pandemia da COVID-19 e o isolamento obrigatório dela decorrente implicaram no cancelamento das oficinas literárias presenciais, levando-nos na primeira parte do ano de 2020 a fortalecer o grupo de estudos, por meio da leitura e de encontros on-line nos quais buscamos aprofundar nossa compreensão sobre os processos históricos nos quais surgiu o modelo de prisão e o sistema penal contemporâneo bem como as adaptações que sofreu para chegar no momento em que vivemos hoje. Apenas depois de junho conseguimos formalizar outra forma de executar o projeto na PEF-II, por meio da troca de cartas literárias. Em 2020, as cartas foram a ferramenta que nos permitiu sair de nosso confinamento e, em sentido mais amplo, de nossos espaços restritos, incluindo o universitário, e acessar o espaço outro do cárcere.

Por meio de reuniões on-line e de documentos organizados em um arquivo compartilhado, nós produzimos a primeira carta a ser enviada a um grupo de 23 participantes no interior da PEF-II, que se interessou pela proposta. Nesta primeira carta, nós nos apresentamos e expusemos o contexto institucional ao qual estamos vinculados (a Universidade pública, o projeto de extensão). Além disso, reunimos alguns textos que julgamos pertinentes para iniciar o diálogo, incorporando escritos que resultaram de edições anteriores de nossas oficinas presenciais na própria PEF-II ou de oficinas realizadas por grupos semelhantes ao nosso em outras

penitenciárias. Procuramos mobilizar algumas perguntas bem abertas que os estimulassem a escrever: O que você achou dos textos? Ao seu ver, de que trata cada um deles? Algum dos textos fez você lembrar de algo que tenha lido, escutado, visto ou vivido? Achou difícil a leitura de algum dos textos? Há alguma palavra neles cujo significado você não conheça?

Todo o material foi impresso e levado à PEF-II, onde a pedagoga Maria Luiza da Silva recebeu os textos e os distribuiu aos participantes em privação de liberdade, respeitando as medidas de segurança sanitária para a entrega dos materiais. As respostas foram trabalhadas pelos participantes em comentários diretamente no papel, que íamos buscar na semana seguinte. A partir do retorno, líamos e conversávamos para pensarmos as respostas e a seleção dos textos que comporiam a entrega seguinte. Este trabalho de troca de correspondências foi desenvolvido ao longo de todo o segundo semestre de 2020 e cabe ressaltar aqui o papel fundamental da pedagoga e de alguns agentes que viabilizaram toda a logística desta troca de materiais.

A escolha dos temas para os exercícios de escrita tiveram como base não apenas nossa experiência acumulada a partir das oficinas presenciais, mas também as experiências de outros projetos muito inspiradores de oficinas literárias e artísticas em prisões, os quais tivemos a oportunidade de conhecer por meio de publicações, e também a partir de um evento realizado na UNILA em 2019, o 1º Encontro Internacional sobre poesia e artes em prisões — da perspectiva do anti aprisionamento. Alguns dos temas trabalhados nas primeiras entregas, para darmos alguns exemplos, foram: o autorretrato poético; a descrição de seu dia tentando fazer o uso da terceira pessoa no relato; a pergunta "por que escrever?". A partir destes primeiros exercícios, e das primeiras

respostas que nos enviaram, outros temas foram mobilizados por eles, como veremos a seguir.

VELHICE NA PRISÃO

Quando pensamos em pessoas privadas de liberdade, a imagem que nos vem não costuma ser a de pessoas mais velhas. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, em 2019 havia 748.009 pessoas aprisionadas, das quais 95,06% eram homens e, destes, 44,79% tinham idade entre 18 e 29 anos (DEPEN, 2019). Apesar disso, o grupo com o qual interagimos na PEF II durante a troca de cartas tinham entre 30 e 73 anos, sendo que a maioria estava acima dos 50 anos. Assim, desde o início uma questão surgiu para o grupo: como é estar privado de liberdade sendo idoso? Isso porque são dois estigmas juntos, o de estar preso e o de ser velho. É muito difundida socialmente a pressão permanente pela produtividade dos indivíduos, e costuma-se atribuir à velhice a condição dos "não produtivos" dos que não seriam considerados úteis ao sistema. Sendo assim, os idosos privados de liberdade acabam sendo atingidos por um estigma que é duplo. Cabe mencionar que foi na troca de cartas que ficamos sabendo que os participantes eram na sua maioria pertencentes a celas que concentravam muitas pessoas da "terceira idade" naquela galeria específica. A questão da idade apareceu tanto como um dado que eles agregaram junto de seus nomes, como também um tema que tematizaram mais longamente em suas cartas. Alguns ofereceram vislumbres de esperança quanto ao futuro que os aguarda do lado de fora; outros, sobre a luta de cada dia para seguir em frente, apesar das dores sofridas e infligidas no passado;

e, ainda, sobre os problemas de saúde enfrentados sob as condições do encarceramento.

Nessa troca de cartas poderíamos chamar a atenção para quatro momentos que se relacionaram mais diretamente ao tema da idade. São eles: o texto *Velhice na prisão*, de Eliseu; dois relatos sobre o trabalho de cuidado de idosos, feitos por Telêmaco e Rômulo; e outros dois textos, um denominado *O que sinto na prisão* e outro sem título, escrito por Oldenon. No primeiro, lemos sobre a determinação em superar a autodepreciação, as angústias de cada dia e as memórias dolorosas do passado. Esse texto transmite uma sensação de apatia, que se mescla à luta pela sobrevivência de cada dia. Segundo Eliseu, a inspiração desse escrito veio da galeria da "terceira idade".

Telêmaco, por sua vez, conta em seu relato que ele cuida dos idosos com maiores dificuldades, de maneira que frequentemente precisa acolher novas pessoas a serem atendidas e, por conta disso, deve escolher quem deixará de receber esses cuidados para abrir espaços na cela. Esta é uma escolha que o aflige. No texto de Rômulo, há o relato sobre a felicidade que sentiu quando a administração da penitenciária transferiu os idosos cuidados por ele e os deficientes para uma galeria mais próxima da enfermaria e dos médicos, facilitando assim o atendimento das pessoas com problemas de saúde. Desse modo, essa se tornou a galeria da "terceira idade", como dito nas palavras de Eliseu.

Quanto aos escritos de Oldenon, o autor fala sobre a velhice a partir de dois processos: o de voltar a ser criança e o de amar. No primeiro caso, nos explica que pelo trabalho continuado e intenso desde criança, não teve infância ou adolescência, além de que sempre precisou trabalhar para ter suas coisas. Isso só foi mudar no cárcere, onde ele passou a depender dos outros, não podendo trabalhar ou saber a origem das coisas que recebia,

tampouco buscar o tratamento necessário para seus problemas de saúde. Tais situações lhe pareceram como o retorno a uma infância [não vivida], como se voltasse, ou melhor, aprendesse a ser criança. Mediante essa reflexão, procuramos estabelecer com ele uma interlocução sobre o que havia nos dito e o texto *Manicômios, prisões e conventos*, de Erving Goffman (1974). Tal autor afirma que determinadas instituições, como a prisão, devolvem as pessoas à condição de infante, porque tiram delas a autonomia e as tornam completamente dependentes de outras. A palavra infante é de origem latina e, etimologicamente, significa "aquele que não fala". Nesse sentido, fizemos a Oldenon a seguinte provocação: poderíamos pensar que escrever é um caminho para sair dessa condição de infante, isto é, de não falante, e, portanto, de recuperar algo da autonomia perdida? Como resposta a essa incitação, na entrega seguinte, Oldenon nos escreveu um texto sobre o amor. Neste, afirma que apesar de lhe chamarem de velho, ele ainda é jovem, jovem no coração e capaz de amar e ser amado. Acreditamos que por Oldenon associar a infância à falta de afeto e carinho (tese reforçada pelos escritos de seu amigo e companheiro de cela, João), entendeu que ser levado à condição de infante no cárcere significaria ser transformado em alguém incapaz de ter afeto. Nesse sentido, afirmando amar e ser amado, Oldenon se insurge contra essa condição, ou seja, contra a perda da sua autonomia e das suas possibilidades de afeto e amor.

A partir de tais momentos, podemos perceber que existem diferentes realidades no cárcere e, sendo assim, distintas formas de se vivenciar a velhice na prisão. Nós nos perguntávamos como era ser idoso e estar privado de liberdade, e a verdade é que não há uma resposta formada, muito menos única. Só chegamos a ter vislumbres de realidades que são múltiplas. Para alguns, a velhice na prisão pode significar memórias dolorosas, apatia,

luta por aceitação e sobrevivência; para outros, ser criança, pois incapaz de trabalhar e de ter escolhas, mas, para além disso, ter a capacidade de dar e receber amor, se insurgindo contra a perda de autonomia; e, para alguns pode, ainda, ser a necessidade de realizar uma escolha de sofia todos os dias. De toda forma, uma coisa nos é certa: essas realidades não se circunscrevem aos estigmas que as permeiam, pois são muito mais ricas, cheias de nuances e cores do que podemos imaginar. Há lágrimas, apatia e raiva, contudo, existe também cuidado, amor e jovialidade. A velhice na prisão é multifacetada.

QUESTÕES DE GÊNERO, LITERATURA E PRISÕES

Um dos dilemas que muito frequentemente atravessa o desenvolvimento de nosso projeto é a atenção permanente que devemos ter para não cedermos a algumas armadilhas: uma delas seria a de nos colocarmos no lugar de quem julga; a outra seria a de nos colocarmos em uma atitude pastoral, tão presente em trabalhos de viés religioso, mas não apenas, com a população prisional. Quando tais questões emergem, somos convidados a pensar novamente sobre os pressupostos políticos que embasam nossa atuação e isso aconteceu também ao longo de nossa troca de cartas.

Um de nossos pontos de partida no projeto é a ideia de que a literatura abre efetivamente uma liberdade para a expressão de temas, gestos, palavras que muitas vezes estão interditados em outros regimes discursivos, como no discurso religioso fundamentalista ou no discurso burocrático etc. A criação de personagens, a exploração de distintos pontos de vista, a construção de situações apenas imaginárias, a descrição de lugares e paisagens inexistentes,

o jogo de ritmos e sons são recursos que permitem que se diga tudo, justamente porque não se espera que o escrito tenha necessariamente um lastro em uma verdade referencial fora do texto.

Não é possível aqui nos aprofundarmos na longa discussão sobre o estatuto do real no texto ficcional, mas queremos apenas reforçar a ideia de que a experimentação desse espaço de liberdade da literatura é um dos caminhos que procuramos mobilizar em nosso projeto, como algo do qual todo/a leitor/a e escritor/a de literatura pode usufruir. A partir desse convite, contudo, nos deparamos com um texto que nos desafiou especialmente. Um dos participantes do projeto escreveu em uma das cartas um poema narrativo a partir da paródia de uma canção no qual o protagonista narrador sente-se vingado e justiçado pelo assassinato violento da mulher que o traiu.

Como lidar com um texto como esse? Trata-se de um texto ficcional, mas que gera uma zona de ambiguidades difícil de lidar. Como não ceder ao julgamento e, ao mesmo tempo, como não deixar passar algo que parece legitimar o ciclo de violência de gênero que buscamos combater socialmente? Como manter o diálogo, para que este texto possa de fato abrir caminhos à reflexão?

Primeiramente, apesar de um desconcerto inicial que não conseguimos evitar, nos pareceu significativo que o participante tenha sentido abertura para expor um texto que não seria assimilável quando quem escreve tenta apenas suprir a expectativa de um discurso de redenção já préacabado. Havia ali uma provocação, talvez, mas também a expectativa de um retorno, nos pareceu. Nossa ideia foi a de tentar manter a disposição ao diálogo, o que não aconteceria se devolvêssemos apenas uma condenação veemente do personagem criado. Procuramos discutir a partir da própria ficção: lembrando que muita literatura foi produzida a partir do tema da traição; conversando a partir de

Madame Bovary e dessas personagens que não se encaixam às regras de seu tempo; pensando qual é o papel que é esperado socialmente das mulheres e lembrando que também há um fardo pesado de expectativas sociais em relação aos homens. Perguntamos ainda o quanto custa aos homens manter esse papel que restringe sua possibilidade de expressar sentimentos, fraquezas e frustrações. O diálogo continuou e efetivamente não temos como saber que efeito teve sobre nosso interlocutor. Sabemos apenas que apesar do provável desconforto que nossas questões colocavam, ele seguiu com a correspondência até o final do projeto.

Angela Davis (2018) nos lembra bem que imaginar uma sociedade sem prisões implica em refletir sobre múltiplos problemas, extremamente complexos, e que não há uma solução que dê conta de todos eles. Uma das tarefas seria enfrentar os efeitos decorrentes do machismo, que naturaliza a violência de gênero e que anualmente leva à morte de milhares de mulheres e à continuidade de um ciclo de violências que não se extingue nas prisões, muito pelo contrário. Sabemos que as prisões, cujos códigos internos muitas vezes legitimam os chamados "crimes de honra", são lugares que enrijecem ainda mais as estruturas patriarcais tão arraigadas socialmente. Pensar em um mundo sem prisões, menos violento, pressupõe também confiar na abertura de mais canais de diálogo para discutir o tema das masculinidades: a literatura pode ser um lugar bastante privilegiado de uma desorganização salutar das cristalizações dos papéis de gênero que tanto sofrimento causam.

O CHORO MASCULINO

Na esteira das reflexões despertadas sobre gênero, masculinidades e machismos, seguimos agora para uma discussão que envolveu a maioria, senão todos, os participantes do projeto. Numa das entregas, João Carlos escreveu um relato em que o personagem narrador, um idoso, é interpelado com violência por um jovem colega de prisão que diz para ele: "veio, você sofre". O idoso nega, mas o jovem não aceita contestação e repete a sentença. Na nostalgia que envolve o descanso pós-almoço, o narrador angustia-se em torno da afirmação incontestável. Nesse momento, lhe vem à mente a voz de seu pai dizendo que "homem que é homem não chora", sendo esse, segundo o narrador, também o mantra da prisão, "sujeito homem não chora". No fim, o que resta para ele é se virar para o lado e se fazer "moleque". Assim, movidos pela intensidade desse texto e de todas as questões que o envolvem, na entrega que seguiu, decidimos abordar o tema do "choro masculino". Para isso, colocamos três referências: a música *Jesus Chorou*, do grupo de RAP Racionais MC's; o texto *Instruções para chorar*, de Júlio Cortázar; e o conto *Lágrimas de Crocodilo*, de Felisberto Hernández. A partir dessas leituras, fizemos duas perguntas: qual texto chamou mais sua atenção e por quê? Já presenciaram uma cena de um homem chorando? Essa última pergunta tinha a intenção de os estimular a (re)criar a cena com total liberdade literária. Era um convite para que os participantes compartilhassem seus pensamentos e reflexões em torno do assunto, mas não fazíamos ideia de como reagiriam. O resultado foi bastante diverso, de modo que as histórias colocadas se dividiram em escritos em primeira pessoa, sobre sofrimentos passados e atuais; em terceira pessoa, contado sobre o choro de alguém próximo; ou de um narrador em terceira pessoa externo aos fatos narrados.

O texto que mais reações provocou foi "Jesus chorou", pois ela toca em um pilar muito presente no meio carcerário, que é a religião. Alguns participantes apontaram ainda o capítulo e versículo da bíblia onde o choro de Jesus pode ser encontrado (se trata do momento que Jesus ressuscita Lázaro), o que demonstra interesse e uma reflexão prévia sobre o assunto. Para José Valdir, ler sobre isso lhe traz uma sensação inexplicável, pois entende que as lágrimas nos olhos do criador são por nossa causa, pela rebeldia das pessoas que não seguem seus ensinamentos. Assim, ele ressalta: "e creio que Jesus ainda chora ao ver tantos corações endurecidos praticando o mal e não se arrependendo". Para Alinor, por outro lado, "o choro é de todas as mulheres e homens. São fatos reais. São de tristezas que vem de emoções que atingem o coração".

Durante a troca de cartas, uma coisa que se fez bastante evidente foi a importância que a religião assume na conduta e vida dos privados de liberdade. Em grande parte dos textos, sejam os literários, os de memórias ou os de elogio ao projeto, os agradecimentos e louvores a Deus estão presentes. A religião, nos parece, assume um papel de grande destaque em suas vidas, seja por trazer esperança de um futuro distinto, como a reaproximação da família, seja pela possibilidade de redenção de um passado do qual não se orgulham ou mesmo pela mudança de crenças, valores e propósitos que traz para seu cotidiano. Falamos sobre isso, para que se entenda melhor a importância de encontrarem na bíblia uma passagem onde Jesus chora, pois, de certa forma, tal fato os autoriza a derramarem suas lágrimas sem serem julgados, por si mesmos ou pelos demais.

Nesse ponto, novamente refletimos sobre quão violenta é a sociedade em que vivemos, onde a divisão de gêneros e os papéis que lhe cabem deslegitimam o choro dos homens, que são levados a ocultar e a trancafiar essas emoções, até que se tornem "fortes", em outras palavras, até que escondam tão bem seus sentimentos

que não pareçam mais tê-los. Sobre isso, Abimael diz o seguinte: "penso que muitos homens fingem ser fortões, porém, algum dia, na calada da noite, eles choram bem baixinho e escondidinhos para que ninguém veja suas lágrimas rolarem". Nesse sentido, Eliseu afirma "confesso que não sou chorão, mas choro sempre. E na maioria das vezes o meu choro é um choro embargado, choro pra dentro de mim mesmo. Não tenho vergonha de derramar minhas lágrimas. Chorar é humano. Junto com o choro a autenticidade de ser eu mesmo". Dessa maneira, pensamos que essas são ações de uma força enorme, pois quando os homens reforçam sua capacidade de amar e ser amado ou de chorarem e não se envergonharem disso, estremecem as grades que aprisionam e trancafiam suas capacidades de ser, sentir e existir.

A proposta de (re)criação de cenas e histórias com liberdade literária trouxe textos diversos, alguns com mais leveza, outros mais intensos. A escrita literária traz a possibilidade de as pessoas (re)criarem suas histórias e experiências, atribuindo novos sentidos e significados. Como (re)criadores, podem se permitir moldar e remodelar a substância de suas existências.

Em vista disso, tivemos histórias como a de "Marcos", de autoria de Abimael. Nesse relato, o protagonista caía num choro sentido sempre que abraçava a mulher amada. Era um choro sem explicação, que surgia estando ele feliz ou triste. Segundo o narrador do relato escrito por Abimael "Uma vez ele [Marcos] me disse que o amor que sentia por ela era um tal de amor platônico; uma coisa de espírito para espírito". O texto é concluído com uma pergunta ao leitor: "E você… o que você me diz?

Já no escrito de José Valdir, o narrador conta a história de um homem que desde criança era apaixonado por música, tanto que um dia venceu um concurso musical. O prêmio era um contrato com uma gravadora. Chegando lá, no entanto, o homem

precisou ouvir que, apesar de ter uma voz boa, suas composições eram ruins, de forma que não iriam gravar música nenhuma. Saindo dali o homem chorou bastante, mas depois se deu conta que haviam outras diversas pessoas passando pela mesma situação ou até piores. Então, "foi aí que resolveu erguer a cabeça e encarar a vida como ela é, feita de momentos de alegrias, tristezas, conquistas e perdas, e de lágrimas geradas por tantas emoções, afinal nessa vida quem não chora?".

Por último, num formato distinto dos outros, recebemos o poema *Lágrimas*, de João Carlos, que resolvemos transcrever abaixo.

Lágrimas - João Carlos

A memória cria as lágrimas
Os olhos as expulsam
Escorrem pelo rosto
E vão pingar numa mesa,
num colo, numa folha de caderno.
Secam sem deixar marcas.
O que não secam são as memórias.
Nunca.
Sempre há o que chorar.
Sempre.
(...Noite. Palavras em fuga. Eu as recolho e monto um desabafo, antes que as esqueça e o travesseiro as absorva. Como faz com as minhas lágrimas, quase secas, de tão imaginárias).

Tais textos, mobilizados pelo rap *Jesus Chorou*, que por sua vez se inspira em um texto bíblico, permite-nos explorar com bastante evidência as diferenças importantes que enxergamos entre o trabalho com literatura e o trabalho de doutrinamento religioso,

na medida em que a linguagem literária permite a ampliação de significações e a abertura de múltiplos sentidos, de um modo que não acontece quando se busca encontrar uma única verdade no texto. Isso não diz respeito apenas aos textos, mas aos modos de lê-los e de recriá-los livremente. Nesse sentido, é possível inclusive fazer uma leitura literária de um texto de matriz religiosa, uma vez que não se busque nele uma verdade definitiva, mas que se parta dele para seguir buscando, questionando e encontrando matrizes para novas histórias. A imagem de um Jesus que chora é muito preciosa para ficar reduzida a uma única leitura. Ela é especialmente interessante para mobilizar outras histórias de homens que choram, muitas delas trancafiadas em diversas camadas de sofridas interdições.

A ESCRITA ENQUANTO EXERCÍCIO DE LIBERDADE

Em nossa primeira troca de cartas, perguntados sobre o que pensavam acerca da nossa proposta, recebemos a seguinte resposta de um deles: "Eu acho fascinante [...], pois me ajuda a "LIVRAR" o que está preso dentro de mim. [...] isso irá me libertar da prisão inconsciente." (Clésio). Outro participante explicou que gostou de um poema "[...] porque fala[va] da escrita como importante forma de expressão, da fascinante forma que têm o poder de [...] expandir, transmitir, transformar sentimentos, pensamentos e comportamentos. Com efeitos na aprendizagem para a vida". (Eliseu). O poema a que Eliseu se refere é de autoria de Donizeti dos Santos Junior, e é fruto de oficinas realizadas pelo projeto em 2018:

Por que escrever?
Uma vez me questionei.
Cheguei à resposta que para mim não era óbvia.
O primeiro foi o mais difícil,
os demais pareceu ofício,
de tão simples para expressar,
de tantos sentimentos que tinha no peito a guardar.
O que às vezes é difícil dizer,
por falta de coragem
ou de outra coisa qualquer,
no papel do coração,
com um simples movimento de mão.
Agradeço o dia que aprendi
a colocar minhas lágrimas
em forma de carvão.

Tendo em conta os comentários de Clésio e Eliseu, gostaríamos de expor uma breve reflexão sobre a escrita enquanto exercício de liberdade tanto para nós, organizadores das oficinas do *Direito à Poesia* quanto para os participantes privados de liberdade. Para ficar com um exemplo conhecido: naquele poema de Vinicius de Moraes, Operário em construção, há uma tomada de consciência por parte do sujeito a respeito do seu próprio poder criativo: "Naquela casa vazia/ Que ele mesmo levantara/ Um mundo novo nascia/ De que sequer suspeitava". Podemos dizer que ocorre algo semelhante quando exercitamos a escrita literária já que vamos tomando consciência e reivindicando nosso poder de dizer e fazer. Partindo de exercícios vamos aprendendo a construir pequenas obras e a colocá-las em circulação numa comunidade de leitores críticos e abertos ao diálogo, sendo que a recepção dessas pequenas

obras abre a possibilidade para que os participantes modifiquem a sua própria percepção da realidade.

Sem esgotar toda complexidade que envolve a escrita e a leitura de textos literários, sobretudo em condições adversas e relacionadas à mediação cultural, gostaríamos de destacar a experiência de certo distanciamento da realidade cotidiana proporcionado pela escrita literária e que pode contribuir para pensarmos a seu respeito enquanto exercício de liberdade.

Tal distanciamento apresenta ao menos um duplo aspecto: é um distanciar-se próprio na memória e na imaginação e que mobiliza paixões e pensamentos, sendo que é nesse mobilizar afetivo que parece se dar certa experiência de libertar-se de... assim, voltando ao primeiro comentário, "o que está preso dentro de mim", ou o que me aprisiona, são paixões imbricadas em pensamentos, são pensamentos imbricados em paixões, o que quer dizer que o quê está privado de liberdade é (mas não só) de ordem subjetiva, sendo que o sujeito da enunciação reconhece o caráter [relativamente] inconsciente de seu aprisionamento. Por isso podemos dizer que a literatura está vinculada aqui a um processo de reflexão que ilumina aspectos da vida de cada um de nós e da nossa história (que não é nunca puramente individual), assim como à possibilidade de narrar e continuar essa história de outras formas. Conforme afirma a antropóloga Michèle Petit (2009, p. 15), uma das referências teóricas que inspirou nosso projeto "(…) o que a leitura também torna possível é uma narrativa: ler permite iniciar uma atividade de narração e que se estabeleçam vínculos entre os fragmentos de uma história, entre os que participam de um grupo e, às vezes, entre universos culturais".

A Arte e a literatura modernas são indissociáveis do conceito de liberdade - liberdade de falar, criar, construir, estabelecer diálogo, alterar a ordem das coisas. Daí que ambas possam

ser consideradas espaços privilegiados de *desassujeitamento*. Em termos do universo prisional, poderiam ser definidas como espécies de *alvarás ficcionais de soltura*. Contudo, é preciso reconhecer que essa liberdade da literatura e da arte sempre esteve regulada institucionalmente, por exemplo, por meio de especialistas que determinam o que conta como artístico e quem pode ser reconhecido como escritor. Além disso, representações literárias e artísticas podem ter contribuído à expansão do sistema de controle e vigilância, como nos casos das obras que ajudaram a consolidar a figura do delinquente. Nesse sentido, se a literatura pode ajudar a processos de libertação no cárcere; trabalhos de literatura no cárcere como o que propomos também pode ser uma forma de libertar a literatura de suas amarras institucionais e recuperar o que tem de mais transgressor, tirando-a da mão dos especialistas e abrindo-a para outros usos.

Para o *Direito à poesia*, trabalhar com literatura em prisões se vincula com o desejo de tirar as coisas do lugar que ocupam dentro de uma ordem social que reconhecemos como extremamente desigual. Por isso, consideramos a reflexão artística e literária simultaneamente como ética e política. Trabalhar com literatura em prisões significa também tentar pensar e começar a produzir outras formas de distribuição dos espaços, assim como em outras formas de circulação; desrespeitar os muros existentes, na procura de uma vida mais livre e segura, ou seja, daquilo que a existência da prisão promete resguardar, mas fracassando programaticamente desde sempre (FOUCAULT 1987). Como disse Angela Davis (2018, p. 16-17), a prisão, na verdade, serve para nos livrar "da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global".

A pandemia do coronavírus escancarou uma vez mais a extrema vulnerabilidade enfrentada pelas pessoas privadas de liberdade, assim como a insegurança que isso implica não só para essas pessoas, mas também para o restante da população.

O CÁRCERE EM TEMPOS DE PANDEMIA

A nova e intempestiva realidade surgida a partir da percepção de que a covid-19 era uma pandemia mundial, gerou dinâmicas desconhecidas de ser e estar para muitas pessoas até então. O confinamento obrigatório mobilizou vários questionamentos, a partir dos quais tem sido possível evidenciar as diferenças tão absurdamente grandes que se vivem na sociedade, como, por exemplo, quem pode cumprir realmente o confinamento? É possível não passar necessidades perante tal confinamento? O que acontece com as pessoas que já se encontram numa situação de confinamento?

Para quem se encontra em privação de liberdade, como medida punitiva, a pandemia indiscutivelmente reforçou as outras privações de direitos que de maneira irregular embora sistemática já aconteciam. Neste tempo, no qual aparecem com mais força as necessidades psicoafetivas, a proibição das visitas de familiares nos cárceres, limitou a troca de afetos e a entrada de produtos básicos de subsistência que as famílias acabam provendo, gerando uma precarização ainda maior das condições no interior das prisões. Como é conhecido, o Estado em quase nenhum caso se encarrega de fornecer adequadamente tudo o que as pessoas privadas de liberdade precisam para ter condições dignas de vida. Muito pelo contrário. A respeito é expressiva a seguinte declaração recolhida no

Relatório da Pastoral Carcerária do ano de 2020: "Estão deixando os presos com suspeita junto com os outros, e já ouvi falar que é 'pra deixar morrer'. Estão todos sem água pra beber, tomar banho ou lavar [as] mãos [...]" (PASTORAL CARCERÁRIA, 2021).

O isolamento decorrente da pandemia provocou em muitos de nós sentimentos de desesperança, de solidão, de ansiedade, de tristeza, o que de alguma maneira nos dá uma ideia do que significa a privação de liberdade. Porém, de certa forma essa situação inédita nos fez parar para pensar um pouco mais sobre nossas práticas cotidianas ou em formas de nos (re)inventarmos em tempos pandêmicos.

Todo o processo de troca de cartas e os exercícios de escrita propostos, acabou por nos fazer refletir sobre o que estamos criando em isolamento social, sobre a importância de trabalharmos mais a nossa imaginação, nossa interação entre nós, com os recursos possíveis, e nossa atenção em relação à lógica que nos empurra ao produtivismo, mesmo em tempos tão excepcionais como o que estamos vivendo.

Tais reflexões acabaram entrando em consonância com a leitura do artigo "O que aprendemos sobre isolamento com artistas da prisão" de Janie Paul, professora de arte e design da Universidade de Michigan, Estados Unidos. Esse texto fala sobre o processo de criação dos artistas da prisão de Michigan e de como cada pessoa se encontra no campo da arte, descobrindo dentro do cárcere maneiras de se expressar pela pintura, pela escrita, por esculturas, a partir de um trabalho intenso de observação, de imaginação e de experimentação de diferentes materiais, a partir da relação peculiar com o tempo e com o espaço que se vive sob a condição de privação de liberdade. Anualmente seus trabalhos são apresentados em exposições organizadas por Janie, as quais revertem em remuneração aos artistas, mediante a venda de suas obras.

Muitas pessoas ignoram o fato de que no cárcere também se produz arte. Às vezes parece ser difícil de imaginá-lo, tanto pela dureza do lugar quanto pelos preconceitos que fazem pensar que na prisão as pessoas seriam incapazes de criar algo de bom. Logo, é muito importante dar visibilidade às possibilidades e habilidades que pessoas em privação de liberdade tem de criar com os poucos materiais que lhe são dispostos.

O referido artigo sobre os artistas da prisão de Michigan foi compartilhado em uma de nossas cartas. Surgiram múltiplos comentários a partir da leitura e interpretação do texto, muitos deles mostrando a identificação que os participantes das oficinas sentiram ao se verem como artistas da prisão, a partir da arte do crochê. O crochê é uma das práticas amplamente difundidas entre os privados de liberdade, ensinada espontaneamente entre eles, que compartilham esse aprendizado entre si de galeria em galeria, de cela em cela, criando a partir dessa técnica tapetes, redes de dormir, bonés e afins.

Trata-se de um conhecimento que favorece a autonomia e a fraternidade entre as pessoas, ajudando-as a sentirem-se pertencentes a um lugar nesse fazer, tecendo sonhos e afetos nas descobertas do famoso crochê. São atividades como essas em que os artistas da prisão buscam neste processo formas de distrair a mente, praticando a paciência e a persistência em cada ponto. Com agulhas e barbantes descobrem um novo hobby ou até mesmo uma profissão para se levar nos novos caminhos a serem traçados.

DAS CARTAS AO *CARTÓN*

Desde o começo da troca de cartas, propusemos que ao finalizar o ano a experiência fosse recolhida em uma antologia dos textos trocados e escritos a partir da oficina epistolar. A ideia inicial era lançar no final do ano um livro feito de papelão, como fizemos em anos anteriores, o que dependeria, evidentemente, da acolhida da proposta por parte dos participantes e do desenrolar das oficinas, que não sabíamos muito bem qual seria.

Esse tipo de livro de papelão é conhecido também como edição *cartonera*, nome que vem da palavra espanhola "cartón" (papelão) e que ficou mundialmente famoso graças ao sucesso da primeira editora do gênero, *Eloisa cartonera,* fundada na Argentina, no ano 2003, pelo artista plástico Javier Barilaro e pelo escritor Washington Cucurto. Em um contexto de crise econômica, política e social no país, Barilaro e Cucurto decidiram começar a editar livros baratos feitos com folhas xerocadas, dobradas pela metade, e capas de papelão, estabelecendo para isso parcerias com catadores da cidade. Muitos dos autores que começaram a aparecer publicados na Editora, como os próprios Barilaro e Cucurto, não provinham dos círculos letrados tradicionais. A proposta, que teve um sucesso inesperado, transformou as formas de circulação e de produção literária na América Latina, sendo replicada em muitos países da região e do restante do globo. Eloisa não só encontrou novos usos e sentidos para algo considerado descartável e sem valor, o papelão, mas também para algo altamente valorizado e considerado digno de permanência, a literatura.

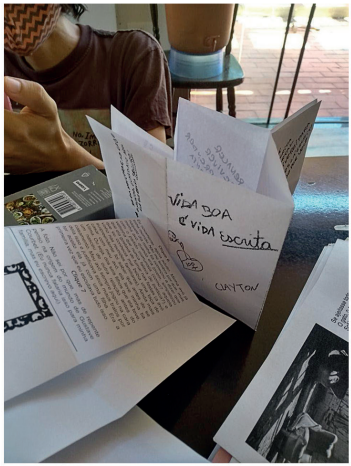
Fazer um livro de papelão no presídio é continuar essa tarefa de redefinir usos e significados das coisas. No final de 2020, contudo, decidimos optar por um modelo de edição em papelão que não seguia o modelo clássico estabelecido por

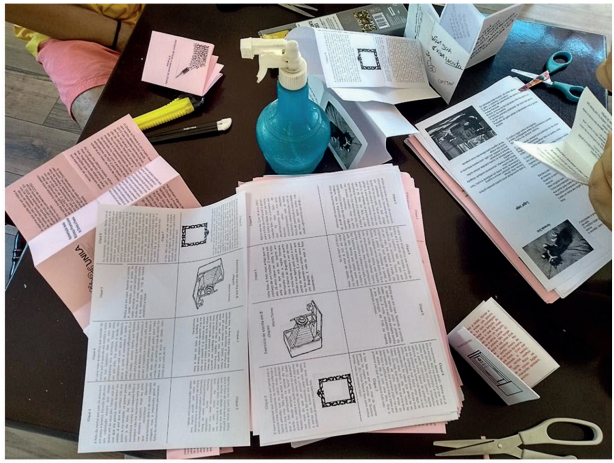
Eloisa Cartonera, mas uma variante proposta pelo também escritor e editor argentino Carlos Ríos, que tem uma longa experiência dando oficinas de literatura em presídios de seu país. Uma das propostas da *Oficina perambulante*, a editora de Rios, é a edição de antologias de fanzines em caixas recicladas de sucos, leites e achocolatados. O escritor transforma as caixas em pequenas bibliotecas de fanzines, além de caixas de ferramentas variadas - dentro delas além de escritos literários (alguns deles dos participantes das suas oficinas no cárcere), Ríos coloca diferentes elementos como saquinhos de chá, folhas com desenhos de pinturas famosas, mapas, guias telefônicos e instruções para fazer mate. A ideia é que a pessoa que receba a caixinha, pensada para circular facilmente entre celas, pegue dela e acrescente nela o que quiser.

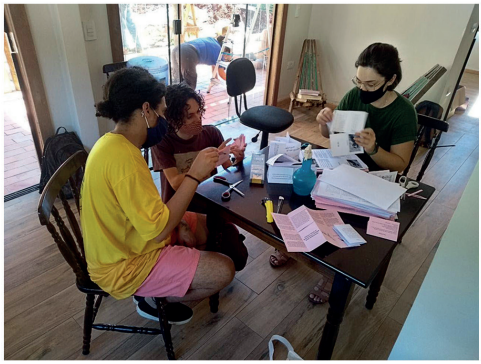
Seguindo o modelo proposto por Ríos optamos por criar pequenas bibliotecas ambulantes, utilizando caixas de leite em que colocamos fanzines com alguns dos textos que consideramos mais significativos das nossas trocas de cartas. Nosso desejo era ter escolhido os textos e montar as caixinhas junto aos participantes das oficinas, mas isso não foi possível devido às dificuldades de acesso à penitenciária e ao pouco tempo com que contávamos para atividade no final do ano. Com a expressa autorização dos participantes das oficinas para publicar seus textos, nós fizemos a seleção de matérias e elaboramos as pequenas bibliotecas, uma para cada um dos participantes. As caixinhas são um registro das trocas que mantivemos com as pessoas privadas de liberdade durante o período de confinamento. Textos de Gloria Anzaldúa, Ricardo Piglia, Clarice Lispector e Carolina Maria de Jesus aparecem do lado de escritos dos participantes privados de liberdade e nossos, os organizadores das oficinas. A caixinha convida o leitor a passar de um fanzine a outro, a pôr em diálogo e confronto

as vozes diversas. Por isso, consideramos que a caixinha materializa de forma bastante adequada a proposta de nosso projeto.

Por fim, e para concluir, ainda que a realização da Oficina epistolar tenha implicado em uma mudança bastante profunda em relação à dinâmica dos encontros presenciais, as cartas foram o veículo para fazer entrar e sair falas da prisão. O objetivo principal do *Direito à poesia* é esse: perfurar muros para liberar falas, criar as condições para que nós e as pessoas privadas de liberdade possamos falar da forma mais livre possível. Isto quer dizer também criar condições para que fale uma voz própria, entendida como uma voz que exprima a singularidade da própria vida. Trata-se de procurar uma voz singular, mas não individual nem individualista. De fato, o primeiro passo nessa procura é criar um espaço de escuta, uma comunidade de acolhimento de vozes diversas, que faça os e as participantes sentirem-se livres para falar. É preciso poder falar livremente, mas sem renunciar à responsabilidade de manter essa comunidade de acolhimento de vozes divergentes.


VIDA BOA
& VIDA escuta






1 MINUTO

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Tradução Vinicius Nicastro Honesco. Chapecó: Argos, 2009.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

CAMPOS, Thayane Silva. "**Un pueblo sin piernas pero que camina**": formação de professores na educação de jovens e adultos privados de liberdade. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: Período de Julho a Dezembro de 2019. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYWY5NjFmZjctOTJmNi00MmY3LThlMTEtNWYwOTlmODFjYWQ5IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9. Acesso em: 1 jan. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 288.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

MELLO, Luciana de; WOINILOWICZ, Maria Elvira. **Ninguna calle termina en la esquina:** Historias que se leen y se escriben en la cárcel. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2016. Disponível em: http://publicaciones.filo.uba.ar/sites/publicaciones.filo.uba.ar/files/Ninguna%20calle%20termina%20en%20la%20esquina_interactivo_0.pdf. Acesso em: 17 maio 2020.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Relatório 2020 - A Pandemia da Tortura no cárcere**. São Paulo, 2020. Disponível em: https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Relatorio_2020_web.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021.

PÈTIT, Michele. **A arte de ler ou como resistir à adversidade.** Tradução Arthur Bueno; Camila Boldrin. 34. ed. São Paulo, 2009. E-book. Disponível em: http://lelivros.love/book/download-a-arte-de-ler-ou-como-resistir-a-adversidade-michele-petit-em-epub-mobi-e-pdf/. Acesso em: 17 maio 2020.

Parte 3

O Motyrum

EDUCAÇÃO POPULAR EM EXECUÇÃO PENAL NA APAC MACAU

Alisson Murilo Bezerra Martins[1]
Carlos Romero Bacurau de Brito[2]
Isabelly Thayse Araújo Alves[3]
Mayara Luana Marques de Lima[4]

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Embora passados séculos desde que o acusado sequer tinha direito a participar do processo criminal (CARNELUTTI, 2009), em pleno século XXI pode-se observar remanescentes da sistemática processual penal que vigorava outrora, inclusive para além do rito processual, estendendo-se à fase executória da pena. A ausência de linguagem inteligível e de instrução aos indivíduos que cumprem pena privativa de liberdade configura um óbice à reivindicação e ao exercício de seus direitos.

O sistema prisional potiguar encontra-se nesse contexto, sendo concebido como lugar em que os direitos e as garantias da

[1] Estudante do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

[2] Estudante do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

[3] Estudante do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

[4] Estudante do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

pessoa presa são violados, seja pela superlotação, pela pouca ou nenhuma assistência prestada ou pelos abusos e violências cometidos. Contudo, diante desse cenário, destaca-se a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), um estabelecimento prisional de baixa segurança, que recebe presos do sistema prisional comum que possuem bom comportamento, e onde se pode dizer que a Lei de Execução Penal é cumprida em maior medida.

Nada obstante tal singularidade, os indivíduos privados de liberdade por sentença condenatória, definitiva ou provisória, que cumprem pena na APAC Macau deparam-se, hodiernamente, com situações em que precisam tomar decisões acerca de procedimentos jurídicos cujos ritos, funções e significados desconhecem. Nessa senda, com o intuito de auxiliar os recuperandos[5] da referida instituição penal a compreender a realidade que os cerca, enquanto pessoas em situação de privação de liberdade, elaborou-se o Curso de Formação em Funcionamento e Estrutura do Sistema de Justiça Criminal, Direitos Humanos e Direitos da Pessoa Presa, ministrado por extensionistas do Projeto Motyrum Penitenciário, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, buscando construir junto aos privados de liberdade da APAC Macau noções acerca do sistema de justiça criminal e suas nuances (estruturas, funções, competências, etc.) e sobre os direitos e deveres da pessoa presa, além de provocá-los a uma reflexão crítica quanto às temáticas de direitos humanos e cidadania.

[5] Recuperando é o termo usado nas Associações de Proteção e Assistência ao Condenado para designar o indivíduo em cumprimento de pena privativa de liberdade.

Ademais, vislumbrou-se cumprir com as normas dispostas no Art. 41[6] da Lei de Execução Penal, a Lei n. 7.210 de 1984, especialmente em seus incisos VI e VII, haja vista a educação ser uma garantia instituída pela Constituição Federal de 1988, precisamente em seu art. 205[7]. Para tanto, utilizou-se os métodos da educação popular, que se constituíram na troca de saberes entre os sujeitos do sistema prisional e os(as) estudantes de graduação, colaboradores e professores-orientadores envolvidos no projeto.

CAMINHOS (E ATALHOS) PARA A EDUCAÇÃO POPULAR EM EXECUÇÃO PENAL

A partir da dimensão interventora da pedagogia social freireana e do entendimento de que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (FREIRE, 2011, p. 38), buscou-se com o curso em comento, especialmente em seu viés jurídico, proporcionar aos indivíduos que cumprem pena privativa de liberdade em regime fechado na APAC Macau uma formação que os permita atuar diretamente sobre as questões inerentes a sua realidade enquanto sujeitos encarcerados. Nesse sentido, através

[6] Art. 41 - Constituem direitos do preso: [...]
VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;
VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa (BRASIL, 1984).

[7] Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

de uma perspectiva dialógica, reconhecendo as singularidades culturais dos recuperandos (COIMBRA, 2017 *apud* LEAL *et al.*, 2017), pretendeu-se instrumentalizá-los para a compreensão do contexto em que se inserem e para a reivindicação de seus direitos.

Elaboração conjunta e dialogada da ementa do curso em seu viés jurídico

A ação que aqui se apresenta surgiu com o intuito de atender às demandas dos recuperandos quanto à necessidade destes de compreender o meio no qual estão inseridos. Tal reivindicação emergiu do fato de estes indivíduos frequentemente serem submetidos a procedimentos cujos ritos, funções e significados desconhecem, uma vez que a assistência jurídica que lhes é prestada geralmente desconsidera ou ignora a importância de oferecer-lhes uma mínima instrução acerca de tais procedimentos.

Nesse cenário, reconhecendo que o ensinar deve pressupor o respeito aos saberes dos educandos (FREIRE, 2011) e considerando a diversidade inerente ao grupo, o planejamento das oficinas ministradas se deu a partir das necessidades identificadas pelos recuperandos em suas vivências. Desse modo, foram buscados meios para o estabelecimento de um canal de comunicação entre nós, os ministrantes do curso, e os recuperandos.

Observada a situação atípica em que se encontrou a sociedade brasileira após a decretação do estado de calamidade pública ensejado pela pandemia da doença covid-19, em março de 2020, fez-se necessário a adoção de medidas preventivas à contaminação pelo coronavírus, como o distanciamento e o isolamento social. Diante disso, sendo flagrante a inevitabilidade de nos transportarmos para o formato remoto, consoante à infraestrutura de informática existente na APAC Macau, optamos por utilizar a plataforma digital *Google Meets* para a realização dos encontros.

Para que nos fosse possível acolher as suas demandas, realizamos uma reunião remota com os recuperandos, cujo extrato subsidiou o plano de curso a ser ministrado. Na oportunidade, a partir dos relatos dos recuperandos acerca das situações que vivenciaram no cumprimento da pena e das dúvidas que possuíam sobre aspectos da aplicação e execução penal, pudemos colher os assuntos a serem lecionados.

Com base nisso, organizamos, de forma lógica e adequada aos pressupostos doutrinários, legais e jurisprudenciais que orientam o Direito Penal, o Direito Processual Penal e da Execução Penal, os referidos temas, resultando no cronograma de oficinas apresentado adiante. No entanto, ressalte-se que, não obstante a definição do conteúdo programático ter ocorrido a partir da mencionada reunião, ao longo do curso, foram feitos ajustes acerca dos assuntos abordados, a fim de preservar a dinamicidade, organicidade e dialogicidade da atividade.

Quadro 1- Cronograma de oficinas

CRONOGRAMA	
Descrição	**Data**
Oficina 1 – Estrutura e funcionamento do sistema de justiça criminal	28/08/2020
Oficina 2 – Sentença	11/09/2020
Oficina 3 – Guia da execução penal e atestado de pena	25/09/2020
Oficina 4 – Defesa	09/10/2020
Oficina 5 – Progressão e remição de pena	23/10/2020
Oficina 6 – Direitos da pessoa presa (p. 1)	06/11/2020
Oficina 7 – Direitos da pessoa presa (p. 2)	20/11/2020
Oficina 8 – Revisão	04/12/2020
Encerramento	11/12/2020

Fonte: elaborado pelos autores.

Os encontros realizados em sequência à referida reunião possuíam duração de 02 (duas) horas e também foram conduzidos com base nas preferências de aprendizagem dos recuperandos, que optaram pela realização das oficinas exclusivamente por vídeo, privilegiando a exposição oral dos ministrantes do eixo jurídico, composto por seis estudantes de Direito de variados períodos.

Sensibilização e aproximação dos recuperandos por meio de metodologias ativas de ensino

Para as primeiras oficinas ministradas aos recuperandos, nos dividimos em dois trios, que se responsabilizaram, alternativamente, por ministrá-las. O conteúdo programático ministrado, por sua vez, foi organizado em três blocos, com duração de 30 (trinta) minutos cada, de modo que cada um dos três ministrantes responsáveis pela oficina incumbia-se da exposição de um deles. Ao final do último bloco de conteúdo, abria-se espaço para intervenções e questionamentos dos recuperandos, de maneira que a oficina era ministrada de forma dialogada.

Nada obstante, apesar desse caráter dialogal, notou-se, ao longo dos primeiros encontros, uma diminuição da participação dos recuperandos, o que nos levou a estudar a aplicação de outras metodologias ativas de ensino que condissessem com a atividade em desenvolvimento. Em virtude disso, buscou-se, em primeiro plano, fazer perguntas direcionadas aos recuperandos individualmente, como modo de estimular a participação nas oficinas.

Nesse sentido, reconhecemos a atitude de perguntá-los individualmente sobre os assuntos ministrados nas oficinas, além de uma ação de estímulo à participação ativa, como algo importante para a reafirmação dos recuperandos enquanto sujeitos, com identidade própria, nome próprio, dentre outras características autênticas que lhes pertencem individualmente. Isso porque almejou-se, durante a realização do referido curso, enxergá-los não como um "público-alvo", tomando-os como passivos diante das ações dos ministrantes, "supostos detentores de todo o conhecimento", mas como sujeitos que se constituem como autores de seu próprio processo de aprendizagem (AGUIAR, 2009).

Para mais, também adotou-se o uso instrumental de *quizzes*, que passaram a constituir uma ferramenta de avaliação do conhecimento construído durante as oficinas, uma vez que:

> Conforme Vygotsky (1989), jogos didáticos são ótimas alternativas para o processo de aprendizado e avaliação, ajudando no desenvolvimento das habilidades e raciocínio do estudante, além de incentivar a discussão e trabalho em grupo, ainda interfere positivamente na relação professor--estudante (VARGAS; AHLERT, 2017).

Outros recursos didáticos utilizados pelos ministrantes do curso em seu eixo jurídico dizem respeito a músicas, trechos de filmes, organogramas e fotografias, de modo que, durante a utilização desses recursos para a exposição dos assuntos, notou-se uma boa aceitação por parte dos recuperandos, que interagiram de forma satisfatória, demonstrando o potencial pedagógico de tais ferramentas no processo de aprendizagem.

Para além de trazer ludicidade ao momento de aprendizagem, buscou-se, especialmente com a exibição de trechos de filmes, fomentar discussões sobre assuntos relevantes ao conteúdo ministrado, visando contribuir para a formação dos recuperandos. Nessa senda, procedemos à mediação do conhecimento aos educandos, por meio da análise cinematográfica (COLAUTO *et al.,* 2017 *apud* LEAL *et al*., 2017). A título de ilustração do que estamos tratando, temos a exibição do alegórico "Juízo Final", cena do filme "O Auto da Compadecida" (2000), para elucidar, por meio da análise cinematográfica, os atores do processo penal, quais sejam, o juiz, o promotor de justiça, o defensor público/advogado e o acusado, e os papéis que estes desempenham.

Nessa esteira, também utilizamos a reprodução de músicas, bem como a exposição do respectivo videoclipe, como meio para fomentar a reflexão dos recuperandos acerca de temáticas de cunho social e cultural que, de uma forma ou de outra, também permeiam o cárcere. A exemplo disso, temos a exibição do vídeo da recitação da poesia "Manifesto Negro"[8], por Jânio Silva, como ferramenta para refletir sobre a questão racial na sociedade brasileira.

Inobstante às estratégias educativas supramencionadas, após alguns encontros, outra observação foi feita: a existência de um grande intervalo de tempo entre as atuações dos trios do eixo jurídico nas oficinas. Tendo em vista que o curso se dividiu em dois eixos temáticos, como já explicado anteriormente, e as atuações se deram de forma semanal, sendo os encontros realizados nas sextas-feiras à tarde, no esquema de revezamento entre os dois trios, cada grupo só tinha contato com os recuperandos uma vez ao mês.

Essa dinâmica, embora cômoda para nós, causava um inevitável afrouxamento dos laços construídos com os recuperandos, devido à ausência de constância no contato com estes. Portanto, a fim de dissolver essa problemática, os encontros passaram a ocorrer com a presença de todos os seis integrantes do eixo jurídico, permanecendo, todavia, a divisão do conteúdo programático para um dos trios, de forma alternada.

As mudanças ocorridas otimizaram de maneira inegável a interação entre os ministrantes e os recuperandos, de modo que os laços, antes afrouxados, se estreitaram e proporcionaram a ambos os grupos momentos de intensa interação e aprendizagem. A título de exemplo de tais momentos, tem-se a distribuição de chocolates entre os recuperandos como uma forma singela de gratifica-los

[8] Palavra Negra #07: Poesia Manifesto Negro - Janio Silva. Disponível em: https://youtu.be/nI_i97oPQYc.

pelo esforço e dedicação durante as oficinas, bem como a exposição realizada pelos recuperandos dos projetos artesanais e de marcenaria desenvolvidos por eles na APAC Macau.

REFLEXÕES SOBRE O PODER DE SER LUZ NA ESCURIDÃO

Apesar de o grande foco da atividade ora relatada ser a experiência oferecida aos recuperandos, constitui parte relevante desse processo a repercussão gerada sobre os extensionistas que ministraram as oficinas do eixo jurídico. Embora habituados com a dinâmica de apresentar trabalhos na graduação, a vivência de ministrar um curso para um público tão diverso cultural e academicamente configurou um desafio aos estudantes de Direito envolvidos.

Uma das primeiras problemáticas enfrentadas por nós foi a tradução, por assim dizer, da linguagem técnica jurídica em uma linguagem inteligível e relacionável pelos recuperandos. A desconstrução do juridiquês, tão espontaneamente incorporado ao fazer diário do acadêmico de Direito, foi a primeira barreira a ser vencida durante a construção do curso, sendo tal ruptura considerada na elaboração dos materiais que orientaram as oficinas.

Nesse ponto, ressalta-se que, dentre os doze recuperandos que participaram do curso, seis não chegaram a concluir o ensino fundamental, de modo que alguns deles possuem dificuldades de escrita e/ou de leitura. Assim, levando em consideração o nível de escolaridade dos recuperandos, cumpre mencionar o que acuradamente afirma Borges (2020, p. 36):

> A linguagem rebuscada e o uso de expressões em latim, e até uma construção discursiva e sintática mais apurada e elitizada afastam e dificultam tanto a capacidade de acompanhamento, quanto de entendimento do processo [no nosso caso, do conteúdo jurídico ministrado nas oficinas] pelos réus e seus familiares [no nosso caso, pelos recuperandos].

Além da dificuldade de despir-nos da erudição que permeia as salas de aula da Universidade, tivemos ainda de construir, pouco a pouco e com alguma dificuldade, a autoconfiança necessária para ministrar os conteúdos relacionados à estrutura e funcionamento do sistema de justiça criminal e direitos das pessoas presas de forma segura, além de clara e objetiva. Nesse sentido, impende ressaltar os ganhos obtidos por nós com a realização do curso, uma vez que solidificamos e construímos conhecimentos jurídicos na seara do Direito Penal, Direito Processual Penal e da Execução Penal. Quanto a este ponto, vale destacar que, dentre os seis ministrantes, três não tinham passado pelas cadeiras do Direito Penal e Processual Penal, de modo que foi necessário organizá-los internamente para que os mais experientes pudessem auxiliar aqueles que se encontravam nos períodos iniciais da graduação.

Além disso, o planejamento e a execução do curso nos permitiu ter contato com o fazer docente, o que se faz importante e engrandecedor para a formação do discente de graduação. Assim, a ocasião nos trouxe a possibilidade de compreender a realidade de sala de aula, em específico a sala de aula remota, expondo a necessidade de adaptação e fomento de outras dinâmicas para que as oficinas se pautassem em um método acessível ao formato proposto.

Noutro passo, é de se destacar que houve percalços no caminho trilhado durante a realização do curso, o que nos exigiu

criatividade e persistência. Dentre tais obstáculos, devido ao período pandêmico em que nos encontramos desde o mês de março de 2020, estavam contratempos com a conexão e a estabilidade da internet, dificuldades na utilização de plataforma online para as reuniões, preocupações com a execução de dinâmicas interativas e acolhedoras, bem como em relação ao formato das aulas a serem ministradas.

Ultrapassando as dificuldades ora apresentadas, foi possível ministrar o curso com a participação ativa dos recuperandos, por meio de perguntas e comentários, bem como ensinamentos diversos, seja sobre a rotina na APAC Macau e as vivências no ambiente prisional, seja conselhos aos futuros profissionais do Direito.

Nesta senda, não podemos ignorar que, durante o desenvolvimento da atividade, todos os sujeitos nela envolvidos se revelaram como aprendentes (COIMBRA, 2017 *apud* LEAL *et al*., 2017), que, conscientes do próprio inacabamento (FREIRE, 2011), se puseram a aprender, fosse ensinando, fosse aprendendo. Desse modo, com a colaboração dos recuperandos, os ministrantes conseguiram absorver conhecimentos ímpares e puderam compartilhar os saberes adquiridos ao longo da graduação.

Além disso, houve grande satisfação para os extensionistas em poder compartilhar conhecimentos; a possibilidade de conhecer um aspecto do sistema prisional no qual a LEP (Lei de Execução Penal) é seguida, assegurando os direitos inerentes à pessoa presa; a oportunidade de se relacionar de forma breve com os recuperandos e manter um diálogo aberto e simples; o aprendizado recíproco; o aperfeiçoamento na capacidade de organização, síntese e comunicação, haja vista os próprios alunos planejarem as aulas e ministrá-las.

Outrossim, a oportunidade de conhecer a APAC traz à tona os pontos vistos em sala de aula sobre Direito Penal, Processual

Penal e Execução Penal, principalmente. Propiciou, ainda, a junção da teoria estudada em livros e a prática relatada pelos recuperandos, o próprio ambiente de suas vivências anteriores e a atual. Ademais, o desenvolvimento humano de não só perceber a vivência no cárcere, mas de observar além dos muros do estabelecimento, como as famílias, como tratar os sujeitos do processo penal, a possibilidade de trabalho para além do regime fechado e o labor desenvolvido dentro da APAC.

Dessa maneira, para demonstrar como decorreu e o que significa a experiência desenvolvida, o ministrante do Curso e extensionista Carlos Brito relata que:

> Poder compartilhar o nosso conhecimento jurídico com os recuperandos foi uma experiência única, com certeza. Do mesmo modo, foi bastante desafiador, seja por ser a primeira experiência de ensino ou por causa do método remoto. No entanto, apesar das dificuldades, a união, tanto entre nós membros do Motyrum quanto com os recuperandos, permitiu que apoiássemos uns aos outros, compartilhando nossas angústias e conquistas. Ao final, a partir do depoimento de cada participante, reiterou-se a importância desse tipo de atividade. Por isso, acredito na importância da democratização do conhecimento jurídico a toda sociedade (2021).

Dessa maneira, é oportuno salientar que, além do conhecimento jurídico passado a diante, dos desafios, angústias, medos e inseguranças enfrentados, a chance de ministrar o curso oportunizou a autonomia dos estudantes, a união entre eles, a colaboração necessária no momento de aprender um novo assunto para apresentar ao curso. Ainda, dentre os sentimentos positivos destacam-se a alegria ao concretizar determinado objetivo para a aula proposta e, principalmente, a emoção ao final do

curso com o depoimento de cada recuperando e a sensação de dever cumprido ao transpor as adversidades.

Ainda, a ministrante e extensionista Isabelly Alves narra a sua experiência sobre o curso na APAC Macau, em suas palavras:

> Ministrar o Curso de formação em Estrutura e funcionamento do Sistema de Justiça Criminal, Direitos Humanos e Direitos da pessoa presa foi uma experiência ímpar. Através dessa atividade me foi possível revisar conteúdos estudados ao longo do curso e aprender novas coisas para transmitir aos recuperandos. Além disso, me levou a ser mais atenta quanto ao uso de uma linguagem clara e objetiva que consiga ser compreensível por aqueles leigos na área jurídica, usar a realidade dos recuperandos para elaborar exemplos de fácil assimilação, ser mais ouvinte e aprender a ler e compreender os sinais demonstrados pelos recuperandos durante o curso a fim de adaptar melhor o curso ofertado às demandas deles, bem como tornando-o mais interessante para eles. Foi um momento de grande aprendizado acadêmico e, sobretudo, humano. Entretanto, houveram também algumas adversidades provocadas pelo modo remoto, como o inevitável distanciamento para com os recuperandos, por mais que tenhamos conseguido manter uma ótima relação durante o curso, bem como a limitação para ministrar as aulas, visto que os recursos nesse formato são escassos (principalmente considerando a diversidade dos recuperandos no tocante à escolaridade) (2021).

Já para a extensionista e ministrante Mayara Lima, foi possível evidenciar os seguintes pontos sobre o Curso realizado aos recuperandos da APAC Macau:

> A oportunidade de ministrar o curso na APAC Macau foi única, sem dúvidas. Isso trouxe a possibilidade de poder

> transmitir os conhecimentos adquiridos na graduação de forma descomplicada, aperfeiçoar minha capacidade de comunicação e de ouvir ativamente, conhecer um pouco da rotina na APAC, conversar com os recuperandos e aprender com eles com certeza foi enriquecedor. Além disso, pude ter a experiência em ministrar um curso pela primeira vez, desde a conversa com os recuperandos para o planejamento do curso até a os últimos ajustes de aulas. Ademais, essa vivência aproximou os extensionistas do eixo jurídico, fomentando ideias, e dando apoio no que foi preciso. Destacando o que mais chamou atenção com a experiência foi: lição de vida, união e superação (2021).

Por fim, o ministrante e extensionista Alisson Murilo Bezerra Martins especifica os momentos mais pertinentes no decorrer do Curso de Formação em Funcionamento e Estrutura do Sistema de Justiça Criminal, Direitos Humanos e Direitos da Pessoa Presa e seus impactos na sua formação:

> A experiência de ministrar o curso na APAC/Macau abriu horizontes em diversas perspectivas. Primeiro, a oportunidade de estar do lado daqueles que transmitem conhecimento, desde o planejamento dos encontros até sua execução, me fez valorizar ainda mais a função dos educadores, além de me apresentar um sentimento de gratidão ímpar ao ver aqueles alunos empenhados em aproveitar cada minuto e ao ver todo o tempo e dedicação empregados serem recompensados com a certeza de que, mesmo que minimante, foi possível impactar a vida daquelas pessoas. Ainda, o trabalho coletivo propiciou importantes momentos de troca e vínculo entre os ministrantes/extensionistas, além do compartilhamento de alegrias ao término de cada oficina e após a superação de cada dificuldade apresentada no caminho. No entanto, a experiência de ouvir os relatos das vivências do sistema prisional, principalmente o regime comum, e toda a

> distância existente entre o que preceitua os diplomas legais e a realidade, por vezes foi bastante dura; em que pese seja necessário ouvir essas pessoas e, mais do que tudo, dar voz a elas. Mas mesmo assim, o curso confirmou a necessidade de lutar pelos direitos humanos em qualquer contexto e, além disso, a certeza de ter sido um ponto de luz no meio de uma crescente onda conservadora, punitivista e obscurantista que se apresenta no Brasil me faz sentir parte daqueles aos quais Paulo Freire dedicou o livro Pedagogia do Oprimido: 'os esfarrapados do mundo e os que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, **com eles lutam** (2021).

Em suma, a vivência com uma sala de aula virtual trouxe desafios que puderam ser superados em razão do esforço coletivo para que o conhecimento fosse transmitido de forma simples e acessível; que experiências, opiniões e lições fossem trocadas. Assim, foi possível ministrar o Curso de Formação em Funcionamento e Estrutura do Sistema de Justiça Criminal, Direitos Humanos e Direitos da Pessoa Presa na APAC de Macau de maneira satisfatória e responsável.

DO "ESCURO" À "CLARIDÃO"

Para compreender a evolução do curso a partir da perspectiva dos recuperandos, se faz necessário analisar se as suas expectativas foram atendidas e a evolução do interesse apresentado por eles durante o decorrer das oficinas, o que se faz por meio das suas falas durante os encontros, principalmente o último, em que houve um momento de *feedback* geral, além das observações feitas

pelos ministrantes do comportamento deles durantes os momentos de exposição do conteúdo.

Nessa perspectiva, o primeiro encontro, que teve como intuito ouvir o que eles queriam do curso para então guiar a elaboração das oficinas, mostrou que suas principais demandas se relacionavam a dúvidas específicas que tinham acerca de suas próprias situações, em que pese a unidade conte com acompanhamento jurídico e processual. Ademais, também foi identificada a vontade de aprender mais sobre o direito, o processo e a execução penal de forma ampla, a fim de melhor compreender o contexto no qual estavam inseridos, o que se conecta com o objetivo geral das oficinas. Nesse cenário, adotou-se a dinâmica na qual, a partir de uma explanação geral sobre determinado assunto, seriam respondidas as questões colhidas no primeiro contato, preferencialmente retomando-se a pergunta e a pessoa que a fez de forma explícita, como maneira de demonstrar que as demandas apresentadas estavam sendo atendidas.

Os primeiros encontros foram marcados por uma ampla demonstração de entusiasmo e muitas expectativas, o que pode ser explicado pela curiosidade acerca do curso e pela espera das respostas daquelas questões feitas no início. No entanto, no decorrer das oficinas percebeu-se uma diminuição da participação, o que se deve a diversos fatores. Em alguns encontros, fora constatado certo desânimo, o que se materializava principalmente pela ausência de questionamentos durante a exposição dos conteúdos; pela não participação quando os ministrantes tentavam extrair deles relatos ou respostas sobre o que estava sendo exposto e pela expressão facial ou corporal percebidas pelos ministrantes. Nesse tópico, as causas para esse desinteresse poderiam ser de distintas ordens, como mau-humor motivado por questões pessoais ou internas do estabelecimento, além, é claro, da percepção do conteúdo ou da

oficina como "chato" e "entediante". Ainda, o hiato entre uma oficina e outra dificultava não só a criação de um vínculo entre as partes como também a manutenção do interesse no encontro seguinte.

Na contramão desse cenário, foram inseridos elementos a fim de dinamizar as oficinas e despertar maior atração. Nesse sentido, ocorreu a inserção dos *quizzes* e a ampliação do uso de outras mídias, como a exibição de trechos de filmes e músicas. Os resultados das mudanças foram positivos, uma vez que houve aumento do entusiasmo e da participação durante os encontros posteriores. Dentre as alterações, o uso de perguntas em formato de *quiz* ao final dos encontros foi a que se mostrou mais benéfica. Isso porque, a própria dinâmica do *quiz*, que pode ser percebida enquanto um jogo ou competição, atraiu a atenção dos recuperandos. Assim, foi notado que mesmo aqueles que não participavam regularmente no momento da exposição do conteúdo passaram a fazê-lo nesse momento final, respondendo às perguntas do *quiz*, se filiando a uma ou outra assertiva e até mesmo divergindo com os demais sobre qual seria a resposta correta.

Outro ponto positivo trazido pela nova dinâmica foi que, invariavelmente, eles acertavam a maioria das questões, o que demonstrava que eles realmente estavam absorvendo o conteúdo e progredindo. Nesse cenário, é necessário destacar que a reação a cada pergunta corretamente respondida era de bastante comemoração. Inegavelmente, a percepção de que estavam avançando gerou o efeito benéfico do aumento da disposição para os encontros subsequentes, principalmente por enxergarem que as oficinas não eram "perda de tempo" e de certa forma estavam contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal. Para além disso, o momento dos *quizzes* também ampliou as discussões realizadas entre os próprios recuperandos acerca dos tópicos abordados, debates sempre enriquecedores inclusive para os ministrantes das oficinas.

Em algumas ocasiões, eles se dividiam em grupos que defendiam que determinada assertiva de uma questão era correta ou errada e argumentavam o porquê de sua escolha estar certa e a do grupo oposto não, sempre rememorando o que acabara de ser exposto.

Entretanto, é necessário pontuar que os recuperandos não se resumiam a um grupo homogêneo de pessoas, mas sim a uma pluralidade de seres singulares. Nesse sentido, é natural que eles tenham reagido de formas diversas, seja na expressão do interesse nas oficinas ou na absorção dos conteúdos ministrados. Tais distinções ocorrem porque, em que pese vivam no mesmo ambiente, eles possuem experiências de vida distintas assim como diferentes níveis de escolaridade, indo desde pessoas não alfabetizadas ou que não concluíram o ensino básico a um professor com anos de experiência. Não obstante a isso, a linguagem rebuscada ou ininteligível que o Direito muitas vezes apresenta, apesar dos esforços dos ministrantes das oficinas em deixá-la palatável, também influiu na experiência particular dos recuperandos de formas distintas. Ademais, como todo ambiente que seja assemelhado a uma sala de aula, é natural que haja aqueles que não demonstrem interesse em nenhum momento e encarem os encontros como uma "obrigação" da qual não é possível fugir, o que foi constatado a partir da postura de alguns recuperandos, muito embora em nenhum momento eles tenham externalizado tal sentimento ou atrapalhado as oficinas. Assim, a recepção positiva às oficinas não foi unânime, mas a adesão foi extremamente satisfatória.

O último encontro, marcado essencialmente para celebrar a jornada percorrida, contou com o momento em que os recuperandos compartilharam seus sentimentos em relação às oficinas e ofereceram um *feedback* geral sobre nossa atuação. Nesse contexto, foi proposta uma dinâmica na qual cada um deles teria que sintetizar a experiência do curso em uma única palavra.

Apesar da dificuldade em reduzir encontros ricos em informações e aprendizados em um único termo, as palavras mais utilizadas foram: "gratidão", "conhecimento", "oportunidade", "aprendizado", "agradecimento", "esperança" e "felicidade", conforme se vê nas imagens abaixo.

Em seguida, alguns recuperandos externaram a vontade de justificar a palavra escolhida. Assim, transcrevemos as falas de três deles a fim de representar os sentimentos exibidos no encerramento, sem, contudo, revelar a identidade dos autores, a fim de manter sua privacidade:

> "Para justificar a palavra que eu escolhi, que foi esperança, porque agora a gente tem a convicção que só depende da gente para alcançar nossos objetivos, porque o direito é para todos e só depende da gente para defender nossos direitos" – Recuperando A (2021).

> "Eu aprendi bastante e sei que posso passar esse conhecimento para outras pessoas e ajudar outros apenados, agora eu sei dos meus direitos, pois a maioria não sabe o que significa a maioria das coisas" – Recuperando B (2021).

> "Eu escolhi gratidão porque foi muito gratificante, eu sempre me preparava ansioso para as aulas na sexta, assistia com satisfação, foi uma ótima experiência adquirir conhecimento". – Recuperando C (2021).

Nesse contexto, a partir das falas transcritas e de todas as observações feitas ao longo das oficinas, percebemos que os objetivos do curso foram alcançados, embora os recuperandos tenham sido contemplados de maneiras distintas, em decorrência das diferenças já pontuadas. Assim, oportuno destacar a passagem em que um dos ministrantes, ao tentar explicar o porquê de determinado

encontro se mostrar mais "entediante" ou difícil que os demais argumentando que alguns assuntos não eram passíveis de ser traduzidos a uma linguagem mais palatável ou receptivos à introdução de outras mídias, o que retira a dinamicidade da oficina, por serem extremamente técnicos, recebeu como resposta de um dos recuperandos que afirmativa de que qualquer conhecimento apresentado já valia muito para quem estava "completamente no escuro" e, exatamente por isso, eles valorizavam muito todas as oportunidades de aprendizado oferecidas pelo curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O eixo jurídico do Curso de Formação em Funcionamento e Estrutura do Sistema de Justiça Criminal, Direitos Humanos e Direitos da Pessoa Presa, ministrado por extensionistas do Motyrum Penitenciário que cursam Direito na UFRN, ofereceu noções básicas acerca do Sistema de Justiça Criminal, a exemplo de sua organização e competências, bem como apresentou os conceitos fundamentais do Direito Penal, de acordo com o contexto e as necessidades dos recuperandos da APAC Macau.

Nessa perspectiva, o curso foi elaborado e moldado constantemente a partir das demandas dos recuperandos, que, apesar de viverem ao máximo sob a disciplina do Direito Penal, possuíam pouquíssimo ou nenhum conhecimento jurídico, o que lhes causava extrema inquietação e os sujeitava a abusos contra os quais não sabiam como resistir.

Além disso, ao longo do curso, estimulou-se a reflexão crítica dos recuperandos acerca da concretização ou não das previsões normativas na realidade do sistema penitenciário.

Dessa forma, durante a exposição do conteúdo em cada encontro, os recuperandos, espontaneamente ou depois de provocados, relacionavam as suas experiências no cárcere com as normativas penais, de modo a identificar direitos que foram violados ou a esclarecer as razões pelas quais determinado evento se deu.

Contudo, esse processo de aproximação entre os extensionistas e os recuperandos, que permitiu o compartilhamento de experiências muitas vezes traumáticas, só foi possível após modificações na metodologia do curso, de maneira a intensificar os momentos de convivência entre aqueles sujeitos.

Dessa forma, a fim de replicar o trabalho de sucesso realizado na APAC Macau com em torno de 12 participantes, vislumbrou-se o desenvolvimento de novos projetos a partir dessa experiência, de modo a impactar positivamente a sociedade, em especial a população prisional e adjacentes. A seguir, elencam-se algumas dessas possíveis atividades a serem executadas futuramente.

Assim, pretende-se realizar palestras no sistema comum, com o intuito de esclarecer conceitos jurídicos recorrentes no sistema de justiça criminal, mas cujos significados são desconhecidos pela maioria da população. Além disso, intenta-se com essa atividade divulgar os direitos da pessoa presa, para que abusos possam ser identificados e, consequentemente, reprimidos.

Por outro lado, uma vez que o acesso ao sistema penitenciário é bastante difícil, pois também envolve aspectos políticos, outra maneira de atingir a população carcerária é por meio dos seus familiares. Logo, propõe-se a realização de cursos com estes, a fim de fornecê-los os conhecimentos mínimos para que possam dar suporte àqueles que se encontram privados de liberdade.

Por fim, tendo em vista a limitação de público das propostas anteriores, para que se possa atingir um contingente razoável de pessoas, visa-se a elaboração de uma cartilha com o apoio de outras entidades, a exemplo da Defensoria Pública, em que sejam explicados de forma clara conceitos e procedimentos fundamentais para aqueles que possuem relação com o sistema penitenciário.

Nesse prisma, o Motyrum Penitenciário intenta cumprir com os seus deveres cidadãos perante a sociedade, na tentativa de promover a justiça àqueles que são, constantemente, vítimas de abusos e opressões. Nesse caminho, almeja-se estabelecer parcerias, haja vista que os obstáculos são diversos e a necessidade de cooperação é fundamental para superá-los.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Alexandre. Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade: perspectivas e desafios. **Revista Pandéia. Belo Horizonte**, v. 6, n. 7, p. 101-121 jul./dez. 2009.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa.** São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020.

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal.** São Paulo: Pillares, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LEAL, Edvalda Araujo; MIRANDA, Gilberto José; CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro. **Revolucionando a sala de aula:** como envolver o estudante aplicando técnicas de metodologias ativas de aprendizagem. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

VARGAS, Daiana de; ALHERT, Edson Moacir. O processo de aprendizagem e avaliação através de quiz. Univates. 2017.

CURSO DE FORMAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS NA APAC MACAU: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alice Leonora de Sousa e Silva[1]
Lara Raquel Rodrigues e Souza[2]
Larissa Gianne Noberto Oliveira[3]
Paulo Cesar De Lima Nascimento[4]- Psicologia - UFRN

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão "Motyrum", vinculado à UFRN, trabalha pela perspectiva da Educação Popular e Direitos Humanos, promovendo ações pautadas pela educação popular freiriana. Busca-se trabalhar com indivíduos em situação de vulnerabilidade como fruto das diferentes expressões da questão social e desigualdades da sociedade brasileira. O Motyrum é composto por quatro vertentes que atuam de forma autônoma e colaborativa: Escritório Popular, Núcleo Infantojuvenil, Núcleo Penitenciário e Núcleo Urbano. O Núcleo Penitenciário surgiu diante a

[1] Graduanda no curso de Gestão de Políticas Públicas pela UFRN

[2] Graduanda no curso de Psicologia pela UFRN

[3] Graduanda no curso de Psicologia pela UNI/RN

[4] Graduando no curso de Psicologia pela UFRN

necessidade de debater questões relacionadas aos direitos humanos no ambiente penitenciário, através da promoção de debates acerca de temáticas como a privação de liberdade em ambientes como os de privação de liberdade os quais é comum a ocorrência de superlotação, abusos, má ou inexistente prestação de assistência médica, psicológica.

A vertente "Direitos Humanos" do núcleo "Motyrum Penitenciário" foi criada a partir do planejamento das atividades socioeducativas a serem desenvolvidas na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Macau. A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) corresponde a um modelo alternativo de execução penal. Por se tratar de uma ferramenta de humanização para proporcionar legítimas condições de reinserção social do apenado. O principal objetivo da vertente "Direitos Humanos" é proporcionar a fomentação de perspectivas futuras para o apenado, através da promoção da participação social e política, bem como a construção de um conhecimento prático que lhes permitam um protagonismo social apto a promover mudanças no ambiente ao seu redor, resultando em uma maior consciência de direitos e incentivo à tomada de posição atuante frente aos problemas sociais experienciados. Considerando que a dimensão de interação com a comunidade é uma marca característica da extensão universitária.

A partir disso, para as atividades realizadas no ano de 2020 na APAC de Macau, foi decidido que dois ciclos de debates seriam desenvolvidos concomitantemente, havendo um revezamento entre eles, sendo portanto, ambos quinzenais. O primeiro grupo, a equipe do judiciário, formado pelos alunos de Direito que compõem o núcleo, foi responsabilizado por debater questões mais específicas da área, como a determinação das sentenças e o acompanhamento do cumprimento da pena. Enquanto o segundo, composto pelos

alunos de Psicologia e Gestão de Políticas Públicas, foi encarregado de debater questões referentes aos Direitos Humanos em relação ao contexto atual brasileiro e o sistema penitenciário.

A atuação em ambientes de privação de liberdade, pretende abrir caminhos para futuras atividades como a educação formal, a profissionalização, a remição de pena, dentre outros. Tratando-se especificamente das atividades desenvolvidas pelo Núcleo Penitenciário, o projeto almeja, através da perspectiva Freiriana de educação popular, a promoção de uma formação mais humana para os alunos graduandos componentes do projeto de extensão em questão, a fim de estabelecer a função social e política da universidade pública no que se refere à extensão universitária pela intensificação da experiência dos docentes na graduação. Pretendendo-se, desta forma, capacitar os alunos a tornarem-se pessoas críticas para atuarem na modificação de sua realidade por meio de uma visão freiriana de formação popular em Direitos Humanos. Bem como, promover a interação onde os estudantes (graduandos) partilhem seus saberes sobre direito e cidadania, enquanto os recuperandos contribuem trazendo relatos acerca da realidade.

A pandemia da covid-19, provocada pelo vírus Sars-Cov-2, colocou o Brasil em uma situação delicada, ao qual o negacionismo e irresponsabilidade por parte do principal governante fragilizou o combate ao vírus. O país já estava em crise econômica e política antes da contaminação do novo Coronavírus, contudo a pandemia fortaleceu as crises para além da criação de conflitos internos por parte do governo. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (PNAD Contínua), divulgada no dia 30 de junho de 2020, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país perdeu cerca de 7,8 milhões de postos de trabalho com relação ao primeiro semestre do ano de 2020. O número de empregados com carteira assinada caiu para o

menor nível da história, e pela primeira vez, menos da metade da população em idade de trabalhar estava ocupada. Contudo, é importante ressaltar que essa taxa de desocupação pode ser superior, levando em consideração os trabalhadores que adiaram a busca por emprego devido a pandemia. A pandemia afetou também os espaços prisionais de forma substantiva, porém a equipe de extensão do Motyrum não tinha a pretensão de parar por conta da adversidade.

Para o ano de 2020, o Núcleo Penitenciário do Motyrum, no mês de janeiro, realizou uma visita a campo para a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) Macau, ao qual este primeiro contato iniciaria a parceria entre a Associação e o projeto de extensão na promoção de oficinas quinzenais presenciais, durante o ano de 2020, na APAC Macau no formato de curso de formação sobre a estrutura e funcionamento do sistema de justiça criminal, direitos humanos e direitos da pessoa privada de liberdade. Contudo, com a pandemia de Covid-19 fez-se necessária a adaptação das atividades previstas. Para isso foi elaborado o replanejamento de atividades a fim de ainda promover a sua realização através da minimização dos problemas e limitações e criação de novas perspectivas. O ensino remoto viabilizou a promoção de atividades educacionais, por se tratar de uma ferramenta de humanização para proporcionar legítimas condições de reinserção social do reeducando.

O presente capítulo tem como objetivo relatar nas próximas páginas o desenvolvimento do trabalho realizado pelo núcleo Direitos Humanos, do Motyrum, na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) Macau no contexto pandêmico durante os meses de agosto a dezembro de 2020.

PROGRAMAÇÃO

Em uma perspectiva de educação popular freireana, estabeleceu-se um panorama de atividades a fim de contribuir para a formação de indivíduos por meio da construção reflexiva e uma concepção crítica, que também leva em consideração o próprio repertório de vida daqueles sujeitos, visto que, possibilita a elaboração de significados e sentidos. A formação popular em Direitos Humanos, utilizou-se de rodas de conversas, exposições midiáticas, exposições artísticas, dentre outras, para a promoção de debates acerca dos temas propostos. Todas as temáticas para as oficinas foram pensadas a partir de relatos e estudos, como também dentro de uma visão de contribuição para esses espaços. As oficinas organizaram-se de forma quinzenal, no total 5 (cinco) encontros com duração de 2 (duas) horas por atividade, de modo a consolidar a carga horária final do curso de formação em estrutura e funcionamento do sistema justiça criminal, direitos humanos e direitos da pessoa presa para os recuperando da APAC de Macau. Todos os materiais didáticos foram elaborados e escolhidos para atender à demanda limitante, em virtude da pandemia da covid-19, pois um novo arranjo foi estabelecido para contemplar uma base educativa e colaborativa para a realização das oficinas de maneira remota. Visando todas as medidas de segurança e precaução para o isolamento social que foi decretado como medida preventiva do contágio e agravamento da pandemia.

Desta forma, foram utilizados como instrumentos nas atividades socioeducativas, a plataforma Google Meet na promoção de encontros virtuais semanais para a formação das oficinas. Durante as oficinas foram realizadas as exibições de produções audiovisuais, rodas de conversa, para a promoção de discussões

sobre os mais variados temas que norteiam o cotidiano dos recuperandos, tanto no cárcere, quanto fora dele.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A fim de promover o debate e instrução de algumas temáticas inseridas no âmbito dos direitos humanos aos recuperandos da APAC Macau, para promover uma maior compreensão sobre a realidade pela qual estão inseridos - como membros de uma sociedade, logo foram elencados os seguintes temas: "Expressões artísticas e Direitos Humanos", "Cine Debate e Direitos Humanos", "Mulheres no Cárcere", "Comunidade LGBT+ e Cárcere", "Negritude e Cárcere".

A oficina "Expressões artísticas e Direitos Humanos" foi ministrada por Alice Leonora, graduanda em Gestão de Políticas Públicas na UFRN e Larissa Oliveira, graduanda em Psicologia no Centro Universitário do Rio Grande do Norte, no dia 20 de agosto de 2020. Com a finalidade de apresentar o núcleo, o projeto e iniciar as atividades, a ação foi conduzida por meio do uso de registros fotográficos — coletados na internet — que possibilitam a reflexão sobre os mais diversos assuntos, como a fotografia enquanto um ato político, capaz de denunciar violações de direitos e reivindicá-los.

Em um primeiro momento, houve uma roda de apresentação, na qual os membros da equipe Motyrum se reencontraram com os recuperandos. Assim, o projeto foi reapresentado, com o objetivo de explicitar as fundamentações de todas as ações, a perspectiva freiriana que guiaria todas as oficinas foi inserida

no debate, possibilitando a reflexão a respeito do sentido de uma educação popular em um local como o sistema prisional brasileiro.

Dessa forma, a mensagem de que todos os universitários presentes nos encontros iriam utilizar as oficinas como um espaço de aprendizagem foi transmitida, convidando-os para a construção de um espaço horizontal de troca. Além disso, na ocasião os recuperandos tornaram-se conscientes do revezamento semanal entre a equipe do judiciário, que discutiria questões mais processuais e o núcleo dos Direitos Humanos, com o objetivo de diversificar os polos de discussões.

Na sequência, o segundo momento da ação foi iniciado por meio da exposição de um breve histórico do surgimento da fotografia sob a perspectiva artística e política dessa produção cultural. Nesse momento, outras expressões artísticas utilizadas como formas de propostas também foram mencionadas, como a grafitagem e o artesanato.

Assim, a reflexão sobre os Direitos Humanos a partir da fotografia foi iniciada, por meio da exibição de registros fotográficos da cidade de Natal, as quais exibiam cenas cotidianas, como algumas vivências da população em situação de rua, outra parcela da população que é negligenciada, além do retrato de questões raciais e religiosas. A partir disso, houve a discussão a respeito do artigo 27 da Constituição Federal, o qual defende que todo ser humano tem direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, do progresso científico, de usufruir dos seus benefícios e das produções artísticas.

Em seguida, um vídeo sobre a explicação da definição de Direitos Humanos, produzido pelo canal do YouTube "ONU Mulheres Brasil" foi exibido, seguido pela exibição da produção "Jovens fotógrafos retratam uma outra favela", e a oficina foi finalizada com uma

roda de conversa sobre os conteúdos dos vídeos, das fotografias e do significado das produções artísticas para os recuperandos.

OFICINA 2

A oficina "Cine Debate e Direitos Humanos" foi ministrada por Paulo César Nascimento e Raquel Rodrigues, graduandos em Psicologia na UFRN, no dia 04 de setembro de 2020. Com a finalidade de proporcionar formação sociopolítica por meio do entretenimento, e oferecer deixas para o início de uma discussão sobre várias temáticas, a ação teve como base a exibição de uma produção cinematográfica nacional, o filme "Uma Onda no Ar".

Após a reapresentação dos membros da equipe Motyrum e dos recuperandos, a proposta de construir debates a partir da obra escolhida foi explicitada, e, na sequência, o longa-metragem foi reproduzido. Apesar do formato ousado, devido à duração do filme escolhido representar ¼ (um quarto) do tempo destinado à oficina, o planejamento da ação foi pautado na credibilidade da potência dessa produção nacional. Produzido por Simone de Magalhães Matos, o enredo da obra visibiliza uma história real ocorrida em uma comunidade periférica de Belo Horizonte, na qual um grupo de amigos busca realizar o sonho de protagonizar uma rádio comunitária na favela.

Durante a exibição do filme, a reação dos recuperandos comprovou a genialidade da produção, visto que apesar da longa duração, em nenhum momento houve uma dispersão de atenção. O envolvimento emocional de cada um deles foi perceptível em cada mudança de postura na cadeira, a cada comentário para o colega ao lado, cada risada e expressão de aflição. Ao final, todos se mostraram satisfeitos com a escolha do longa, além de dispostos a discutir sobre suas afetações.

Assim, o momento final foi aproveitado para o debate sobre quaisquer das temáticas do filme que eles estivessem disponíveis para conversar, dentre a desigualdade social, violência policial, censura midiática, envolvimento no tráfico, o luto pela perda de amigos, o sentimento de comunidade, o apoio na luta dos demais, relacionamentos amorosos, amizades, música e qualquer outro que despertasse o desejo de fala. A escolha da pergunta foi uma tentativa de não direcionar a conversa para assuntos indesejados, a fim de respeitar as afetações sentidas pelos recuperandos e horizontalizar a construção da ação.

Dessa forma, uma questão foi feita: "Se você tivesse um programa em uma rádio, aqui e agora, sobre o que você falaria?", e após um momento de hesitação, as colocações surgiram. Um dos recuperandos relatou uma experiência na construção de uma rádio comunitária, refletiu sobre as dificuldades de sustentar um projeto como esse, e, principalmente, da necessidade da sua existência, explicitando o valor político e social da ação. Na sequência, houve um posicionamento sobre o desejo de falar sobre sua religião para os demais, na esperança de ajudar outras pessoas a seguirem a palavra de Deus.

Ao final do encontro, a equipe agradeceu pela oportunidade de aprender com cada um deles, foi acolhida, como ocorreu durante todo o encontro, é surpreendida com a avaliação da oficina, seguida por um pedido de continuidade das ações. A experiência foi inesquecivelmente enriquecedora, e foi encerrada com o desejo do reencontro.

Após esse encontro, houve uma reunião entre os membros do projeto para o planejamento das próximas oficinas, e a partir das considerações sobre todas as demais ações, foi decidido que as temáticas seguintes seriam: mulheres no cárcere, comunidade LGBT e sistema prisional e, por fim, negritude e cárcere,

com a finalidade de debater sobre algumas minorias socioeconômicas da sociedade brasileira, e suas relações com o penitenciário.

OFICINA 3

A oficina "Mulheres no Cárcere" foi ministrada por Alice Leonora, Larissa Oliveira e Raquel Rodrigues no dia 30 de outubro de 2020. Com a finalidade de debater sobre as opressões de gênero, a ação teve como base produções artísticas capazes de ilustrar a realidade feminina no sistema prisional brasileiro.

Em um primeiro momento, o novo ciclo de oficinas sobre minoritários foi apresentado, e a temática dos demais encontros foi anunciada. Assim, houve a discussão a respeito do abismo existente entre a legislação brasileira - que prevê inúmeros direitos - e a concretude do contexto nacional - marcada pela violação desses - sob o foco da análise da falácia da igualdade social que é corrompida pelos marcadores sociais de raça, classe, gênero e o status de ex-apenado. Nesse momento, alguns recuperandos se sentiram à vontade para compartilhar suas impressões e um deles expressou que as pessoas ignoram toda a história de vida e reduzem as pessoas ao momento que infringiram a lei.

Na sequência, a partir da deixa apontada pelo grupo, foi discutido a respeito de como esse preconceito da população contribui para a perpetuação das dificuldades da garantia de direitos das pessoas que estão inseridas no sistema prisional. Baseado nisso, houve a inserção da discussão sobre como as desigualdades de gênero que estruturam a sociedade interferem na vivência feminina nos presídios, a partir do questionamento "vocês acham que as mulheres têm problemas diferentes dos vivenciados pelos homens?" e as pautas a respeito da dificuldade do acesso a itens de higiene relacionados à menstruação e da gravidez.

Com isso, houve a utilização de narrativas de mulheres que vivenciam o cárcere, por meio de poesias que narravam sobre saudades, arrependimentos e esperança, sentimentos experienciados também pelos recuperandos. Assim, um deles se sentiu confortável para compartilhar sobre a experiência da mãe, que também estava em situação de cárcere, e ele falou sobre a angústia de saber que ela lidava com dificuldades impostas pelo sistema, como condições de calamidade nas celas.

Em seguida, o documentário "Nascer nas prisões", produzido pela Fiocruz, foi exibido. A produção visibiliza a jornada de mulheres que após gestarem suas crianças por mais de 9 meses, são obrigadas a entregá-las para outras pessoas. Além da dor da separação, o vídeo denuncia a violência institucional que essas mães sofrem ao serem deslocadas para os hospitais no momento do parto, muitas são, inclusive, vítimas de crimes, ao serem obrigadas a parir algemadas, ato ilegal de acordo com a Constituição.

A partir disso, houve uma reflexão sobre as situações de violência a qual as mulheres são expostas dentro do sistema, e um dos reeducandos narra um desses casos, no qual uma recuperanda foi humilhada ao menstruar, xingada e violentada por algumas companheiras no presídio. Além disso, outros reeducandos falaram sobre o contexto violento ao qual as mulheres são submetidas nos ambientes externos ao sistema prisional.

Segundo o planejado, na sequência o documentário "C(elas)" seria exibido, entretanto, a discussão desencadeada pelo primeiro extrapolou o tempo previsto e a oficina foi encerrada com a exibição de fotografias de pessoas inseridas no sistema carcerário brasileiro. Assim, esse novo ciclo foi iniciado com a expectativa que os demais encontros também afetassem todos os envolvidos como esse afetou.

OFICINA 4

A oficina "Comunidade LGBT+ e Cárcere" foi ministrada por Yasmim Larissa, Mika Hakkinen e Ana Luiza Silveira no dia 13 de novembro de 2020. Com o intuito de promover um encontro que proporcionasse discussões, a ação foi baseada na troca de informações entre os ministrantes e os recuperandos, no formato de uma roda de conversa auxiliada por diversas obras culturais, produzidas, especialmente, por membros da própria comunidade.

Em um primeiro momento, houve a caracterização da comunidade LGBT+ sob o viés histórico, na qual o surgimento do movimento, da bandeira e o significado de cada letra que compõe a sigla foram mencionados. Todo o diálogo foi construído a partir da noção de que os recuperandos desconheciam as informações básicas a respeito da temática, visto que eles afirmaram tal fato no início da oficina. Além do desconhecimento, foi percebido um relativo desconforto em relação ao assunto, obstáculo previsto durante a elaboração da ação, devido à identidade de gênero e orientação sexual da maior parte deles pertencer à norma cisheteronormativa, somado ainda a um ideal religioso de que o relacionamento "correto" é entre homem e mulher, predominante no grupo.

Em seguida, houve uma reflexão a respeito dos direitos da comunidade LGBT+. A discussão foi pautada a partir de uma matéria sobre a história de uma *mulher trans* que recorreu à justiça após ser *impedida de usar o banheiro feminino* em uma estação de trem. O caso ocorreu em Natal, capital do Rio Grande do Norte, e foi veiculado pelo portal Mídia Ninja. No início desse segundo momento da ação, os recuperandos estavam mais reticentes e pouco participativos, mas ao apresentar alguns comentários de internautas lgbtfóbicos a respeito da reportagem e convidar para o debate sobre toda a situação, alguns se permitiram conversar a respeito e demonstraram empatia quanto ao assunto.

Assim, o debate sobre as questões de gênero no cárcere foi inserido e o documentário "Bixa Presa", material elaborado em uma unidade prisional em Aquiraz, município localizado no estado do Ceará, foi exibido. A produção ilustra o status de vulnerabilidade que alguns apenados vivenciam em decorrência do gênero, e em conjunto com um vídeo curto sobre a fala de Verônica Bolina, ex-detenta e mulher trans, proporcionou a reflexão sobre como essas pessoas estão na base da pirâmide da exclusão. Com isso, foi possível aproximar a realidade dos recuperandos à da comunidade LGBT, pois eles sabem que após a inserção no sistema prisional, o indivíduo é marcado pelo estigma social, e no caso das pessoas trans e travestis ex-apenados, o preconceito é duplicado.

Na sequência, a música "Bixa Preta", da multiartista Linn da Quebrada, foi apresentada com o intuito de discutir a interseccionalidade que permeia a vivência dessa persona. E a oficina foi encerrada a partir da dinâmica intitulada "Bingo de Privilégios", a qual denuncia inúmeras situações cotidianamente simples para pessoas que experimentam a vivência normativa, mas que são complexos desafios para sujeitos da comunidade LGBT, tal qual uma mera ida ao banheiro.

A reação dos recuperandos foi gradativamente se tornando cada vez mais positiva. Ao final, haviam muitas impressões a serem compartilhadas por parte deles, e pela nossa também, mas acreditamos que a principal mensagem foi transmitida e compreendida, especialmente devido ao recurso do bingo, pareceu uma experiência realmente intrigante para eles, por isso foi incrivelmente satisfatório debater pautas tão importantes com um público tão interessado.

OFICINA 5

A oficina "Negritude e Cárcere" foi ministrada por Larissa Leonora e Paulo César Nascimento no dia 27 de novembro de 2020. Com o intuito de debater sobre as relações entre raça, racismo, negritude, branquitude e o sistema carcerário brasileiro. A ação foi realizada por meio da exibição de fatos e figuras históricas, além de obras culturais produzidas, especialmente, por membros da comunidade negra.

Em um primeiro momento, houve a apresentação de um breve contexto histórico do período escravocrata brasileiro, desde a escravidão no continente africano, na qual *prisioneiros de guerras* eram submetidos aos trabalhos forçados, até o sequestro desumanizante dos povos da África que foram arrastados para o Brasil. Sob esse viés, a resistência negra que ocorreu desde o início da escravização, inclusive com a formação dos quilombos, foi ressaltada, e figuras como Palmares, Luiz Gama, Clara e Filipe Camarão foram exaltados.

Em seguida, um trecho da obra nacional "Ó Paí, Ó" foi exibido. A partir disso, houve a participação de um dos recuperandos mencionando o quão absurdo é o vice-presidente brasileiro ter ousado falar que não existe racismo no Brasil, refletindo, ainda, sobre a proibição da pena de morte no território nacional ser uma realidade aplicada apenas à população branca, relembrando o assassinato de João Alberto, em uma unidade do Carrefour localizada em Porta Alegre, que ocorreu alguns dias antes da oficina em questão.

Na sequência, o vídeo "O que é racismo estrutural?", do intelectual Silvio Almeida, foi exibido, proporcionando um debate sobre a diferença da postura policial em condomínios de luxo e nas periferias. Nesse momento, houve uma maior participação dos recuperandos, que enriqueceram a discussão ao mencionarem um

vídeo que viralizou nas redes sociais, gravado em um condomínio de luxo em Joinville, ele denuncia a humilhação a qual um policial foi submetido por um dos residentes da propriedade.

Tal discussão instigou outro recuperando a opinar sobre essa calamidade social, e ele comentou sobre os resultados das eleições que ocorreram nas vésperas do encontro em questão. Demonstrou sua indignação com o fato da primeira vereadora negra de Curitiba ter sido eleita apenas em 2020, e refletiu sobre a quantidade de mulheres que tentaram ocupar esse cargo e não conseguiram por conta do racismo da sociedade, ainda mencionando os ataques que Carol Dartora estava sofrendo nas redes sociais até a data do encontro.

Nessa perspectiva, foi oportuno discutir sobre como essa falta de representatividade política da população negra não é um fato específico de algumas cidades e estados, mas marca todo o território nacional, inclusive o nosso estado, apesar de, assim como o resto do país, ser formado majoritariamente por pessoas negras. Por fim, o videoclipe da música "A carne" de Elza Soares foi exibido para encerrar uma tarde de discussões dolorosas, mas imprescindíveis.

Apesar do contexto atípico em que o cenário internacional e brasileiro se encontra, ainda que em um formato remoto foi possível realizar um trabalho de qualidade e proporcionar um espaço de trocas de aprendizagens e vivências através de debates sob a perspectiva de questões relacionadas aos direitos humanos no ambiente penitenciário. Ainda que com limitações tecnológicas e disparidades nas agendas entre os componentes do núcleo, todos esses fatores contribuíram como aprendizagens a serem consideradas no planejamento e execução de futuras atividades com recuperandos da APAC Macau.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; GRIN, Eduardo José; COUTO, Cláudio; SEGATTO, Catarina; FRANZESE, Cibele. **Mais Brasil, Menos Brasília**: o sentido do federalismo bolsonarista e seu impacto no combate à Covid 19. São Paulo: Abril, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz&Terra. 2019.

SAYÃO, Rosely; AQUINO, Julio Groppa. **Em defesa da escola**. 1. ed. *[S.l. : s.n.]*, 2004.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ESPANHOL PARA PRIVADOS DE LIBERDADE: RELATOS DE EXPERIÊNCIA NA APAC MACAU

Thayane Silva Campos[1]
Ana Luiza Silveira[2]
Mika Hakinnen[3]
Yasmim Larissa F. da Silva[4]

PRIMEIROS PASSOS

Este capítulo tem como objetivo relatar a experiência do projeto de extensão "Oficinas de Língua Espanhola para Privados de Liberdade", que possibilita que alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), do curso de licenciatura em

[1] Docente do curso de Letras-Espanhol no Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas (DLLEM/UFRN)

[2] Estudante do curso de Letras-Espanhol na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

[3] Estudante do curso de Letras-Espanhol na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

[4] Graduada em Letras-Espanhol pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e estudante do curso de Pedagogia pela mesma universidade.

Letras Espanhol, tenham como campo de atuação a educação para privados de liberdade. O projeto é uma parceria com o Núcleo Penitenciário Motyrum, que foi o responsável pela nossa entrada no local de atuação.

Antes de nos dedicarmos a relatar o trabalho realizado no projeto de extensão supracitado, faz-se importante destacar onde tudo começou. Em 2014, quando a coordenadora do projeto em questão era professora substituta na Universidade Federal de Viçosa (UFV), deparou-se pela primeira vez com a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). Nesse mesmo ano, após se inteirar de forma mais profunda sobre as atividades que eram realizadas naquele ambiente, a docente propôs a aplicação de algumas oficinas temáticas que deveriam ser aplicadas na escola estadual que existia dentro da APAC. Tais oficinas seriam aplicadas pelos alunos da disciplina de Estágio Supervisionado em Língua Espanhola II, como forma de conhecerem um contexto de educação diferente do da escola regular.

Anos se passaram e a experiência de intervenção do Estágio na APAC não saiu da cabeça da professora, que sentiu desde o início que sua prática docente e suas reflexões e pesquisas voltadas para a formação de professores de espanhol deveriam tomar um novo rumo: a formação de professores para privados de liberdade.

Nos anos de 2017 e 2018 foi possível aprofundar-se nos estudos da educação na prisão como pesquisadora e professora a partir do projeto de extensão "Eu, latino-americano: a busca da identidade latino-americana e da identidade individual dos reclusos da APAC de Viçosa" e com a escrita e defesa da tese "*Un pueblo sin piernas pero que camina*: formação inicial de professores de espanhol na educação de jovens e adultos privados de liberdade". Em 2020, as experiências da educação para privados de liberdade da APAC se ampliaram com o projeto "Oficinas de

leitura e escrita para privados de liberdade" e em 2021 foram voltadas apenas para o ensino da língua espanhola, com o então "Oficinas de Língua Espanhola para Privados de Liberdade", os dois sendo realizados agora no estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente na cidade de Macau.

A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC)

Criada em São José dos Campos, em 1974 por um grupo de voluntários cristãos, tendo Mário Ottoboni como o principal idealizador, o Método APAC de acordo com Falcão e Cruz (2015, p. 4) é uma

> metodologia de cogestão prisional, em que o Estado e particulares gerem, conjuntamente, um modelo de Unidade Prisional que enfatiza a ressocialização em detrimento a segurança, conta com a mobilização da sociedade civil e custos minimizados (FALCÃO; CRUZ, 2015, p. 4).

A responsabilidade da APAC não fica apenas a cargo do estado ou município, mas também da sociedade civil e da ajuda de parceiros, como ONGs e empresas privadas que fazem doações para a Fraternidade Brasileira de Assistência ao Condenado (FBAC). A premissa da Associação é a de que o reeducando precisa passar por um processo de recuperação, trabalhando para que não haja reincidência no crime e o privado de liberdade, também chamado na APAC de recuperando, é visto desde uma perspectiva humana. De acordo com Valdeci Ferreira

> A APAC não é uma prisão privada, tampouco se apresenta como solução pronta e acabada e muito menos se propõe a substituir o sistema prisional convencional. Trata-se de um modelo alternativo viável em constante evolução, capaz de amenizar o grave problema penitenciário, descentralizar o cumprimento de pena e humanizar as prisões (FERREIRA, 2020).

A APAC DE MACAU

A APAC de Macau teve início em 29 de setembro de 2010 e atualmente conta com 16 recuperandos, 7 funcionários e 10 voluntários. Além do projeto de extensão do espanhol, também conta com um Clube de Leitura coordenado por uma professora do IFRN, em parceria com o projeto de extensão "Motyrum Penitenciário: Educação Popular em Direitos Humanos no Sistema Prisional do Rio Grande do Norte" e cursos. O referido projeto também atua na Associação com outras atividades voltadas aos privados de liberdade.

O projeto "Oficinas de Língua Espanhola para Privados de Liberdade" teve início em março de 2021, com oficinas semanais de 1 hora e meia de duração aos recuperandos da APAC. Além das oficinas, também contamos com reuniões quinzenais no formato de grupo de estudos, com o intuito de discutir teoricamente sobre a prática vivenciada nas oficinas, ao mesmo tempo em que refletimos sobre tal prática, principalmente no que condiz à formação de professores de espanhol para privados de liberdade, lembrando o que sempre defendeu Freire (1996) "não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino" (FREIRE, 1996, p. 29).

As temáticas dos textos giram em torno da educação na prisão, educação de jovens e adultos, formação de professores de espanhol, América Latina e decolonialidade, didática de ensino de línguas, entre outros. Vale ressaltar o déficit de trabalhos com relação ao ensino de línguas estrangeiras para privados de liberdade, o que nos incentiva a escrever sobre a temática a partir da nossa experiência no projeto.

A ATUAÇÃO DO PROJETO NA APAC DE MACAU

Quando começávamos os preparativos para a realização do projeto "Oficinas de leitura e escrita para privados de liberdade" no modo presencial, em março de 2020, o Brasil e o mundo foram obrigados a tomar medidas de distanciamento social devido à pandemia da covid-19. Com isso, toda e qualquer atividade presencial com os privados de liberdade teve que ser suspensa.

Essa realidade obrigou-nos a readaptar o formato das atividades, que desde agosto de 2020 passou a ser remoto. Desse modo, desde o início de nossos trabalhos no projeto "Oficinas de Língua Espanhola para Privados de Liberdade", em março de 2021, estamos no formato remoto, com aulas ministradas pelo Google Meet.

A dinâmica funciona da seguinte maneira. A cada semana um professor (extensionista do projeto) fica responsável por ministrar uma oficina. Tal oficina tem sempre uma temática e uma função linguística estabelecidos. O responsável pela aplicação da aula naquela semana tem a função de elaborar o plano de aula e o material que será usado em "sala". Os outros professores ajudam no que for preciso, desde sugestões de como desenvolver a temática escolhida, até encontrar materiais para uso. Após a elaboração

do plano de aula, a coordenadora do projeto vê esse plano e faz os comentários necessários, indicando as alterações que devem ser feitas. Posteriormente, o professor elabora o material que será aplicado e a coordenadora também faz a revisão desse material. Vale ressaltar que as orientações da coordenadora são sempre com o objetivo de melhorar o plano de aula e de que as atividades se aproximem cada vez mais do público-alvo. Não há a intenção de refazer o plano de aula e nem de propor mudanças significativas. Até quando a coordenadora acredita que alguma das atividades poderia ser feita de maneira totalmente diferente, ela expõe a situação e deixa que o extensionista aplique como queira, para que possa ver na prática o que teve êxito ou não.

A ORGANIZAÇÃO DAS OFICINAS E NOSSO RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mediante o contexto no qual as circunstâncias trazidas pela covid-19 nos impôs. As aulas nas quais tanto desejávamos ser no formato presencial precisaram ser adequadas à nova realidade do ensino remoto. Além da falta de experiência com relação a essa modalidade de ensino, havia o fato de ser o nosso primeiro contato com o público em situação de privação de liberdade.

Outro obstáculo encontrado estava no fato de dos 16 recuperandos que participariam das oficinas, apenas 4 eram totalmente alfabetizados, 7 possuíam um grau de alfabetização de médio a baixo e 5 eram totalmente analfabetos. Essa realidade nos fez pensar as aulas voltadas mais para a oralidade, com atividades de compreensão e expressão oral e uso constante de imagens e vídeos.

O desafio foi posto em nossas mãos e abraçado com muita dedicação. Até a concretização da primeira oficina houve muito estudo, que não serviu apenas para o embasamento teórico no qual seríamos inseridos, mas principalmente nos serviu para entender a importância do que fazemos e consequentemente para desencadear em nós um sentimento de pleno amor à docência na APAC.

No que corresponde às aulas, elas sempre possuem uma temática e uma função linguística. A temática permeia toda a aula, pois é o ponto central, de onde partimos e nos aprofundamos, por sua vez, a função linguística entra como um suporte a temática e é pensada a partir do tema, podendo ser trabalhado com foco no léxico ou gramatical. As aulas também seguem uma estrutura formada por *calentamiento, explicación y actividades*.

O *calentamiento* é a primeira etapa, em que damos os primeiros passos para introduzir a temática principal da aula e focamos em descobrir os conhecimentos prévios dos alunos sobre aquele tema.

A *explicación* é a parte na qual explicaremos de maneira específica todos os itens do tema e introduzimos a função linguística. Dependendo do conteúdo apresentado, dividimos a explicação em dois ou mais momentos para facilitar a compreensão dos alunos e nestes casos em que a explicação é dividida em etapas, as atividades práticas vêm logo em seguida, acompanhando cada explicação correspondente. E nos casos em que a explicação possui apenas uma etapa ou que julgamos que o conteúdo apresentado será absorvido com tranquilidade, as atividades ficam para o momento final das aulas.

As aulas são pensadas de dentro para fora dos muros como também de fora para dentro, pois a realidade dos alunos jamais deve ser desconsiderada. Assim sendo, se o tema da Covid-19 afeta e/ou afetou a todos os indivíduos em uma perspectiva mundial,

os recuperandos também sofreram um impacto em suas vidas com a pandemia. Pensando nisso, resolvemos levar esse tema para a sala de aula para saber como o distanciamento social implicado pela Covid afetou os apenados e como se sentiam. A aula em questão tinha como tema *El cuidado con la salud y La Covid* e como função linguística *los materiales de primeros auxilios*.

Para o *calentamiento,* optamos por fazer algumas perguntas introdutórias que tinham como objetivo estabelecer uma ponte entre a aula realizada anteriormente e a atual. As perguntas foram: *¿A qué lugares vamos cuando estamos enfermos?* e *¿Cuáles son los profesionales que encontramos en un hospital y puesto de salud?* Desse modo, conseguimos ver o vocabulário que eles aprenderam anteriormente sobre as profissões e também nos permitiu conhecer um pouco do que acontece quando eles adoecem e precisam de cuidados médicos, possibilitando o que toda aula sempre proporcionar: contar um pouco sobre suas vivências na APAC.

Para a etapa dois, a *explicación*, resolvemos fazê-la em dois momentos, cada um com uma atividade de consolidação. Iniciamos com uma pergunta: *¿En qué lugar de APAC almacenan las medicinas?* Tendo em vista que os nomes dos espaços da Apac em espanhol foram aprendidos por eles em aulas anteriores, possibilitando esse resgate da aula passada, permitindo que possamos observar o que eles aprenderam ou não. Com a pergunta, explicamos o significado da palavra *medicinas* em português e aproveitamos para introduzir o conteúdo linguístico da aula, que eram os materiais de primeiros socorros e quais seriam esses materiais.

Em seguida, mostramos um vídeo intitulado *¿Qué debe tener un botiquín de primeros auxilios?,* em que uma socorrista vai mostrando detalhadamente os materiais básicos que deve conter uma maleta de primeiros socorros. O vídeo tinha seu áudio original todo em espanhol, para que os alunos pudessem

experienciar a escuta de um nativo falando e depois perguntamos o que eles ouviram para averiguar a compreensão leitora deles. Nesse ponto, os alunos relataram a dificuldade de compreensão sobre o que havia sido falado no vídeo, expondo que era muito rápido. No entanto, pensando nessa possibilidade, repassamos com imagens todos os materiais que apareciam no vídeo e outros mais. Nesta hora foi possível constatar que alguns alunos, mesmo com a dificuldade na compreensão auditiva, relataram haver conseguido compreender muitas informações do vídeo. Aqui é importante relatar que mesmo que os alunos tenham sentido dificuldade, o que é compreensível, eles captaram uma parte, e isso é aprendizado.

Como atividade dessa etapa, escolhemos apenas uma imagem, que é muito comum nas casas: um armário de farmácia. Eles se manifestaram de imediato, dizendo que a APAC possuía um como aquele e em seguida cumpriram a proposta da atividade, falando os nomes dos materiais que apareciam dentro do armário de farmácia. O objetivo da atividade foi cumprido, pois não se lembraram apenas de duas palavras. Este momento foi muito marcante e divertido pois um dos apenados nos contou várias situações relacionadas com os primeiros socorros e que ele era como se fosse o enfermeiro deles. Inclusive, essas informações da rotina e das atividades deles é bem importante, para que, de algum modo, possa ser conectada em outros momentos com as aulas e/ou atividades.

Para o segundo momento da explicação, os alunos assistiram a um curta-metragem intitulado *Los días que pasan*, que mostra um pouco de como está a vida de duas crianças no contexto do isolamento social. Escolhemos esse curta para introduzir a temática da Covid, perguntando na pós-visualização o que se passava no vídeo e no que a pandemia influenciou no dia a dia deles. Um relatou que ao ver as crianças lembrou de seus filhos e

que eles faziam as mesmas coisas na vídeo-chamada. Relataram a saudade da família, uma vez que as visitas foram suspensas, entre outros relatos pessoais. Esse momento para que eles falem sobre seus sentimentos é de extrema importância, porque a partir disso nos conectamos, nos conhecemos e podemos usar esse conhecimento em prol de aulas futuras mais significativas e cada vez mais relacionadas com o perfil deles. Conhecer o nosso público para aproximarmos deles é essencial, para que percebam que a nossa relação é horizontal e sair de um lugar de hierarquia com relação ao conhecimento.

Logo após os relatos, perguntamos quais os cuidados que eles estavam tendo neste período e em seguida colocamos uma pequena música promocional do *Médicos sin Fronteras*, da Colômbia. O vídeo se chama *Una canción para prevenir el covid 19* e nela é possível ouvir as recomendações e ver as ilustrações de cada situação. Perguntamos primeiramente aos alunos sobre o que falava na música e em seguida partimos para mais questionamentos sobre a temática, as perguntas foram as seguintes:*¿Cuáles son los síntomas de la covid?; Y si tengo los síntomas, ¿qué debemos hacer?*; *Si necesitamos salir, ¿qué debemos hacer?; ¿Quiénes son las personas que tienen más riesgos?.* As questões tinham como base a música e todas as respostas foram dadas na canção também, então se eles estivessem atentos, conseguiriam responder.

Para o encerramento, escolhemos uma atividade intitulada *¿Se puede o no se puede?* que consistia em que eles analisassem algumas situações extremamente comuns durante a pandemia e apenas dissessem se era correto ou não. O vocabulário pôde ser revisado e ampliado uma vez que as situações eram diferentes.

Podemos destacar como ponto negativo desta aula, a escolha do vídeo sobre os materiais de primeiros socorros. A duração não era tão longa, porém houve a dificuldade que eles destacaram em

não entender a socorrista, que falava muito rápido, influenciando numa maior compreensão. Por outro lado, podemos destacar os relatos individuais, ouvi-los é sempre um momento de muita sabedoria e empatia e a partir disso poder usar esses relatos a favor de todos no planejamento de aulas seguintes, visto que os relatos nos permitem adentrar em seu mundo, conhecer as alegrias, as tristezas e as dificuldades e nos motiva a realizar um trabalho cada vez melhor qualitativamente, assim como nos incentiva Paulo Freire:

> Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietarnos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos a nossa alegria (FREIRE, 1996, p. 72).

Dando sequência aos relatos, agora falaremos de uma aula que nasceu a partir de uma aula anterior, na qual demos continuidade ao tema *rutina*, e trabalhamos o léxico de cômodos de uma casa, móveis, e nesta ordem, chegamos à cozinha, onde, além de eletrodomésticos, móveis e utensílios, é onde, geralmente, tem comida. Neste primeiro momento, adentrando este tema que depois se desdobrou em mais duas aulas com a temática, vimos o vocabulário de *rutina alimentar,* dividindo o léxico de alimentos em quatro momentos: *desayuno* (café da manhã), *almuerzo* (almoço), *merienda* (lanche) e *cena* (janta).

Para essa aula, é importante destacar duas coisas importantes: nós escolhemos o léxico dos alimentos de cada momento de refeição de acordo com o que entendíamos da realidade de nossos alunos. Sendo assim, optamos por elementos populares da cesta básica brasileira e, principalmente, regional, porque não nos pareceu fazer sentido colocar na lista alimentos distantes

da realidade dos recuperandos, e, assim, destacamos o cuscuz, tapioca, café, arroz, feijão, macarrão, sopa, entre outros; a aula foi apresentada por slides e levando em consideração o ensino remoto e os diferentes níveis de alfabetização deles, nos dedicamos a produzir materiais com um apelo visual mais destacado, e, para a escolha das imagens que utilizamos para apresentar o léxico, tivemos o cuidado de escolher produtos e marcas que consideramos familiar aos nossos alunos. Por exemplo, ao exemplificar por imagem a palavra *mantequilla,* utilizamos a marca Primor, que é muito comum no estado do Rio Grande do Norte, além de ser uma das opções mais baratas. Isso aconteceu também na escolha da imagem para os biscoitos, arroz, açúcar, entre outros. Um outro ponto interessante sobre a escolha das imagens, foi a preferência por imagens de produtos reais ao invés de desenhos ou alimentos sem rótulos. Pensamos que esse detalhe poderia aproximar ainda mais o material e os conteúdo aos alunos.

Dando continuidade dentro da temática *comida*, surge a aula *La cocina de Yuliet.* A ideia inicial era propor uma sequência didática e fazermos uma aula com temática literária para trabalharmos o poema *Oda Al Tomate*, do escritor Pablo Neruda, com intuito de trazer o vocabulário de legumes e verduras. Esta aula acabou acontecendo depois. *La cocina de Yuliet* surgiu de uma forma surpreendende. Achamos a cubana em uma reportagem fotográfica do jornal *El País*, em uma matéria que contava sobre a história de um grupo de Facebook que foi criado para compartilhar receitas em Cuba. Yuliet é uma mulher real, vive em Havana e criou esse grupo como forma de trocar receitas com os alimentos disponíveis do dia, ou até mesmo da semana. E a partir disso, tivemos contato com um tópico para além do vocabulário de legumes e verduras: a escassez de alimentos em Cuba, que se tornou pauta da aula.

Começamos a aula pelo *calentamiento*, propondo uma atividade intitulada "*Qué te gustaría comer?*". Colocamos algumas imagens de alimentos que vimos na aula passada e pedimos que os alunos montassem uma rotina alimentar (café da manhã, almoço, lanche e janta). O objetivo era retomar o vocabulário que já tinha sido trabalhado, a oralidade, já que pedimos para responder em espanhol e, ao retomar este vocabulário de alimentos, introduzir novos vocabulários de alimentos, dando continuidade à temática da comida. A maioria dos alunos se manteve em silêncio, mas obtivemos duas respostas muito satisfatórias, a ponto do aluno lembrar a palavra *mantequilla*. O curioso é que não tinha essa opção de imagem no slide, o aluno lembrou espontaneamente.

Após este primeiro momento, começamos a parte de *explicación*, onde explanamos o tema e também interagimos com os alunos. Apresentamos Yuliet, contamos um pouco da história dela e onde ela mora. Ao adentrar este tópico, nos pareceu produtivo inserir mais informações acerca de Cuba. Fizemos um slide com o mapa e a bandeira do país e pedimos que os alunos dissessem o que eles sabiam a respeito. Enquanto eles falavam, íamos anotando no próprio slide, que resultou nas seguintes palavras: charuto, buena medicina, isla, atletas muy buenos, Fidel e Raul Castro, comunismo e socialismo. Conforme os alunos falavam, nós fazíamos comentários acerca de cada tópico, informando e ao mesmo tempo desconstruindo certos imaginários que existem sobre a ilha. Dessa forma, pudemos introduzir também um assunto muito pertinente que é a escassez de comida em Cuba, falamos como isso acontece e o porquê.

A partir disso, contamos sobre o grupo que Yuliette havia feito no Facebook e o intuito de compartilhar receitas para trazer um pouco mais de diversidade à rotina alimentar dos cubanos, enfatizando que as receitas são com os ingredientes disponíveis

na ilha. Dando sequência a aula, também colocamos nos slides alguns prints reais de receitas compartilhadas, incluindo imagens e comentários. Nos pareceu interessante trazer os comentários porque entendemos como uma oportunidade de mostrar alguns adjetivos na prática. Destacamos as receitas *Potaje de Garbanzos*, *Flan de Leche en Polvo,* e *Tomates Secos Al Horno,* receita da própria Yuliet. Não por acaso essas receitas foram escolhidas e destacadas. Na primeira, parecia uma feijoada, mas ao invés de feijão é usado grão de bico. A referência da feijoada foi eficiente, porém, descobrimos que a maioria dos alunos nunca tinha comido ou tido contato com o ingrediente grão de bico. Sobre o *Flan,* os alunos não tiveram dificuldade em saber o que era porque é como se fosse o nosso pudim de leite. O destaque foi o nome que inclui a palavra *polvo,* que em tradução para o português entendemos como pó.

A receita de tomates secos ao forno da Yuliet foi a que demos mais atenção. Ao escolhermos esta, pensamos que talvez seria uma possibilidade de receita que eles pudessem fazer na APAC, inclusive, por causa da facilidade não só de ingredientes, mas também para o modo de preparo e o baixo custo. Para nossa surpresa, eles nos contaram que haviam tido uma oficina de gastronomia e que a pessoa que ministrou a oficina tinha feito esta receita. Ficamos surpresos e achamos que mesmo de forma intuitiva, a receita escolhida foi muito produtiva. Após a receita, trabalhamos de forma expositiva o vocabulário de legumes e verduras. E, seguindo a lógica das outras aulas, optamos pela escolha de alimentos familiares aos alunos e por imagens reais. Além dos legumes e verduras mais populares, vimos a oportunidade de falar um pouco sobre a diversidade de nomes para os alimentos milho, batata e pipoca.

Fechando essa fase de explicações, iniciamos a fase de *actividades*. Planejamos três momentos: a primeira atividade intitulada *qué plato lleva?* tinha como objetivo que os alunos falassem qual

receita levava os três ingredientes expostos e que eles falassem os nomes dos ingredientes em espanhol. A segunda atividade intitulada *Encuentra El Intruso* consistia em o aluno identificar qual daqueles elementos ali não faz parte da família alimentar em questão, por exemplo, num grupo de palavras *sal*, *aceite, vinagre* e *azúcar,* o "intruso" seria o açúcar. Nesta atividade, optamos por colocar os nomes dos alimentos e não as imagens. A terceira e última atividade, intitulada *Crea una receta con…* trouxe uma proposta dos alunos criarem uma receita com os ingredientes propostos, separados por três grupos. Mesclamos entre o mais fácil e outro que exigisse um pouco mais da criatividade dos alunos, misturando ingredientes que normalmente não são usados juntos.

Os pontos positivos que destacamos nesta aula, foi a participação dos alunos e como ficou visível a identificação com o tema. Nos pareceu interessante trazer na aula a questão da escassez de alimentos porque eles nos contaram em momentos anteriores que não tinham muita diversidade de alimentos para as refeições e que tudo era bem racionado e divido para não faltar. Então, para além dos alimentos que eles já tinham contato, foi possível que eles se vissem na situação exposta, aprendessem sobre novos alimentos e conhecessem um pouco da história de outro país e o que acontece por lá.

Como pontos negativos podemos destacar que a aula ficou muito longa para o tempo previsto. O diálogo fluiu muito na parte das explicações e como os alunos interagiram bem, entendemos como um ponto positivo. Faça-se importante destacar que quando os alunos interagem, o nosso objetivo é sempre dar voz para eles se expressarem, porque trata-se de um momento precioso de trocas. Como a aula ficou muitas informações, alguns conteúdos tiveram que ser apressados e até mesmo cortados ou tratados de forma mais superficial do que havíamos planejado. No entanto, acreditamos

que mesmo com esse contratempo, não foi afetado o entendimento e a compreensão dos alunos. Escolher o tema *comida* nos remeteu a uma aula com apelo afetivo significativo, tanto para os discentes, quanto para nós, professores.

Para a próxima aula que será descrita, faz-se importante destacar que mais uma vez a temática escolhida envolve a realidade dos recuperandos. Nesse caso, trata-se do fato de eles serem ligados a uma religião e terem a família como um importante pilar para a recuperação, dois elementos de grande importância no Método APAC. Foi pensando nisso que surgiu a aula *Oración del padre nuestro*, com a função linguística *vocabulario de la família, posesivos y pronunciación*. Fomos incentivados a planejar uma aula específica que abordasse esse tema por eles sempre iniciarem e encerrarem nossas oficinas com a oração do Pai Nosso.

Iniciamos a oficina com a oração, como de costume, e seguimos para com *calentamiento* com a pergunta *¿Cómo es nuestra conexión con Dios?* para fazê-los refletir. Algumas das respostas obtidas foram que eles se conectam com Deus por meio de suas orações e mesmo por meio de seus pensamentos. Logo após a contestação da pergunta, apresentamos a *Oración del Padre Nuestro* (exatamente o tema da aula desse dia) e realizamos a leitura compartilhada. Por tratar também dos possessivos, marcamos na oração os que apareciam para que trabalhássemos a posteriori.

Utilizando da aparição de dois pronomes possessivos na oração (*nuestro* e *tu*), seguimos com as seguintes perguntas para os recuperandos: *¿Por qué las palabras "nuestro" y "tu" se encuentran subrayadas en la oración?* e *¿Qué es lo que esa palabra puede indicar?* para que, somente depois das respostas do que eles imaginavam se tratar ou a referência a que aquelas palavras faziam, pudéssemos iniciar a primeira *explicación*.

O primeiro conteúdo linguístico abordado, foco desse momento inicial, foram os pronomes possessivos. Nele, procuramos por inserir imagens de itens de vestimenta com seus respectivos nomes em espanhol e o pronome adequado para cada um deles. Foram dados os doze pronomes e, em cada um dos exemplos, divididos entre singular e plural, possuíam imagens de itens diferentes e que se adequavam a cada um. A intenção era sempre de leitura compartilhada com os alunos, algo que buscamos constantemente fazer com intuito de incentivar a que todos participem, mesmo aqueles que não sabem ler, além de ser uma forma de praticar a pronúncia da nova língua.

Depois da exposição dos pronomes, como meio para fixação do que fora explicado, escolhemos por uma atividade controlada de completar a lacuna da frase com o pronome adequado. No geral, optamos por atividades que privilegiem a oralidade e que permitam que eles façam uso da língua de uma maneira mais comunicativa, considerando, principalmente, o fato de que nem todos sabem ler e escrever. No entanto, às vezes propomos essas atividades controladas como modo de inserir de maneira mais simples as regras gramaticais da língua espanhola.

Após a realização dessa atividade, passamos para o segundo momento de explicação, ao qual nos voltamos para o vocabulário dos membros de uma família. Para iniciar, perguntamos para os meninos *nombres de algunos miembros de la familia que sabemos*, para que eles nos dissessem aqueles que já tinham conhecimento e também aproveitamos para retomar à primeira linha da oração, onde logo de cara aparece *padre* e perguntamos qual membro seria e eles responderam rapidamente e de forma correta. Em seguida, passamos a uma pequena árvore genealógica, onde apareciam desenhos com suas respectivas descrições, tanto de forma individual como em conjunto (*los padres - el padre y la madre*).Para finalizar,

passamos um vídeo do YouTube que mostra os membros de uma família mais numerosa, para ampliar o vocabulário.

Como finalização da aula, trouxemos uma *actividad* que consistia em uma árvore genealógica para ser completada a partir das informações que faltavam. Eles precisavam observar as imagens e as pessoas que possuíam suas posições e ir inferindo quais os que estavam vazios, completando toda a família. Utilizamos de um vocabulário com as palavras que correspondem às pessoas que formam uma família, cada uma com sua respectiva correspondente no português para facilitar o entendimento deles. Utilizamos também de mais uma atividade controlada, onde a partir da conclusão da árvore, eles iriam completando de acordo com as pessoas que eram informadas nos três exemplos.

Como ponto positivo, destacamos que essa aula foi considerada muito especial pelos recuperandos, já que se tratava de ensinar algo que faz parte da realidade diária deles. Comi dito, todas as atividades da APAC sempre são iniciadas e finalizadas com uma oração e há tempos já era um pedido deles aprender o Pai Nosso em espanhol. Desse modo, mais uma vez pudemos unir a necessidade de uso deles, com o conhecimento prévio, a um conteúdo da língua espanhola.

O ponto negativo foi a falta de tempo suficiente para a realização de todas as atividades propostas de uma maneira mais detalhada. Notamos que tanto a explicação do uso dos possessivos quanto a apresentação do léxico de família poderiam contemplar mais tempo. Uma alternativa talvez fosse a de escolher apenas um desses conteúdos e focar mais nele.

COMO O PROJETO CONTRIBUI PARA A NOSSA FORMAÇÃO?

A atuação em sala de aula com os privados de liberdade, um público quase nunca contemplado nos cursos de Licenciatura em Língua Espanhola nos permite uma compreensão de que se faz necessário um olhar mais humano e sensível na hora de planejarmos uma aula para nossos alunos. Não só os da educação de jovens e adultos para o sistema prisional, mas também para os de ensino regular.

Buscarmos uma conexão com eles e suas histórias de vida, suas vivências, e fazê-los parte integrante desse processo de ensino. Chamar atenção deles e fazê-los notar que os temas e atividades propostos foram pensados em um uso mais efetivo da língua e considerando o conhecimento prévio dos alunos.

É preciso contribuirmos com uma didática inclusiva e mais participativa, focando em na necessidade de nossos alunos, principalmente considerando o público em questão, que se mostra de uma hetereogeneidade tamanha, por conta dos diferentes níveis de instrução escolar.

Ter a oportunidade de contato com a modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) é uma experiência que nos ensina na prática a ter um olhar mais sensível com o público das aulas e nos proporciona uma ideia de como e quais temas abordar com eles. É uma modalidade de ensino que não é explorada sempre nas licenciaturas, tendo em vista que como licenciandos em Letras - Espanhol não temos disciplinas obrigatórias no curso que tratam dessa modalidade, uma realidade que muito provavelmente pode ser encarada pelo futuro docente.

Reconhecemos que é uma modalidade na qual requer o uso de didática e metodologias diferentes, pois em geral é composta

por grupos extremamente heterogêneos. Ao poder participar do projeto pudemos ter contato direto com um público da EJA que não somente se enquadra nesta modalidade, mas também é voltado para a educação prisional.

Além disso, faz-se importante ressaltar que antes de começarmos a atuar de maneira prática na APAC, houve uma preocupação da coordenação do projeto em promover muitas leituras teóricas e discussões aprofundadas sobre a educação prisional, para que pudéssemos conhecer um pouco da realidade e de como funcionava a educação nos espaços de privação e restrição. Atuar na Associação tem nos despertado o interesse em continuar na carreira acadêmica pesquisando sobre a temática da educação nas prisões, sendo que antes não tínhamos temáticas que nos chamassem a atenção de uma maneira tão profunda.

Por fim, o projeto nos proporciona ver além da educação regular, querer saber mais e espalhar ao mundo a importância do ensino nos espaços de restrição e privação de liberdade, além de querer contribuir para que o direito à educação aos privados de liberdade seja cumprido, pois é um direito deles uma formação para que, fora das grades, possam usá-la como um instrumento ao seu favor.

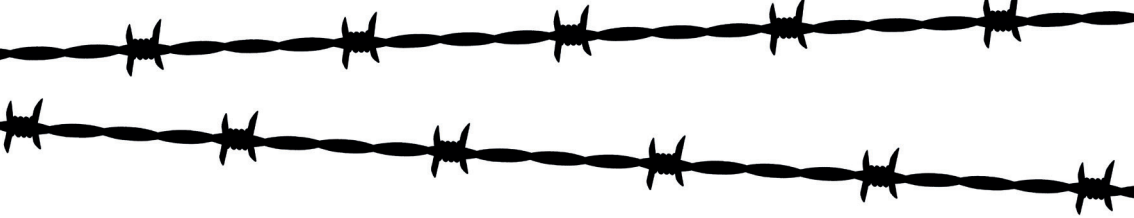
E que possamos seguir nossas atividades tendo sempre Paulo Freire como referência, nos lembrando que "quem forma se forma e re-forma e quem é formado forma-se e forma o ser formado. [...] Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. [...] Ensinar inexiste sem aprender e vice-versa" (FREIRE, 1996, p. 23).

REFERÊNCIAS

FALCÃO, A. L. S.; CRUZ, M. V. G. O Método APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados: análise sob a perspectiva de alternativa penal. *In*: CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA. 8., 2015. **Anais** [...]. Brasília: 2015.

FERREIRA, V. **O que é a APAC? FBAC.** [*s.l.*], 2020. Disponível em http://www.fbac.org.br/ciema/index.php/pt/questoes/16-o-que-e-a-apac. Acesso em: 12 ago. 2021

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



A HISTÓRIA DO MOTYRUM

Heloisa Bezerra Lima[1]
Danilo de Andrade Barbosa[2]
Isabelly Thayse Araújo Alves[3]
Sabrina de Lima Silva[4]
Luisa Galvão Donati[5]
Anna Elisa Alves Marques[6]

[1] Bacharela em Direito pela UFRN. Pós-graduada em Direito Penal e Criminologia pelo ICPC/UNINTER.

[2] Bacharel em Direito pela UFRN.

[3] Bacharelanda em Direito, pela UFRN. Pesquisadora do Núcleo de Direito Criminal da UFRN.

[4] Graduada em Serviço Social pela UFRN. Pós-graduada em Seguridade Social pela FAR. Integrante do Grupo de Pesquisa e Questão Social do Departamento de Serviço Social da UFRN. Estagiária de Pós-graduação de Serviço Social do Tribunal de Justiça do RN.

[5] Bacharela e licencianda em Ciências Sociais pela UFRN. Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

[6] Mestranda em Estudos Urbanos e Regionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Violência, Trabalho e Ilegalismos e do Grupo de Pesquisadores JurisUrb.

INTRODUÇÃO

O Motyrum é um coletivo de projetos de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) que objetiva realizar a educação popular em Direitos Humanos sob o guarda-chuva teórico-metodológico freireano. Criado em 2005, o Motyrum, originalmente denominado de "Lições de Cidadania", divide-se em quatro núcleos de atuação, que trabalham junto a grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Dentre eles, o Núcleo Penitenciário busca promover o diálogo entre graduandos e apenados, levando ambos a uma reflexão crítica de conceitos que tendem a ser banalizados no cotidiano, como cidadania, crime, violência, Direitos Humanos e justiça.

O trabalho da Extensão Universitária tem o condão de levar o estudante a acessar realidades para além dos muros da Academia, experiências muitas vezes novas e extremamente ricas. No caso do Motyrum Penitenciário, cujo *locus* é o Sistema Penitenciário, as vivências são desafiadoras, diante, notadamente, das constantes violações aos Direitos Humanos vivenciadas pelos sujeitos que ali se encontram. O que se escuta nas narrativas de egressos do Programa é uma herança que compõe para sempre suas trajetórias.

Este capítulo nasce com a difícil missão de narrar os caminhos do Motyrum Penitenciário e de acessar memórias e narrativas dos membros ao longo dos dez anos de projeto. Diante dos desafios, duas questões principais foram levantadas: Quem contaria essa história? Como explorar e, posteriormente, sistematizar múltiplas visões sobre vivências que são tão particulares?

A saída encontrada foi realizar o esforço de reunir membros que participaram em diferentes momentos do programa, para que junto aos seus contemporâneos pudessem narrar suas

experiências. Nasce, assim, um compilado de relatos sobre o Motyrum Penitenciário, divididos em momentos de sua história.

Necessário pontuar um grande obstáculo encontrado, a impossibilidade de relatos diretos do período de 2005 até 2013 (época que representa a formação do Núcleo Penitenciário no Programa Motyrum), uma vez que os membros se encontravam impossibilitados de auxiliar na construção. Assim, para este período em específico, artigos científicos, dissertações e teses, que contém esses relatos, serão citados.

TRAJETÓRIAS INICIAIS: DO LIÇÕES DE CIDADANIA AO MOTYRUM PENITENCIÁRIO

Tratar da história do trabalho de educação popular em direitos humanos desenvolvido no contexto do núcleo penitenciário do Lições de Cidadania e, posteriormente, do Programa Motyrum, é tarefa complexa. Isso porque a pluralidade de vivências construídas autoriza diversas abordagens e, ainda assim, impossível cogitar o esgotamento das narrativas do que ele foi e está sendo.

Assim, em que pese tenha-se optado, para a condução desta pesquisa, por uma abordagem cronológica, necessário se faz frisar, desde já, que se observa um diálogo permanente entre as diversas fases descritas. A cronologia será, portanto, guia para uma rede de acontecimentos que situam o Núcleo Penitenciário do Programa Motyrum no espaço-tempo em que este se encontra atualmente.

Outro ponto a ser elucidado quanto às escolhas metodológicas deste trabalho é, em sua primeira etapa, quanto ao embasamento em pesquisas já conduzidas, abarcando recortes da história do Lições de Cidadania. Esse caminho foi adotado

sobretudo em razão do fato de as autoras e autores deste trabalho não terem vivenciado o referido período histórico, motivo pelo qual o ferramental da pesquisa bibliográfica foi adotado de maneira majoritária.

Em seu desenrolar, em adição ao levantamento bibliográfico realizado, faz-se a tessitura de relatos de experiência extensionista referentes a diversos períodos, apresentando, sem pretensão de esgotar, parte da história do núcleo penitenciário do Programa Motyrum.

A construção de um núcleo penitenciário

Tomadas tais premissas, a origem da *experiência educativa*[7] em direitos humanos em ambientes de privação de liberdade, nos moldes atualmente consolidados no Programa Motyrum, está vinculada ao Projeto e, posteriormente, Programa de Educação Popular em Direitos Humanos Lições de Cidadania.

Conforme Araújo (2014, p. 14):

> Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na cidade de Natal, uma experiência educativa, gerada no curso de Direito, denominada Lições de Cidadania contribuiu por 8 (oito) anos de 2005 a 2013, com o processo de reorganização das práticas e do pensamento acerca da Extensão e do Curso de Direito, além de implicar diretamente no modo de ser e de viver dos extensionistas que dele participaram.

Diante das limitações impostas pelo recorte desta pesquisa, não é possível aprofundamento mais complexo quanto

[7] Termo utilizado por ARAÚJO em dissertação nomeada "A EXPERIÊNCIA EDUCATIVA DO LIÇÕES DE CIDADANIA (2005 – 2013)" (2014, p.12).

ao surgimento do Lições de Cidadania como um todo, razão pela qual nos limitaremos a apresentar seus principais marcos. Em concordância com o exposto por Araújo (2014, p. 45-55), importa frisar o momento histórico-político em que firmadas as bases para a criação do projeto como fator inafastável para a sua consolidação, qual seja, sua formulação posterior ao processo de redemocratização do país e das transformações dele decorrentes, tais como os movimentos de acesso à justiça e, ainda, o momento de especial reforço aos investimentos em educação.

Derivada diretamente desse lugar na história, a primeira ação do Lições de Cidadania, configurado, à época, como projeto, e fortemente relacionado ao Centro Acadêmico de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, deu-se em escolas públicas da Grande Natal, ocorrendo no ano de 2005 (ARAÚJO, 2014, p. 47-48).

Tem-se que foi a partir da segunda ação documentada, financiada a partir do Programa "Reconhecer", de iniciativa do Ministério da Educação, que houve a aproximação com a pedagogia de Paulo Freire, bem como a construção de sua interdisciplinariedade, possibilitando a inclusão de estudantes de outras áreas do conhecimento (ARAÚJO, 2014, p. 50). Em tal fase ainda inicial do projeto, suas ações eram desenvolvidas apenas em âmbito rural, mais especificamente, junto a diversos assentamentos (ARAÚJO, 2014, p. 63).

No ano de 2007, deu-se um processo de reorganização do Projeto, a partir do término do período de vigência do edital que financiava as suas atividades, bem como a saída de diversos membros responsáveis por sua organização (ARAÚJO, 2014, p. 68-74).

Tal fator, qual seja, a necessidade de reestruturação periódica, é elemento que acompanhou não só a prática extensionista do Lições de Cidadania, mas, também, do Programa Motyrum,

tendo igualmente diversos reflexos no núcleo penitenciário, como se verá mais adiante. Conforme restou documentado na pesquisa de Araújo, o processo de seleção para a renovação do quadro deu-se simplesmente mediante realização de entrevistas (2014, p. 69). Ainda nessa fase, as atuações permaneceram centradas no meio rural, sendo que, no final do ano de 2008, o Lições de Cidadania foi contemplado em novo edital de financiamento, desta vez, do Ministério da Justiça, de nome "Projeto Pacificar" (ARAÚJO, 2014, p. 97).

Esse marco é especialmente relevante para a história do núcleo penitenciário, uma vez que foi nessa fase do Projeto Lições de Cidadania em que se deu o seu surgimento. Em sua pesquisa, Araújo refere diretamente que foi o projeto Pacificar que possibilitou, conforme denominação por ele apresentada, essa nova "frente de trabalho" (ARAÚJO, 2014, p. 101).

Importa aqui transcrever a pesquisa de Araújo (2014, p. 101) nesse trecho:

> […] já formalizada na própria proposta de disputa ao convênio com o Ministério da Justiça, estava voltada para a atuação em ambientes de privação de liberdade, especificamente na Penitenciária Estadual de Alcaçuz, situada no município de Parnamirim-RN. Durante a pesquisa encontramos que a perspectiva inicial era de uma ação em sintonia com a Pastoral Carcerária, porém com foco nos processos de mediação de conflitos. De acordo com a proposta apresentada no edital, "com as limitações do sistema prisional [...] as penitenciárias tornam-se universidades de crimes e barbáries [...] mostrando o óbvio da necessidade de ações que estimulem a paz na resolução de conflitos".

> Os caminhos da pesquisa nos permitiram compreender que a proposta de ação do Projeto, antes de colaborar na resolução de conflitos, ainda que sem a intencionalidade, à época, resultava por instaurar um tensionamento que remetia à própria natureza do estabelecimento prisional, evidente quando nos indagamos sobre como educar para a liberdade em um ambiente que estabelece a sua privação? Sobretudo nas condições desumanizadoras dos presídios e antes, da política prisional brasileira. Não tardou para que os apenados começassem a questionar a administração acerca de suas condições e esta, por conseguinte, começasse a vetar a entrada e contato dos estudantes do Lições de Cidadania com os presos. O processo educativo e o acompanhamento às famílias, conforme idealização inicial do projeto, aparentemente não logrou êxito, não restando registrado em nenhuma das fontes a que tivemos acesso.

Merece destaque também o fato de que a relação estreita com os movimentos sociais, a qual veio a nortear a ação do Lições de Cidadania, igualmente foi decisiva para a criação do núcleo penitenciário, o que se denota pela menção direta a um trabalho aliado à Pastoral Carcerária.

Se a relação de parcerias mostrou-se, no processo histórico do Lições, como essencial ao desempenho da atividade extensionista de educação popular, essa importância ganha relevo e toma contornos diferenciados ao se tratar de práticas a serem desenvolvidas em ambientes de privação de liberdade.

Isso porque, além de lidar com uma comunidade nova, e, num primeiro momento, desconhecida, há que lidar ainda com todo um aparato típico do processo de institucionalização, controle e punição. Ao longo da história do núcleo penitenciário, esse elemento apresentou-se como uma das dificuldades mais

constantes para os extensionistas, o qual foi agravado pelo cíclico período de renovação das pessoas que o compuseram.

Sobre o processo seletivo para constituição do núcleo, conforme aprofundamento na pesquisa efetuada por Araújo (2012, p. 114-115), o formato de entrada de novos membros do Lições modificou-se no ano de 2009: a simples entrevista veio a ser substituída por um modelo misto, composto, inicialmente, por um ciclo de debates, com temáticas previamente estabelecidas. No ano de 2010, por sua vez, utiliza-se o termo formação-seleção para descrição do processo, e há a previsão expressa quanto a possibilidade de optar pela participação no núcleo penitenciário (ARAÚJO, 2012, p. 116-117). A despeito da ausência de menção nominal no edital responsável pela criação do núcleo penitenciário, outro movimento social organizado ladeou as ações extensionistas, possibilitando a abertura institucional, até então, dificultosa ao projeto.

Nesse ponto, necessário se faz ponderar um elemento constante apenas de relato de membros antigos do Projeto: a possibilidade do surgimento de um núcleo penitenciário do Lições de Cidadania foi permeada por dúvidas internas, inclusive, no momento incipiente de organização, dúvidas quanto à possibilidade da participação de mulheres no referido núcleo, em razão das restrições impostas para atuação no cárcere.

Em nossa visão, a referida passagem se torna de menção obrigatória quando se passa a contemplar o fato de que o primeiro local em que foi possível a realização de atuação duradoura do projeto, possibilitando um trabalho de longo prazo (a se considerar as limitações impostas pelo próprio sistema), foi uma penitenciária feminina, e, mais ainda, que essa atuação só foi possível graças a uma organização feminista, qual seja, a ONG Bandeira Lilás.

Do processo de formação à atuação na penitenciária feminina João Chaves

A unidade em questão foi a Penitenciária Feminina João Chaves, localizada na cidade de Natal/RN, sendo o marco da primeira atuação na unidade datado em fevereiro de 2011 (AZEVEDO; BORGES; CALDAS, 2011, p. 6). O período prévio à consolidação da atuação propriamente dita na Penitenciária João Chaves foi caracterizado pelo desenvolvimento de intenso processo formativo. À época, foram realizadas diversas visitas em unidades prisionais, visando a aproximação e conhecimento do funcionamento do sistema penitenciário do Rio Grande do Norte.

Assim como previsto no projeto inicialmente idealizado, foram realizados contatos a fim de viabilizar o desenvolvimento do trabalho na penitenciária de Alcaçuz, no entanto, a precariedade das condições materiais e políticas da unidade prisional impossibilitaram tal intento.

Como restou documentado em trabalho científico de autoria dos então membros do projeto Azevedo, Borges e Caldas, apresentado no VII Seminário de Metodologia para Projetos de Extensão (SEMPE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011, p. 5-6):

> Inicialmente houve algumas tentativas por meio do contato com o juiz responsável pela penitenciária ou do diretor. Uma das grandes dificuldades apresentadas foi o contato mesmo com o diretor da penitenciária. Nesse meio, algo que se pode notar com clareza é que muito depende dessa autoridade. A entrada ou não, a quantidade de pessoas que irá entrar, o horário, em que setores do estabelecimento a entrada será autorizada, tudo isso pode ser proibido ou permitido pelo diretor da penitenciária. Acontece que a mudança desse cargo em Alcaçuz é muito grande. Daí a dificuldade de

> manter um bom diálogo e alcançar uma proximidade maior com um cargo de alta rotatividade como vem sendo o de diretor de Alcaçuz.

Ademais, a periculosidade do presídio é muito alta. Muitas das grades que separam alguns setores dentro dos pavilhões estão quebradas, alguns presos têm inimizades com agentes penitenciários e policiais que ali trabalham, sendo que há dificuldade de entrada para haver contato com os próprios internos.

Há, inclusive, notícia de que o Primeiro Comando da Capital está comandando a penitenciária de Alcaçuz. Com certa freqüência se tem notícia de rebeliões e diversos atos de violência dentro do estabelecimento. Sendo que, ficaria difícil um projeto composto por estudantes atuar com confiança em tal ambiente, mesmo que isso fosse possível.

A menção à insegurança e à presença da facção Primeiro Comando da Capital como fator impeditivo para atuação continuada do projeto merece especial relevo, sobretudo quando se coloca em questão aos trágicos fatos ocorridos anos mais tarde, mais especificamente em janeiro do ano de 2017, com o massacre de Alcaçuz, o qual foi descrito pelas instâncias formais como resultado de um embate entre facções rivais com atuação na unidade[8]. Tal fato será melhor abordado em seção posterior, uma vez que o projeto, à época, foi mobilizado para o enfrentamento dos trágicos fatos que se sucederam.

A despeito da impossibilidade de atuação nos moldes de encontros periódicos em Alcaçuz naquele momento,

[8] G1."Massacre de Alcaçuz: quase 3 anos depois, número de mortos aumenta e 74 são indiciados por homicídios. Disponível em: https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2019/11/29/massacre-de-alcacuz-policia-conclui-inquerito-e-indicia-74-por-homicidio.ghtml. Acesso em: 21 jan. 2021.

o conhecimento e aproximação junto àquela que é a maior unidade prisional do Estado do Rio Grande do Norte, desencadeou processos de formação e, posteriormente, no ano de 2012, possibilitou a construção de uma edição do (In)Justiça Penal[9], em evento nomeado "Alcaçuz: administração do caos".

O processo que se seguiu à frustração da expectativa inicial de atuação em Alcaçuz foi de aprofundamento na realidade carcerária do Estado do Rio Grande do Norte. Ainda conforme relato de experiência documentado no SEMPE (AZEVEDO; BORGES; CALDAS, 2011), o núcleo penitenciário do Lições, em parceria com a Coordenadoria de Direitos Humanos e Defesa das Minorias (CODEM), auxiliou no financiamento de um curso de monitoramento de locais de privação de liberdade no Rio Grande do Norte, o qual foi realizado no primeiro semestre do ano de 2010. Tal curso, consoante relatado, foi marco para a ação de extensão, uma vez que possibilitou a realização de visitas a outras unidades e a realização de diversos contatos com os atores do sistema penitenciário norte-rio-grandense.

Calha, mais uma vez, reproduzir parcialmente o trabalho apresentado no SEMPE, diante da riqueza de detalhes do relato, ao tratar do curso de monitoramento e eventos que se sucederam (AZEVEDO; BORGES; CALDAS, 2011, p. 6):

> Foi nesse evento também que foi possível conhecer agentes e diretores que trabalham em diversos estabelecimentos, além do que foi feito contato com a Secretaria Estadual de Educação, mais especificamente de pessoas encarregadas da Sub-coordenadoria de Educação para Jovens e Adultos (SUEJA).

[9] Evento que ocorre semestralmente, organizados pelo Motyrum Penitenciário. É escolhido um tema e são convidadas pessoas de diversos segmentos para expor e debater.

> Assim, no segundo semestre do ano passado o projeto foi convidado a participar de dois seminários para discutir a educação em prisões, um ocorrido em Caicó e outro em Mossoró. Nessas oportunidades foram feitos novos contatos com agentes, diretores e educadores que trabalham em vários presídios. Foi quando conhecemos penitenciárias no interior do Estado, como em Parelhas, Caicó e Mossoró.
>
> Algumas semanas após esses eventos, ocorreram três cursos para discutir a mesma temática, cada um com duração de 3 dias e todos ocorreram dentro do período de cerca de dois meses. Foi aí que foram fortalecidos laços com um agente, o diretor e a vice-diretora da Penitenciária Estadual de Parnamirim. Foi então que pensou em mudar o foco de atuação de Alcaçuz para a Penitenciária de Parnamirim, pois esta já estava tendo aulas de outras disciplinas e o quadro de pessoal mostrava-se aberto a novos projetos, principalmente na área da educação.

Entretanto, em que pese as expectativas à época, a atuação junto à Penitenciária Estadual de Parnamirim só veio a se concretizar anos mais tarde, em meados de 2013, em fase diversa do núcleo penitenciário, no já nomeado Programa Motyrum.

O período formativo que precedeu a atuação efetiva no cárcere, além de ser fase de preparação para a educação popular nos presídios foi, também internamente, de práticas de educação popular entre os integrantes projeto, nos momentos de debates, organização interna e estudo conjunto, todos esses guiados pela horizontalidade da pedagogia freireana. Mesmo nos processos internos, portanto, o intento era concretizar a máxima de Freire (1987, p. 39): "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo". Tal base foi um dos fatores a possibilitar o protagonismo

extensionista com a força que lhe é característica tanto no Lições de Cidadania quanto no Motyrum. Os processos de estudo internos, conduzidos pelo grupo, logo enveredaram pelos caminhos da criminologia, especialmente em sua vertente crítica, tanto por demanda prática quanto pela inquietação oriunda do processo de desvelamento da realidade.

Um dos primeiros frutos diretos das atividades do núcleo penitenciário foi a realização do evento (In)Justiça Penal, o qual permanece acontecendo periodicamente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Inspirados no modelo de extensão às avessas, tal qual proposto por Boaventura de Souza Santos, o programa à época, ainda sem ter desenvolvido um trabalho contínuo em uma unidade de privação de liberdade específica, organizou, em 24/08/2010, o evento "(In)Justiça Penal: a pena ressocializa?", trazendo para a comunidade acadêmica, em uma tônica crítica e provocativa, o debate de questões que, igualmente, eram amplamente abordadas nos processos de formação internos.

Aqui, o papel da criminologia crítica deve ser mais uma vez frisado, uma vez que o aprofundamento nesta é verdadeiro imperativo derivado do aprofundamento nos questionamentos sobre o sistema penal. Não obstante, na realidade da grade curricular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a matéria de Criminologia sequer faz parte do currículo obrigatório, sendo ofertada como matéria optativa do curso de Direito e, à época, sem regularidade. Nesse sentido, o evento (In)Justiça Penal buscava evidenciar essa lacuna na formação dos alunos.

A despeito do longo percurso percorrido e das diversas atividades extensionistas efetuadas, aquilo que se considera como a verdadeira exteriorização da extensão no caso do Lições, a saber, a educação popular em presídios, enquanto atividade consolidada, só veio a se implementar efetivamente na Penitenciária João Chaves,

como já adiantado. Cabe assinalar outra peculiaridade da extensão popular nos moldes propostos pelo núcleo penitenciário do Lições de Cidadania e, posteriormente, do Motyrum: a densidade das atividades preparatórias à viabilização da prática extensionista popular (uma vez que qualquer ação a ser desenvolvida perpassa por uma autorização estatal e um conjunto de condições a serem implementadas), o processo formativo que precede à realização das ações (o qual não se limita à preparação para os encontros, mas, igualmente, demanda um grau de conhecimento do próprio sistema penitenciário estadual e as pessoas que o compõem), e, consequentemente, o alto nível de exigência das pessoas extensionistas (que, enquanto estudantes, dividem seu tempo já limitado também entre as demais atribuições usuais da Academia, estágios e outras demandas). A despeito das diversas modificações ocorridas ao longo da história do núcleo, tal estruturação se repete.

Como antecipado, o papel da ONG Bandeira Lilás foi determinante para o início das atividades extensionistas do núcleo, uma vez que o processo institucional de contato com a SEJUC (Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania), direção do presídio e com as mulheres presas na unidade foi por ela iniciado. Ademais, a proposta inicial era de que as atividades do Lições de Cidadania seriam de ordem auxiliar à proposta educativa popular Bandeira Lilás, suprindo, especialmente, as lacunas de temas jurídicos. Na prática, sobretudo por demanda das mulheres presas na unidade, os momentos destinados ao Lições de Cidadania foram maiores do que os inicialmente previstos (AZEVEDO; BORGES; CALDAS, 2011).

Logo no período inicial da atuação, as demandas de acompanhamento processual se impuseram: a carência de informações das mulheres da unidade quanto aos seus próprios processos de execução da pena e as diversas dúvidas para a sua compreensão

trouxeram uma tarefa concreta ao grupo. Para tanto, para além das reuniões na unidade, à época nomeados "encontros de cidadania", houve um trabalho de acompanhamento processual pelas pessoas que compuseram o núcleo. O referido trabalho foi possível com a organização dos membros do projeto em grupos, com divisão de atribuições. A consulta aos processos de execução era realizada diretamente, e também era feita a retirada da última guia de execução atualizada, a fim de, dessa forma, buscar resposta aos questionamentos efetuados pelas mulheres.

Como asseverado por Azevedo, Borges e Caldas (2011, p. 7), o contato realizado entre Bandeira Lilás e Lições deu-se também no sentido de sanar essa demanda das mulheres em situação de privação de liberdade por conhecimento e entendimento de seus próprios processos. Na época, explicou-se que aquele não seria o objeto do trabalho desenvolvido pelo núcleo, no entanto, o fato é que, ainda que de forma incidental, parte das atividades se direcionaram para tanto, compatibilizando-se com o processo educativo popular.

Elucidativa a descrição feita por Azevedo, Borges e Caldas sobre a sistemática dos primeiros encontros na penitenciária (2011, p. 7-8):

> Assim, começamos em fevereiro de 2011 a freqüentar a Penitenciária Feminina João Chaves para fazer oficinas de cidadania com ensino jurídico. Inicialmente ficou acertado que os encontros seriam às quintas e sextas à tarde tendo como público-alvo as próprias presas. Esses encontros teriam início às 14h (quatorze horas) e término às 16h (dezesseis horas), ficando 40 (quarenta) minutos por conta do Lições de Cidadania e o restante por conta do Bandeira Lilás. Aos sábados pela manhã faríamos 4 (quatro)

> encontros com as agentes penitenciárias para apresentar o projeto às 4 (quatro) equipes de agentes.
> (…)
> Atualmente, diferente do que foi firmado, existe o intuito de continuar com as atuações mesmo após os 3 (três) meses anteriormente previstos. Isso porque entendemos que o trabalho de educação popular visando emancipação é algo que deve ser continuado e que demanda tempo. Ainda mais com apenas uma oficina por semana de duração de apenas uma hora.

A parte final do relato é representativa de uma condição perene da extensão popular desenvolvida em ambiente de privação de liberdade: as regras típicas do formato de instituição total (GOFFMAN, 1974) dificultam nos mais diversos aspectos a extensão popular, inclusive, após vencido todo o aparato burocrático até o início da atuação, uma vez que o espaço, mesmo assim, é muito limitado e impeditivo de trocas que são características da situação de liberdade.

Em artigo nomeado "Obstáculos para a intervenção da universidade no sistema prisional: debates a partir da práxis extensionista", publicado na Revista Transgressões em sua primeira edição, Maíra Mendonça Gomes (2015, p. 163-164), então participante do núcleo penitenciário do Lições de Cidadania, trata das dificuldades enfrentadas quando se chega à atuação:

> A intervenção universitária no ambiente do cárcere termina por enfrentar certa normativa interna que contradiz o substrato ideológico de um trabalho que busca a autonomia humana ao enfrentamento de premissas que contradizem isso. Tal conjuntura se torna mais notória quando se confrontam depoimentos como: "Você sabe que aqui a gente não pode comer nem queijo, nem presunto, nem Nescau, nem

> maquiagem pode mais entrar!". Trata-se da fala de uma detenta, colhida no Encontro de Cidadania realizado em 06/10/2011. Os instrumentos oferecidos para a atuação no contexto carcerário, além do próprio sistema carcerário, em si, consistem em resultado das variadas formas de violência cometidas ininterruptamente pela própria sociedade autofágica que mantemos. Um exemplo disso está na vagueza de certas normas que regulamentam prisões, o que confere poder exacerbado ao corpo profissional da prisão com pouquíssima moderação de órgãos externos. Recebemos, pois, um sistema carcerário numa quase completa anomia. Inúmeras proibições de acesso ao presídio em razão de genéricas "questões de segurança", as quais se afiguram num grau de subjetividade que beira o autoritarismo. Censura velada, e por vezes expressa, sobre diálogos acerca de certos temas mais filosóficos e, portanto, necessariamente provocadores. Essas são apenas algumas das dificuldades encontradas por qualquer grupo que se proponha a atuar por meio de algo mais complexo do que simplesmente "ensinar" que "Ivo viu a uva", como já criticava Paulo Freire.

O segundo elemento citado diretamente pela autora como obstáculo à atuação extensionista diz respeito às condições estruturais das prisões. Narra Gomes (2015, p. 11):

> O Programa Lições de Cidadania, em sua atuação, vem verificando que a ausência de ações e grupos voltados ao trabalho com os sujeitos aprisionados levou à total inutilização dos espaços projetados nos presídios para a realização de atividades com esses indivíduos. Assim é que salas de aula, enfermarias, pátios e outros espaços destinados a trabalhos de

> educação, serviço social e saúde passaram a ser destinados ao mero alojamento de novos detentos.

Outro elemento que é possível listar como barreira, o qual se vislumbra da experiência obtida na João Chaves, é a dificuldade de extensão do processo educativo para as pessoas que trabalham no sistema. No caso, a qual igualmente imposta pelas más condições materiais de trabalho nas unidades. Narram Azevedo; Borges e Caldas (2011, p. 9):

> O ambiente carcerário é um ambiente de constante tensão, e, apesar de não parecer, muita coisa acontece no dia-a-dia de uma penitenciária, principalmente para as pessoas que custodiam quem está preso. As agentes constantemente são chamadas pelas presas para atender alguma necessidade delas, têm que fazer revista, o que elas informam que é a atividade mais estressante, têm que levar comida, dar remédio, enfim, tudo que as presas necessitam que envolva algo que está fora da penitenciária, ou algo que elas não têm acesso livre, quem realiza essa ponte são as agentes, diuturnamente abrindo e fechando cadeados das celas, blocos e pavilhões. Assim, quando há momento de descanso é difícil que alguém se disponha a participar de algo como um encontro de cidadania, de discussões teóricas sobre sua própria realidade.

Dentro do relato histórico, é possível se dizer que os encontros com os agentes não conseguiram se desenvolver, a despeito das tentativas efetuadas. Os encontros de cidadania com as mulheres em privação de liberdade, por sua vez, ocorreram de forma continuada, possibilitando debates dos mais variados temas, com a utilização de diversos recursos para direcioná-los:

de filmes a músicas, passando ainda por poesias e dinâmicas. Tudo isso planejado pelo corpo estudantil que fazia parte da composição do projeto à época, em debate amplo e horizontal, possibilitando a construção conjunta, que, afinal, só se consolidava ao término de cada encontro.

Na época, o grupo empreendeu também esforços para buscar que a remição da pena pela participação nas atividades do projeto fosse conferida, sem, no entanto, obter sucesso. Novamente, a complexidade da estrutura política-organizacional e formal em que é envolta a prisão, foi um impeditivo.

Seguindo tal desenrolar, a atuação na João Chaves perdurou até o segundo semestre do ano de 2012, quando, não por vontade dos membros do projeto, os encontros de cidadania foram encerrados por tempo indeterminado, por ordem da gestão da unidade. Assim, em última instância, a característica de fechamento em si mesma, típica de qualquer unidade de privação de liberdade, impossibilitou que as atividades seguissem naquela unidade por tempo indeterminado.

As inquietações advindas das atividades na Penitenciária Feminina João Chaves levaram os participantes do projeto à época a se voltar ao reconhecimento da importância de documentar as experiências e produzir e incentivar a produção de conhecimento científico, com base no saber prático manifesto nos encontros de cidadania, como eram nomeados os momentos de atuação naquela fase. Desse contexto adveio a criação da Revista Transgressões, cujo primeiro volume foi lançado no ano de 2013.

Constou em seu primeiro editorial, redigido pelo docente Fábio Ataíde, coordenador do projeto na época[10]:

[10] Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6611. Acesso em: 22 jan. 2021.

> Fruto do amadurecimento criativo do Programa Lições de Cidadania, a Revista Transgressões propõe-se a ser uma via para aqueles que sabem que a palavra tem poder transformador. Portanto, ela se agrega às necessidades de um ambiente universitário de reflexão crítica de todas as formas de violência do mundo em que vivemos. Enquanto ação associada de ensino, pesquisa e extensão, que trabalha com educação e assessoria jurídica popular em prisões, o Núcleo reconhece a necessidade de estudo teórico e da reflexão sobre as práticas na seara punitiva, com o fito de melhor compreender e responder às demandas cotidianas. Diante disso, propôs-se a organizar e administrar uma revista de enfoque criminológico, a fim de aguçar o interesse sobre o tema, bem como incentivar produções acadêmicas nesta área. A revista surge, então, com a convicção da grande importância que a criminologia desempenha no estudo interdisciplinar sobre o delito, no intuito de ampliar e fomentar o diálogo sobre o tema.

Diferentemente da atuação em presídios, em que não havia referencial próximo para auxiliar no desvelamento dos caminhos, para a criação da revista, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, à época, haviam ao menos dois projetos de extensão no Curso de Direito voltados à produção de revistas científicas, razão pela qual o processo foi menos dificultoso, em que pese inteiramente nova no contexto do Lições de Cidadania a ideia de agregar, além das diversas atividades do núcleo, uma revista.

Com a impossibilidade de atuação na João Chaves e a necessidade de busca para um novo local de atuação, as atividades da revista, somadas às demais, conduziram a um período de especial demanda no núcleo, que, ainda, lidava com o processo de editoração e correção formal dos artigos submetidos à análise.

Em que pese tais percalços e a turbulência do período, o núcleo persistiu em suas atividades.

Programa Motyrum e atuação na Penitenciária Estadual de Parnamirim: grades e laços

Com a perspectiva de agregar o tripé ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de aproximar a universidade da comunidade, como também a comunidade da universidade, o núcleo possibilitava não somente a formação acadêmica dos estudantes, mas a contribuição política e humana dos seus integrantes, realizando reflexões enquanto a definição de cumprimento de seus papéis sociais.

Partindo desse pressuposto, o nome do Programa, "Lições de Cidadania", passou a não mais representar o grupo de extensionistas que nasceu com o intuito de enfrentar à opressão, e que, portanto, já não identificava a práxis das ações extensionistas.

Deste modo, o Programa passou a se chamar Motyrum, palavra de origem indígena que possui o significado de coletivo unido em busca de transformação da realidade. Assim, foi escolhido um nome que representava povos que tiveram sua identidade roubada e que se fazem presentes em todos os espaços de atuação do grupo (MEDEIROS, 2016). Nessa perspectiva, após a finalização da atuação na João Chaves, no segundo semestre de 2012, enquanto Lições de Cidadania, o Núcleo penitenciário passou a desenvolver suas atividades, no primeiro semestre do ano de 2013, na Penitenciária Estadual de Parnamirim (PEP), unidade prisional masculina, sob novas roupagens, intitulado Programa Motyrum de Educação Popular em Direitos Humanos.

Diferentemente da atuação anterior, Gomes *et al.* (2013) nos relata que a atuação do núcleo na PEP deu-se sem a intervenção de terceiros, como ocorreu na João Chaves, pois os extensionistas

adquiriram experiências sobre os trâmites burocráticos necessários para a entrada nas instituições de privação de liberdade. Ressaltamos que apesar da maturidade do trabalho desenvolvido em unidades prisionais, os cárceres masculinos e femininos possuem particularidades distintas, o que se constituiria como novos desafios para atuação dos integrantes, apesar da experiência anterior.

Com a apreensão das novas especificidades para realização dos encontros, uma reflexão era comum aos dois momentos da atuação: como realizar educação popular dentro de instituições de privação de liberdade? O trabalho, à época, se constituía como pioneiro no Brasil, pois tínhamos conhecimento apenas de um grupo que se propunha a levar o método de educação freiriana para unidades prisionais. O desafio se constituía em como abordar reflexões acerca da emancipação política e humana que implicaria no tema liberdade para pessoas privadas do seu direito de ir e vir, já que a educação popular foi pensada para mobilização de grupos e comunidades.

Acerca dessas reflexões Freire (2005) traz que "a liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade dos pais, dos professores, do Estado". Nesse sentido, a construção social dos apenados defrontava-se com a autonomia de estudantes de graduação cuja principal marca se constituía na auto organização, possibilitando uma troca de experiências e contribuindo para formação acadêmica dos extensionistas, como também para construir novas visões do cárcere para aqueles que nele se inseriam.

Nesta linha de raciocínio acerca do processo de extensão popular, compreendemos:

> Enquanto um processo de educação, a extensão possibilita as condições para o conhecimento,

> entendendo um saber específico elaborado dentro de universidades, sem negar o conhecimento daqueles que estão fora dessa. Trata-se de um processo dialógico, sem manipulação e sem conquista.(PEREIRA; CALDAS, 2013, p. 223).

Nesse processo de horizontalidade, a atuação esbarrava nos limites institucionais, os quais eram permeados por embates políticos que refletem o modelo punitivo defendido pela sociedade diante das particularidades e estigmas que perpassam o cárcere. Apesar desse cenário de atuação, o qual revela incontáveis limites, havia também possibilidades.

Para realização dos encontros, eram planejadas reuniões semanais nas quais eram pensadas as atuações posteriores e avaliadas as ações anteriores. Dentro destas discussões, compreendemos que os debates se davam com os apenados que já exerciam atividades laborativas na instituição, os tidos como "presos de bom comportamento" e esse grupo não refletia a realidade dos que se encontravam nos pavilhões da penitenciária, ou seja, era um recorte do perfil dos apenados.

Eram totalizados por atuação em média vinte e cinco participantes. Costumavam ser assíduos e participativos debatendo através de filmes, documentários, músicas e poemas temas inerentes à realidade do cárcere.

Com relação ao perfil dos apenados, a maioria era branca ou parda, com baixa escolaridade, e eram sentenciados pelas mais diversas transgressões. Apesar de não ser o foco da atuação, os participantes revelavam o motivo do cumprimento da pena, mencionando, inclusive, os artigos do Código Penal que haviam transgredido.

Conscientes dos limites institucionais, o núcleo refletia sobre a possibilidade de atuar com os apenados do pavilhão,

no entanto a ausência de logística e local adequado para comportar um grupo maior, impedia que a ideia fosse executada. À época, a unidade prisional possuía, em média, 500 sentenciados.

Além dos limites institucionais, nos defrontávamos com a realidade inerente ao cárcere. Dentre os apenados, o grupo compreendia que, dentro da sua realidade, eles também reproduziam comportamentos que evidenciam disparidades de gênero, classe social e intolerância religiosa. Ademais, eles possuíam "código de condutas" nos quais evidenciavam que determinadas práticas delituosas não eram aceitas entre eles.

Dentre os encontros realizados na penitenciária destacamos uma oficina de grafite que culminou com uma arte na parede da "sala da farinha"[11], local que era utilizado para realização dos encontros. Foi grafitado no referido ambiente a palavra "Liberdade" a qual era corriqueiramente debatida durante as atuações. Além de se expressar através da arte, a realização possuía uma simbologia tanto para os extensionistas quanto para os apenados. Para os primeiros, simboliza arte em meio a uma instituição segregadora como o cárcere, já para os segundos tinha mais um significado: a esperança de dias melhores após o cumprimento da pena.

No que concerne ao evento de extensão às avessas, quando a proposição era levar um tema do cárcere para debate na universidade, em paralelo a atuação, o núcleo realizou o "Justiça penal: por trás do colarinho branco", o qual possuía a intenção de debater crimes cometidos por pessoas com auto poder aquisitivo. Durante o evento também foi lançada a 1ª edição da Revista Transgressões: Ciências Criminais em debate, que teve trecho de seu editorial reproduzido nas páginas anteriores deste trabalho.

[11] Sala onde era guardada a farinha de trigo usada na padaria da PEP.

A publicação trouxe artigos dos extensionistas com o intuito de alinhar o tripé ensino, pesquisa e extensão ao tornar suas vivências em textos publicados no periódico especializado. Nessa perspectiva, no segundo semestre, foi realizado o V (In) Justiça Penal: o mito da guerra às drogas, o qual contou com um *coffee break* com produtos do gênero alimentício oriundos da padaria da penitenciária, o qual foi servido aos participantes como forma de apresentar o trabalho desenvolvido na unidade prisional, desmistificar as instituições de privação de liberdade e aproximar a realidade do sistema penitenciário para a academia.

Durante o evento foi lançada a 2ª edição da Revista Transgressões: Ciências Criminais em Debate, a qual trouxe como capa o grafite realizado pelo artista Nathan Fernandes, os apenados da PEP e os extensionistas do núcleo, conforme mencionado anteriormente. A revista trouxe uma poesia idealizada por um dos apenados, a qual falava da presença do Programa Motyrum dentro da instituição de privação de liberdade.

Dentre os acontecimentos relevantes deste período, apesar da construção e consolidação do trabalho do núcleo, às atuações foram interrompidas pelo diretor do presídio sob a alegação de falta de segurança para atuação dos extensionistas. O sistema prisional do Rio Grande do Norte evidenciava nitidamente abandono, ausência de investimento e violação de direitos humanos, o que chegaria ao seu ápice no ano de 2017. Fruto deste descaso, em agosto de 2013, um agente penitenciário foi assassinado durante seu turno de trabalho. Com contingente de profissionais reduzidos, às ações dentro da PEP foram encerradas.

Sobre às condições dos estabelecimentos prisionais potiguares, cabe situar, fazendo menção a trabalho elaborado por participante do projeto à época, que "enfrentam graves problemas como superlotação, a falta de instalações adequadas, higiene,

de efetivo profissional nas áreas da segurança, saúde, assistência jurídica e social, educação, além de outros casos de violação de das pessoas privadas de liberdade" (FARIAS, 2017). Os apenados sob a tutela do governo norte rio-grandense são submetidos à ausência de direitos sociais básicos essenciais à sobrevivência. Nesta linha de raciocínio, Gomes *et al.* (2013) analisa que na extensão em instituições de privação de liberdade não é comum a participação de estudantes de outras áreas para além do direito, tais como Serviço Social e Psicologia.

Esse distanciamento dá-se pela ausência de políticas públicas para os apenados que possuem acesso, na maioria das vezes, apenas à assistência jurídica. A visão mercadológica e generalistas dos cursos de graduação voltam a preparação dos estudantes para áreas com maior empregabilidade e o sistema carcerário não se constitui uma delas, já que é endossado pela sociedade a noção de punição rígida para os transgressores de leis penais. Desse modo, tem-se ausência de profissionais das áreas de assistência social, saúde, entre outros, no ambiente carcerário.

Em se tratando de violação de direitos para além de toda ausência de direitos sociais básicos e do isolamento da sociedade, os apenados também são isolados da convivência familiar. Esta percepção foi constatada após o núcleo passar a atuar fora dos muros da penitenciária, com os parentes dos apenados. Com o encerramento das atividades junto aos apenados no primeiro semestre do ano de 2014, o núcleo direcionou suas atividades para atuação nos dias de visitas, com os familiares dos privados de liberdade.

A iniciativa foi também forma de responder ao impedimento institucional da atuação do núcleo, rechaçando, dentro do que se era permitido e viável, a quebra do vínculo com as pessoas que cumpriam pena na unidade e com o trabalho até então

desenvolvido, pensando numa perspectiva comunitária, ainda que, agora, através de ação diversa. Desse modo, a atuação ocorria aos sábados, quando os familiares se aglomeravam nas imediações da penitenciária para poder ver seus familiares privados de liberdade.

À época, tinha-se conhecimento de um grupo que desenvolvia atividades com familiares de apenados no estado da Paraíba, o Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade Humana e Segurança Pública (LAPSUS/UFPB), o qual reunia pesquisadores e extensionistas. O núcleo penitenciário do Programa Motyrum se aproximou da entidade acadêmica para realizar as atuações com novo direcionamento.

A fila de visitas era formada, em sua maioria, por mulheres, mães, companheiras, esposas, irmãs, acompanhadas ou não de crianças das mais diversas idades, incluindo recém-nascidos. Os homens eram minoria na fila, quase nunca estavam presentes. O ambiente em que os familiares se organizavam desde a madrugada (em alguns casos, desde a noite do dia anterior) para aguardar a visitação na unidade era externo aos portões do presídio: dividiam, assim, espaço no chão de barro enlameado, com o esgoto a céu aberto que fluía da unidade à época, o qual atraía urubus com seu forte cheiro.

Nesse contexto, a mobilização inicial do núcleo foi no sentido de, em diálogo com os familiares, verificar se havia espaço para a extensão universitária popular, conhecendo suas demandas e analisando em conjunto alternativas, inclusive com o núcleo do Escritório Popular do Programa. Tais encontros aconteciam cedo pela manhã, no período que precedia a abertura da unidade para as visitas, e o deslocamento até a unidade acontecia em veículo dos próprios extensionistas.

Nesta perspectiva, enquanto extensionista, Farias (2017), em sua pesquisa aponta que "diferentemente do que é assegurado

no art. 5º, XLV, da Carta Maior[12], [a pena] ultrapassava a pessoa do apenado: a família sofre restrições, violência e violações de direitos ao visitar um parente dentro de um presídio".

As filas para visita também refletiam a desigualdade pungente na nossa sociedade, pois reverberam os aspectos de disparidades de gênero, raça e classe social. As visitantes que possuíam melhores condições financeiras pagavam por lugares nas filas para conseguirem entrar mais rápido na penitenciária e consequentemente permanecer mais tempo com o familiar privado de liberdade.

A chegada até a penitenciária também era menos cansativa para quem também podia pagar pelos meios de transporte, seja chegando em carros próprios, táxis, ou em um transporte coletivo privado que realizava a rota para penitenciária. Para aquelas que não podiam pagar pelo transporte, restava realizar uma rota alternativa por uma trilha que chegava até o presídio. Ainda, a localidade da Penitenciária Estadual de Parnamirim não é servida por transporte público.

No que concerne à extensão às avessas, no primeiro semestre do ano de 2014, foi realizado o VI (In)Justiça Penal: Linchamentos e Assassinatos no Estado Democrático de Direito. Durante o evento, foi lançado o Volume 2, número 01, da Revista Transgressões: Ciências Criminais em Debate. Já no segundo semestre, o tema do VII (In)Justiça Penal: Revista Vexatória, A Humilhação Institucionalizada contra familiares do cárcere. Neste evento, foi lançado o Volume 02, número 02, da Revista Transgressões.

[12] Art. 5º, XLV, Constituição Federal: Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

No decorrer da atuação, o núcleo chegou à conclusão de que o foco deveria ser trabalhar com pessoas em situação de privação de liberdade, e não com seus familiares, mesmo compreendendo que o grupo também sofria com os resquícios da pena imposta. Ainda, verificou-se que a absoluta precariedade das condições fornecidas aos familiares das pessoas apenadas nos momentos da visitação igualmente inviabilizava, ao menos naquele momento, a continuidade de um trabalho extensionista pautado na educação popular.

Deste modo, o Motyrum voltou a realizar contato com a Secretaria responsável pela administração penitenciária do Estado com o intuito de voltar a atuar dentro da instituição de privação de liberdade, inaugurando novo marco de atuação.

A REAPROXIMAÇÃO COM O AMBIENTE PRISIONAL

O retorno à Penitenciária João Chaves

O ano de 2016 foi marcado pela retomada de atividades com encarcerados. A ala feminina do Complexo Penal Doutor João Chaves foi o local em que os discentes do núcleo tiveram a oportunidade de desenvolver projetos em conjunto com as mulheres em situação de cárcere daquele presídio. Algumas das atividades desempenhadas foram: a realização de atuações temáticas, levando discussões tópicos sensíveis num ambiente de privação de liberdade; consultas processuais, dando atualizações de informações processuais disponibilizadas pelo poder judiciário; e a criação de um formulário para mapear o perfil das encarceradas do Rio Grande do Norte.

Sobre as atuações, estas tiveram um papel essencial para fortalecer a visão de educação popular, possibilitando que os membros do Motyrum tivessem contato direto com as perspectivas das apenadas sobre questões como saúde, educação, gênero, direitos humanos e liberdade. Ocorria que as atuações, por mais planejadas que fossem, sempre provocavam inesperadas reflexões. Grande parte do aprendizado produzido durante as atividades vinha do estímulo dado para as privadas de liberdade participarem ativamente dos encontros, expondo suas perspectivas sobre temas tradicionalmente construídos apenas no campo teórico para universitários.

Sobre essa experiência na João Chaves, um de nossos ex-membros relata o seguinte:

> Lembro-me de racionalmente estar convicto de que presídios, ao contrário do que o pensamento midiático leva a crer, não é composto de pessoas extremamente hostis, perigosas demais para recepcionarem quaisquer atividades promovidas pela sociedade civil. Ainda assim, na minha primeira atuação dentro de um presídio, enquanto via aquelas mulheres entrarem na mesma sala que eu as aguardava, percebi um sentimento de aflição de ser deixado a sós trancado com elas. Outra preocupação era em que palavras usar, e se conseguiria me comunicar bem com elas. Percebi naquele momento que a desconstrução desses estigmas socialmente impostos precisava mais do que diálogos racionais no seio acadêmico. Percebo o quanto o Motyrum foi fundamental para minha formação enquanto indivíduo, me fazendo ficar fora da minha zona de conforto, ensinando-me que a educação popular é uma via de mão dupla, se aquelas mulheres podiam aprender algo com nossas tão elaboradas atuações, de igual modo havia muito

> a aprender e desconstruir na minha pessoa ao estar em contato com aquele ambiente.

Apesar dos receios, foi uma atuação muito tranquila, o leve tremor sentido ao início foi algo que logo foi embora, possibilitando que os diálogos fluíssem tranquilamente no decorrer daquela manhã. As mulheres que conheci naquele dia estavam longe de serem hostis, pelo contrário eram receptivas às atividades. Naquela mesma manhã, ainda na atuação, após estar tranquilizado dos receios que tivera momentos atrás, uma intervenção da apenada me impactou bastante. No mesmo dia que eu estava preocupado com minha segurança, essa apenada se queixava comigo sobre o abandono em prisões, sobre o quanto elas já estavam ali completamente rendidas à punição estatal, e ainda assim as pessoas pouco se interessavam em desenvolver projetos sociais naquele lugar por medo. Não tinha razão alguma para ficar assustado, saí de lá naquele dia um tanto envergonhado comigo mesmo, mas ao mesmo tempo satisfeito com o aprendizado que, de forma direta ou não, aquelas mulheres me proporcionaram.

A partir desse engajamento com grupos oprimidos, era possível que o desenvolvimento das demais atividades no decorrer do ano fossem influenciadas por ensinamentos produzidos a partir do que as apenadas apontavam como mais importante. Foi nessa perspectiva que os membros do núcleo penitenciário começaram a desenvolver planos de mapeamento. Conhecer o perfil carcerário do Estado era fundamental para o amadurecimento do programa e, consequentemente, o desenvolvimento de atividades que pudessem provocar mudanças efetivas na vida daquelas apenadas. Aliado ao levantamento de dados carcerários, foram realizadas consultas processuais das apenadas

que, constantemente, se queixavam da falta de informações sobre sua condição de isolamento.

Essa necessidade de compreender a situação daquelas mulheres possibilitou que conseguíssemos enxergar demandas pequenas, mas de grande impacto positivo naquele ambiente. Quando o assunto era saúde, pensávamos o quanto faltava medicamentos e profissionais da área para atender aquelas mulheres. Contudo, as urgências que aquelas apenadas tinham, de alguma medida só eram descobertas quando efetivamente estávamos na atuação. Desinfetante, água sanitária e outros produtos de limpeza faltavam constantemente para diversas privadas de liberdade, sendo para elas um fator de risco para a saúde. O que para nós parecia tão pouco, acabava por ficar de fora da nossa percepção do que seria importante para aquelas mulheres. Muito do que aprendemos nas atuações demonstrava o quanto uma posição privilegiada da nossa parte tem o potencial de nos cegar para as dificuldades enfrentadas por grupos mais vulneráveis.

Apesar do desenvolvimento de uma boa relação com as apenadas, a concretização das atividades propostas enfrentava desafios estruturais tanto institucionais, no que toca o suporte dado pela universidade, quanto o relacionamento com os agentes penitenciários. Havia bastante resistência por parte dos agentes no recebimento de universitário no complexo penal. Muitas das viagens realizadas pelo núcleo para o presídio eram prejudicadas por posicionamentos de agentes que, em muitos casos, sequer permitiam o ingresso dos estudantes, mesmo com prévia autorização do diretor da unidade prisional. Esse problema, além de atrasar a conclusão do trabalho, também provocava uma redução na proximidade com as apenadas, visto que houve casos em que o núcleo não conseguia realizar suas atividades por semanas, causando naquelas mulheres a impressão de que o projeto fora

abandonado pelos universitários. Para recuperar o tempo perdido, o Motyrum conseguiu realizar viagens à unidade prisional em dias e horários além das manhãs de quinta-feira (dia das idas semanais ao Complexo João Chaves).

A situação se agravava pela falta de apoio institucional, onde a obtenção de veículo e motorista para ir ao presídio muitas vezes não era possível. Para manter as atividades em execução, muitas vezes era necessário que os membros custeassem a própria ida para realizar as atividades. Destaque-se que, nesse período, inexistiam bolsas disponíveis para os membros, dificultando ainda mais a manutenção das atividades propostas.

Apesar dos desafios, a experiência obtida durante as atividades foi recompensadora para o núcleo. Após meses de aplicação de questionários e consultas processuais, os discentes tiveram contato com diversas encarceradas, compartilhando suas perspectivas por meio de diálogos provocados nas entrevistas.

Durante a aplicação do mapeamento, as atuações temáticas deixaram de ser realizadas, sendo percebido pelos extensionistas o crescimento de resistência por parte da administração da unidade prisional em permitir a continuação do Motyrum Penitenciário naquele local. Em relação às justificativas dadas, muito se falava em falta de resultados práticos promovidos pelo programa, aliado a alegações de que as apenadas não queriam mais a nossa presença no local. Desse modo, o núcleo acabou encerrando suas atividades naquela unidade prisional após a conclusão do mapeamento.

O episódio do afastamento do Motyrum da João Chaves ilustra bem a dificuldade de desenvolver extensão com pessoas em situação de privação de liberdade. Atividades relacionadas à educação popular, sobretudo com grupos marginalizados, demandam tempo de dedicação. Muito do que se pretendia estava em mapear aquelas detentas, identificar suas necessidades

e interesses, buscando alcançar um aprimoramento dos trabalhos desenvolvidos pelo núcleo. Os rompimentos abruptos das atividades impactavam negativamente no bom funcionamento do grupo, tanto pela qualidade do trabalho desenvolvido, quanto pelo efeito desestimulante nos participantes.

o massacre de Alcaçuz

Enquanto trabalhávamos na finalização da aplicação do questionário com as detentas da Penitenciária João Chaves, em janeiro de 2017, se desenrolaram os primeiros acontecimentos do que veio a ficar conhecido como "Massacre de Alcaçuz", uma rebelião sem precedentes no estado do Rio Grande do Norte, em que facções rivais - o Primeiro Comando da Capital, de origem paulista, e o Sindicato do Crime do Rio Grande do Norte, organização criminosa potiguar, - rebelaram-se entre si até a morte.

Não recebemos esses eventos com surpresa, já que nos anos anteriores a situação no interior dos presídios do estado já vinham se mostrando caóticas e explosivas, com eventuais rebeliões e motins. Porém, ainda assim, foi aterrador constatar a gravidade do que estava acontecendo na maior penitenciária do estado, e a reação insuficiente das autoridades responsáveis, que não agiu de imediato, o que permitiu que muitos detentos morressem nessa guerra interna.

Na monografia[13] de uma integrante do Motyrum, há a descrição de como foi a ação do núcleo Penitenciário durante esse trágico episódio.

[13] A monografia entitulada "Resistência e fé: um estudo sobre a mobilização das familiares de apenados no Rio Grande do Norte" foi escrita pela ex-integrante do núcleo Luisa Donati, em 2019.

> Discutimos sobre o que poderíamos fazer para auxiliar nesse contexto, reconhecendo a importância de alguma ação da nossa parte, por sermos estudantes que pesquisam e atuam em contextos prisionais, agindo em defesa dos direitos humanos. Construímos uma carta de repúdio, nos solidarizando com a situação, e também buscando veicular informações corretas sobre o episódio – na época, muitos boatos e notícias infundadas ou exageradas estavam sendo veiculadas pelas redes sociais, o que instaurou um contexto de pânico em algumas parcelas da população potiguar. Porém, alguns dos participantes concordavam que precisávamos fazer mais e que estar lá presencialmente, na frente da Penitenciária Estadual de Alcaçuz, poderia ser mais útil e produtivo. Não sabíamos bem o que poderíamos fazer lá, mas a esperança era de acolher e ajudar de alguma forma as familiares que se encontravam na frente da penitenciária, em vigília e em apelo pela segurança de seus maridos, filhos, irmãos, sobrinhos, netos. Ou, no mínimo, estaríamos presencialmente para fornecer informações verdadeiras sobre a tragédia. Fomos juntos, professores, alunos e ativistas, e chegando lá, vimos muitas mulheres, algumas crianças e poucos homens. A maioria era constituída por esposas dos presos, mas também havia mães, irmãs, tias. Muitas delas levavam seus filhos, alguns ainda de colo, pois não tinham com quem deixar. Levamos água e distribuímos entre as pessoas e escutamos o que elas contavam, as informações que tinham do que estava acontecendo lá dentro. Elas podiam entrar em contato com seus parentes através de celular. Há bloqueadores de sinal ali, mas eles estavam desligados desde o início do motim.

A nossa ação em reação ao Massacre, qual seja, estar presencialmente, exercendo papel ativista e cobrando mais firmemente a ação governamental para impedir o Massacre não foi unânime, o que evidenciou divergências em relação à práxis e perspectiva de ação no núcleo. Tais diferenças, que foram sendo

constatadas, foram relevantes para algumas rupturas e cisões, que futuramente culminaram em evasão no Motyrum, o que abordaremos mais à frente.

o mapeamento do sistema penitenciário

Em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJUC e Secretaria Públicas para as Mulheres- SPM, no ano de 2017 o núcleo penitenciário aplicou uma nova versão do seu mapeamento, dessa vez em outras prisões femininas pelo Estado. Apesar de as visitas não constituírem atividades continuadas, o núcleo terminou por conhecer diferentes realidades das prisões no Rio Grande do Norte.

A partir dos diálogos com as detentas, bem como com agentes penitenciários das unidades prisionais visitadas, foi possível identificar uma série de fatores que contribuíam para a condição de vida precária daquelas mulheres. As queixas das detentas estavam em tópicos como a baixa circulação de ar dentro das celas que, atrelada à superlotação, constituía num grande causador de desconforto, uma vez que poucos eram os momentos em que não se encontravam nas celas. No assunto alimentação, percebia-se que a situação de cárcere submetia aquelas mulheres, sob pena de não ter o que comer, a se habituarem ao consumo de alimentos fora de condições de consumo, visto que as marmitas destinadas às presas, muitas vezes, chegavam à unidade prisional com a qualidade já comprometida.

Tanto nos relatos obtidos em 2016 na João Chaves, quanto nos de 2017, abusos físicos e psicológicos praticados por agentes de segurança pública eram apresentados como problemas de difícil resolução. Muitas detentas relataram o quanto era difícil que suas queixas fossem levadas a sério, alcançando alguma punição aos responsáveis, enquanto acreditavam ser mais provável uma

retaliação à tentativa de denúncia do abuso cometido, fator que levava algumas detentas a afirmarem preferir não denunciar agressões sofridas no cárcere.

A precarização dos espaços prisionais não só sensibilizava o detento, como também aqueles que trabalham nesses espaços. Durante a aplicação do mapeamento, os membros tinham momentos em que conversavam com agentes penitenciários, oportunidade em que estes relatavam as dificuldades do dia a dia. Nesses diálogos, um dos agentes relatou o quanto achava insuficiente a quantidade de carcereiros para conter eventuais atos de rebelião, explicando o quanto essa sensação contribuía para o escalonamento da tensão na relação com os apenados.

Nesse mesmo ano, ao realizar uma reunião em conjunto com antigos membros do núcleo, estes apontaram o (In)Justiça Penal como promotor de "extensão às avessas", como já dito neste capítulo, um evento destinado a dar voz a personagens que vivem uma realidade marginalizada em detrimento de pessoas com noções unicamente acadêmicas a respeito do assunto escolhido. No XIII (In)Justiça Penal, o tema escolhido foi "Sujeito oculto: quem mata e quem morre?", evento em que foi aberto espaço para um professor de escola pública em periferias, um músico e uma policial militar.

Fugindo do tradicional sistema de chamar doutores universitários ou pessoas que exerciam cargos de alto escalão, o núcleo possibilitou a realização de debates com perspectivas genuinamente novas para o público. Foram abordados os desafios de promover educação na periferia, a marginalização de manifestações culturais nas favelas e a questão da desmilitarização da polícia.

As atuações nas audiências de custódia

Ainda no ano de 2017, começaram a ser realizadas atuações em audiências de custódia, através de uma parceria com a Pastoral Carcerária e outros grupos da sociedade civil. As audiências ocorriam na Ribeira, e costumávamos nos dividir em duplas devido às limitações de espaço do local.

Durante as atuações, era possível perceber que, mesmo a audiência de custódia sendo uma garantia a indivíduos presos em flagrante, havia bastante resistência dos operadores do direito à sua aplicação. Nas participações nessas audiências, o procedimento em si era repetitivo, nada mais que um outro trâmite processual. Todavia, o que mais causava desconforto era a postura de eventuais juízes ou promotores que ficavam de plantão.

Muitas vezes, antes dos presos começarem a ser apresentados ao juiz, enquanto os defensores atendiam seus assistidos, era possível perceber nos diálogos desses profissionais que muitos sequer concordavam com a realização de tais audiências. Fato problemático de presenciar por ser aqueles indivíduos que seriam os responsáveis por avaliar a legalidade das prisões em flagrante ocorridas na cidade. Isso era importante naquele momento tendo em vista que os operadores do direito eram responsáveis por analisar diversos casos subjetivos, capazes de decidir sobre a liberdade de uma vida. Perceber que alguns promotores e juízes sequer concordavam que pessoas presas em flagrante mereciam aquela garantia individual deixava um sabor de que havia um enviesamento, mesmo que inconsciente, de que diversas prisões, no que toca sua legalidade, seriam avaliadas com menor rigor do que mereciam.

Também podiam ser percebidos fatores estruturais que dificultavam a efetivação de direitos nas audiências. Em um dos casos ocorridos durante o acompanhamento do Motyrum penitenciário,

um flagranteado se queixou de ter sofrido agressões durante sua prisão, oportunidade em que a Defensora Pública solicitou o registro de imagens daquelas marcas encontradas no corpo do preso. O problema no registro foi que tudo que era disponibilizado na sala de audiência era uma webcam de qualidade não muito boa, onde, apesar de ser perceptível a olho nu, a qualidade da câmera era muito baixa para captar as marcas de agressões praticadas.

Essa fase do Motyrum foi marcada por idas e vindas, mas o que marcou profundamente o projeto foi a diversificação das atividades. A necessidade de se adaptar aos diversos contextos sociais e políticos, fez com que o programa buscasse novas frentes de atuação. Essa diversidade propiciou aos alunos novos horizontes. O acompanhamento das audiências de custódia, por exemplo, permite a compreensão do papel do sistema de justiça no processo de super encarceramento. Se os problemas institucionais marcaram o caminho do Motyrum, novos desafios se colocam com a pandemia.

ENTRE RUPTURAS E CONTINUIDADES: NOVOS DESAFIOS PARA O NÚCLEO MOTYRUM PENITENCIÁRIO

As dificuldades de permanência dos membros

Os projetos de extensão universitária são mantidos pelas dinâmicas de renovação que os ciclos da graduação proporcionam. A cada semestre ingressam nos cursos novos estudantes e velhos estudantes se despedem da universidade. No Motyrum

Penitenciário não é diferente. Entretanto, a partir de 2017 o projeto passou a sofrer com o movimento de evasão em massa de membros.

No segundo semestre de 2018, diversos membros tinham se evadido e o núcleo passou a ser composto por cerca de 4 membros de gerações antigas e cerca de 8 membros ingressantes. O cenário das atuações no projeto, contudo, não era muito animador, as atuações estavam estancadas, devido às dificuldades institucionais de adentrar ao cárcere potiguar, bem como às dificuldades de cadastro dos membros para as audiências de custódia - o que fez com que restasse aos membros a atuação em atividades acadêmicas, como a organização e publicação da Revista Transgressões e os eventos acadêmicos.

A ausência das atuações e as dificuldades impostas foram arrefecendo os ânimos e causando o afastamento dos membros. Para além disso, os laços construídos entre os extensionositas não foram suficientes para gerar uma aproximação capaz de provocar um esforço conjunto para reversão do quadro. Nesse movimento, em menos de 10 meses, o projeto passou a contar apenas com 2 discentes.

Mesmo com o baixo efetivo, as atuações do Penitenciário não estacionaram. As duas membras restantes conseguiram manter a Revista Transgressões e os eventos acadêmicos, bem como permaneceram no acompanhamento das audiências de custódia e iniciaram, com auxílio de duas colaboradoras, a redação de um projeto piloto de atuação no Complexo Penal João Chaves.

No curso do ano de 2019, foi realizada a Formação-seleção do programa Motyrum e o efetivo de membros se restabeleceu, o que impulsionou o projeto a buscar novas atuações.

Os novos desafios do acompanhamento das audiências de custódia

O cenário do acompanhamento das audiências de custódia realizado na Central de Flagrantes do Juizado Especial Civil e Criminal da comarca de Natal/RN em 2019 não foi muito diferente do que vinha acontecendo anteriormente. Entretanto, a diferença mais relevante se encontra na diminuição do efetivo de membros na escala da atividade. Apesar da entrada dos novos extensinoistas no projeto, a dificuldade de contato com os responsáveis pelo cadastro dos voluntários do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte ensejou a momentânea quebra na constância do acompanhamento das audiências. Tal situação se deve ao que parece às dificuldades enfrentadas pelo Programa Novos Rumos na Execução Penal do TJRN quanto à falta de pessoal, bem como falta de infraestrutura para realizar as atividades.

Posteriormente, ao conseguir restabelecer o canal de comunicação com os servidores do Programa Novos Rumos na Execução Penal, os novos membros foram cadastrados e a dinâmica foi retomada. A princípio, os membros se revezavam em duplas, que atuavam sempre aos sábados. Nessa dinâmica, um dos extensionistas da dupla encarregava-se por entrar em contato direto com os flagranteados custodiados na carceragem do Juizado, enquanto o outro membro aguardava para assistir às audiências dentro da Sala de Audiência.

A fim de fornecer ao leitor uma melhor compreensão acerca dos aspectos estruturais desses ambientes, é importante ressaltar algumas de suas características. Como as audiências de custódia na comarca de Natal/RN acontecem diariamente, às 14 hs, antes mesmo de entrar no prédio em que estas acontecem, o cenário que as compõem começa a se delinear. Não raro, ao chegar ao Juizado Especial Civil e Criminal, no bairro da Ribeira,

no Centro Histórico de Natal/RN, depara-se com os familiares dos flagranteados sentados em cadeiras dispostas na varanda do prédio – frequentemente ignorados pelos que adentram o Juizado, policiais, advogados, juízes, oficiais de justiça, estudantes de Direito e demais servidores do local.

Ao passar pela recepção do Fórum, no corredor à esquerda, fica o saguão, lugar ocupado geralmente pelos advogados e advogadas, estudantes de Direito que vão assistir à audiência para fins acadêmicos e familiares. De frente para as cadeiras em que estes sujeitos se encontram, ficam as salas da Defensoria Pública do Estado, onde ficam os estagiários, servidores e defensores públicos, sendo este o local onde os flagranteados assistidos pela DPE são ouvidos e instruídos.

Separando o saguão e a carceragem, tem-se um corredor curto e guardado por policiais militares, que monitoram quem pode e quem não pode transitar naqueles ambientes. Poucos passos após cruzar a barreira policial (geralmente formada por um ou dois policiais), à esquerda, encontra-se a primeira cela da carceragem, pequena (com cerca de 3mx2mx3m), mal iluminada e mal ventilada, com um banco de alvenaria.

Entre esta cela e a outra restante, existe uma escada, que dá acesso ao 1º andar do edifício, e o posto dos policiais, consistente em algumas cadeiras de escritório, um birô acompanhado de uma cadeira giratória e uns armários – antes das audiências começarem de fato, costumávamos ficar sentadas nos degraus da escada, relendo a pauta das audiências que ocorreriam em seguida e observando a dinâmica dos policiais, que, por vezes, puxavam algum assunto relacionado ao porquê de realizarmos aquele trabalho.

Pouco mais à frente, visualiza-se a segunda e última cela, de mesmas proporções que a primeira, porém um pouco mais

iluminada por encontrar-se mais próximo ao portão que dá para a parte traseira do prédio, onde as viaturas estacionam. Em frente a cela, após uma parede, está a pequena sala de Audiências.

Com cerca de 5 m², a Sala de audiências comporta dois birôs atrás dos quais posicionam-se, à esquerda, o escrivão e, à direita, o juiz. À sua frente, fica uma mesa retangular, cujo lado de dimensão menor fica em contato com o birô do magistrado, em que se sentam, à esquerda, o representante do Ministério Público, à direita, o defensor público ou o advogado dativo e, à frente do magistrado, o flagranteado.

Do mesmo lado do representante do Ministério Público, encontram-se de três a quatro cadeiras de escritório, reservadas a terceiros que, porventura, venham a acompanhar a audiência – geralmente, voluntários do Novos Rumos (como nós, membros do Motyrum Penitenciário), estudantes de Direito, servidores do Judiciário ou familiares da pessoa custodiada. Aspecto que cumpre mencionar é que, dado o tamanho reduzido da sala, o ar-condicionado, que se posiciona sobre o local em que fica o magistrado, sempre está na temperatura mais baixa, a fim de que se resfrie o recinto. Cabe notar que a maioria das pessoas que se encontram na sala estão sempre bem agasalhadas, com ternos, camisas de manga, calças e sapatos que os protegem da temperatura amena, porém isso não é o que acontece com o flagranteado. Frequentemente, a pessoa custodiada está descalço, com roupas curtas e de tecido fino e/ou sem camisa, se tratando de homens, o que, não obstante, não perturba os sujeitos bem trajados para que torne o ambiente confortável o suficiente para que não sinta frio, dadas as condições em que se encontra.

A dinâmica realizada pelos membros que acompanham as audiências se dá seguinte forma: um dos membros responsabiliza-se por ir às celas, apresentar-se aos flagranteados e perguntar se

desejam responder ao questionário socioeconômico – documento produzido pelo Programa Novos Rumos na Execução Penal do TJRN para possibilitar a oferta de atendimento em assistência social e psicológica às pessoas que respondem a processos judiciais criminais em liberdade, bem como registra ocorrências de violações aos direitos humanos ocorridas desde a abordagem até a audiência de apresentação. Enquanto isso, o outro membro acompanha as audiências de apresentação para confirmar os dados fornecidos pelos flagranteados durante questionário, bem como atuar como uma espécie de fiscal da audiência, a fim de assegurar que os direitos do flagranteado sejam respeitados durante o procedimento.

Abaixo apresentamos o relato de uma das extensionistas do projeto e que acompanhou as audiências de custódia:

São aspectos relevantes das minhas experiências enquanto membra do Motyrum Penitenciário voluntária do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte no acompanhamento das audiências outras inquietações que senti durante o tempo que participei dessa atuação. O tratamento oferecido aos flagranteados pelos policiais e os servidores da Justiça sempre me incomodou. A mentalidade punitivista e retributivista impregnada na sociedade brasileira é bem visualizada no modo de tratar os flagranteados, "conselhos" sobre como o estudo e o trabalho poderiam ter evitado a situação de cárcere em tom de deboche, as risadas de menosprezo à atuação voluntária, principalmente quando relacionada à assistência aos flagranteados por meio da oferta de água, a recusa de assistência a flagranteados feridos e brincadeiras sobre a situação de enfermidade, entre outras situações.

Em muitos momentos, o comportamento desdenhoso se estende também aos familiares dos flagranteados, que não são bem instruídos acerca da possibilidade de participação na audiência ou

sobre quem podem contatar para saber informações a respeito da apresentação do ente familiar. Nesse sentido, o próprio trabalho da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e dos advogados particulares, na menor parte dos casos, merece críticas, visto que não são raras as vezes que os defensores sequer chegam a perguntar se existem familiares interessados em participar da audiência, restando aos voluntários comunicar-se com estes e mediar o contato com o magistrado da audiência para que seja possível a sua presença no referido momento.

Um outro ponto de flagrante descaso é a ausência de assistência ao flagranteado que recebe alvará de soltura ou que tem a prisão relaxada. Com todos os documentos e pertences apreendidos na delegacia à qual foi dirigido após o momento da abordagem, fica o indivíduo recém-liberto sem recursos para voltar para casa ou para a delegacia recolher suas posses.

Em 2019, entretanto, devido à evasão em massa ocorrida no núcleo, apenas duas membras permaneceram no acompanhamento das audiências de custódia. Dessa forma, apesar de ter realizado a atividade durante aproximadamente cinco meses do primeiro semestre do referido ano, em meados de julho, as atuações tiveram de ser suspensas e o retorno só se deu com o cadastramento dos novos extensionistas no início do ano subsequente.

Em janeiro de 2020, retomou-se o contato com o Programa Novos Rumos e foram agendadas reuniões com membros do Justiça Presente e GMF (Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário) para a reestruturação do acompanhamento realizado nas audiências de custódia da comarca de Natal/RN. No novo itinerário, o referido acompanhamento passou a ser composto formalmente por duas etapas: 1) o atendimento pré-audiência de custódia; e 2) o atendimento pós-audiência de custódia.

A atuação do Motyrum Penitenciário nesse novo itinerário se restringiria ao atendimento pré-audiência de custódia, consistente na instrução dos flagranteados acerca da audiência, sua natureza jurídica, seus ritos, etc.; verificação do cumprimento das normas que regem a detenção, desde a abordagem até a apresentação ao juiz, principalmente quanto à garantia dos direitos dos custodiados; a aplicação do questionário socioeconômico; e, por último, a realização de alguma diligência que se fizesse necessária para auxiliá-los.

Contudo, devido ao cenário de pandemia ensejado pela rápida disseminação da covid-19, o curso para a implementação do novo modelo de acompanhamento das audiências foi obstruído, de modo que foi suspenso o treinamento dos novos membros para a atuação, bem como a própria realização das audiências de custódia de forma presencial.

Entre parcerias e impasses: as campanhas de arrecadação para o sistema prisional

O Motyrum foi em diversas ocasiões provocado a promover campanhas de arrecadações de materiais para o sistema prisional, seja porque seus membros sentiram a necessidade em suas atuações ou por demandas de iniciativas que veem o projeto como parceiro. Vale destacar e contar um pouco da história de duas campanhas marcantes para o núcleo.

A neuropedagoga Augusta Gujev Souza idealizou o projeto "Leitura para a Liberdade" na Penitenciária Estadual de Parnamirim (PEP) visando a ressocialização dos apenados a partir do processo de leitura. A ideia surgiu após a professora ser impedida de entregar um livro ao seu filho que estava preso no Centro de Detenção Provisória de Candelária (CDP), o episódio

gerou indignação e a vontade de garantir ao seu filho o acesso aos livros enquanto estivesse custodiado.

Augusta viu na possibilidade de remição da pena pela leitura um caminho institucional para garantir ao seu filho e outros apenados o acesso à leitura. Assim, é na Penitenciária Estadual de Parnamirim (PEP) que ela desenvolve seu trabalho de forma voluntária, administrando a biblioteca que foi inaugurada no âmbito do seu projeto, bem como promove a leitura e escrita dos assistidos, abrindo a possibilidade de diminuição da pena.

O projeto, que conta com a colaboração da Comissão dos Advogados Criminalistas (COMACRIM) da OAB/RN, abarca tanto os alfabetizados quanto os que não tiveram a oportunidade. Para os que sabem ler, o processo consiste na leitura e posterior construção de resenha sobre o livro em análise com pelo menos 30 linhas. Após uma análise de questões como organização das ideias e clareza na escrita, há uma avaliação de Augusta e o envio de um relatório para o juiz de Execução Penal competente, a fim de computar a diminuição da pena do assistido. Foi criada a dinâmica do "amigo leitor" para os analfabetos, um companheiro de cela lê para quem não sabe e este narra o que entendeu para o amigo escrever. Além disso, estes desenham partes do que foi marcante nas narrativas. Tal processo também desencadeia a remição da pena.

Foi no início de 2018 que o projeto Leitura para Liberdade ganhou corpo, compreendendo cinco leitores interessados dentro da Penitenciária, já em setembro do mesmo ano esse número passou para 440. Diante da demanda, houve a necessidade de ampliar a quantidade de livros presentes na biblioteca com a realização de campanhas de arrecadação. Nesse cenário, o Motyrum Penitenciário foi acionado pela professora Augusta.

A mobilização para arrecadação dos livros foi intensa, além da campanha virtual de praxe e no ambiente físico da UFRN,

o apoio do coletivo Araruna do Instituto Federal do Rio Grande do Norte foi de grande valia. Ele promoveu um aulão preparatório para o ENEM durante o período exigindo como requisito para inscrição um livro não didático para a campanha.

Com tal empenho, mais de 600 livros foram enviados à PEP, além disso, após o período de arrecadação, livros ainda chegaram aos postos de coleta da UFRN e do IFRN, somando mais 300, que foram enviados para a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE) e para o Centro de Detenção Provisória de Ceará-Mirim.

Falta figura nos originais

Figura 1 - Entrega dos livros na Penitenciária Estadual de Parnamirim
Fonte: Arquivo do Núcleo Motyrum Penitenciário

Dois anos após a arrecadação dos livros, em 2020, veio a pandemia da covid-19, que despertou entre os membros a necessidade de impactar de algum modo o momento sócio-político instaurado, mesmo com a suspensão das atividades da

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Naquele momento, as normativas federais e estaduais haviam suspendido as visitas dos familiares dos apenados às instituições prisionais do Rio Grande do Norte, bem como as assistências presenciais dos seus advogados, o que gerou uma grande preocupação sobre a situação do sistema.

Sabe-se que boa parte do material de higiene pessoal utilizado pelos apenados é levado pelas famílias no momento das visitas, diante da precariedade histórica que as penitenciárias brasileiras possuem. Assim, o total isolamento naquele momento era preocupante, até mesmo porque os funcionários das penitenciárias eram potenciais vetores de transmissão do vírus, tudo isso poderia causar uma verdadeira tragédia.

Diante do contexto, o núcleo viu a necessidade de promover uma campanha de arrecadação de material de higiene pessoal para o ambiente prisional, especificamente para a Região Metropolitana de Natal, tanto para os apenados quanto para os agentes. Diante do isolamento social dos próprios membros do Motyrum, a organização e a campanha foram totalmente virtuais. A Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) e a Arquidiocese de Natal foram instituídas como postos de arrecadação e se abriu a possibilidade de transferência bancária, diante do receio de muitos em se locomover pela cidade de Natal.

O programa conseguiu arrecadar R$ 1.450,00, possibilitando a compra de 120 escovas de dentes, 96 cremes dentais, 95 litros de desinfetante, 15 litros de sabonete líquido, 30 litros de álcool e 121 litros de água sanitária. O Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos (NUPLAM) da UFRN ainda doou 10 litros de álcool que estava produzindo.

Mais uma vez, em virtude da repercussão, a campanha foi estendida, passando a beneficiar os municípios de Pau dos Ferros

e Caicó, que promoveram a partir da ideia a arrecadação em seus próprios territórios.

As campanhas representam o poder do projeto em estabelecer parcerias e se adequar às demandas postas em um contexto de constante violação aos direitos humanos. Em diversos momentos fomos, somos e seremos demandados em decorrência da falta de recursos básicos e a necessidade de articulação para diminuir minimamente os déficits, sendo importante nesses contextos estabelecer uma rede de colaboração com outras iniciativas.

Nova fase do Motyrum penitenciário: os planos de atuação para a João Chaves e a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) de Macau

O Motyrum, como já narrado, por diversos motivos, incluindo a escolha política da gestão estadual até 2018, de afastar iniciativas da Universidade do sistema penitenciário, ficou alguns anos sem atuar efetivamente na penitenciária, atendo-se às Audiências de Custódia, eventos internos e campanhas de arrecadação.

Acontece que era uma ânsia dos membros ter essa experiência de extensão, fazer o programa voltar para o escopo pensado no seu início, o de atuar no sistema com educação popular em direitos humanos, o que foi possível por uma série de fatores.

Em março de 2019, o então coordenador do projeto, Cláudio de Jesus, foi provocado por um representante da recém inaugurada Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) para criar um plano de atuação no Complexo Prisional João Chaves. Era uma grande oportunidade de voltar a atuar. Assim, os membros começaram a elaborar uma proposta de intervenção, tendo como base uma reunião com extensionistas antigos, que haviam tido a experiência de atuação no complexo, o mapeamento do sistema realizado em 2017, que nunca foi

divulgado, mas que continha importantes informações, além de pesquisas realizadas em âmbito nacional e estadual sobre o sistema penitenciário.

Surge a partir disso um plano dividido em quatro eixos: acompanhamento processual; formação em direitos humanos; oficinas de capacitação e noções de leitura e escrita. A ideia era instruir os assistidos minimamente sobre a compreensão de suas execuções penais; discutir questões de direitos humanos a partir de recursos audiovisuais, artísticos e de discussão; incentivar trabalhos manuais para que as apenadas desenvolvessem uma identificação profissional; assim como fomentar noções de leitura e escrita por meio de parcerias com o curso de pedagogia. O projeto foi institucionalmente aprovado, contudo, mesmo com tentativas de contato, a Administração da Penitenciária João Chaves nunca possibilitou a efetiva atuação. Além da inércia da Diretoria da Penitenciária, alguns eventos tencionaram o projeto a seguir outro caminho de atuação.

Leonardo Alves, antropólogo, se aproximou do Motyrum no início de 2019, tornando-se parecerista da revista Transgressões e, posteriormente, funcionário da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), no município de Macau. No segundo semestre de 2019, ele propôs ao Motyrum uma atuação na APAC, principalmente voltada à alfabetização, que era uma demanda central entre os assistidos de lá.

Em outro caminho, Thayane Campos, professora do Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas da UFRN, passou a figurar na condição de co-coordenadora do Motyrum. Ela tinha justamente se dedicado em sua formação docente à educação no contexto prisional na APAC de Viçosa/MG.

Ambos os eventos levaram o Motyrum à APAC. Em dezembro de 2019 foi realizada uma visita às instalações da

unidade, como forma de promover o primeiro contato entre os membros e as demandas dos assistidos, o que proporcionou a readequação do plano de trabalho. Foi um momento revigorante para os membros, que viram de forma clara que o projeto voltaria a atuar no sistema em 2020.

Acontece que em março de 2020, apenas duas semanas após o começo do ano letivo, foi decretado o estado de pandemia pela covid-19 e a suspensão de todas as atividades presenciais na UFRN, bem como a possibilidade de qualquer atividade presencial na APAC.

Só em junho de 2020, após o recebimento de doações de computadores pela instituição, que a APAC possibilitou o início das atuações de forma remota, o que foi possível em 21 de agosto de 2020. Todas as atividades realizadas desde essa data puderam ser descritas nos capítulos anteriores.

Atualmente, o Motyrum Penitenciário conta com 20 extensionistas, um coordenador e uma coordenadora adjunta vinculados à UFRN e uma professora colaboradora do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, no campus Macau. Ao longo de 2021 o projeto tem se dedicado a formações internas, à organização e realização do XX (In)Justiça Penal, à publicação da Revista Transgressões e ao Clube de Leitura na APAC de Macau, promovendo nesse local a remição de pena por estudos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Débora; BORGES, Renan; CALDAS, Artur. **Lições de Cidadania em Ambiente Penitenciário**: Educação popular em direitos humanos na penitenciária feminina João Chaves. 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/PROJETO_LICOES_DE_CIDADANIA_EM_AMBIENTE_PENITENCIARIO.pdf. Acesso em: 21 jan. 2021.

AZEVEDO, Débora; BORGES, Renan; CALDAS, Artur. Lições de Cidadania em Ambiente Penitenciário: Educação popular em direitos humanos na penitenciária feminina João Chaves. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UFMA, 5., 2011, São Luís. **Anais** [...]. São Luís, UFMA, 2011. Tema: Estado Desenvolvimento e Crise do Capital.

AZEVEDO, Débora; BORGES, Renan; CALDAS, Artur. Lições de Cidadania em Ambiente Penitenciário: Educação popular em direitos humanos na penitenciária feminina João Chaves. **Relato de experiência**. Seminário de Metodologia para Projetos de Extensão 7. Natal, 12 a 15 de abril de 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

G1 RN. **Massacre de Alcaçuz**: quase 3 anos depois, número de mortos aumenta e 74 são indiciados por homicídios. Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2019/11/29/massacre-de-alcacuz-policia-conclui-inquerito-e-indicia-74-por-homicidio.ghtml. Acesso em: 21 jan. 2021.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOMES, Maíra Mendonça. Obstáculos para a Intervenção da Universidade no Sistema Prisional: Debates a partir da Práxis Extensionista. **Revista Transgressões**, v. 1, n. 1, p. 155-169, jan. 2015.

POSFÁCIO

OS PRESOS ESTÃO NA RUA E A CRIMINOLOGIA ABERTA!

Fábio Ataíde
Professor de Criminologia/UFRN
Juiz de Direito

O GRITO DE INDEPENDÊNCIA DA CRIMINOLOGIA

Mesmo antes de Johan Howard ter fundado a escola penitenciária clássica no final do séc. XVIII, denunciando as condições das prisões em várias partes da Europa (1780), já havia uma tradição de não-violência cristã pelo acolhimento e informação das desumanidades praticadas contra presos. Em 1564, o sacerdote Bernardino de Sandoval publicou o seu *Tratado del Cuidado que se deben tener de los Presos Pobres* e, em 1574, Tomas Cerdan lançou *Visita do Cárcere e dos Presos*.

Essa tradição se destaca hoje pelos trabalhos da Pastoral Carcerária e da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), entre outras várias entidades. Não obstante essa predisposição de informação e humanização, a criminologia firmou-se no séc. XIX como conhecimento eurocêntrico

acadêmico legitimador das práticas neocolonialistas de violência sobre sujeitos colonizados e perigosamente inferiores. Na sua acepção positivista, funcionava segundo a racionalidade do modelo integrado com o direito penal (ZAFFARONI, 2012: 111, 114), tornando-se sua auxiliar e tendo sua base biopsicológica demandada apenas para servir aos interesses repressivos do sistema de controle (ZAFFARONI, 2012: 116).

Nessa sua formulação, a criminologia aparece dependente e vinculada aos interesses do Estado, com fins voltados a resolver problemas reais pelo método indutivo. Esse formato predominou na academia, especialmente na América Latina, tendo provocado o isolamento da criminologia como disciplina etiológica de menor importância.

Os impactos disso foram desastrosos na América Latina. Todo o arcabouço teórico evolucionista da Europa foi importado para o Brasil pela *geração de 1870,* um amplo movimento intelectual responsável por aplicar as teorias científicas europeias do final do séc. XIX ao contexto brasileiro. Desde as faculdades de direito e medicina, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Tobias Barreto, Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua, Alberto Sales e muitos outros pensadores, das mais diversas correntes – positivistas, darwinistas, materialistas, lombrosianos, abolicionistas, republicados, monarquistas – passaram a estudar os problemas da formação do País a partir de referenciais eurocêntricos (ALMEIDA, 2008: 18).

Entre esses autores, a teoria evolucionista desfrutou de grande aceitação na explicação do nosso atraso sociocultural, com a recepção das abordagens raciais sem reservas. Na República, cientistas como Nina Rodrigues, João Vieira, Viveiros de Castro e Candido Motta, entre outros, reproduzirão as teorias raciais eurocêntricas sem esconder suas contradições (DIAS, 2017: 416).

No entanto, alguns se mantiveram distantes do evolucionismo. Tobias Barreto não se deixou convencer pelo determinismo, negando o caráter neutro do Direito Penal. Para ele, a pena guarda uma natureza política e não jurídica, muito diferente da função dada pelos que pensavam na diferenciação das raças e no caráter mórbido do criminoso (ZAFFARONI, 1993: 147 e ss; DIAS, 2017: 415). Felinto Bastos e José Aranha também não seguiram a agenda do positivismo (DIAS, 2017: 416), cujas abordagens foram se consolidando com o avanço da República.

Nessa conurbação de teorias europeias em território nacional, o mais interessante é que o movimento abolicionista da escravatura – fundamento de todos os outros movimentos – veio pela elite agrária com a necessidade de modernização econômica e garantia da ordem, diante das ameaças de rebelião em massa, inteiramente desacompanhada de reforma agrária, não por qualquer urgência de pacificação ou integração humanitária (CARVALHO, 1990: 23).

Até meados do séc. XX, o poder punitivo não foi problematizado pela criminologia (ZAFFARONI, 2012: 187), na medida em que foram ignoradas as mortes e violências a suas vistas. Somente a partir da sua vertente crítica no fim do século, a criminologia rompeu a postura auxiliar do poder punitivo, tornando-se totalmente independente do sistema de controle e dos seus saberes fundantes, como psicologia, antropologia e sociologia.

Buscando descrever a situação didaticamente, considerando um espectro de maior e menor envolvimento com as agências formais de controle, a criminologia pode estar em um ponto A, totalmente integrada aos interesses do estado, do direito penal e da política criminal, como órgão consultor voltado a resolver problemas reais. No outro extremo desse espectro, situa-se em um ponto Z, sem qualquer integração a esses aparatos, com autonomia

para problematizar o sistema de controle como um todo. No ponto A se tem uma criminologia repressora, enquanto no outro uma de matiz abolicionista utópica em sentido mais amplo.

Quanto mais integrada e dependente, ou aproximada do ponto A, criminologia transforma-se em subcampo de saber integrado ao direito penal e da politica criminal. Vinculada à agência administrativista, ganha na capacidade de resolver problemas práticos, reprimi-los, ocupar-se da prevenção secundária e terciária e também receber recursos públicos para pesquisa. Quanto mais se aproxima do ponto Z, desintegrada do direito penal e da política, torna-se mais generalista, utópica, produtora de modelos sociais ideais e acadêmica, enfática na prevenção primária, embolsando capacidade para apresentar soluções mais amplas, estruturais, de longo prazo, enquanto perde habilidade para resolver questões práticas presentes e locais ou de dialogar concretamente com as políticas de governo (GARLAND, 2009: 115).

Nesse segundo extremo, apresenta-se como disciplina independente que se desenvolve em especialização do saber. O problema disso também reside na sua perda de contato com *ações práticas* e com as disciplinas fundantes, especialmente Psicologia, Antropologia e Sociologia. Na medida em que ganha autonomia em relação a esses outros saberes, a *criminologia se fecha* passando a reproduzir-se isoladamente, apenas em seu próprio eixo, cada vez mais aprofundada e desconectada de problemas reais e do sistema de controle que define as condutas criminosas, enquanto o criminólogo fica isolado na profundeza de seu conhecimento (GARLAND: 2009, 121).

O FIM DO ISOLAMENTO SEPULCRALDA CRIMINOLOGIA

Quando Garland disse que os escritos mais importantes lidos por ele não pertenciam a criminólogos, estava se referindo ao trabalho de Michel Foucault e também de Paul Q. Hirst, Stuart Hall, Gareth Stedman Jones, Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Ian Hacking e tantos outros (GARLAND: 2009, 122). Garland fez um convite à criminologia para *estar aberta* e não *fechada* em si mesma.

Incrivelmente, um dos principais responsáveis pela *abertura* da criminologia europeia no final do séc. XX não se encontra entre os criminólogos. Quando Michel Foucault, Jean-Marie Domenach e Pierre Vidal-Naque fundaram em 1971 o *Groupe d'Information sur les Prisons (GIP*), estavam retirando a criminologia do isolamento sepulcral e dando continuidade de certo modo a um movimento social com uma pesquisa acadêmica de informação das mais contundentes sobre as condições históricas da vida na prisão. A França vivia um momento de grande agitação, dentro e fora do panóptico, com rebeliões e atentados multiplicados numa sociedade prestes à ruptura.

Em torno desse movimento, outros professores, pesquisadores, magistrados, ativistas, pensadores e estudantes começaram a investigar o tema da prisão com a finalidade de cobrar das autoridades transformações estruturais. Em 1975 a publicação do clássico *Vigia e Punir* emerge certamente em razão das forças mobilizadas por esse processo de luta social.

8 de fevereiro de 1971 é considerada a data de nascimento do *Grupo de Informação sobre o Cárcere* e também o dia em que seu *Manifesto* foi lido numa conferência pela primeira vez, denunciando o abuso de poder da polícia; a política antidrogas; a vigilância constante na sociedade; o superencarceramento e a

violência institucional. Essa abertura da criminologia acontece em dois sentidos, principalmente, pela ampliação do eixo de conhecimento para além da criminologia e depois pelo caráter informativo nos questionamentos das estruturas repressivas da sociedade como um todo.

Buscava-se levar ao conhecimento público as condições do cárcere e, como termina aquele *Manifesto do GIP*, a produção de um Manual para as prisões. No ano de 1972, Foucault se juntaria ao *Comité d'Action des Prisionners* (*CAP*), um movimento abolicionista da prisão que, além de editar o *Journal des Prisonniers*, utilizava a não-violência como método de suas ações, sob o lema "todo preso é político" (cf. CORRÊA: 2015: 164).

Em 2021, o documento inaugural do movimento iniciado pelo *GIP* completou meio século com a vitalidade dos objetivos ainda não superada para os contextos da América Latina. Especialmente no Brasil, o Conselho Nacional de Justiça já produziu dezenas de obras e manuais[1], sem mencionar os atos normativos, voltados de certo modo ao cumprindo daquelas primeiras propostas descritas pelos militantes abolicionistas do *GIP*.

[1] Entre alguns desses manuais e obras, destacam-se: Protocolo de Istambul: manual para a investigação e documentação eficazes da tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes; Manual de Prevenção e Combate à Tortura e Maus-Tratos para Audiência de Custódia; Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia: parâmetros gerais; Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia: parâmetros para o serviço de atendimento à pessoa custodiada; Manual de Arquitetura Judiciária para a Audiência de Custódia; Justiça Restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225; Mapeamento dos Programas de Justiça Restaurativa; Manual sobre Programas de Justiça Restaurativa; Justiça Restaurativa: coletânea de artigos; O Fórum Múltiplas Portas como Política Pública de Acesso à Justiça e à Pacificação Social [recurso eletrônico] e Justiça Restaurativa: 10 passos para Implementação.

Para produzir relatórios de denúncias sobre os maus-tratos e violação de direitos humanos na prisão, o *GIP* coletava informações dos próprios presos para discutir o desenvolvimento da política carcerária; a alimentação; a higiene, seu modo de funcionamento, entre muitos outros problemas que não podiam ser esclarecidos pelos relatórios oficiais (ELDEN, 2013). Ouvir presos tornou-se desde então parte de um movimento social em benefício da própria sociedade.

Foucault chama a criminologia para o trabalho de tornar-se um movimento aberto a novos saberes e voluntários; de transformação da sociedade punitiva como um todo, fazendo da prisão algo maior do que aparenta ser. Se o poder punitivo não está mais fechado nas prisões, como uma criminologia restrita ao seu próprio eixo seria capaz de entender todas as dimensões da expansão punitiva?

Na América Latina, Zaffaroni será um dos herdeiros dessa tradição ao alertar para uma ação real da criminologia, que não pode se dar ao luxo de construir modelos ideais para sociedades do futuro, enquanto os massacres e genocídios ocorrem do outro lado da sala de aula (2012: 191). Para esse pensador, não será o criminólogo quem projetará a nova sociedade, mas isso não o isenta do dever de denunciar para onde o mundo atual segue (2012: 410).

Diante do fracasso do poder punitivo e da tendência de expansão da violência difusa no século passado, Zaffaroni propõe a restrição máxima do modelo punitivo, apenas aos casos em que outros modelos culturais não sejam cabíveis (2012: 411). A dar ao criminólogo a tarefa de levantar os lençóis dos necrotérios e denunciar a violência difusa dos massacres, propõe uma criminologia cautelar, que deve produzir informações e alertas sobre o transbordamento do poder punitivo com a capacidade de produzir massacres,

finalmente superando o pacifismo negacionista (ZAFFARONI, 2012: 413, 414, 415). Informar continua sendo preciso.

Seguindo a perspectiva do paradigma do dano, Zaffaroni chama a realidade para os danos reais dos crimes e da necessidade de abertura de uma linha de frente de redução de danos e de mortes, com a finalidade de se propor ações reais de prevenção e impedimento da violência[2].

AS RUAS FECHADAS DAS CIDADES PUNITIVAS

A abertura da criminologia também implicou denunciar os perigos da ideologia de uma *justiça comunitária*. A violência não está apenas "à margem", oculta na reclusão dos domicílios ou das prisões, mas recebe seus visitantes nas cidades ou nos melhores pontos turísticos do País. Os presos estão na rua! Zaffaroni segue a pista de Foucault ao dizer que o "poder punitivo levado a sério não se exerce sobre os que estão presos, mas sobre os que estão soltos", pela vigilância (ZAFFARONI, 2012: 422).

Diante desse quadro, que diferença faz separar as pessoas em situação de ruas das que estão presas? Qual a diferença entre estar preso ou num acampamento à céu aberto de toxicodependentes?

Em um texto visionário publicado em 1979, o criminólogo Stanley Cohen alertou para as *cidades punitivas*, lugares onde as

[2] Escreve Zaffaroni: "Em síntese, são três as principais frentes em que a criminologia cautelar deve operar: (1) a da exploração das condições sociais para criar midiaticamente um mundo paranoico; (2) a da confrontação permanente com a realidade dos danos e riscos sociais e (3) a da individualização dos meios adequados para neutralização destes últimos" (2012: 468).

condições das relações de controle ocorrem fora do sistema formal, nas escolas, jardins, ruas e tantos outros espaços (1979). Naqueles anos de aparecimento de políticas criminais de diversificação, desencarceramento e descriminalização na criminologia europeia e estadunidense, as formas de *justiça comunitária* passavam a integrar a agenda da crítica criminológica, dos abolicionistas e teóricos da não-intervenção.

As "novas alternativas" à prisão trazidas pela *justiça comunitária* produziam controles flexíveis e ambíguos, não existindo para Stanley Cohen qualquer garantia de que o encarceramento iria diminuir no futuro, como de fato não diminuiu, porquanto as propostas de integração do sistema de justiça criminal com a comunidade relevavam-se contraditórias, cumprindo papeis repressivos em um *continuum* com a ameaça da violência espacial da prisão (1979: 343).

Cohen estava em diálogo com o saber abolicionista de Foucault, para quem a prisão e seu objetivo de transformação pelas estratégias de isolamento, divisão e classificação das pessoas, tratava-se de um percurso já iniciado nas escolas infantis e nos orfanatos. Seja na prisão, na escola, no hospital ou no orfanato, o sujeito encaminha-se progressivamente, mudando os espaços e os regimes de saída, trabalho, educação e vigilância dos "assistentes técnicos". Como escreveu Foucault, nenhum delinquente esteve fora da lei, porque "desde o início" situaram-se dentro dela pela "própria essência da lei" (1987: 249).

Na rede do poder disciplinador, as cidades e suas ruas andam como prisões à céu aberto. Seus moradores converteram-se no novo contingente de *vigiados*. Não é por serem comunitárias que as soluções diversificadoras implicam mais tratamento humano, em razão de que Cohen atentava para a existência de uma *ideologia da comunidade*, difundida em nome do "princípio

da não-intervenção" e da necessidade de "envolver a comunidade" com os conflitos de importância criminal. Essa ideologia, que se intercomunica por rede – visível ou não – com o sistema punitivo, anima a metáfora de uma porta giratória no sistema de controle, pela qual quem saia dele acaba retornando no caminho circular.

No âmbito dos programas diversificadores, importa considerar esses dois fatores – aplicação do princípio da não-intervenção e envolvimento comunitário – com suas interlocuções e conexões com o sistema de justiça criminal. A *ideologia da justiça comunitária* não implica necessariamente a diminuição da intervenção violenta, apesar de envolver a comunidade na prevenção do conflito (COHEN, 1979: 347).

A absorção formal das instituições privadas pelo sistema de justiça criminal é muito mais comum no modelo estadunidense ou europeu, ainda que não deixem de existir previsões delas na legislação brasileira, como, por exemplo, o instituto nunca implementado do patronato particular, previsto no art. 78 da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984). Contudo, isso não quer dizer que não exista uma *ideologia comunitária* no contexto brasileiro.

A retórica da *ideologia da comunidade* estimulou esforços para estratégias de *paz pelas armas* (*peace enforcement*), como igualmente ampliou os mecanismos de vigilância e normalização iniciados no séc. XVIII, fazendo uma estrada contínua entre a prisão e as cidades punitivas. Na *ideologia da comunidade*, o aumento da vigilância; das perspectivas de intervenção de mais agentes e do tratamento proposto pela *ideologia da ressocialização*[3] representam abordagens presentes nos espaços públicos e privados, nas prisões e ruas, nas comunidades e agências públicas,

[3] Sobre a definição dessa ideologia e importância crítica no paradigma da reação, cf. BARATTA, 2002: 114.

sem implicar real diversificação das alternativas à violência institucional e de construções de processos estruturais de paz comunitária (*peacebuilding*).

Mas tudo isso não quer dizer que o controle comunitário não seja capaz de se exercer de forma humanitária e aumentando satisfatoriamente o rigor na filtragem de casos levados ao sistema formal.

Não adianta "derrubar as paredes da prisão" sem antes fechar "as muitas ruas que levam" a ela. É preciso reconhecer como se torna difícil manter os esforços para implantar custosas soluções de redução de danos dentro do sistema de justiça criminal, enquanto a *ideologia da comunidade* combinada com uma política de guerra às drogas continua levando milhares de jovens ao encarceramento. À criminologia da não-violência se impõe o objetivo de criar filtros e controles que rompam a lógica da porta giratória, evitando que a violência institucional ou espacial não se reproduza como uma varicela na cidade inteira.

Pensando em contexto eurocêntrico de expansão punitiva, as previsões de Foucault, Zaffaroni ou de Cohen revelaram-se extremamente adequadas à reflexão atual sobre a expansão das indústrias privadas da prisão e da vigilância nos novos cenários tecnológicos. O envolvimento comunitário e a responsabilização coletiva nos processos de absorção dos conflitos não se tratada de uma proposta exatamente nova nos anos 1970 e tampouco exclusiva da criminologia. Nos *estudos de paz* da época, programas de construção de paz já sugeriam responsabilização mútua como meio de prevenção dos conflitos na comunidade (COHEN, 1979: 352). Parentes, amigos e vizinhos dos ofensores também seriam responsáveis pela prevenção da violência.

Na sociedade de interseccionalidades conflitivas em massa, incorporar programas de justiça restaurativa ao sistema de justiça

criminal continua sendo um desafio para esse movimento social. Nas interseccionalidades, as múltiplas camadas das categorias estigmatizantes que se interpenetram interferindo de forma complexa no contexto de vida do sujeito exigem no plano jurídico ações diferenciadas, em sintonia fina com a especificidade apresentada por cada indivíduo.

Nessa perspectiva, a urgência das *pessoas em situação de rua* levou o Conselho Nacional de Justiça a editar pela Resolução n. 425, de 08.10.2021, que institui a Política Nacional Judicial de Atenção para essas pessoas e suas interseccionalidades. Dentro do assunto sobre o que fazer com os desabrigados, debatido desde o movimento abolicionista brasileiro do séc. XIX, assegura-se somente agora na política judiciária as estratégias de participação dessas pessoas no processo decisório de seus destinos, com redução de danos e sem estigmatização criminalizante. Entre as propostas de mecanismos itinerantes e de cooperações interinstitucionais, destaca-se a garantia de acesso aos meios de soluções de desjudicialização pelo sistema multiportas.

Contudo, no campo da diversificação, programas restaurativos ainda não estão plenamente integrados ao sistema de justiça criminal, limitados a espaços restritos para casos específicos nos níveis mais baixos (CLAIRMONT, 2005: 247). Não que processos restaurativos tenham aplicação ampla e irrestrita a todos os conflitos, mas mesmo assim é factível aplicar os princípios da restauração em todos os âmbitos das interações humanas no sistema de justiça criminal, desde a polícia até a fase depois do cumprimento da pena, como também nos próprios espaços públicos onde ocorrem as estigmatizações e os delitos, como nos lugares de uso comum e nas relações com a administração, ou seja, nas cidades punitivas como um todo.

POSFÁCIO
OS PRESOS ESTÃO NA RUA E A CRIMINOLOGIA ABERTA!
Fábio Ataíde

Não é fácil desenvolver formas de diversificação que superem inteiramente o modelo de eclusas repressivas da *ideologia da comunidade*. De outro lado, para uma *criminologia de justiça comunitária*, não se defende soluções de diversificação apenas fora do sistema de controle formal. Além dos programas de diversificação na comunidade, também são necessários os que se incorporam ao sistema de justiça criminal, porque mais vale às agências do Estado fazer menos danos (COHEN, 1979: 343) do que promover os "falsos benefícios" da *ideologia da comunidade*.

A ABERTURA ABOLICIONISTA

Os movimentos abolicionistas e de justiça restaurativa foram os precursores da abertura da criminologia não apenas para novos saberes, mas para novos atores participantes diretos nas tarefas de eliminação da cultura punitiva.

O homem precisa responder a violência com violência? Deve responder a violência com a pena? A superação da violência ínsita ao sistema exige mudanças estruturais que partem por eliminação radical da definição legal de crime, o que por si só já devasta toda a histórica científica da dogmática moderna e seus conceitos de autor e tudo mais que esteja com isso correlacionado, provocando uma abertura da consciência para a situação-problema ao ponto de que o que determinará a resposta não mais será a gravidade dos danos aos bens convencionais, rompendo assim com toda a construção da teoria da pena clássica (HULSMAN; CELIS, 1997, pp. 95 e 101).

O *abolicionismo em sentido amplo* trata-se de um movimento social utópico, para um contexto de transformação plena da sociedade. Porém, de outro lado, os *abolicionismos em sentido*

estrito são ações reais para superar a violência da escravidão; do racismo; da prisão; da tortura; da violência de gênero etc. Também há o *minimalismo voltado ao abolicionismo*, que representa propostas de reforma do sistema de controle com o fim de sua abolição. Não se confunde com o *minimalismo reformista*, que se volta a diminuir o sistema para torná-lo mais efetivo/legítimo (ANDRADE, 2012: 255) e não para abolir a cultura punitiva (ANDRADE, 2012: 257). Os abolicionismos em sentido estrito e o minimalismo abolicionismo consignam ações reais.

O mesmo se diz a respeito da justiça restaurativa, que se trata de uma ação minimalista voltado ao abolicionismo da cultura punitiva.

O abolicionismo penal como movimento em andamento desde a escravatura divide-se em um vertente mais restrita que busca a abolição da prisão e outra mais ampla voltada à eliminação de todo o sistema de opressão. O abolicionismo não se limita a um programa acadêmico, mas uma forma de linguagem cujo objetivo principal visa acabar com uma cultura da punição (ACHUTTI, 2016, p. 98) e, diante dessa complexidade, irrompem várias tendências teóricas, sendo a de Louk Hulsman demarcada pela eliminação de toda a linguagem que define a cultura e dogmática punitiva.

A pena do sistema repressivo para o abolicionismo ou para a justiça restaurativa são atos violentos e inteiramente substituíveis por práticas reais não punitivas.

Como afirmam Hulsman e Celis, se os procedimentos pacíficos não fossem eficazes a violência seria muito mais severa hoje do que antes, ainda que não seja absolutamente certo dizer que o desenvolvimento social segue sempre em direção à diminuição da repressão (1997: 120). O sistema cível e administrativo é capaz de absorver satisfatoriamente os sentimentos violentos, como

de fato já ocorre; em um divórcio pode haver muito mais raiva e sentimentos violentos envolvidos do que em um roubo qualquer (1997: 132), mas nem por isso se leva o divórcio à justiça penal.

Hulsman, também impactado profundamente por sua experiência pessoal como prisioneiro de um campo de concentração durante a ocupação alemã, pode ser compreendido dentre os pensadores europeus mais importantes e representativos da *convict criminology*, E desse lugar de fala ele defende que os métodos conciliatórios de resolução de conflito sejam guiados por pessoas sem a habilitação técnica, que desconheçam previamente a resposta para a situação-problema e logo não estejam previamente preparados para propor uma resposta certa. A justiça penal dá espaço a instâncias cíveis ou administrativas (HULSMAN; CELIS, 1997: 134).

Em sua reflexão sobre o conflito como propriedade, Nils Christie (1977) defende exatamente isso ao recusar os "especialistas em conflito", propugnando que gestores de conflito não deveriam ser técnicos conhecedores de fórmulas dogmáticas exclusivista de uns poucos especialistas que levam o conflito a arenas fechadas, imobilizadas por rituais e linguagens formais, transformando um produto das relações da vida real em um "não-conflito", ilusório, artificiosamente criado por profissionais que jogam um competição na qual ganha quem "não joga melhor".

A teoria abolicionista foi responsável por uma abertura revolucionária da criminologia para novos saberes e novas pessoas capazes de atuar diretamente nas questões relacionadas com os conflitos humanos.

Essa recusa ao conhecimento fechado dos especialistas legitima de uma forma absolutamente nova o papel dos informadores de violação de direitos humanos e pacifistas, sejam os do séc. XVI, já mencionados, ou o dos estudantes que se integravam ao *Grupo*

de Informação sobre o Cárcere ou se integram atualmente às ações das pastorais carcerárias e projetos de extensões nas universidades.

Como escreve Daniel Silvo Achutti, o abolicionismo penal rompe o modelo centralizado da justiça penal para mecanismos autônomos de solução de conflito, restabelecendo o protagonismo da vítima e de todos os envolvidos com a situação e, abrindo uma crítica à própria criminologia crítica, a qual, assim como a velha criminologia, não logrou devolver o conflito à vítima ao concentrar força na sua radicalização da etiologia trancada em muitos aspectos em um determinismo econômico (2016: 115 e 121).

A devolução do conflito à vítima inclui uma perspectiva de diálogo vítima-ofensor e isso naturalmente confere voz a quem foi selecionado pelo sistema penal. A amostra mais clara dessa transformação na criminologia ocorre com o compartilhamento do lugar de falar aos que sofreram experiências prisionais. A *convict criminology* destaca-se nesse sentido como um saber acadêmico formado por ex-prisioneiros, professores e pesquisadores que exploram um discurso absolutamente autêntico a partir de uma crítica à cultura do encarceramento nas sociedades industriais.

Nos Estados Unidos, essa prática criminológica firmou-se como coletivo de compartilhamento de experiências pessoais com exploração de um método de pesquisa notadamente crítico, inicialmente específico para ex-condenados, mas que espontaneamente incorporou o conhecimento de não-condenados. A produção desses intelectuais faz uma oposição clara ao papel representado por quem passou pelo sistema de Justiça Penal, como Frank Tannembaum, professor da Universidade Columbia nos anos 1930, pioneiro na exploração criminológica das condições das prisões depois da própria vivência como egresso, tornando-se assim um dos teóricos que anteciparam o que viria a ser o marco do *labeling*

approach[4]. O próprio John Howard fundou a escola penitenciária clássica depois de ter vivenciado a experiência da prisão.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Projeto de Extensão Motyrum é um dos primeiros no País a desenvolver práticas educacionais abolicionistas no cárcere pela educação, segundo a metodologia de Paulo Freire, autor de importância para uma *criminologia aberta* a novos saberes e promotora de processos de construção de paz e direitos humanos.

Em 1968, anos de contrarrevolução na Europa e nos Estados Unidos da América, Paulo Freire visitou a Universidade de Havard, quando então se encontrou com o professor estadunidense John Paul Lederach, inspirando-o nos estudos de paz para a transformação dos conflitos, assim como também inspirou os *estudos de paz* desenvolvidos por Wolfgang Dietrich (DIETRICH, 2013: 20).

Nessa acepção, Freire se enquadra como um autor de paz. *Pedagogia do Oprimido* está nas referências de *The Moral Imagination: the art and soul of building Peace*, obra seminal de Lederach, e também na triologia dos estudos de *transformação elícita do conflito* de Dietrich. Ambos ensinam que a paz se alcança com o diálogo e sua capacidade de gerar mutualidade, entendimento e acessibilidade.

Dizer hoje que os presos estão na rua também pode significar que eles se encontram produzindo saberes criminológicos ou atuando como facilitares de paz no sistema penitenciário. Seguindo essa inspiração libertadora, o Projeto Escritores do Cárcere do Programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte objetiva estimular os processos criativos de

[4] Para uma investigação mais detalhada do desenvolvimento da convict criminology, inclusive sobre como esse coletivo vem crescendo nos Estados Unidos da América, principais autores e obras de referência, cf. RICHARDS, et al, 2018.

produção literária pelos próprios presos dentro de uma perspectiva de construção de paz pela justiça restaurativa. O primeiro livro do pelo projeto foi *A Escolha Errada* (2018), publicado pelo escritor do cárcere Newton Albuquerque, que posteriormente lançou *Playboys do Crime* (2020), entre outros trabalhos.

Os conflitos não são a essência do problema social. O problema real da sociedade está em não sabermos como lidamos com eles (DIETRICH, 2013: 6). Paulo Freire é um autor que o inspira novas formas para uma *criminologia aberta*, a partir das abordagens de ação real na vida das pessoas. Convida-nos a mudar os métodos; não só mudar horizontes, mas os compartilhar com mais pessoas para poder mudar a si mesmo.

Neste ano em que Paulo Freire completou cem anos e o *Grupo de Informação* liderado por Foucault chegou ao aniversário dos cinquenta, os novos caminhos para os movimentos de derrubada dos muros e estradas que levam à prisão não dependem apenas dos próprios presos, mas de quem educa e, enquanto educa é educado (FREIRE, 1987), no mais puro ideal de pacificação dentro de uma *criminologia aberta*, por que esta é a única condição para tornar as cidades menos punitivas.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Daniel Silvo. **Justiça Restaurativa e Abolicionismo**: contribuições para um novo modelo de administração de conflitos no Brasil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

ALBUQUERQUE, Newton. **A Escolha Errada.** Natal: Unilivreira, 2018.

ALMEIDA, Ana Maria Araujo de. **Um "Mestiço Irrecusável": Tito Lívio de Castro e o pensamento cientificista no Brasil do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós- Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: *[s.n.],* 2008. 187 p. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VCSA-8FVQAT/1/disserta__o_de__ana_maria_araujo_de_almeida.pdf. Acesso em: 13 out. 2021.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**: o controle penal para além da (des)Ilusão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012 (Pensamento criminológico; 19).

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Critica e Critica do Direito Penal**: introdução à sociologiado direito penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BRASIL. **Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/legislacao/. Acesso em: 19 out. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Utopias Republicanas**. *In*: CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHRISTIE, Nils. Conflicts as Property. **The British Journal of Criminology**. v. 17, n. 1, jan.1977. Disponível em: https://academic.oup.com/bjc/article-abstract/17/1/1/411623. Acesso em: 6 jun. 2020.

CLAIRMONT, Don. Penetrating the walls: implementing a system-wide restorative justice approach in the justice system. *In*: ELLIOTT, Elizabeth; GORDON, Robert M. (ed.). **New Directions in Restorative Justice Issues, Practice, Evaluation**. Devom: Willan Publishing, 2005.

COHEN, Stanley. The Punitive City: notes on the dispersal of social control. **Contemporary Crises**, n. 3, p. 339-363, 1979. Disponível em: https://doi.org/10.1007/BF00729115. Acesso em: 18 out. 2021.

CORRÊA, Erick Quintas. A Repercussão do Maio de 68 no Pensamento de Michel Foucault. **Revista Angelus Novus**. USP – Ano VI, n. 9, pp. 163-178, 2015. Disponível em: file:///D:/Users/j156039/AppData/Local/Temp/112448-Texto%20do%20artigo-269200-1-10-20170929.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

DIAS, Rebeca Fernandes. **Criminologia no Brasil**: cultura jurídica criminal na primeira República. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

DIETRICH, Wolfgang. **Elicitive Conflict Transformation and the Transrational Shift in Peace Politics**. Tradução Wolfgang Sützl and Victoria Hindley. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

ELDEN, Stuart Progressive Geographies. **Manifesto of the Groupe d´Information sur les Prison – a full translation**. Tradução Stuart Elden, 2.8.2013. Disponível em: https://progressivegeographies.com/2013/08/02/manifesto-of-the-groupe-dinformation-sur-les-prisons-a-full-translation/. Acesso em: 24 out. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARLAND, David. **A Cultura do Controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Tradução André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

HOWARD, John. **State of the Prisons**. Warrington: William Eyres, 1780.

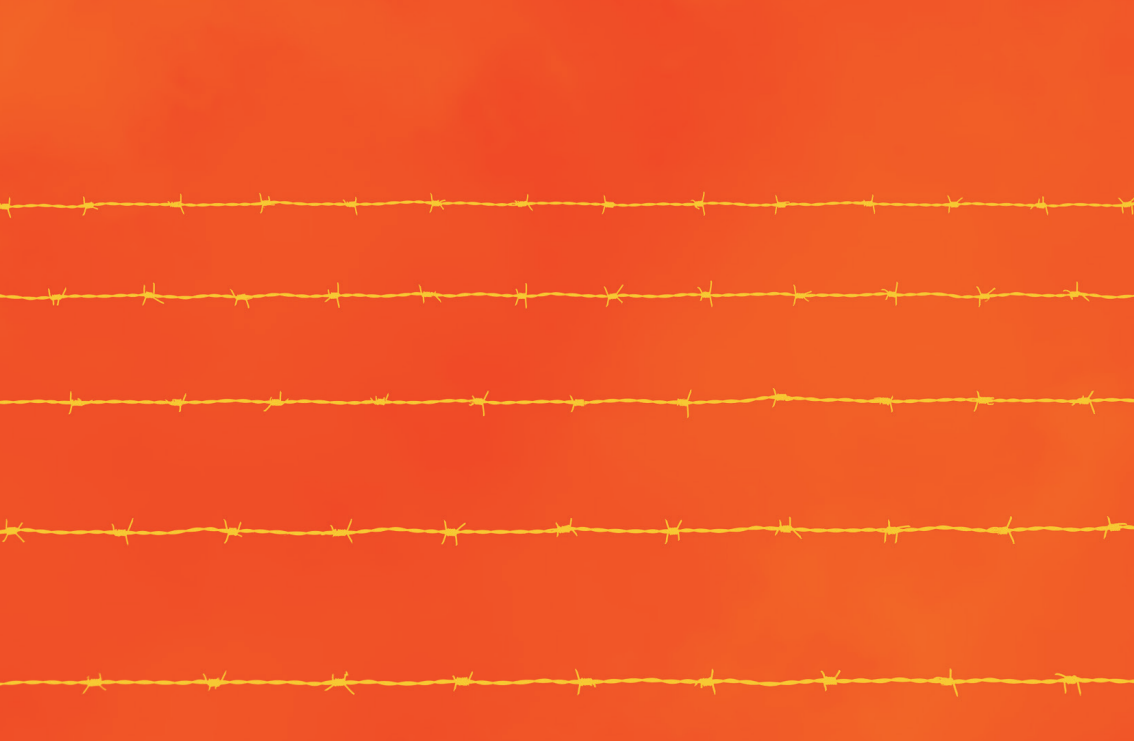
HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas Perdidas**: o sistema penal em questão. Tradução Maria Lúcia Karam. 2. ed. Rio de Janeiro: LUAM, 1997.

LEDERACH, John Paul. **The Moral Imagination**: the art and soul of building peace. New York: Oxford University Press, 2005.

RICHARDS, Stephen C.; ROSS, Jeffrey lan; NEWBOLD, Greg; LENZA, Michael; GRIGSBY, *Robert S.* Convict criminology. *In*: DEKESEREDY, Walter S.; DRAGIEWICZ, Molly (ed.). **Routledge Handbook of Critical Criminology**. 2. ed. Nova Iorque: Routledge, 2018.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A Palavra dos Mortos**: conferências de criminologia cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Hacia un Realismo Jurídico Penal Marginal**. Caracas: Monte Avila Editores, 1993.



UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROEX
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

edufrn
Editora da UFRN

MOTYRUM
penitenciário

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias